

ISSN 0011-7641

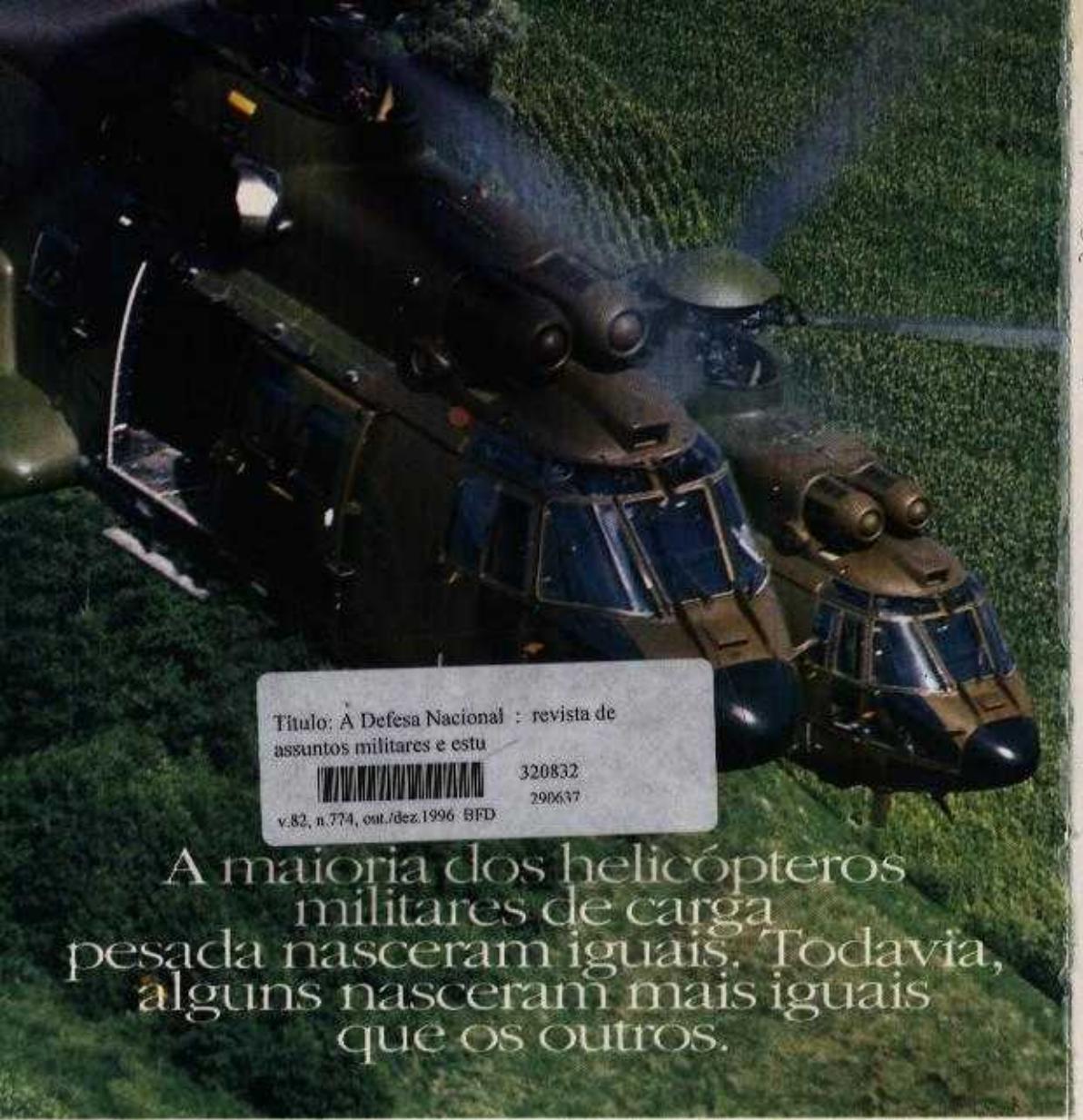


A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



ANO LXXXII - 774
4º TRIM. DE 1996



Titulo: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu



320832

290637

v.82, n.774, out./dez.1996 BFD.

A maioria dos helicópteros militares de carga pesada nasceram iguais. Todavia, alguns nasceram mais iguais que os outros.

Somente um programa de helicópteros de carga pesada
oferece ao Exército Brasileiro a potência e a flexibilidade
necessárias para enfrentar seus desafios de defesa nacional,
hoje e nos anos que vêm.

Apresentando o **Cougar MK2 nova geração da Eurocopter**.
É só olhar alguns dos pontos que o tornam único.

O Cougar MK2 pode transportar até 29 soldados
completamente equipados, oferecendo duas vezes mais
mobilidade aérea que seu melhor concorrente.

O Cougar MK2 pode carregar até cinco toneladas de carga na
cabine que é 50% mais espaçosa que a de seu rival mais próximo.

O Cougar MK2 pode cobrir uma distância de até 1.200
milhas náuticas sem reabastecer. É a mesma coisa do que
um voo Brasília-Manaus sem escalas.

O Cougar é capaz de se defender sozinho e pode também
ser equipado de 2 canhões de 20 mm em casulos ou de
lançadores de foguetes.

**Conclusão ? Alguns helicópteros de carga pesada
foram criados para ser meramente iguais.**

**Mas o Cougar foi concebido
com algo mais na cabeça.
Superioridade.**

 **eurocopter**
Superioridade.

We're listening.



EDITORIAL

EME: 100 ANOS

"É preferível um bom estado-maior e um Exército mediocre a um excelente Exército com um estado-maior mediocre, porque o estado-maior é o motor da máquina."

Scharnhorst — o herói da transformação militar da Prússia.

O dia 24 de outubro deste ano marca o centésimo aniversário do Estado-Maior do Exército (EME), órgão de direção geral a quem compete "a responsabilidade pelo preparo do Exército e a orientação do emprego da Força Terrestre, para o cumprimento de sua missão constitucional". A lei que o criou — Lei nº 403, de 24 de outubro de 1896 — dava-lhe o encargo de "preparar o Exército para a defesa da Pátria" e especificava as atribuições dessa ampla missão que, no essencial, não difere da que hoje lhe está afeta.

Para comemorar o evento, o EME elaborou um programa que inclui atividades culturais e de divulgação e, dentre as primeiras, a publicação de duas obras de singular importância. Uma delas atualiza o livro "História do EME", editado pela BIBLIEC, em 1984. A segunda se refere à edição de "Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército", obra que coloca, ao alcance do pesquisador e do leitor, material de amplo espectro, recolhido em diversos arquivos, alguns de difícil acesso e até recentemente sigilosos. Leis, decretos, portarias, relatórios, planos, discursos de antigos chefes e fotografias balizam a vida do órgão ao longo dos seus cem anos de vida.

Certos documentos selecionados parecem referir-se aos dias de hoje, e o leitor se surpreenderá ao perceber terem sido firmados por chefes de há muito desaparecidos. Conceitos constantes de relatórios e discursos, como os dos generais Pedro Aurélio de Goes Monteiro, Humberto de Alencar Castelo Branco e Alfredo Souto Malan, dentre outros, permanecem, até hoje, de flagrante atualidade. Nada há de estranho em tal fato, quando se atenta que a missão do EME tem subsistido, a despeito de eventuais, e não raros, enganadores entendimentos sobre o que seria "um novo papel do Exército na vida nacional".

A Defesa Nacional, seu nome o diz, ocupa-se, preferencialmente, dos problemas decorrentes da missão constitucional das Forças Armadas, província por excelência das preocupações dos oficiais de estado-maior, mas não apenas destes, como de todos os brasileiros. Esta seria uma razão a mais para que, associando-se às comemorações do centenário do EME, ela lhe dedicasse a ilustração da capa e o editorial desta edição.

Diretor

Gen Eds Luiz Edmundo Monteiro Rêgo
Editor
Cet Art EM Luit Paulo Macado Carvalho
Redator
Cet Eng EM Virgílio da Veiga

REDAÇÃO

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR
DO EXÉRCITO
Praça General Tibúrcio, 125 - Rio de Janeiro, RJ
BRASIL - 22290-270
Tel.: (021) 542-5646 - Ramal 204 e 205
Fax: (021) 542-5454

ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - Terreiro - Rio de Janeiro, RJ
BRASIL - 20221-260
Tel.: (021) 253-4628

DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Marília Dias
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-250
Tel.: (021) 253-7535

Conselho Editorial

Cel Art QEMA Arthur P. Tapajós de Souza
Cet Inf CEMA Hélio Ribeiro Alves
Cet Inf QEMA João Henrique C. de Freitas
Cet Eng QEMA Joaquim Maia Brandão Junior
Ten Cel Cav CEMA Celso Krause Schramm
Ten Cel Com QEMA Wladimir Paulino V. da Silva
Ten Cel Art QEMA Carlos A. Vicente da Silva
Ten Cel QMB QEMA Fábio José Almeida
Ten Cel Cav QEMA Cesario Leite Rodrigues

EDITORAÇÃO e PRODUÇÃO GRÁFICA

PENELUC Prod. Gráf. e Publicidade Ltda.
Tel.: (021) 533-0625

REVISÃO

Renaldo di Stasio
José Lívio Dantas

PUBLICIDADE

ENREVISTAS Prod. Gráf. e Publicidade
Tel.: (021) 201-9009 - 581-0101 - 581-7669
Fax: 581-6757

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da ECEME e do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Sólo expressa disposição em contrário, é permitido a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Acaba-se intercambio.com com publicações nacionais e estrangeiras.

Os originais deverão ser datilografados em toutes com 30 linhas, em espaço duplo e, no máximo, com 72 batidas por linha, acompanhadas de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à Redação não serão devolvidos.

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ASSINATURAS E VENDA DE NÚMEROS ANULOS
Assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 253-4628; as importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome de "A Defesa Nacional".

Assinatura Anual:

Brasil — R\$ 15,00
Exterior — US\$ 30,00



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

SUMÁRIO

Editorial	01
Eduardo Gomes	05
<i>Declecio Lima de Siqueira</i>	
A Importância do Nordeste Brasileiro em Relação ao Mediterrâneo na Segunda Guerra Mundial	13
<i>L. P. Mamedo Carvalho</i>	
O Dirigível na Amazônia	21
<i>Marcelo Augusto de Felipes</i>	
A Desinformação no Brasil	37
<i>Osmar José de Barros Ribeiro</i>	
História das Relações Internacionais: Abordagens Teóricas	49
<i>Marco Antonio Cunha</i>	
A Queda do Sistema Socialista na ex-URSS — Causas e Reflexos para os Movimentos Revolucionários na América do Sul	57
<i>Orlando Efrem Natividade</i>	
A Conferência dos Exércitos Americanos, sua Importância para o Exército Brasileiro	77
<i>Claudio Coscia Moura</i>	
O Brasil e o Atlas Estratégico de 1983	93
<i>Sebastião José Ramos de Castro</i>	
Retomando os Caminhos da Liberdade	107
<i>Sérgio Paulo Muniz Costa</i>	
Haverá uma "Cavalaria Anfibia"?	123
<i>Gil Cordeiro Dias Ferreira</i>	
O Fator Militar na Política de Fixação da Fronteira Oeste do Brasil	135
<i>Silvino da Cruz Curado</i>	
Comentários	143
Informações	159
Livros	161
Destaques da Imprensa	165

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Editoras — Primitivo Teixeira, BENTO GOMES, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA RODRIGUES

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Lima e Silva, Pará Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Tahorda, Amaro Vila Nova, Maciel da Costa.

m a 16

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 — 10/10/1913 de *A Defesa Nacional*)

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual
A Defesa Nacional

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Diretor-Presidente

Gen Div Carlos Patrício Freitas Pereira

Diretor-Secretário

Cel Art EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

Diretor-Administrativo

Ten Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto

Diretor-Tesoureiro

1º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt

Conselheiros

Cel Art. EM Luiz de Alencar Araripe

Cel Art EM Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Cel Celso José Pires

Cel Nilson Vieira Ferreira de Melo

Cel Enir dos Santos Araújo

Suplentes

Cel Zenóbio Cid de Aguiar Borges

Ten Cel Marco Antônio Cunha

1º Ten Jorge Luiz de Oliveira

NOSSA CAPA

Alegoria comemorativa do Centenário do EME.





A DEFESA NACIONAL

Eduardo Gomes

Deoclecio Lima de Siqueira*

Matéria extraída de palestra proferida pelo autor, dia 24 de outubro de 1995, no auditório do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Através dela, A Defesa Nacional reverencia o "Patrônio da Força Aérea Brasileira", no ano em que se comemora o centenário do seu nascimento.

Seu pai era Luiz Gomes, funcionário do Ministério da Marinha, neto de Felix Peixoto de Brito Melo. Este foi um dos participantes da Batalha de Pirajá, travada na Bahia, em 1823, quando se consolidou a nossa Independência. Tinha, então, 16 anos de idade, sendo promovido a alferes logo após aquele acontecimento. Posteriormente, participaria da Confederação do Equador e da Revolução Praieira, acontecimentos históricos no Nordeste brasileiro marcados por aspectos idealistas, característicos da nova nação recém-formada. Posteriormente, seria eleito deputado e governador da província de Alagoas.

Sua mãe, Genny Gomes, era filha do Visconde Rodrigues de Oliveira e neta do Se-

nador Vergueiro, o grande liberal dos tempos da Monarquia. Constatase, assim, a presença de idealismo nos ascendentes do Brigadeiro. Os padrinhos do casamento de seus pais seriam o Marechal Deodoro e Senhora.

Eduardo Gomes nasceu a 20 de setembro de 1896, na cidade de Petrópolis, RJ. Em sua infância, foi matriculado no Colégio São Francisco de Paula, de padres salesianos. O corpo de alunos desse educandário tinha organização militar, sob orientação de um capitão do Exército muito admirado pelos seus jovens comandados, tanto que, a certa altura, ante uma possível transferência do referido oficial, os alunos, sob orientação do colega Eduardo Gomes, que era o comandante-aluno do batalhão colegial, declararam-se em estado de rebeldia. Passada a tor-

* Tenente-Brigadeiro, sócio efetivo do IGHMB.

menta, com a permanência do referido oficial, a única perda foi o rebaixamento do major-aluno-comandante a simples praça, pois assumira toda a responsabilidade pelo ocorrido.

Essa convivência com o sistema militar talvez tenha sido a razão que o levou a se matricular na Escola Militar do Exército Brasileiro, de onde saiu aspirante-a-oficial da Arma de Artilharia, em 1918.

A seguir, foi servir no Forte de Copacabana e, no início da década de 20, fez o curso de Observador Aéreo, na Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos.

Em 1922, participou do acontecimento que passaria para a História com o nome de *Os Dezoto do Forte*. Com relação a esse fato, a História do nosso Exército, editada pelo seu Estado-Maior, em 1972, diz o seguinte (p. 890): "Deste modo, aparentemente movido por causas que um observador apressado definiria como meramente corporativistas, o Exército começava a grande luta pela restauração republicana, e o troar dos canhões do Forte de Copacabana inauguraría a Grande Revolução Brasileira."

Em verdade, essa revolução estava sendo impulsionada por uma convergência de idéias que deram origem ao movimento denominado "Tenentismo", idéias dentre as quais se podem destacar as nascidas de acontecimentos que marcaram o início deste século.

Em 1909, por exemplo, um pensador italiano, Tomaso Marinetti, deu início ao chamado Futurismo, com a divulgação de um manifesto defendendo idéias, tais como: "Queremos cantar o amor ao perigo, o hábito da coragem e da temeridade. A coragem, a audácia, a rebeldia serão elementos essenciais da nossa poesia... A literatura exaltou, até hoje, a imobilidade pensativa,

o êxtase e o sono... A magnificência do mundo se enriqueceu com uma beleza nova: a velocidade... Queremos louvar o homem que segura o volante... Queremos glorificar a guerra — única higiene do mundo —, o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos anarquistas, as belas idéias pelas quais se morre..."

Como se vê, o motor a explosão dava início a uma nova era da humanidade, dando ao ser humano a embriaguez da velocidade. Na Península Ibérica, o Futurismo contra-se com o Modernismo, que originou muitos dos pensamentos acima, vindo para o Brasil, onde se projetou com a famosa Semana de Arte Moderna, realizada em 1922. A regionalização acima naturalmente haveria de exacerbar o nacionalismo, uma das componentes do Tenentismo.

Ao mesmo tempo, no meio da mocidade militar, as idéias do Positivismo ainda se faziam presentes, alimentando o idealismo dos que se preocupavam com o crucial problema social do Brasil, visto agora sob o prisma da Sociologia, ciência criada por Augusto Comte, fundador daquela corrente de pensamento.

Assim, tanto a mocidade civil como a militar começaram a viver uma era de contestações, na qual as idéias nacionalistas comandaram os acontecimentos. Deve-se ter em conta, também, os estímulos de um Euclides da Cunha, com sua exposição dos contrastes brasileiros; de um Cândido Rondon, com suas lutas em defesa das nossas origens; de um Santos-Dumont, com sua exaltação da capacidade brasileira, e tantos outros que ajudaram a elevar o nosso patriotismo no início deste século.

Em 1923, os revoltosos de 22 são julgados. Condenados, Eduardo Gomes decide fugir. Vai para Mato Grosso onde, na cidade

de Três Lagoas, disfarçado como professor, com o nome de Eugênio Gomes, exerce atividades numa escola local.

Em 1924, explode a revolução na cidade de S. Paulo, a 5 de julho. Dias antes, Eduardo Gomes se dirigira para lá, onde tentou sublevar uma unidade da Força Pública. Assumiu o comando da Artilharia e juntou-se a elementos da aviação daquela Força, realizando vôos de observação em torno da cidade, agora sob o cerco dos legalistas.

Decidem os sitiados realizar uma missão de grande repercussão: lançar, de avião, folhetos sobre a cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Para tanto, utilizam um avião da Força Pública o qual, sobre as proximidades de Cunha, a meio caminho do Rio, sofre uma pane de motor, que termina numa aterrissagem forçada. O piloto e Eduardo Gomes apresentam-se ao delegado de Guaratinguetá como legalistas, partindo ambos de trem para o Rio. Ali, Eduardo Gomes toma um navio para o Sul, a fim de se unir ao núcleo inicial de forças que iriam formar a famosa coluna invicta que percorreu os sertões brasileiros nessa década.

Em Florianópolis, é reconhecido e preso, voltando ao Rio, onde é recolhido ao 1º Regimento de Cavalaria. Ali, com outros, é surpreendido numa tentativa de fuga. Vão, os fugitivos, para a Fortaleza de Santa Cruz e, dali, para a Ilha da Trindade.

Em 1926, são anistiados. De volta ao Rio, reiniciam-se as articulações revolucionárias. Sentindo-se ameaçado, Eduardo Gomes vai para as imediações de Campos onde, disfarçado como engenheiro, adota o nome de Edmundo Goulart. A seguir, volta ao Rio e, na clandestinidade, participa de confabulações para a Revolução de 1930.

Vitoriosa a Revolução de 30, Eduardo Gomes voltou para as fileiras do Exército, no posto de major, indo servir no Gabinete

do então Ministro da Guerra, General Leite de Castro.

Os companheiros da Aviação induziram-no a vir para esta Arma, ajudando-o a tirar o brevê de piloto. No Campo dos Afonsos germinava a idéia da criação de um correio aéreo militar com dois objetivos: o da integridade nacional e o do aperfeiçoamento profissional. Para tanto, havia necessidade de um líder à altura das dificuldades. Abrir rotas aéreas, sobretudo para o interior, era uma temeridade. Faltava tudo: experiência, informações, comunicação, estradas, campos de aviação, reabastecimento de combustível e toda a sorte de apoio para uma empresa desse vulto. Pela sua projeção e idealismo comprovado, Eduardo Gomes seria o líder procurado. Não decepcionou, pelo contrário.

No cumprimento da missão deixou muito para a posteridade, no exemplo do quanto vale a obsessão por uma causa e a força de uma determinação baseada no poder do idealismo. A 12 de junho de 1931, foi inaugurado o Correio Aéreo Militar, com a linha Rio—S. Paulo. Logo a seguir, outras foram sendo criadas: a de Goiás, a do S. Francisco, a do Litoral, a do Sul, a de Assumpção, no Paraguai, e a do Tocantins, quase todas de freqüência semanal.

* * *

Em 1935, vindo do meio civil, entramos para a Escola Militar do Realengo. No alojamento dos calouros, ocupamos uma posição que marcaria nosso destino. De um lado, a cama do cadete Bragança e, do outro, a do Jatahy. O primeiro tinha um irmão, já oficial, servindo na Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos. O segundo era irmão do Capitão Aviador Jatahy, um dos fundadores da recente rota do Tocantins. Nas conversas de alojamento, a todo instante, vinham as aventuras da nova linha aérea: os contatos

com os índios, as emoções do desconhecido, a incerteza dos mapas, as recepções calorosas dos sertanejos perdidos da pátria, as ilhas desertas do rio, única esperança para um pouso forçado, a satisfação de sentir que se estava ajudando. Tudo isso nos influenciou na escolha da arma de Aviação. Por outro lado, a intentona comunista, de 1935, que matou, na Escola de Aviação, o Tenente Bragança, irmão do nosso companheiro, muito nos abalou. Isso nos predispos para aumentar nossa admiração por Eduardo Gomes, pois ele, com sua brava resistência no 1º Regimento de Aviação (1º RAV), onde foi ferido, deteve a marcha da intentona, vingando, de certa forma, a perda acima.

Em 1936, já como cadete de Aviação, a turma fez um estágio no 1º RAV, onde se testemunhou a extraordinária capacidade de liderança de Eduardo Gomes. Ele que, em 1932, comandara a Aviação legalista contra a Revolução do estado de S. Paulo, em 1937, discordou do Estado Novo, criado pelo então Presidente Getúlio Vargas. Deixou o comando do 1º Regimento, sendo designado para servir na então Diretoria de Aviação do Exército, ficando no setor encarregado do Correio Aéreo.

Nessa época, terminada a Escola, fomos para o 1º RAV, onde acabamos indo comandar a Esquadrilha de Treinamento, justamente a encarregada das rotas do Correio. Eduardo Gomes diariamente visitava a Esquadrilha, chegando no início do expediente, quando não mais cedo, em tempo de ver a saída de uma ou outra linha. Freqüentemente trazia, em seu carro, volumes contendo jornais, revistas, material escolar e medicamentos, que eram divididos pelos aviões que partiam, para distribuição gratuita nos locais mais

pobres das rotas. Evidentemente, era pouco para tanta pobreza, mas foi muito, na medida em que criou, na consciência de cada um de nós, o verdadeiro significado daquelas oferendas, ao mostrarem o grande abismo existente entre brasileiros. Nunca ele nos disse de onde vinha aquele material. Mas hoje, passado o tempo, e com o testemunho de outros fatos, somos levados a crer que tudo aquilo era custeado com recursos próprios.

* * *

*A forte liderança de
Eduardo Gomes tinha,
como um dos seus pilares,
o exemplo.*

A forte liderança de Eduardo Gomes tinha, como um dos seus pilares, o exemplo. No início do Correio Aéreo essa característica ficou evidente. Nas horas difíceis, não faltava. Quando necessário, estimulava pelo exemplo. Na guerra, o mesmo

aconteceu. Mais uma vez foi chamado para uma difícil missão. No Ministério da Aeronáutica recém-criado, em 1941, a Força Aérea dava os seus primeiros passos. Com a proximidade do conflito, a situação no Nordeste Brasileiro era preocupante. Duas ameaças existiam: uma invasão vindia da África e uma possível ofensiva submarina contra a navegação marítima. A presença da Aviação era um imperativo. Nesse sentido a situação era desesperadora. Ali, também, como no caso do Correio, faltava tudo. Só em Fortaleza havia algumas instalações, num modesto campo de aviação. No restante, alguns precários campos de grama. Eduardo Gomes foi nomeado comandante da Força Aérea na área. Com galhardia e um extraordinário senso de responsabilidade, foi, aos poucos, criando, em torno de si, um clima de confiança que haveria de suplantar as dificuldades. Com o desaparecimento da ameaça de invasão, face às derrotas alemãs no Norte da Áfri-

ca, restou a ofensiva submarina que logo começou a se intensificar. Ela exigia a presença permanente de aviões no ar, pois isso mantinha os submarinos submersos, o que lhes tirava bastante velocidade, reduzindo-lhes a capacidade de manobra para o ataque.

No início da guerra, em 1942, já nos encontrávamos em Recife, como parte de um grupo que viveu o início das atividades da Força Aérea na área. Do que ficou daquela época, ressalta a extraordinária capacidade de presença do Brigadeiro. Nas bases aéreas que nasciam era visto com freqüência. Nas primeiras horas dos dias, não faltava às seções de ginástica, e no rancho comum estava sempre presente. Participava de patrulhas aéreas e, no QG em Recife, sempre estava pronto para receber alguém. Preocupava-se muito com o enquadramento da tropa, assim como suas condições físicas e o seu moral. As seções de Educação Física, terminavam com um jogo de vôlei. Dezenas de redes na hora instaladas ao longo dos acostamentos das pistas recém-construídas tornaram-se famosas em todas as bases da área. A elas comparecia todo dia, estivesse onde fosse. A mesma preocupação dispensava às Escolas Regimentais, onde oficiais ministriavam aulas às praças mais necessitadas. Durante algum tempo, fomos encarregados da de Recife. Conheci soldados que, mais tarde, chegaram a altos postos da FAB.

No final da guerra, Eduardo Gomes deixou, no Nordeste, uma apreciável estrutura de apoio à Aviação, parte construída por nós e parte pelos norte-americanos que conosco colaboraram durante o conflito. Nesse sentido, também a atuação do nosso chefe foi essencial. Nas ligações com os comandos daquele país na área, era inflexível no cumprimento das normas estabelecidas entre os respectivos Governos.

Assim, graças a ele, no Nordeste, naquela época, nasceu nossa Força Aérea atualizada.

* * *

Terminado o grande conflito, Eduardo Gomes vai atender a dois importantes chamamentos: o seu Correio Aéreo e a situação nacional.

Com aviões de transporte mais atualizados e adequados, recebidos no final da guerra e logo depois, Eduardo Gomes, que retornou às suas antigas funções, empenhou-se na expansão do Correio, contando agora com pessoal mais capacitado, desenvolvido durante a guerra, sob a influência dos seus esforços. Criaram-se linhas aéreas para toda parte. Para os países da América do Sul, para os Estados Unidos, para a Europa para o Oriente (Suez, em apoio à tropa do nosso Exército) e, o mais importante de todos, para a Amazônia, em diversas linhas que consagraram definitivamente o Correio Aéreo Militar, segundo as seguintes palavras de D. Pedro Massa, o grande Bispo do Rio Negro, em seu livro *De Tupan a Cristo*:

"Manda a justiça que se ponha no me-recido relevo a cruzada silenciosa e heróica do serviço aéreo da FAB que, há mais de 25 anos, vence e encurta distâncias, abrindo campos pioneiros, e leva a presença da Pátria distante pelas asas dos seus aviões, sempre vigilantes, como sentinelas indormidas, a distribuir animação, remédios, alimentos, transportando doentes de e a todos os recantos do Brasil. A estes destemidos aviadores da FAB, glória de Eduardo Gomes, devem o Rio Negro, como aliás a Amazônia e todo o Brasil devem às missões salesianas, décadas de assistência, de favores, de proteção, que aqui agradecem sensibilizadas, pois especialmente eles são, depois de Deus, os benfeiteiros generosos do mundo amazônico..."

Quanto à situação nacional, logo após o término da guerra, o Brigadeiro foi convencido, por correntes políticas, a participar da eleição presidencial pela qual lutavam, visando a pôr fim ao Estado Novo do qual ele discordara desde o início. Essa discordância, e mais o seu reconhecido idealismo, eram os suportes da idéia. Por duas vezes participou das eleições. Nas duas foi vencido. Dos muitos pronunciamentos que fez na época, cabe destacar os dois a seguir:

"Revolucionários de 1922 e 1924, só nos animou na luta o propósito de regeneração dos costumes políticos. Éramos, a bem dizer, os conservadores da verdadeira legalidade, os que reclamavam e exigiam, pelas armas, o cumprimento fiel e exato da Constituição. Jamais nos identificamos com os interesses de partidos, de facções ou de grupos."

No final de uma campanha:

"Dirijo minha derradeira saudação de candidato ao incomparável povo do Brasil, de cujos estímulos se alimentaram nossas energias. No trabalho e no patronato, encontramos exemplos individuais edificantes que recomendam ao apreço as qualidades coletivas. Há no íntimo da alma brasileira uma irresistível tendência igualitária. Ela é inimiga absoluta dos privilégios econômicos, das distinções étnicas, das diversidades sociais."

Quanto aos resultados das eleições, certa feita tivemos oportunidade de dizer:

"Parece que o destino teimava em utilizar a grandeza do Brigadeiro Eduardo como instrumento da consolidação da liberdade em nossa Pátria. Se fosse ele o

vencedor dos últimos pleitos teriam os vencidos suportado com o mesmo idealismo o peso da derrota? Mais uma vez sua fidalguia e seu amor à causa se fizeram presentes. Sua contribuição para a liberdade no Brasil foi imensa e, talvez, tenha sido maior do que se fosse vencedor, porque está revestida com os mantos da renúncia, do sacrifício e da compreensão."

* * *

Em 1960, por força de lei, o Brigadeiro passou para a Reserva.

O líder das horas difíceis foi uma característica de sua vida profissional. Desde o início, percebemos o nascimento dessa liderança, quando sua presença em lances decisivos se fazia sentir, como em *Os Dezoito do Forte*, na Revolução Paulista de 1924, e em 1930.

Tinha a capacidade de decisões rápidas, o que caracteriza o líder dessas horas.

Em 1954, com o suicídio do então Presidente Getúlio Vargas, abriu-se na Força Aérea uma difícil situação, provocada pelos traumas que nela tiveram impacto, sobretudo pelo fato de que o assassinato do Major Aviador Rubens Vaz assinalou o início da crise que levou o Presidente ao seu trágico gesto. Nesta hora, Eduardo Gomes foi convocado pelo Vice-Presidente Café Filho, que assumira a Presidência, para ser o Ministro da Aeronáutica. Não era do seu feitio fugir das dificuldades, razão pela qual não se recusou a ocupar o posto, e nele desenvolveu grandes esforços para amenizar uma séria situação em perspectiva.

Em 1965, logo após a Revolução Democrática de 1964, foi convocado novamente

"Há no íntimo da alma brasileira uma irresistível tendência igualitária. Ela é inimiga absoluta dos privilégios econômicos, das distinções étnicas, das diversidades sociais."

Eduardo Gomes

para o Ministério da Aeronáutica, pelo então Presidente Castelo Branco, também agora para ajudar a solucionar uma crise.

Desde o início do Ministério da Aeronáutica, a Marinha se opusera à transferência de sua Aviação Naval para o Ministério da Aeronáutica.

Nesse ano, essa discordância se acendeu, e fatos desagradáveis aconteceram, levando à renúncia um Ministro da Marinha e dois Ministros da Aeronáutica. O Presidente, com sua larga experiência, decidiu buscar, nas respectivas corporações, dois nomes que pudessem ajudar a solucionar o problema. Na Marinha, convocou o Almirante Paulo Bozizio, já na Reserva, e um nome consagrado por um passado de liderança. Na Aeronáutica, apelou para Eduardo Gomes, que, sentindo a gravidade da situação, não pôde recusar sua colaboração.

Assim, somados o idealismo desses dois chefes, a crise foi ultrapassada, garantindo a tranquilidade necessária para os destinos da Revolução, que salvou nossas tendências democráticas ameaçadas pela intensa Guerra Fria que se alastrava pelo Mundo, provocada pela ideologia comunista, na sua concepção de universalizar suas idéias. E esta foi a razão pela qual Eduardo Gomes não se opôs à Revolução de 1964.

Nas vésperas daquele movimento, suas preocupações eram imensas, pois sentia a gravidade das ameaças que poderiam eliminar, do Brasil, as esperanças de liberdade.

Em 1967, ele deixa o Ministério da Aeronáutica, retirando-se definitivamente para sua vida privada.

Nesses seus anos finais, foi um extraordinário conselheiro dos companheiros da Aeronáutica. Por outro lado, era também um vigilante atento dos acontecimentos relacionados com a sua Aviação e o Brasil. Preocupava-se, e muito, com os destinos da Revolução de 1964, e, nesse sentido, opunha-se a

qualquer providência que pudesse comprometer aquele movimento.

* * *

A 13 de junho de 1981, ocorreu o seu falecimento. No dia anterior, ele comemorou o cinqüentenário do Correio Aéreo Militar, em missa realizada no Campo dos Afonsos, no local de onde partira o primeiro avião dessa atividade, à qual ele dedicara parte de sua vida, toda ela voltada para os supremos interesses da Pátria.

Nos últimos tempos de sua vida, certa feita, como numa última mensagem de despedida, disse:

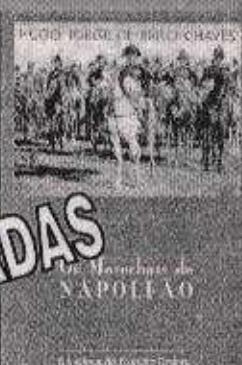
"No Exército e na Aeronáutica aprendi a servir ao País e a cultuar-lhe as tradições com o desinteresse que nobilita os meus companheiros de armas. Como o deles o meu coração pulsa apenas pelo Brasil. Na consciência militar se espelham as amarguras e as aflições da Pátria, e nela se refletem, às vezes com maior intensidade, ganhando volume e relevo, devido ao contraste entre os fatos da vida pública e a substância imorredoura aos ideais que residem, incontaminados, na vida do espírito."

Hoje, mais do que nunca, parece-nos adequada a recordação dessas palavras. Certos espíritos desavisados procuram subestimar o papel das Forças Armadas Brasileiras, esquecendo-se de que elas nunca faltaram nas horas difíceis e sempre caminharam ao lado do povo em suas conquistas mais caras, tais como a Independência, a Abolição, a República, a Integridade Nacional, a Pacificação, a União, o Desenvolvimento etc. Não é justo que certos erros de alguns sirvam de pretexto para a destruição de tantos valores reconhecidos por nossa História, dentre os quais se destacam os que nos foram legados pelo Patrono da FAB, Eduardo Gomes. □

BIBLIE

SEJA ASSINANTE DA
BIBLIE
E RECEBA SEMPRE BONS LIVROS

Programação Editorial **96**



**ASSINATURA ANUAL
PARA 1996**

R\$ 120,00

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai
Sir Richard Francis Burton

A União Européia – Uma Perspectiva Brasileira
F. A. Grieco

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20221-260 – Rio de Janeiro-RJ

FAÇA SUA ASSINATURA POR TELEFONE
SEÇÃO DE ASSINANTES
Tel.: 55 (021) 253-4637



A DEFESA NACIONAL

A Importância do Nordeste Brasileiro em Relação ao Mediterrâneo na Segunda Guerra Mundial

L. P. Macedo Carvalho*

Matéria extraída de trabalho apresentado, pelo autor, no Congresso realizado em Veneza, de 14 a 19 de setembro de 1996, patrocinado pela Comissão Italiana de História Militar e Ministério de Defesa Italiano, sobre o tema "Importância Estratégica do Mediterrâneo".

POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA

O espaço geoestratégico do Mediterrâneo compreende tanto o mar em si como as terras que o envolvem. Mar e terra acham-se tão interdependentes que se torna impossível proceder a uma análise da área separadamente.

O Mediterrâneo constitui a rota de penetração estratégica do Atlântico para o Sul da Europa, o Oriente Médio e o Oceano Índico, sem necessidade de circundar a África. Encerra no seu bojo os mares Adriático, Tirreno, Jônico e Egeu, além do estratégico estreito dos Dardanelos, que dá acesso ao Mar Negro.

A despeito de suas mil milhas de extensão, no sentido leste-oeste, é um espaço restrito, compartimentado por ilhas e penínsulas sucessivas, que se estendem pelo corredor marítimo contínuo, paralelo à costa do Norte da África.

Essa via estratégica sofre estrangulamento à entrada do Atlântico, entre a Sicília e Túnis e às saídas para o Mar Negro e o Canal de Suez.

A península itálica com a Sicília, considerados os aspectos geoestratégicos e geopolíticos, dividem o Mediterrâneo em dois — Ocidental e Oriental.

O Mediterrâneo possui duas portas, uma artificial e outra natural: o Canal de Suez e o estreito de Gibraltar. Sem negar o valor do canal, o estreito de Gibraltar é a entrada de

* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do IGHMB.

maior importância por representar a principal via de acesso estratégica ao Mediterrâneo e de escoamento de petróleo do Oriente Médio para o Ocidente.

Através do Mediterrâneo flui um quarto de todo o tráfego marítimo mundial.

Situado, aproximadamente, entre os meridianos de 10° W e 35° E e os paralelos de 35° e 46° N, o Mediterrâneo interliga a Europa à Ásia e serve de fronteira entre os mundos cristão e islâmico. Berço de milenares culturas, reúne povos de diversas etnias e religiões, abrigando consideráveis efetivos demográficos em alguns países e populações rarefeitas em outras. Na bacia do Mediterrâneo viveram civilizações que deixaram marcas através da História: fenícios, egípcios, judeus, cartagineses, gregos, romanos, visigodos, árabes etc. Países desenvolvidos ou grandes contrastam com pequenos ou subdesenvolvidos nessa estratégica região. Terras áridas são encontradas ao lado de férteis. Petróleo e gás constituem recursos naturais da maior importância na área mediterrânea. Ao litoral recortado do extremo norte opõe-se um menos acidentado ao sul; à orografia acentuada do continente europeu, desertos e platôs do Norte da África e do Oriente Médio, com estações climáticas bem definidas. Ao Norte, compreende um conjunto geográfico compacto, unido à Europa Ocidental, que engloba a Espanha, o Sul da França, a bota italiana, os países balcânicos, a Grécia e a Turquia. Ao Sul, desdobra-se, de Leste para Oeste, o Oriente Médio, o Egito e o Magreb, integrado pela Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos.

Segundo Mahan, o valor estratégico de um dispositivo naval é função "*de sua situação, força e meios*", sendo o primeiro fator o de maior significado, "*pois resulta da natureza das coisas, enquanto os dois últimos,*

quando deficientes, podem ser providos artificialmente, em parte ou no todo". As vulnerabilidades de uma posição são compensadas por fortificações; o planejamento antecipado minimiza os meios negados pela natureza, mas a mente humana não tem capacidade de alterar a situação geográfica de um ponto fora dos limites de efeito estratégico.

O saliente nordestino brasileiro, localizado entre os meridianos de 40° e 34° W e os paralelos de 0° e 12° S, debruçado sobre o Atlântico, projeta-se para as ilhas portuguesas e espanholas à entrada do Mediterrâneo e a África Ocidental, com que se defronta.

O Atlântico Sul é o Mare Nostrum. Através dele, os navegadores portugueses chegaram ao Brasil. Por suas águas os brasileiros comerciam com o resto do mundo e, ao longo do seu litoral, concentraram seus principais núcleos populacionais. Ainda hoje, representa o Atlântico a nossa via de comunicação natural com o Hemisfério Norte, o Mediterrâneo, a África, a Antártica, o Índico e o Pacífico.

Forma, com o Noroeste da África, o "desfiladeiro" atlântico, denominado pelo Presidente Roosevelt na Segunda Guerra Mundial, de "ponte estratégica" por distar, de Natal a Dakar, em linha reta, 3.500km (ponto do continente americano mais próximo do africano) e oito horas de vôo, na época da Segunda Guerra Mundial. Belém, na foz do Amazonas, fica a 4.000km de Cabo Verde e 6.000km do estreito de Gibraltar, porta de entrada para o Mediterrâneo.

Ainda encurtando a distância entre o Nordeste brasileiro e a África, existe o arquipélago de Fernando de Noronha, a 300km de Recife e 195km do cabo de São Roque, situado a 3° 51'S e 32° 25'W, além das Ilhas de São Pedro e São Paulo. A principal ilha do arquipélago tem cerca de 5km de exten-

são no seu eixo longitudinal, onde se localiza o maior ancoradouro e o aeródromo.

Com área de 234.399km², o saliente nordestino brasileiro, correspondendo a 2,75% da superfície total do País, ganhou significativa importância estratégica para acesso ao Mediterrâneo. Deram-lhe grande expressão os aeródromos e os portos de Natal e Recife, sem considerar o terminal de Belém, na embocadura do Amazonas.

"O Brasil domina o Atlântico Sul a tal ponto que se torna desnecessário obter o direito ao uso de bases em áreas dos demais países... capazes de apoiar guerra anti-submarina com aviões baseados em terra... Desde o momento em que um navio dobra o cabo da Boa Esperança (a 35° S) até passar a 15° N, a caminho de Nova York, Londres ou Gibraltar, estará sempre mais próximo dos portos do Brasil...", salientou o Contramestre Clarence A. Hill Jr., da Marinha dos Estados Unidos, na Escola de Guerra Naval brasileira, em 1970.

O valor geoestratégico do saliente nordestino, das ilhas oceânicas, da relativa infraestrutura e concentração demográfica na faixa costeira tornam o Brasil vulnerável a ataques aeronavais provenientes do Mediterrâneo e do Noroeste da África. Por outro lado, colocam-no em posição chave para a defesa conjunta do continente americano contra ações desencadeadas daquelas mesmas regiões.

A AMEAÇA DO EIXO

Com a queda da França em 1940, a situação aliada se deteriorou consideravelmente no Mediterrâneo. A Riviera e as colônias francesas do Norte da África ficaram sob o controle do Governo de Vichy. A Itália já integrava o "Eixo". Espanha e Portugal man-

tinham-se neutros, mas Franco prometia entrar na guerra no lado da Alemanha. Os nazistas lançavam uma ofensiva nos Balcãs contra a Iugoslávia e a Grécia, apossando-se da Salônica, enquanto a Força Expedicionária Britânica batia em retirada. O *Afrika Korps* atingia as fronteiras do Egito derrotando os ingleses.

Com a adesão japonesa ao "Eixo" em 1940, Hitler dedicou-se ao planejamento de uma ofensiva limitada no Mediterrâneo que pudesse ser executada antes do projetado ataque à União Soviética. Visualizava um golpe decisivo contra Gibraltar e Suez, como a melhor alternativa imediata para a invasão não realizada da Grã-Bretanha.

A Espanha atacaria Gibraltar recebendo em troca significativa assistência econômico-militar germânica e ficaria de posse de Gibraltar, o Marrocos francês, Oran, além de expandir-se pelas colônias africanas. A Alemanha comprometia-se a proporcionar apoio aéreo e de artilharia. Tinham em mente os alemães, também, estender os seus domínios na África Ocidental e ilhas atlânticas adjacentes, reconstruindo, assim, o seu antigo império colonial africano.

Diante do malsucedido ataque dos ingleses e franceses livres a Dakar, de 23 a 25 de setembro de 1940, Pétain retaliou, bombardeando Gibraltar.

Hitler tinha particular interesse em ocupar as Ilhas dos Açores e das Canárias de modo a permitir a instalação de base naval em Dakar e aérea nos Açores que criasse condições para futuras operações diretamente contra os Estados Unidos.

Esse plano pressupunha a colaboração da França de Vichy, da Itália e de Espanha.

O plano de conquista da África e Gibraltar foi batizado de "Operação Félix". Previa a travessia da Espanha por forças ale-

mãs provenientes da França, em 10 de janeiro de 1941. Simultaneamente, aeronaves alemãs com base na França atacariam as belonaves em Gibraltar, a fim de privar a fortaleza de apoio de fogo naval. A ponta de lança da ofensiva seria conduzida por forças terrestres da Alemanha. À tropa de assalto seguir-se-iam duas divisões alemãs — uma blindada e outra motorizada — que cruzariam o estreito rumo ao Marrocos para obter o controle do litoral do Atlântico. Três outras divisões alemãs atravessariam a Espanha e ficariam em posição de expectativa na fronteira portuguesa, em condições de deter alguma tentativa de desembarque inglês em Portugal. A Espanha, com o auxílio de artilharia alemã, reforçaria a defesa das Canárias contra qualquer ameaça inglesa antecipada.

O planejamento e os necessários reconhecimentos para as operações subsequentes no Noroeste da África e contra as ilhas do Atlântico não tinham sido concluídos quando a "Operação Félix" foi submetida à aprovação de Hitler, em 5 de dezembro de 1940. A esta altura dos acontecimentos, as três forças singulares alemãs informaram a Hitler ter completado os respectivos planejamentos e o alto comando comunicou aos estados-maiores que Franco concordara em desencadear as operações no princípio de fevereiro.

Hitler pressionou Franco para antecipar o início das operações, mas o chefe do governo espanhol recusou-se a entrar na guerra antes da data prevista. Assim, não restou a Hitler outra alternativa do que adiar a "Operação Félix". Dada a exiguidade de tempo para desfilar a invasão da União Soviética, o *führer*, relutantemente, abandonou a idéia.

Caso a "Operação Félix" tivesse sido executada, verificar-se-ia séria ameaça para

a segurança dos Estados Unidos e do Hemisfério Ocidental. A ocupação do Marrocos pelos nazistas teria comprometido a futura invasão aliada do Norte da África.

O controle do Norte da África e da África Ocidental pelos alemães acarretaria profundas repercussões na América Latina, onde vários governos demonstravam simpatia pelo "Eixo", o que forçaria os Estados Unidos a tomar medidas defensivas urgentes naquela área.

No dia anterior à invasão da Polônia pelos alemães, o Presidente Roosevelt e o Departamento de Estado se alarmaram com a informação recebida de que Hitler tentava apossar-se da Ilha de Fernando de Noronha, a 215 milhas do litoral brasileiro, e transformá-la em base de submarinos. Não há provas, porém, de que os alemães hajam planejado um ataque ao saliente nordestino do Brasil.

O Almirante Raeder confessou em Nuremberg que, a 15 de janeiro de 1942 Hitler, em pessoa, lhe ordenara atacar navios e portos brasileiros: *"Teve assim êxito a insistência de Jodl, Chefe do Estado-Maior do Exército, que disse ser necessários dobrar o Brasil para impedir que suas bases servissem ao assalto aliado à África."*

Em janeiro de 1942, o comandante de Betasom, a base italiana de submarinos em Bordeaux, Capitão-de-Mar-e-Guerra Romolo Polacchini, despachou para o litoral do Brasil cinco submersíveis oceânicos da Casa de Savóia, iniciando a guerra naval nas águas territoriais do Nordeste.¹

A essa flotilha seguiu-se a ação de submersíveis alemães de menor tonelagem. Perdeu o Brasil, na guerra submarina conduzida

1. Atuaram no Atlântico Sul os submarinos italianos *Archimede*, *Bagnolini*, *Barbarigo*, *Cagni*, *Calvi*, *Capellini*, *Da Vinci*, *Tazzoli* e *Torelli*.

pelo "Eixo", 38 navios, num total de 150.209 toneladas.

PLANOS DE DEFESA E BASES DO NORDESTE BRASILEIRO

Diante de informações recebidas do Almirantado britânico, em maio de 1940, alertando sobre a possibilidade de os alemães efetuarem ações bélicas no Brasil, o Presidente Roosevelt ordenou a elaboração de um plano para enviar uma força dos Estados Unidos àquele país com a finalidade de impedir tal ameaça. O plano, de nome código *Pot of Gold*, propunha o deslocamento, via marítima, de uma grande força expedicionária com o efetivo de 100 mil homens,² para pontos da costa brasileira entre Belém e Rio de Janeiro. Essa força seria precedida inicialmente por dez mil homens transportados, via aérea, para o Nordeste do Brasil, tão logo se concretizasse qualquer indício de movimento de tropas do "Eixo" ou seus aliados naquela direção. Naturalmente, o Governo norte-americano não pretendia colocar o plano *Pot of Gold* em execução, parcial ou integralmente, exceto em casos de emergência, após prévia negociação com o Brasil. De pronto objetaram que o plano reviveria os temores latino-americanos de imperialismo ianque, além de se constatar a inexistência de aeródromos adequados na rota dos Estados Unidos para o Brasil. A evolução dos acontecimentos acabou por cancelar o *Pot of Gold*, inclusive em face da escassez de meios.

O informe de que uma força alemã de seis mil homens embarcara e se dirigia para o Atlântico Sul levou também Roosevelt a

ordenar o preparo de um plano de emergência de ocupação das Guianas (inglesa, francesa e holandesa), dos Açores, Cabo Verde e Canárias. Para isso, cogitou-se de o Brasil colaborar com tropas para defesa das Guianas e dos Açores.

Ademais, pensou-se no envio de força expedicionária aliada a Dakar ou a África Ocidental britânica, mais ao sul, o que também excedia aos efetivos disponíveis.

Preocupado com a vulnerabilidade da Ilha de Fernando de Noronha e do saliente nordestino brasileiro, por temer a ocupação alemã, Roosevelt determinou a fortificação dessa área e autorizou a venda de armamento ao Brasil, além de desenvolver um programa de construção de aeródromos.

Com a anuência do Governo brasileiro, surgiu, assim, o *Airport Development Program* (ADP), pelo qual a *Pan American Airways* construiu e melhorou uma rede de aeródromos para assegurar o tráfego aéreo direto dos Estados Unidos ao Nordeste do Brasil e, daí, para a África, com a dupla finalidade de controlar o tráfego marítimo no Atlântico Sul e permitir o transporte aéreo de homens e material.

Tal fato ensejou o Embaixador da França — Albert Kammerer — a acusar oficialmente o Brasil de pretender ocupar novamente Caiena, enquanto o adido militar alemão, General Günther Niedenführ, protestava junto às autoridades brasileiras por considerar "quebra de neutralidade" a autorização dada para a construção de bases aéreas e navais norte-americanas no Nordeste, permitindo o trânsito de aeronaves e belonaves dos Estados Unidos através do território e águas brasileiras com destino à África.

Até então o "Eixo" controlava as linhas aéreas na América do Sul, utilizando-se de bases no Brasil para atingir o extremo sul do

2. Escoltada por quatro encouraçados, dois navios aeródromos, nove cruzadores e três esquadrões de contratorpedeiros.

continente e a costa do Pacífico. A *Condor* alemã, subsidiária da *Lufthansa*, cobria o litoral brasileiro e o interior da América do Sul havia muitos anos. Antes da guerra, três linhas aéreas conectavam a Europa à América do Sul: *Air France*, *LATI* (*Linea Aeree Transcontinentali Italiane*) e *Lufthansa*. Os vôos transatlânticos, em 1941, limitados a uma vez por semana, eram exclusividade da *LATI*, que operava da Europa, via Cabo Verde, até Natal e Rio de Janeiro, servindo como meio de comunicação seguro para os agentes do "Eixo" e de contrabandear minerais estratégicos (cristais e diamantes). Na Europa, a *Air France* e a *Lufthansa* proporcionavam o apoio terrestre. De Natal para o Sul, a *LATI* e a *Air France*, controlada pelo governo de Vichy, detinham o monopólio das instalações aéreas ao longo da costa, comprometendo a defesa do hemisfério ocidental, a navegação e o patrulhamento britânicos nas águas do Atlântico Sul. A *Condor* empregava pilotos da *Luftwaffe*, em sistema de rodízio, para se familiarizarem com o terreno e as condições de vôo na América do Sul. Havia suspeitas de que a *Condor* e a *LATI* efetuavam reconhecimentos ao largo da costa, a fim de detectar belonaves inglesas e auxiliar os navios do "Eixo" a furar o bloqueio naval. Subitamente, a *LATI* aumentou suas atividades na rota transatlântica, coincidindo o fato com a intensificação da campanha submarina alemã contra os navios britânicos no Atlântico Sul.

Em consequência disso, os Estados Unidos pressionaram o Governo brasileiro a nacionalizar as empresas aéreas do "Eixo" que operavam em seu território, suspendendo suas atividades.

Os Estados Unidos construíram uma série de aeródromos ao longo de duas rotas para o Brasil: Miami—Porto Rico—

Martinica—Trinidad—Guiana Holandesa—Brasil e Texas—Panamá—Colômbia—Venezuela—Brasil.

Importantes bases aéreas e navais foram também instaladas em Belém, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador.

Planos conjuntos norte-americanos e brasileiros realizaram-se para a defesa do Nordeste do Brasil, destacando Natal, Recife e Belém, no estuário do Amazonas, como pontos de grande significado estratégico. Caberia aos brasileiros propiciarem as necessárias forças terrestres para complementar a defesa da área.

Temendo que o Governo brasileiro não tivesse condições de defender o saliente nordestino, os Estados Unidos elaboraram o plano *LILAC*, antes de Pearl Harbor, que prescrevia a concentração de forças terrestres norte-americanas em torno das bases aéreas de Belém, Natal e Recife, concentrando seus esforços em Parnamirim, Natal. Imediatamente estariam disponíveis 15 mil homens da 9ª Divisão de Infantaria, com os meios aéreos indispensáveis e, à medida que necessário, reforçada por mais dois escalões com o efetivo de 19 mil homens cada um. Dada a falta de transporte marítimo e as urgentes demandas para outros teatros de operações, a operação *LILAC* restringiu-se ao efetivo inicial e somente poderia ter se concretizado no final de 1942. O problema foi contornado e o plano abandonado, por absoluta cooperação e esforço de guerra do Brasil.

CONCLUSÃO

O Mediterrâneo foi e sempre será importante área estratégica e palco de conflitos mundiais. Sem o controle do Mediterrâneo não haveria a menor possibilidade de

segurança para a Europa, em que pese os centros de poder econômico-político-militar terem se deslocado do *Mare Nostrum*.

O principal objetivo da estratégia militar nos Estados Unidos, nos idos de 40, era evitar o estabelecimento de bases do "Eixo" no continente americano. O rápido desenvolvimento experimentado pela aviação no final da década de 30 materializou essa hipótese. Para isso, se fez mister eliminar as linhas aéreas estabelecidas pelo "Eixo" na América Latina, obter bases estratégicas e estacionar tropas no Nordeste brasileiro. Os dois primeiros objetivos foram facilmente alcançados, mas os Estados Unidos não lograram persuadir o Governo do Brasil a solicitar a presença dos soldados norte-americanos em seu território.

O saliente nordestino brasileiro, mais próximo da África Ocidental francesa do que a mais avançada das Antilhas, era vulnerável a ataques e incursões do "Eixo". A área achava-se indefesa, inacessível por terra a tropas brasileiras concentradas no Sul e fora do alcance das aeronaves de combate norte-americanas baseadas no Caribe.

Em 1941, quando os Estados Unidos preparavam o ataque ao "Eixo" no Mediterrâneo, era impositivo encontrar uma solução urgente para o problema de aviões cruzarem o Atlântico rumo ao Norte da África, ao Oriente Médio e ao Teatro de Operações China-Burma-Índia. Através do Pacífico, as distâncias invalidavam qualquer deslocamento. Havia a alternativa da Islândia, mas só para aeronaves de pequeno porte, sem considerar a ameaça de invasão alemã. Ademais, as condições meteorológicas da rota norte acarretavam sérias limitações durante a maior parte do ano.

Marshall enfatizou a importância do Nordeste brasileiro ao escrever que "a

conclusão imediata do contrato com a Pan American Arways é, neste momento, mais essencial à defesa nacional do que qualquer outro assunto" (Memorando do Chefe do Estado-Maior ao Ministro da Guerra americano, em 7 de setembro de 1940, citado em *Framework*, Conn e Fairchild, p. 252).

O ADP representou a contribuição mais importante da *Pan American* à defesa continental e à vitória aliada na Segunda Guerra Mundial e, particularmente, no Mediterrâneo. Seis meses antes do ataque japonês a Pearl Harbor e 14 meses antes de o Brasil entrar em guerra, os aeródromos do ADP já operavam integrando o sistema aliado de suprimento aéreo.

Natal recebeu o merecido título de "Trampolim para a Vitória", pois permitiu o fluxo contínuo de aeronaves, equipamentos, homens e material para as frentes de batalha.

Natal foi o elo principal da rota de suprimento das tropas inglesas sitiadas por Rommel. A base aérea de Parnamirim foi o ponto focal do sistema de transporte que ligou os Estados Unidos, via Ilha de Ascenção, ao Mediterrâneo, à África e ao Teatro de Operações China-Burma-Índia. Sem tal sistema, os problemas de suprimento, na crise de 1941 e de apoio à operação Torch, em 1942, não teriam tido solução. Foram as bases aéreas e navais do saliente nordestino brasileiro que permitiram varrer os submarinos do "Eixo" das águas do Atlântico Sul.

Em novembro de 1942, a revista *Fortune* declarava que a situação anterior fora revertida: "agora era Natal que se achava perigosamente próxima de Dakar".

Até o final da guerra e muito depois do seu término, por longo período, milhares de combatentes e de toneladas de material béli-

co escoaram pelos aeródromos de Natal e de Belém.

A aliança Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial rendeu bons dividendos, não só a ambos os países, mas ao mundo como um todo, contribuindo decisivamente para a derrota do totalitarismo nazi-fascista e para manter a guerra longe da América.

É difícil imaginar como os aliados no Mediterrâneo, na África, no Sul e no Sudeste da Ásia poderiam ter sido surpidos, nos meses que antecederam a bem-sucedida in-

vasão da África do Norte, em 1943, sem as bases do estratégico Nordeste brasileiro e a ponte aérea dali estabelecida para o continente africano.

Cordell Hull, em suas *Memórias*, atesta: "Sem as bases aéreas que o Brasil nos permitiu construir em seu território, a vitória na Europa e na Ásia não nos teria chegado tão prontamente."

O Nordeste brasileiro desempenhou importante papel no preparo para a guerra, e na guerra em si, no Mediterrâneo. □

BIBLIOGRAFIA

- BESSA, Carlos. *A Libertação de Timor na Segunda Guerra Mundial*. Academia Portuguesa da História. Lisboa, Portugal, 1992.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. *A Posição do Brasil e a Crescente Importância Estratégica do Atlântico Sul*. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Brasil, 1983.
- CASTRO, Terezinha. *Atlântico Sul: Geopolítica e Geoestratégica*. Escola Superior de Guerra. LS 813-96-DAINT, Rio de Janeiro, Brasil, 1996.
- CONN & FAIRCHILD. *The Framework of Hemisphere Defense*. Center of Military History, US Army, Washington, DC, Estados Unidos, 1960.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *O Nordeste na Segunda Guerra Mundial*. Record, Rio de Janeiro, Brasil, 1971.
- EISENHOWER, Dwight David. *Cruzada na Europa*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, Brasil, 1974.
- MC CANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-1945*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1995.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *A Geopolítica e as Projeções do Poder*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, Brasil, 1977.
- MENDONÇA, Lauro N. Furtado de. *Submarinos de Mussolini contra o Brasil*. Mar, Boletim do Clube Naval, n. 215, Rio de Janeiro, Brasil, 1977.
- MUELA, Ricardo Alvarez-Maldonado. *Geoestrategica del Mediterraneo*. Ejército, nº 670, Madrid, Espanha, 1996.
- REITZEL, William. *The Mediterranean-Its Role in America's Foreign Policy*. Harcourt, Brace and Company, Nova York, Estados Unidos, 1948.
- WALTERS, Vernon Anthony. *Missões Silenciosas*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, Brasil, 1987.



A DEFESA NACIONAL

O Dirigível na Amazônia

Marcelo Augusto de Felippes*

O artigo informa sobre os dirigíveis e defende sua utilização como modal de transportes para a Região Amazônica.

Há muitos anos a Amazônia tem sido pesquisada, buscando-se desenvolvê-la e ocupá-la. Decisões políticas e iniciativas isoladas têm sido o apanágio dessa história. Como uma balança, por vezes pendendo para o caminho certo e, por outras, para o errado, o ensaio-erro continua sendo a técnica dominante.

Acredita-se que a Amazônia carece de aplicar-se em três campos distintos que, sob nossa ótica, constituem a base de sustentação do desenvolvimento ordenado e seguro. Trata-se da Telemática, da Energia e do Transporte.

Cônscio da cooptação desses três campos, não se pretende isolá-los. Entretanto, neste ensaio, buscar-se-á dar ênfase à consideração daquilo em que se tem certeza, ad-

quirida por evidência, além de forte convicção íntima: o transporte por dirigíveis.

No início deste século, o gênio diplomático do Barão do Rio Branco deu, ao Brasil, a demarcação definitiva de suas fronteiras políticas. Em 1960, o gesto histórico da inauguração de Brasília significou, antes de tudo, a decisão brasileira de buscar a interiorização do País e, assim, fazer com que, antes da virada desse mesmo século, sua fronteira econômica pudesse coincidir com as fronteiras políticas, atingindo os limites da Amazônia brasileira.

A façanha implicou em integrar, em menos de meio século, as economias florescentes do centro-sul e, até mesmo, a do nordeste, enquanto se buscava estender seu ritmo de desenvolvimento aos quase dois terços do território brasileiro, situados ao norte e a oeste da nova Capital, levando-o por con-

* Major de Intendência e Estado-Maior.

seguinte ao coração do continente sul-americano.

Já descortinando o alvorecer do século XXI, pode-se dizer que essa meta foi em grande parte atingida, apesar de alguns hiatus significativos ainda permanecerem. Entre estes, vale destacar a infra-estrutura de transportes, elemento imprescindível na ocupação das novas fronteiras econômicas.

Face ao imperativo do empreendimento aos seus custos extremamente elevados, e aos parâmetros ecológicos a serem levados em conta, o dirigível apresenta-se como uma solução que, não sendo uma panacéia, atende parcialmente aos requisitos essenciais da empreitada. Quando se atenta, ao mesmo tempo, para as necessidades de reconstrução e, mesmo, de expansão do sistema viário nacional nas regiões norte, nordeste e centro-sul, a opção brasileira pelo dirigível impõe-se com maior evidência.

Compreende-se que os países mais desenvolvidos, que aplicam na infra-estrutura de transportes cerca de 2,5% de seu produto interno bruto, não sintam, de maneira crucial, as vantagens dessa opção. No caso, porém, de países em desenvolvimento, aqueles que, para fazer avançar suas economias, necessitam de um sistema de transporte moderno, mas que, ao mesmo tempo, amargam limitações, decorrentes dos recursos insuficientes de que dispõem para implantá-lo, o dirigível é uma solução que se ajusta, como uma luva, a muitas de suas necessidades.

A fim de melhor entender a oportunidade que o dirigível oferece ao sistema de transportes do Brasil e, de modo geral, dos países em desenvolvimento, é conveniente explicitar os serviços de maior relevância que ele presta e a estratégia a ser seguida para tornar realidade sua aplicação no País, sobretudo na Amazônia.

O DIRIGÍVEL E OS SEUS PROJETOS DE APOIO

O dirigível, por ter a capacidade de navegar de dia e de noite, seja por voo visual (VFR), seja por instrumento (IFR) permite uma autonomia em grande escala, oferecendo excepcional conforto aos usuários, pois está livre de ruídos, tem baixíssima vibração e boa visibilidade. Além disso, sofre baixa interferência eletromagnética, fruto da sua estrutura ser de material composto (composite), oferece possibilidades de cumprir missões de busca de salvamento, vigilância aérea, patrulha, apoio em calamidade pública, transporte de pessoal e material, e pode proporcionar excepcional ação de presença do Exército Brasileiro nos diferentes rincões do País.

Em consequência, especialistas e empresários estão desenvolvendo estudos e ações para que, muito brevemente, tenhamos um dirigível cortando os céus de nossa Amazônia, conduzindo esperança e sobrevivência para razoável parcela da população fronteiriça do norte e do noroeste da Nação.

O projeto "Dirigíveis na Amazônia" iniciou-se quando, prestes a findar o ano de 1990, recém-chegado à Base de Aviação do Exército, em Taubaté (SP), para ser subcomandante do Centro de Instrução de Aviação, recebemos o desafio de implantar, na Aviação do Exército, as atividades TASA (Transporte Aéreo, Suprimento e Serviço Especial de Aviação).

Adquirindo experiência com as atividades de apoio às aeronaves que utilizávamos, o projeto foi ganhando forma, ao tempo em que nossa convicção aumentava, e fomos nos conscientizando que outros projetos complementares seriam necessários àquele dominante.

Durante o curso na ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), 1993-1994, buscamos aproveitar as chances que surgiam, através de palestras, do tempo dedicado ao estudo e pesquisa, bem como das viagens de instrução. Concluímos, ao longo desse período, que a formação de quadros e de um sistema informatizado de meios e circulação de transporte deveriam ser desenvolvidos.

Baseados no Sistema TRANSCAD, desenvolvido por oficiais do IME (Instituto Militar de Engenharia), logo que chegamos na 12ª Região Militar, Manaus (AM), em janeiro de 1995, iniciamos o projeto denominado "Programa Modal". Subdividido em duas fases, buscou-se com ele, primeiramente, cadastrar todas as condições de circulação e meios de transporte na área sob jurisdição daquela Região. O objetivo principal, além dos já conhecidos na área de mobilização militar, era viabilizar, nas melhores condições, a intermodalidade de transporte com os dirigíveis. Numa segunda fase, os estudos objetivavam obter resposta ao tempo real dos meios de transporte e de informações, permitindo a visualização, em tela de computador, do deslocamento de viaturas, embarcações e aeronaves, sobretudo dos dirigíveis. Esse projeto de apoio está longe de êxito.

Sem menos sucesso, a formação de quadros de transporte caminha a passos largos. Ainda no ano de 1995, intitulamos de "Projeto Formação de Quadros" aquilo que deveria minimizar as inúmeras deficiências de mão-de-obra especializada nos diversos segmentos do transporte. Buscamos sensibilizar o Ministério dos Transportes, através do SEST/SENAT (Serviço Social de Transporte/Serviço Nacional de Aprendizado do Transporte), propusemos a participação de

todas as OM (organizações militares) do Exército localizadas na Amazônia, e os convidamos à celebração de um convênio, onde formaríamos especialistas através do ensino à distância, por canal exclusivo daquele Ministério. Ficou acordado que para os assuntos de interesse do transporte militar e, nesse particular, incluiam-se os dirigíveis, poderia ser utilizada toda a infra-estrutura de ensino do SEST/SENAT.

Em consequência, a formação de equipagens de apoio às operações dos dirigíveis na Amazônia ficaram equacionadas, abrangendo unidades militares em diversas localidades dos estados do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia e Maranhão, viabilizando, dessa forma, a absorção do dirigível pelo Exército Brasileiro.

Essas unidades militares somam um efetivo considerável, incluindo boa parte dos que estão apenas cumprindo o serviço militar obrigatório e que, passando posteriormente à vida civil, ingressam no mercado formal de trabalho.

Várias parabólicas já foram instaladas, segundo as prioridades abaixo, estipuladas pelo CMA (Comando Militar da Amazônia):

- 1ª Prioridade: Centro de Operações de Transporte/12ª Região Militar - Manaus (AM); 1ª Base Logística - Boa Vista (RR); 16ª Base Logística - Tefé (AM); Comando de Fronteira do Solimões, 8º Batalhão de Infantaria de Selva - Tabatinga (AM); 17ª Base Logística - Porto Velho (RO); Comando de Fronteira do Rio Negro, 5º Batalhão de Infantaria de Selva - São Gabriel da Cachoeira (AM); 8º Batalhão de Engenharia de Construção - Santarém (PA); 23º Batalhão Logístico - Marabá (PA); Centro de Operações de Transporte / 8ª Região Militar - Belém (PA); Comando de Fronteira do Amapá, 3º Batalhão de Infantaria de Selva -

Macapá (AP); Comando de Fronteira do Acre, 4^a Batalhão de Infantaria de Selva - Rio Branco (AC).

- 2^a Prioridade: 61^a Batalhão de Infantaria de Selva - Cruzeiro do Sul (AC); 54^a Batalhão de Infantaria de Selva - Humaitá (AM); 50^a Batalhão de Infantaria de Selva - Imperatriz (MA); 51^a Batalhão de Infantaria de Selva - Altamira (PA); 53^a Batalhão de Infantaria de Selva - Itaituba (PA); Comando de Fronteira de Rondônia, 6^a Batalhão de Infantaria de Selva - Guaporé-Mirim (RO).

- 3^a Prioridade: 1^a Pelotão Especial de Fronteira - Iauaretê (AM); 2^a Pelotão Especial de Fronteira - Querari (AM); 3^a Pelotão Especial de Fronteira - São Joaquim (AM); 4^a Pelotão Especial de Fronteira - Cucuí (AM); 5^a Pelotão Especial de Fronteira - Maturacá (AM); 1^a Pelotão Especial de Fronteira - Palmeiras do Javari (AM); 2^a Pelotão Especial de Fronteira - Ipiranga (AM); 3^a Pelotão Especial de Fronteira - Vila Bitencourt (AM); 4^a Pelotão Especial de Fronteira - Estirão do Equador (AM); 1^a Pelotão Especial de Fronteira - Bonfim (RR); 2^a Pelotão Especial de Fronteira - Normandia (RR); 3^a Pelotão Especial de Fronteira - B V - 8 (RR); 4^a Pelotão Especial de Fronteira - Surucucus (RR); 5^a Pelotão Especial de Fronteira - Auaris (RR); 1^a Companhia Especial de Fronteira - Brasiléia (AC); 2^a Pelotão Especial de Fronteira - Assis Brasil (AC); 3^a Pelotão Especial de Fronteira - Plácido de Castro (AC); 1^a Pelotão Especial de Fronteira - Forte Príncipe da Beira (RO); Companhia Especial de Fronteira - Clevelândia (AP); 2^a Companhia do 2^a GEC - Caracaraí (RR).

- 4^a Prioridade: Tiro de Guerra de Boca do Acre - Prefeitura (AM); Tiro de Guerra de Eirunepé - Prefeitura (AM); Tiro de Guerra de Maués - Prefeitura (AM); Tiro de Guer-

ra de Manacapuru - Prefeitura (AM); Tiro de Guerra de Parintins - Prefeitura (AM).

O DIRIGÍVEL EM COMPARAÇÃO A OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE

Alguns outros projetos de apoio aos dirigíveis na Amazônia ainda estão em estudo, sem, contudo, apresentarem forma definitiva.

Os dirigíveis têm múltiplas aplicações.

Segundo estudos produzidos pela Westinghouse Airships-Inc., um dirigível realizando um trabalho de varredura de Boa Vista (RR) até Rio Branco (AC), cobrindo um raio de 300km ao longo do itinerário, levaria cerca de 24 horas, além de viabilizar o transporte de pessoal e material de forma confortável e, talvez, a mais segura dentre os meios de transportes existentes na atualidade.

Um dirigível é, por definição, um veículo que se desloca no ar, sustentado por um gás mais leve do que este e equipado com motores de propulsão e mecanismos de controle. O gás de sustentação é, usualmente, o hélio, mas pode ser, também, o hidrogênio, o ar aquecido (normalmente usado em balões) e, mesmo, o vapor d'água.

Os dois principais tipos de dirigíveis são o *não rígido* (ou flexível) e o *rígido*. O *não rígido* ("blimp") colapsa quando o gás é removido.

O dirigível do tipo rígido (ou Zeppelin) foi construído na Alemanha no início deste século, conforme invento do general aeronauta Von Zeppelin. O sucesso desse tipo de veículo como meio de transporte e sua reconhecida segurança terminaram com o célebre acidente que destruiu, pelo fogo, o Hindenburg, em Lakehurst, New Jersey.

(EUA), em 6 de maio de 1937. Até a presente data, não se conseguiu apurar as verdadeiras causas do acidente, apesar de inúmeras tentativas.

Segue, um quadro comparativo entre diferentes modais, comumente operantes na Amazônia:

O DIRIGÍVEL CANADENSE

O Canadá desenvolve o projeto Pan Atlantic CAS-1.200 — Cargo Air System, do qual foi concebido e elaborado o primeiro protótipo em 1988. Em setembro de 1990, o segundo protótipo foi elaborado e testado, até setembro de 1991. Após vários testes, o CAS-1.200 tem previsão de realizar vôos de

DE	PARA	AERÓVIA EM KM	TEMPO AE (C-130)	TEMPO ESTIMADO DIRIGÍVEL (HORAS)	AQUAVIA em KM	TEMPO AQUA EM DIAS	
						IDA	VOLTA
MANAUS	B. VISTA	670	1h46min	9	1.100	09	05
MANAUS	S. G. CACHOEIRA	861	2h15min	11	1.037	11	04
MANAUS	TABATINGA	1.115	2h56min	14	1.756	15	07
MANAUS	CRZ DO SUL	1.600	4h15min	20	4.333	30	15
MANAUS	RIO BRANCO	1.120	3 horas	14	2.943	22	12
MANAUS	PORTO VELHO	750	1h55min	10	1.470	10	06

QUEM ACREDITA EM DIRIGÍVEIS

Muitos países estão pesquisando os dirigíveis. Todavia têm destaque reconhecido no cenário mundial: Estados Unidos, Rússia, China, Canadá, Austrália, Alemanha e Inglaterra.

Isso não é de hoje. Um exemplo interessante é o ZR-1, Shenandoah que foi uma cópia do dirigível L-49, forçado a aterrissar na França, em 1918, quando da Primeira Guerra Mundial. A França passou a tecnologia para os Estados Unidos da América, constituindo-se a base dos dirigíveis norte-americanos de grande porte.

Curiosamente, países com grandes dimensões territoriais como o Brasil, são os mais dedicados. Alguns deles, visando a atingir pontos de difícil acesso, estão buscando desenvolver projetos que permitam o transporte de grandes tonelagens.

pré-produção em junho de 1996. O custo inicial do projeto, incluindo os protótipos, foi da ordem de 10 milhões de dólares. É o projeto mundial que ocupa o segundo lugar na capacidade estimada de transporte de carga: 582.412kg.

O DIRIGÍVEL RUSSO

O primeiro lugar do ranking pertence a Rússia. O projeto Thermoplane ALA-600 (Figura 1) estima transportar na ordem de 600.000kg de carga. A previsão de conclusão do projeto e início de operação é no ano 2000.

O DIRIGÍVEL NORTE-AMERICANO

Os dirigíveis vêm prestando valiosos serviços a diferentes nações. Apenas como exemplo, o TCOM 32 M e 71 M apoiam, ou

Mais de 100 dirigíveis voaram na Amazônia. A maioria deles era de passageiros e turistas. A maioria era de passageiros e turistas. A maioria era de passageiros e turistas.

1. Estabilizadores Vertical e Horizontal Dianteiros;
2. Estrutura interna;
3. Ar quente;
4. Esferas de Hélio;
5. Estabilizadores traseiros;
6. Módulo de Fuselagens;
7. Plataforma de carga;
8. Motores;
9. Revestimento da estrutura

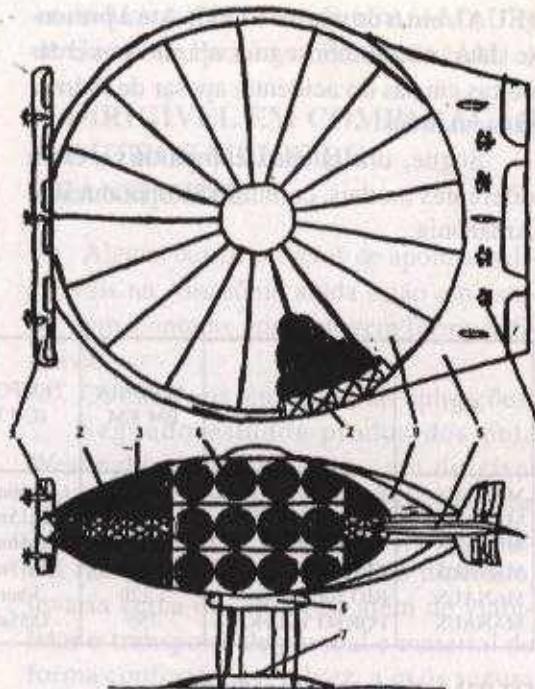


FIGURA 1: O Thermoplane ALA-600

estão planejados para apoiar, a Força Aérea Americana em 16 pontos: *Yuma* e *Fort Huachuca*, no Arizona; *Deming*, no Novo México; *Marfa*, *Eagle Pass*, *Rio Grande* e *Metagorda*, no Texas; *Morgan City*, na Louisiana; *Alabama Point*, no Alabama; *Horseshoe Beach*, *Venice* e *Cudjoe Key*, na Florida; *High Rock*, *Georgetown* e *Great Inagua*, nas Bahamas; e *Lajas*, em Porto Rico.

Apoiam ainda: o Exército americano; a Guarda Costeira americana; a Coréia do Sul (com 8 engenhos); o Kwait (com 2 engenhos); a Arábia Saudita; e os Emirados Árabes.

O DIRIGÍVEL ALEMÃO

O dirigível WDL-1, há mais de 20 anos prestando serviços a vários clientes na Europa, Japão e Estados Unidos tem, como principal propósito, a propaganda, e seu en-

velope já foi logotipado pela Fuji Film, TDK Eletronic, Cerveja Hofbräu, Cerveja Wicküler, Schwab Versandnauss, Vereinte Versicherungen, Mc Donalds, Sea World, e Metropolitan Life Insurance.

DIFERENTES DIRIGÍVEIS NO MUNDO

Na página seguinte é apresentado um quadro comparativo entre alguns dirigíveis existentes e/ou em projetos no mundo.

O DIRIGÍVEL HÍBRIDO

Uma nova tecnologia busca desenvolver os dirigíveis híbridos, os quais foram projetados para servir como um veículo de transporte médio a pesado, com a capacidade de realizar pouso e decolagens super curtos (*Super-Stol*) ou mesmo verticais

PAÍS	MODELO	ENVELOPE					PESO VAZIO	CARGA PERMITIDA	VELOCIDADE MÁXIMA
		COMPRI- MENTO (M)	LARGURA OU DIÂMETR. MÁX. (M)	ALTURA INCLUI GÓNDOLA (M)	VOLUME (M ³)	VOLUME BALONET (M ³)			
AUSTRÁLIA	AHA-HORNET LV	15,24	3,81	4,88	121,8	2*12,18	152,4	92,5	93
CANADÁ	PAN ATLANTIC CAS 1200	457,28	60,96	ND	1,13 MILHÕES	0,23 MILHÕES	196.508	562.412	153
	MAGNUS 60	ND	18,29	ND	3.203,5	320,3	ND	454	56
CHINA	SARI 82-1	8,7	2,8	ND	29	ND	ND	33	50
	SARI 82-2	9,2	2,4	ND	30	ND	ND	24	60
ALEMANHA	WDL 1	58	ND	18,90	6.429	ND	ND	1.180	60
	WDL 1B	60	16,40	19,20	7.200	ND	5.100	1.180	60
	ZEPPELIN LZN 30	110	22,3	ND	30.000	ND	ND	15.000	140
RÚSSIA	DKSA DP-800	62	15,75	ND	8.040	ND	3150	3000	110
	THERMO-PLANE ALA 40	ND	40	19.410	5800 HR 4860 AQ	ND	6150	2150	110
	THERMO-PLANE ALA-100	140	138	ND	ND	ND	ND	100.000	110
	THERMO-PLANE-300	195	184	ND	ND	ND	ND	300.000	110
	THERMO-PLANE 600	210	198	ND	ND	ND	ND	600.000	180
INGLATERRA	CAMERON DP 60	38,48	11,28	13,72	5.699	ND	ND	149	28
	CAMERON DP 70	32,31	11,84	14,63	1.982,2	ND	ND	222	28
	CAMERON DP 80	33,81	12,19	13,24	2.265,3	ND	ND	285	28
	CAMERON DP 90	35,65	12,80	13,54	2.548,3	ND	ND	339	28
	THUNDERSCOLT GA 42	27,5	9,2	ND	1.189,3	2*31,5	ND	1.100	34
	ABC A-40 PLUS LIGHTSHIP	39,01	10,01	ND	1.925,5	ND	1.216	680	35
ESTADOS UNIDOS	AEROS 50	23,93	10,38	12,01	750,4	187,6	ND	ND	145
	AEROS 500	34	18	23,6	8.500	2*4.660	ND	ND	200
	TCOM 32M	32	ND	ND	1.700	ND	ND	400	ND
	TCOM 71M	71	ND	ND	10.335	ND	ND	1600	ND
	THOMPSON AIRSHIP	26,91	7,91	ND	695	97,9	695	33	53
	ULTITA UM 10-23	25,48	8,15	8,97	658,4	144,8	427	32	72
	ULTITA UM 30-71	41,43	9,94	13,65	2.022,3	404,4	1.386	231	72
	IPSHIP 100-001	30,48	6,1	7,52	620,8	124,17	363	181	53
	WAI SKYSHIP 600	39	19,2	20,3	6.665	1.733	ND	2.343	107
	WAI SENTINEL 1000	67,5	16,7	20,2	10.700	2.405	ND	4.200	102
ESTADOS UNIDOS	WAI SENTINEL 1240	72,5	18	21,6	12.400	3.720	ND	5.730	96
	WAI SENTINEL 5000	129,54	32	46,33	70.792	ND	ND	27.375	163

("VTOL"). Pode assim operar tanto em aeroportos convencionais (necessitando de uma pista mínima), quanto em locais desprovados de infra-estrutura terrestre. Tem, dessa forma, a capacidade de pousar e decolar de praticamente qualquer local, seja na terra ou na água.

Perfeitamente compatível com a realidade amazônica, o dirigível híbrido constitui-se em mais uma opção a ser analisada pelos especialistas de transporte e demais interessados, que acreditam que o dirigível muito breve se incorporará ao modal aerooviário de nossa região.

As informações a seguir foram obtidas junto aos projetistas do referido engenho e podem sofrer alterações de acordo com o desenvolvimento do projeto.

O dirigível híbrido (Figuras 2 e 3) apre-

senta uma boa capacidade em termos de operações no transporte aéreo, tendo sido projetado para cobrir etapas de 150 a 1500 milhas náuticas (280 a 2800km), a um custo de aquisição e operação que é 50% inferior, quando comparados aos de aeronaves convencionais, e podendo realizar o transporte pesado VTOL por apenas uma fração (20 a 30%) do custo, quando se utiliza grandes helicópteros cargueiros.

Para além das funções de transporte, o dirigível híbrido tem a capacidade de atuar, com vantagens, em tarefas tão diversas como operações de auxílio a áreas que sofreram grandes desastres naturais, missões de busca e salvamento, apoio logístico militar, sensoreamento remoto de longa duração e apoio à construção civil em áreas remotas e/ou de difícil acesso.

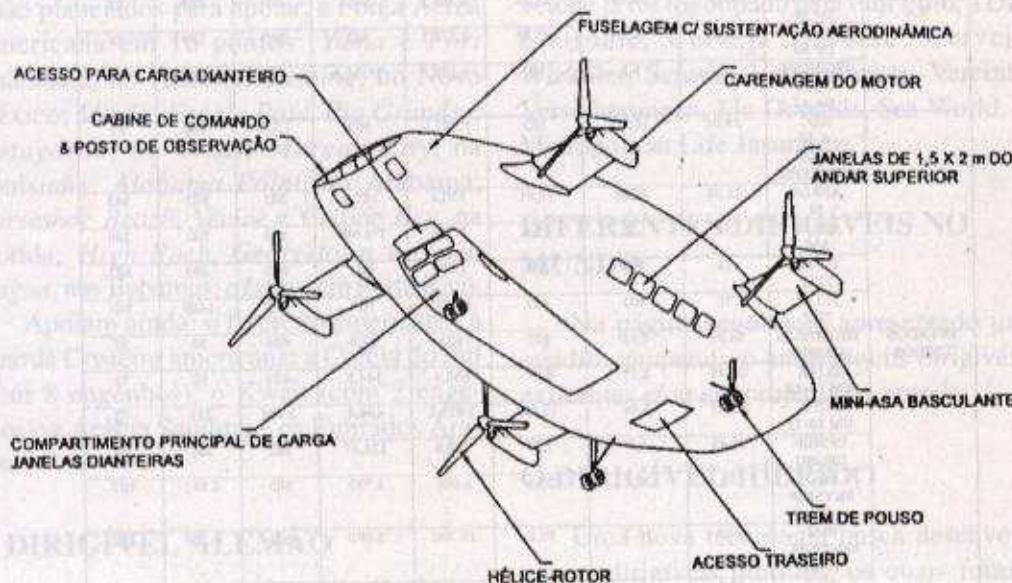
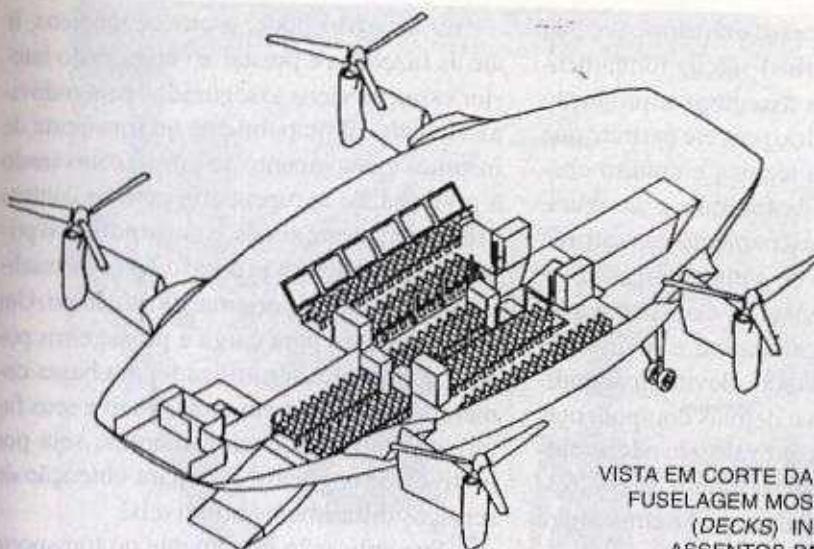


FIGURA 2: Vista em perspectiva do dirigível híbrido HA-43 (desenho derivado de patente de Out/95)



VISTA EM CORTE DA METADE INFERIOR DA FUSELAGEM MOSTRANDO OS ANDARES (DECKS) INFERIOR + SUPERIOR E ASSENTOS PARA 240 PASSAGEIROS

FIGURA 3: Vista isométrica do HA-43 (desenho derivado de patente de Out/95)

OS PRIMEIROS PASSOS NO BRASIL

Em novembro de 1995 foi realizado em Brasília, sob os auspícios dos Ministérios dos Transportes, Aeronáutica e Meio Ambiente (Secretaria da Amazônia Legal), um encontro que se caracterizou, muito provavelmente, como um marco histórico na entrada definitiva dos dirigíveis, como elemento de destaque relevância, no sistema de transportes do País, num gesto certamente pioneiro, que abrirá caminhos para outros países em desenvolvimento.

A parceria entre o Governo e a iniciativa privada que distinguiu esse encontro constitui, ao mesmo tempo, um passo importante a ser assinalado. Nesse particular, o Exército Brasileiro tem possibilidades de participar sem onerar seus recursos, considerando sua grande estrutura de apoio na Região Amazônica.

Dado que os avanços tecnológicos permitem desenhar dirigíveis à altura do século XXI, vislumbram-se a cada dia novos usos a serem atendidos, com vantagens, por esse tipo de aeronave. A sinalização que o Governo brasileiro está dando aos empresários, isto é, produtores, Forças Armadas, operadores e eventuais usuários, pode significar a decolagem segura para que o programa de dirigíveis no Brasil saia da prancheta e comece a fazer parte integrante, não apenas do sistema de transportes, mas também da infra-estrutura sócio-econômica nacional.

ALGUMAS POSSIBILIDADES VISUALIZADAS

Em termos de transporte de carga e passageiros, é bom lembrar que o Brasil dispõe, pelas estimativas atuais, de uma rede de 1 milhão e 300 mil quilômetros de rodovias vicinais. Esse subsistema de vicinais (rede

capilar, estradas de acesso e coletoras até 500 veículos médios diários) são de fundamental importância para assegurar a produção agropecuária brasileira, pois ele permite que insumos, assistência técnica e crédito cheguem até a porteira da fazenda, e assegura, ao mesmo tempo, o escoamento das safras e o início do processo de comercialização.

Nas áreas amazônicas, esse sistema de vicinais é pouco significativo e o custo de sua manutenção elevado, devido às condições de clima e solo e demais componentes dos ecossistemas que prevalecem nessas áreas (Foto 1). Os igarapés, muitas vezes, respondem às necessidades, mas nem sempre satisfatoriamente.

No ano de 1995, viveu-se uma seca incomum e muitos municípios amazonenses tiveram dificuldade em sobreviver. Por muito pouco, a Operação Tarauacá, tornou-se inexequível pelo modal aquaviário (Foto 2).

O dirigível pode, a custos módicos, ir até as fazendas e prestar ao homem do interior esses serviços assegurados pela rodovias vicinais, principalmente no transporte de insumos e escoamento de safras, conectando a propriedade agropecuária com os centros urbanos mais próximos, e constituindo o primeiro elo do longo processo de comercialização dos produtos originados no campo. Um dirigível misto para carga e passageiros poderá igualmente ser utilizado, em bases comerciais, pelo homem interiorano e seus familiares em seus deslocamentos, seja por motivos de negócios, seja para obtenção de serviços dificilmente atingíveis.

Sua aplicação igualmente no transporte de cargas indivisíveis de grande peso e massa (por exemplo: turbinas), às vezes penosamente deslocadas por veículos que trafegam na superfície, pode trazer igualmente vantagem apreciável.



FOTO 1: Durante o período das chuvas as poucas estradas existentes na Amazônia ficam de difícil circulação



FOTO 2: Operação Tarauacá: Transporte de material militar pelo modal aquaviário

Nos anos mais recentes, o dirigível tem sido empregado com mais freqüência em atividades de publicidade, sobretudo em grandes centros urbanos. De maneira análoga, os meios de comunicação social, especialmente os canais de televisão, o têm utilizado em ritmo crescente para a cobertura de eventos de massa, pois esse veículo menos pesado do que o ar presta-se com vantagem para fotografar e filmar tais eventos de um ângulo privilegiado. Aventa-se igualmente a proposta de que venham a ser utilizados por companhias de correios em áreas de acesso mais difícil, como extensas áreas da Amazônia.

Seu emprego em programas turísticos, especialmente no ecoturismo, configura-se igualmente como uma aplicação a ser significativamente expandida ao longo da próxima década, permitindo aos usuários turistas um aproveitamento máximo e repousante

nessa atividade de lazer, dentro dos curtos períodos de tempo de que dispõem.

Nas situações de emergência, tais como desastres, enchentes, incêndios e outras calamidades públicas, essa aeronave leva igualmente vantagem sobre seu competidor imediato, o helicóptero, em termos de custo, capacidade e segurança. No presente estágio da tecnologia, o gás utilizado é o hélio (não inflamável), e o material do balão é constituído por materiais da mais alta resistência dentro dos modernos padrões tecnológicos.

Nos programas de vigilância e segurança, os dirigíveis foram vantajosamente utilizados no Brasil, no patrulhamento das costas brasileiras, especialmente norte e nordeste, durante a Segunda Guerra Mundial. Ainda existe hoje, no Amapá, uma antiga base (desativada) de dirigíveis que é visitada como atração turística. Seu emprego no patrulha-

mento da Amazônia parece ter lugar assegurado, mesmo que o país venha a adotar programas mais sofisticados de vigilância e defesa.

O programa de controle e fiscalização ecológica, bem como as possibilidades de estudo e pesquisa *in loco* crescerão sensivelmente com a utilização desse veículo. Nessa mesma perspectiva, a vigilância tanto do tráfego urbano, como no tráfego ao longo das rodovias, pode trazer, às vias arteriais e coletoras brasileiras, redobrada segurança e a possibilidade de proporcionar, aos fluxos de transportes, maior fluidez.

No hemisfério norte, o dirigível já tem sido aplicado em atividades de extrativismo vegetal, notadamente exploração de madeira em lugares menos acessíveis das Montanhas Rochosas. É verdade que nessas florestas heterogêneas (caso predominante na Amazônia Legal), o emprego do dirigível apresentaria vantagens ainda maiores, permitindo o corte seletivo de espécimes já maduros para o abate, sem prejuízos do seu ecossistema, e evitando que se derrubem a árvore indesejada. Resta, entretanto, verificar sua viabilidade econômica.

O dirigível tem sido apontado como ideal para localização de cardumes, prospecção mineral, identificação de plantas medicinais e frutos alimentícios da floresta. Acima de tudo, ele poderá ajudar significativamente a implantar um sistema de extrativismo responsável, que preserve e enriqueça os meios físicos e bióticos dos ecossistemas brasileiros.

O COOP TRNP 12ª RM (Centro de Operações de Transporte da 12ª Região Militar), gerenciador dos transportes na área sob jurisdição da 12ª RM, tem enfrentado dificuldades para atender às necessidades de seus clientes. Sem dúvida, os dirigíveis podem

diminuir grande parte das dificuldades encontradas no momento.

Com auxílio dos dirigíveis, haverá condições para promover, entre outros, o aproveitamento econômico dos espaços vazios do País, com evidentes benefícios sociais e respeito à natureza: desbravamento e ocupação racional da Amazônia. De fato, os dirigíveis podem ser destinados ao transporte de produtos agropastoris, casas pré-fabricadas para implantação de pequenas comunidades e pelotões militares, pesquisas de minérios, transporte de equipamentos para construções pesadas e operação de obras de engenharia (pontes, microusinas etc...), transporte de veículos em geral, excursões turísticas, atendimento aos serviços de proteção, segurança de fronteiras, e assim por diante. Podem, ainda, quando transformados em pequenos postos de saúde ou hospitais móveis, atender às diferentes comunidades espalhadas pelas regiões em desenvolvimento. Evidentemente, com o decorrer da experiência, diferentes outros benefícios seriam prestados pelos dirigíveis.

Além disso, os dirigíveis podem ser considerados como um meio suplementar aos atuais meios de transporte para passageiros e carga. O transporte, como indústria e prestação de serviços, gera, nos países mais desenvolvidos, uma das maiores frações do produto nacional bruto (cerca de 20% nos Estados Unidos). Um em cada dez trabalhadores é empregado em mover bens e passageiros de um lugar ao outro. Atividades dessa magnitude envolvem energia e recursos elevados.

Esses fatos são, também, motivação oportuna para se pesquisar outros meios que conduzam a um melhor desempenho da função transporte no País, sobretudo na Amazônia.

O DIRIGÍVEL INTEGRADO AOS OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE

A dificuldade de circulação e as restrições peculiares da Região Amazônica, colocaram os especialistas de transporte na obrigação de pesquisar constantemente soluções que possam ser viáveis.

A viabilidade sob uma análise de custo e benefício, não são tão inúmeras, considerando a magnitude dos problemas e o conjunto pouco diversificado de soluções.

Como exemplo, podemos citar o artigo do jornal *A Crítica*, Manaus (AM), de 11 de fevereiro do corrente, quando aborda a extração de madeira em nossa região. A dificuldade de extração e o excesso dos desmatamentos tornam essa atividade alvo de constantes discussões. Em breve, poderão estar sendo recebidas cerca de 50 madeireiras de Paragominas (PA) que pretendem se instalar no município de Itacoatiara (AM), a 280km de Manaus. Segundo a WWF, instituição de defesa do meio ambiente, as empresas querem explorar uma área de 2 milhões de hectares e produzir 41,25 mil metros cúbicos de madeira por mês, sendo mais de 50% desse total destinado à exportação.

Seguindo o princípio de que *Zeit ist Geld* (tempo é dinheiro), a técnica de carga externa executada por gancho de aeronaves de asa rotativa e/ou dirigíveis aparece no cenário do transporte aéreo como imprescindível para sua viabilização, dentro do que prescreve a técnica e a segurança para tarefas dessa natureza.

A aeronave de asa rotativa que melhor se adapta àquele tipo de tarefa é o Helicóptero Mi-26, de fabricação russa, que está sen-

do oferecida ao mercado, à forma de *leasing*, sob condições bem razoáveis. Tem a capacidade de transportar 20 toneladas de carga externa ou interna, prestando-se ao transporte de caminhões, equipamentos, operários, material etc. de forma rápida a pontos de difícil acesso. É o maior helicóptero do mundo em vôo. Vários países adotam o Mi-26, o qual vem se destacando de forma marcante, sem similar no mercado.

A combinação do Mi-26 com o dirigível caracteriza uma forma prática do modal aerooviário que, em combinação com outros modais, através de uma intermodalização com o modal aquaviário em balsas ou navios, com o modal rodoviário em caminhões e carretas e com o modal ferroviário a longo prazo, em consequência da construção da FERRONORTE, poderão tornar efetiva e muito rentável a extração de madeira ou outras necessidades.

O QUE ESTAMOS ESTUDANDO

Podemos citar, como dirigíveis que estão sendo estudados pelo projeto "O Dirigível na Amazônia", o Thermo Plane ALA-600 e o DKBA DP-800, da Rússia; os WDL I e IB, o Zepelin N05 L2 N07 - L2 N17 - L2 N30, e o D-ORCA, da Alemanha; o AHA, da Austrália; os SPA/2 e 3, o Pan Atlantic/CAS 1200 e o Magnus 600, do Canadá; o Sari Shen ZHOU-2, da China/Alemanha; o Aerazur, da França; o Cameron DP Series, o Lindstrand AS 300 e os Colt AS 80 e AS 105, da Inglaterra; os ABC A-60 PLUS e A-120 Light ship; o Aeros 50 500 e o WAI Skyship / Sentinel Series, dos Estados Unidos.

Nas fotos 3 a 5, vôo de análise realizado em S. Francisco, Califórnia, em dezembro de 1995.



FOTO 3: Interior do dirigível SKYSHIP-600



FOTO 4: Equipagem de solo apoiando a decolagem do SKYSHIP-600



FOTO 5: O SKYSHIP-600 no ar

CONCLUSÃO

Quem acredita profundamente, empenha sua vida por uma causa, por um ideal ou por uma pessoa. Temos o credo de sobrepujar esse obstáculo, que se constitui em mais um exercício para técnica, o talento e o esforço de todos aqueles que também crêem e

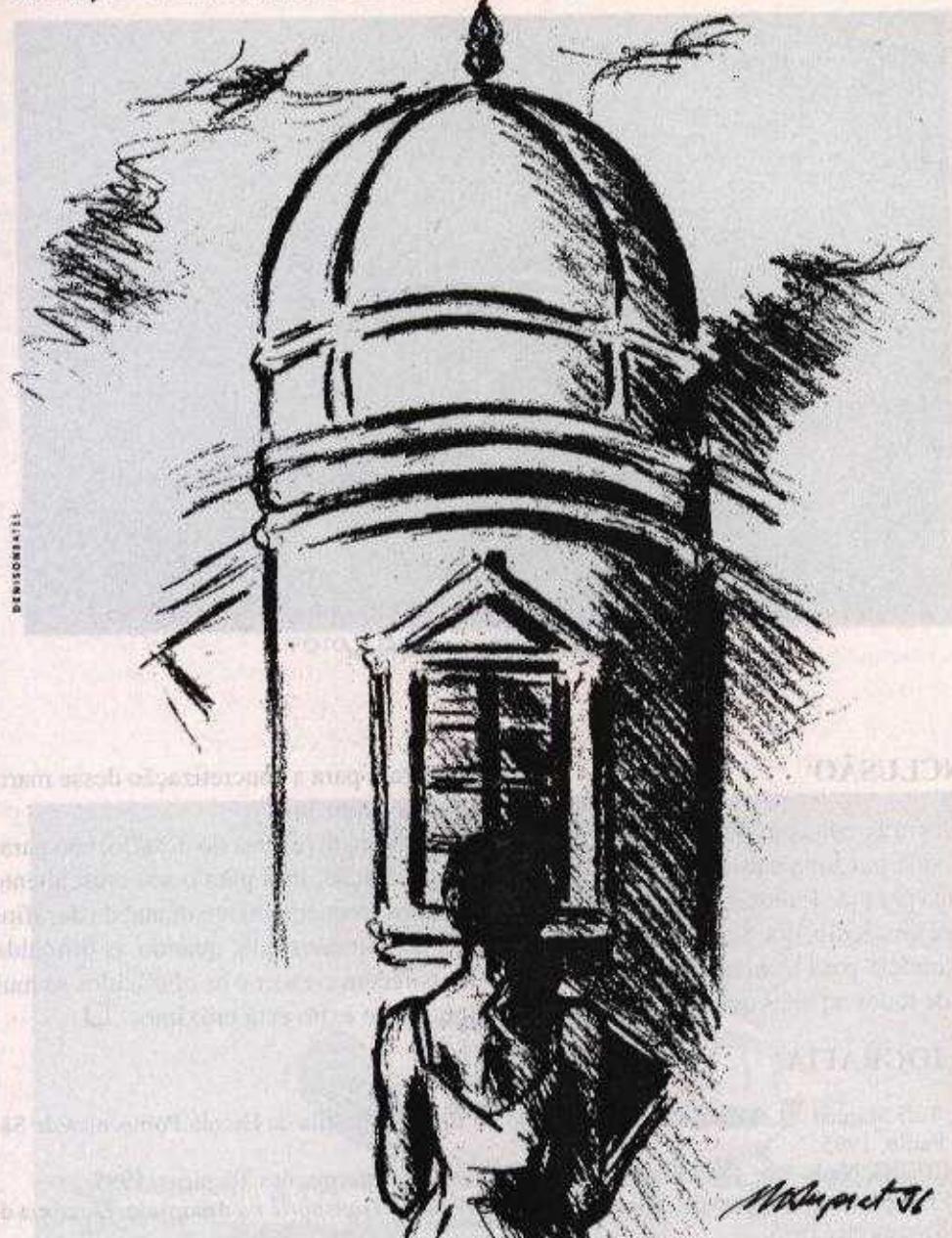
cooperam para a concretização desse marco à nossa Amazônia.

O homem precisa do desafio, não para a sua satisfação, mas para o seu crescimento. Estamos frequentemente diante de desafios, mas acreditamos que, quando as dificuldades parecem crescer e os obstáculos se multiplicam, o êxito está próximo. □

BIBLIOGRAFIA

- ASSY, Tufi Mamed. *O Dirigível e sua aplicação no Brasil*. Apostila da Escola Politécnica de São Paulo, 1995.
- BAUMBERG, Nick. *Pan Atlantic Aerospace Corp Canadá*. Informações Técnicas, 1995.
- ELIPPES, Marcelo Augusto de. Monografia *O Batalhão de Transporte na Amazônia*. Diretoria de Transporte, 1995.
- ELIPPES, Marcelo Augusto de. *Projeto Dirigíveis para a Amazônia*, 1990.
- HYBRID AEROSPACE INC. Palestra proferida pela empresa no auditório do Ministério dos Transportes, 1995.
- HERMO PLANE DESIGN BUREAU. Informações Técnicas, 1995.
- ARELLA GOMES, Sérgio. Palestra proferida no auditório do Ministério dos Transportes, 1995.
- WESTINGHOUSE AIRSHIPS INC. Palestra proferida pela empresa no auditório do Ministério dos Transportes, 1995.

ESPAÇO CULTURAL DOS CORREIOS, POR MARCOS DUPRAT.



Você está vendo como o artista plástico Marcos Duprat vê o prédio do Espaço Cultural dos Correios. Agora, se você quer ver como pintores naïfs, escultores, grupos teatrais, produtores de vídeo, criadores de cinema de animação, artistas performáticos e muitos outros vêm a realidade, é só visitar um dos prédios mais bonitos do Rio de Janeiro. Faça um passeio pelo Espaço Cultural dos Correios. Você vai conhecer o que há de melhor em arte.



CORREIOS
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES





A DEFESA NACIONAL

A Desinformação no Brasil

Osmar José de Barros Ribeiro*

O artigo trata de uma atividade exercitada diuturnamente contra as nações no mundo atual, sem que as elites decisórias, a população em geral, ou mesmo ambas, se dêem conta do processo de perda da identidade nacional a que estão sendo submetidas.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

A Desinformação consiste, em última análise, na manipulação de conhecimentos e/ou dados, sejam eles reais ou não, com o objetivo de iludir ou confundir um centro de decisões adverso, tanto com objetivos táticos quanto estratégicos. Seu emprego tem lugar em quaisquer das expressões do Poder, sendo o êxito medido pelo grau de aceitação alcançado pelas proposições feitas.

Quem se der ao trabalho de analisar, de forma sucinta mas com olhos críticos, o noticiário da mídia sobre o nosso País, logo verificará que somos alvo de vários operações de desinformação, umas partidas do exterior e outras de origem interna, todas

buscando, com maior ou menor sucesso, enfraquecer a vontade de lutar e a capacidade de resistir aos "cantos de sereia" que nos chegam das mais variadas fontes, sejam eles dirigidos à população em geral ou às elites em particular.

Da análise, não restará dúvida quanto ao fato de estar o Estado brasileiro sendo minado em suas bases, conforme afiança Alvin Toffler, em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*,¹ por "contraforças apátridas que vão, dos mercados globais de moedas e de títulos da dívida pública, à Internet; da Igreja Católica, às inúmeras seitas religiosas mundiais; dos narcotraficantes, às organizações internacionais, como o Greenpeace".

Os alvos preferenciais da Desinfor-

* Tenente-Coronel de Infantaria e Estado-Maior

1. Edição de 9 de abril de 1995.

mação, conforme assinalado anteriormente, podem ser as elites decisórias, a população em geral ou mesmo ambas. Hoje, como poucas vezes em nossa História, é verdadeira a afirmação de Goebbels, o conhecido "papa" da propaganda nazista: "nós não falamos para dizer alguma coisa, mas sim para obter um determinado efeito".

A Desinformação encontra campo fértil na pseudo-imparcialidade dos que temem a tomada de posições claras e incisivas e, não menos grave, entre aqueles cuja preguiça mental os leva a emitir opiniões sem conhecimento de causa, com base em idéias criadas, sob medida, pelas partes interessadas na sua disseminação.

E é nesse palco, o nosso vasto Brasil, que os atores (principalmente os *agentes de influência*, as organizações não-governamentais — ONGs, e os meios de comunicação social) se movimentam, contando com uma audiência sempre propensa a aceitar, sem discussão, suas idéias.

OS AGENTES DE INFLUÊNCIA

Por definição, *agente de influência* é todo aquele que se vale da posição que ocupa, do prestígio de que goza e da consequente credibilidade (ainda que imerecida), para fazer valer os interesses de grupos econômicos (sejam eles nacionais ou não), de partidos políticos ou mesmo, em certos casos, de governos estrangeiros, sem levantar suspeitas quanto às razões que motivam seu procedimento. Deles, os mais perigosos são os *inocentes íuteis* (aqueles movidos pela vaidade exacerbada, pelas convicções políticas, pelas crenças religiosas ou por motivações outras, inclusive financeiras), que colaboram de forma espontânea e deixam-se manipular, qual marionetes, por seus mentores.

Em geral, o *agente de influência* possui um grande poder de penetração na mídia, sendo mesmo — e não poucas vezes — criado pela mesma. Outras tantas são "discretamente" postas em evidência por seu controlador e aceito, sem pensar, o papel de porta-voz do mesmo, em geral oculto das luzes dos refletores.

AS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs)

Sem sombra de dúvida, a mais marcante das características das ONGs é a de possuírem aquela liberdade de ação negada aos órgãos oficiais, o que lhes permite a abordagem de assuntos vedados a estes, sem qualquer preocupação com eventuais repercussões negativas.

A Fundação da Comunidade Britânica, responsável pela cunhagem da expressão "ONG" na década de 60, define-as como sendo "organizações voluntárias, independentes, sem ânimo de lucro", que buscam "melhorar as circunstâncias e possibilidades das pessoas desprotegidas" e "atuar em interesses e temas que são prejudiciais à sociedade em geral".

Para bem aquilatar o papel assumido pelas ONGs na vida nacional, é válido recorrer a levantamento feito pela revista *Veja*, em sua edição de 9 de fevereiro de 1994. À época, existiam, no Brasil, 5 mil ONGs, com um orçamento de 700 milhões de dólares² e empregando 80 mil pessoas, das quais 60 mil trabalhando em tempo integral. Destas, a quase totalidade possuía algum curso superior e cerca de 14 mil tiveram ativa militância política contra a Revolução Democrática, nas décadas de 60 e 70. E tal fato é facilmente

2. Dos quais 80% oriundos de doações externas.

explicável pois, segundo o atual deputado estadual pelo PT/RJ e propagandista da Greenpeace, Carlos Minc, antigo militante esquerdistas, "as ONGs ocupam o vazio deixado pela crise das ideologias e pela queda do comunismo".

Por falar em Greenpeace, apenas como exemplo, alguns dos objetivos declarados dessa ONG quanto à sua ação na Amazônia são:

- "ampliar as fronteiras de atuação, ao tempo em que melhora os mecanismos de atuação necessários para atingir, com boas possibilidades de êxito, a população local;
- "procurar, pela utilização de linguagem simbólica e utilizando material adequado, atingir a população do interior, em geral analfabeta, buscando conscientizá-la quanto aos problemas ecológicos da área. Ao mesmo tempo, criar pequenas células voltadas para a atuação da Greenpeace na Amazônia;
- "buscar expandir e consolidar a Organização na área, criando bases para futuras ações de controle ambiental ou qualquer outra atividade, desde que ativadas ela Organização" (o grifo é nosso).

Para as ONGs, os conceitos de "nação" e de "povo" estão superados e vivemos, nos dias que correm, uma confrontação entre a ideologia no governo mundial, supranacional, e o conceito de Estado nacional, baseado nos direitos que protegem o cidadão (povo).

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Se, nos regimes totalitários, a mídia é vista como um instrumento para dominar, dirigir e mesmo manipular a opinião pública em benefício dos interesses dos dirigentes

de plantão, nas democracias os meios de comunicação social desempenham um papel de não menor importância, tanto como veículos de propaganda quanto por representarem, se devidamente explorados, uma ativa força política. Nem por outra razão ela vem sendo o instrumento de campanhas internacionais que buscam, pelo emprego de artifícios os mais diversos, influenciar e iludir o grande público. Quem, se não a mídia, apresentou a Guerra do Golfo como uma cruzada contra o obscurantismo de Saddam Hussein quando, na verdade, sob a égide da ONU, o que se buscava nada mais era que a manutenção do fluxo de petróleo para o Ocidente? Afinal, muito particularmente em nossos dias, quando a maior parte das pessoas aceita sem discutir, como fatos fidedignos, tudo o que lhes é imposto pela mídia, o engano, a fraude, o embuste são coisas de fácil execução.

Assim, é forçoso convir que os meios de comunicação social tornaram-se um instrumento de dominação, posto serem capazes de manipular a chamada *opinião pública* conforme os interesses de grupos políticos e/ou econômicos.

ALGUNS EXEMPLOS DE DESINFORMAÇÃO

Torna-se válido, por todos os motivos, relembrar que as estratégias de dominação ou de proteção de poder atribuem singular importância aos êxitos obtidos sem o emprego da força, haja vista que este acarreta custos e riscos normalmente elevados. Destarte, mais e mais, os meios militares vêm sendo utilizados em respaldo às ações empreendidas em outras expressões do Poder ou como fator de dissuasão para enfrentá-las. Por outro lado, a cada dia fica mais óbvio o inte-

resse das nações desenvolvidas em manter as demais num estágio de subordinação. A essa atitude, bem poderíamos chamar de *neocolonialismo*. Trata-se da firme e indifarçável tendência de perpetuar o poder nas mãos do G7,³ onde os norte-americanos são a nação militarmente mais forte.

Esses países, cumpre salientar, dão grande importância a temas tais como *democracia, direitos humanos e ecologia*, posto possuírem elevado apelo na opinião pública mundial. Contudo, nas decisões tomadas pela ONU, o que menos existe é democracia, já que suas atitudes são determinadas pelos interesses dos países com assento permanente no Conselho de Segurança.

Outrossim, em nome da defesa dos direitos humanos e da preservação da ecologia é possível justificar quase tudo: da intervenção militar para combater o narcotráfico ao desmembramento de um território ou o estabelecimento de zonas de exclusão, tanto a fim de garantir a sobrevivência de "nações" indígenas quanto de minorias étnicas ou, até, a pretensão de internacionalizar os recursos naturais de uma nação, sob o capcioso argumento de constituir patrimônio da humanidade.

Com relação ao Brasil, tais temas vêm sendo utilizados em tentativas de limitar a soberania nacional sobre um vasto trato territorial localizado na Região Norte, impedindo ou dificultando a exploração daqueles recursos naturais indispensáveis ao desenvolvimento não só regional como do País como um todo. Na verdade, não somos os únicos alvos de tal ação, pois temos a

companhia das outras nações citadas no célebre *National Security Study Memorandum* — 200, elaborado pelo Conselho de Segurança dos Estados Unidos. O documento em questão é bastante claro quando esclarece que a localização das reservas minerais conhecidas poderá, eventualmente, criar uma incômoda dependência dos países industrializados em relação às importações oriundas dos menos desenvolvidos. Trata-se, em última análise, do temor de que conflitos internos nos citados países possam vir a prejudicar a continuidade do fluxo de matérias-primas.

E, para resolver o problema, que outro caminho mais fácil de ser trilhado se não aquele que dispensa o emprego da força e conta, além do mais, com ouvidos predispostos a ouvir, nos próprios países-alvo, sejam quais forem os motivos, o canto de sereia da *Desinformação*? Isso posto, fica evidente o objetivo de obter o controle dos recursos naturais dos países do Terceiro Mundo, buscando cercear o seu desenvolvimento em todas as expressões do Poder, particularmente no caso do Brasil, fazendo o esforço principal nos seguintes aspectos:

- estabelecimento de um sistema de soberania limitada sobre áreas de elevado potencial econômico, sob os mais variados pretextos (da preservação do meio ambiente à proteção de "minorias étnicas");
- imposição de um verdadeiro *apartheid* tecnológico ao País, restringindo seu acesso às tecnologias mais avançadas e levando-o, em consequência, a um estado de quase total dependência dos países desenvolvidos;
- transformação das Forças Armadas em milícias voltadas exclusivamente para a Se-

3. Estados Unidos, Inglaterra, França, Canadá, Alemanha, Itália e Japão.

gurança Interna guardando, se for julgado conveniente, pequenos núcleos de excelência a serem empregados no contexto de forças internacionais, sempre sob o guarda-chuva das grandes potências.

A SOBERANIA LIMITADA

Sob tal aspecto, nada melhor nem mais elucidativo que a obra *A Farsa Ianomâni*, do Coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto (1929-1995), editada e distribuída, aos seus assinantes, pela Biblioteca do Exército. Trata-se de um livro que não pode deixar de ser lido por todos os que se preocupam com o futuro da nossa Pátria comum. Em suas páginas, de forma simples e direta, como convém ao soldado que foi o seu autor, é esmiuçada — e o assinala o brilhante geopolítico General Meira Mattos na "Apresentação" — "a farsa que se armou em torno da questão ianomâni", na verdade uma bem urdida operação de desinformação que objetiva, em última análise, "a internacionalização da Amazônia, em nome da sonhada criação de áreas de interesse da humanidade, cujo controle passará para as mãos dos países do Primeiro Mundo. É uma volta ao velho sonho da Híleia Amazônica (1948). Infelizmente, naquela ocasião, como agora, tivemos brasileiros entusiasmados pela tese entreguista — em 1948, o nosso representante na UNESCO, Professor Paulo Berredo Carneiro e, no Governo Collor, o Professor José Antônio Lutzemberger, Secretário do Meio Ambiente".

Seguem-se, na impossibilidade de transcrever *A Farsa Ianomâni*, alguns trechos que demonstram a veracidade de estar em andamento uma gigantesca operação de desinformação — com o apoio da "mídia" nacional e internacional, de organizações

não-governamentais estrangeiras e brasileiras, assim como dos sempre presentes agentes de influência — que buscam, em última análise, alienar a nossa soberania sobre a região e, como consequência, ferir a nossa integridade territorial.

"Comandante da Fronteira de Roraima nos idos de 1969, 1970 e 1971, vi com surpresa as sucessivas denúncias de um pretenso genocídio dos ianomâmis, que renomados jornais do Brasil e do exterior publicaram, a partir de 1973. No período em que lá estive, ..., não ouvi jamais qualquer menção a uma tribo com esse nome. Não entendia, também, como poderia ter surgido tanta gente assim em um lugar pouco antes despovoado, ou quase isso.

"Nas três vezes em que sobrevoei as montanhas cobertas de florestas que queriam dar aos ianomâmis, só encontrei índios nos famosos postos dos 'missionários' norte-americanos. E, pelo que pude então saber, mal chegavam a quinhentos."

"As estimativas demográficas da imprensa, no entanto, variavam de umas poucas dezenas a cerca de dez mil índios, conforme pretendiam anunciar a catástrofe ou demonstrar a necessidade da criação de um país ianomâmi independente do Brasil."

"Celebridades do Primeiro Mundo, indignadas com as notícias que chegavam do Brasil, protestavam na televisão contra a passividade do nosso governo e pregavam, por causa disso, a intervenção das grandes potências, para salvar os índios."

"No entanto, para surpresa de todos, nenhuma resposta foi dada, difundindo-se, em consequência, pelo silêncio, a impressão de 'mea culpa', que estimulou o prosseguimento da operação de desinformação."

mento e a virulência crescente da campanha difamatória."

"E, dez anos mais tarde, em Boa Vista, vim a saber da edição da célebre portaria reservada interministerial que, vedando o acesso de brasileiros a oeste do meridiano de 62º W, consumava a capitulação do governo diante da conspiração dos imperialistas de fora com os traidores de dentro do Brasil.

"Pior ainda foi ver que o documento oficial repetia, nas razões invocadas para fundamentar medida assim extrema, o cediço arrazoado de suspeitíssimas instituições 'religiosas' e 'científicas' europeias e norte-americanas, culminando com o reconhecimento da necessidade de transformação da imensa área despovoada em parque ianomâmi.

"Tudo, tudo, menos a troca de país por parque, era cópia fiel de publicações provenientes da Holanda e da Áustria, com a assinatura da fotógrafa Cláudia Andujar que, de repente, se intitulara antropóloga e porta-voz da CCPY.

"Para saber que os ianomâmi não existiam, teria bastado consultar as memórias de Rondon, ou, simplesmente, procurar o vocábulo no Aurélio. Mas nada disso importava aos pressurosos tecnocratas, na ânsia de brindarem a fotógrafa estrangeira com o meridiano que ela pedia. De resto, pouco se lhes dava saber o lugar exato onde estavam os ianomâmi naqueles confins perdidos a 2.500km de Brasília, que mal podiam localizar no mapa de escala 1/1.000.000. Pois, afinal, a interdição era em Roraima e não em São Paulo."

"O resultado foi esse novo Tordesilhas, traçado outra vez no escuro, pelos ministé-

rios do Interior, da Justiça e das Minas e Energia."

"A Pátria é eterna e pertence à todos. ... Entregar metade de Roraima a índios que não têm pátria é trair o Brasil."

No Capítulo intitulado "A Ianomamização dos Índios", o autor historia a ação da fotógrafa belga (travestida de antropóloga) Cláudia Andujar, primeira pessoa a referir-se a eles "... em noticiário de surpreendente destaque para o assunto. ... Porque não se fazia idéia do enorme poder externo que estava por trás do insólito anúncio e, assim, inaugurava solenemente sua interferência na área".

Prova cabal dessa interferência é a Exposição 03/81, do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs (Christian Church World Council), redigido em Genebra, no mês de julho de 1981 e contendo a "Diretriz Brasil nº 4 — Ano 0", dirigidas às "Organizações Sociais Missionárias no Brasil", definido pelo autor como sendo "... um documento incisivo, que não deixava dúvidas sobre o propósito da entidade em preparar a dominação futura da Amazônia com medidas impeditivas de ocupação e exploração da área por brasileiros".

"Uma dessas consistia na inclusão de diferentes tribos em reservas de grande extensão territorial, que as englobasse e servissem de base física para a posterior criação de países indígenas independentes, sob a tutela das Nações Unidas, os quais, devidamente estruturados em condições mínimas de existência, seriam oportunamente transferidos 'para a jurisdição das grandes civilizações europeias, cujas áreas naturais estivessem reduzidas a um limite crítico' ... É difícil entender a insignificante divulgação que teve. Não fosse isso, ninguém mais po-

deria negar, a esta altura, a intenção hostil e o propósito colonizador dos países representados no nefando conselho."

A razão de ser do interesse estrangeiro por tão significativa parcela do território brasileiro fica bem entendida quando da leitura do Capítulo 18: "... o Planalto do Roraima está contido em uma formação geológica conhecida como 'Cinturão de Pedras Verdes', com a maior reserva mundial de minérios de ferro, cromo, cobre, manganês e ouro. É uma faixa ... com cerca de 100km de largura e 2200km de extensão. A gigantesca jazida abrange a reserva ianomâni, no Brasil e na Venezuela, de modo que, conseguida a criação da reserva macuxi na região do planalto, ficaria, quase toda, em mãos indígenas....

"Segundo o anuário Goldfields publicado nos Estados Unidos, 'o Brasil é um gigante adormecido cheio de ouro. E, por causa disso, está na lista negra das mineradoras'. Mantida a descomunal riqueza embaixo da terra, elas se previnem contra o surgimento de eventuais concorrentes e de indesejáveis alterações no mercado mundial. E, oportunamente, poderão ainda valer-se de facilidades legais por nós admitidas, para se apossarem de tudo para sempre... ."

Apenas como complemento, vale recordar que, no dia 30 de julho de 1993, o jornal *O Globo* noticiava, sob o título "*ONU planeja dar independência a tribos indígenas*", que cinco "peritos"⁴ haviam produzido um texto a partir do qual pretende-se "dar às comunidades indígenas do mundo inteiro o

direito à autodeterminação". Segundo a correspondente do referido jornal em Genebra/Suíça, o texto "é uma espécie de primeiro rascunho da futura Declaração Universal dos Direitos Indígenas que a ONU pretende aprovar nos próximos anos ...".

O "APARTHEID TECNOLÓGICO"

Aqui, as coisas tornam-se menos óbvias e, quanto a elas, melhor dissertariam aqueles que trabalham na área, mais diretamente sentindo o problema. De qualquer forma, buscar-se-á exemplificá-las.

Inicialmente, cabe assinalar, há urgência em desenvolvermos a capacitação científico-tecnológica que há de permitir enfrentarmos os desafios do presente e do futuro, sob pena de nos tornarmos mera colônia ou entreposto comercial das nações desenvolvidas. Muito embora não nos movam projetos hegemônicos em relação aos nossos vizinhos, ainda que busquemos o bom relacionamento com todos os países do mundo, se não formos capazes de desenvolver tecnologias apropriadas às nossas condições, em particular nosso material de defesa, no caso específico das Forças Armadas, amanhã estaremos sujeitos a toda sorte de pressões e estas, para uma nação que deve orgulhar-se do seu passado, não ter vergonha do presente e confiar no futuro que busca construir são, sob todos os aspectos, intoleráveis. É conveniente não esquecer que os países desenvolvidos, capitaneados pelos Estados Unidos, exercem rigoroso controle sobre a disseminação das novas tecnologias por eles rotuladas de "sensíveis", sob o capcioso argumento de que elas poderiam alimentar intenções belicosas entre os países do Terceiro Mundo. Dessa forma, sob tão esfarrapada

4. As aspas justificam-se pelo fato de os referidos elementos serem naturais da Grécia, de Cuba, do Japão, da Nigéria e da Ucrânia, países que, todos sabemos, possuem vastos contingentes indígenas em seus territórios.

desculpa, os países do Norte terminam por inibir o crescimento econômico e produtivo dos países do Sul, enquanto eles mesmos mais e mais investem em Pesquisa e Desenvolvimento.

Isso posto, a necessidade nos leva, segundo o jornal *O Estado de São Paulo*,⁵ à prática do "contrabando oficial" pois o "Brasil dribla embargo de países industrializados ao fornecimento regular de tecnologia, comprando clandestinamente componentes e programas de computador na Rússia".

Sobre os problemas referentes à construção de foguetes e de motores com propulsão nuclear, o mesmo diário afiança, em continuação, que "A partir daí (1984), só cresceram as dificuldades de acesso à 'tecnologia sensível' até mesmo no mercado negro".

"Entre 1990 e 1993, esses programas militares esbarraram em dificuldades quase insuperáveis, por causa da pressão externa. O embargo ao Brasil continua, sob a justificativa do controle de proliferação de armas. Na vida real, serve para manter um cartel de detentores de tecnologia.

"Ali (no Congresso Nacional, em 1992), numa palestra, o Brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, diretor do Centro Tecnológico da Aeronáutica, deu indícios da trilha clandestina percorrida: 'Tudo que precisamos para o VLS está sendo bloqueado. Fomos proibidos de ter sistema de navegação inercial, fibras de carbono, túneis transônicos e supersônicos, entre outros itens. A alternativa tem sido recorrer à guerrilha contra as superpotências'."

Que tais "pressões", exercidas não só externa quanto internamente, tiveram e têm

pleno êxito está patente no fato de ainda não possuirmos o VLS nem o submarino nuclear. E que dizer da redução, à sua expressão mais simples, da nossa outrora promissora indústria bélica autônoma, vista com hostilidade pelos Estados Unidos, França e Inglaterra? E tudo isso, é lícito reconhecer, por força da ação externa que encontra eco entre brasileiros nem sempre bem intencionados (agentes de influência) mas que possuem um grande poder sobre os órgãos políticos e de comunicação social. Ao fim e ao cabo, a todos eles interessa apagar da memória brasileira a contribuição dada pelos Institutos de Pesquisas Militares ao desenvolvimento econômico e tecnológico do País, numa clara demonstração de que as despesas com Segurança, ao contrário do que pretendem impingir ao povo, têm sua razão de ser e merecem ser apoiadas.

Estamos, melancolicamente, retornando ao ponto de partida: dependemos do estrangeiro para possuirmos carros de combate (ainda que de segunda mão), armas de maior calibre (cuja substituição e reparo carecem de fornecedores externos), aeronaves e embarcações mais sofisticadas, equipamentos eletrônicos, etc. Amanhã, se a cobiça internacional terminar por levar-nos a tanto, teremos de combater com meios de fortuna. Será o preço a pagar pela desídia dos que ignoram a afirmação de Clausewitz, hoje tão verdadeira quanto no passado, de que "a guerra é a continuação da política por outros meios".

TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS EM MILÍCIAS

Em 1990, sendo George Bush presidente dos Estados Unidos e como resultado de

5. Edição de 30 de abril de 1995.

um processo iniciado bem antes, os círculos governamentais norte-americanos deram a conhecer uma obra, editada em espanhol, com o título *Los Militares y la Democracia: El Futuro de las Relaciones Cívico-Militares en América Latina*.⁶ Em resumo, no livro em questão, era sugerido que fosse desencadeada uma "guerra econômica" contra as Forças Armadas latino-americanas como forma de conter sua influência nos respectivos países. Algumas das medidas propostas eram as seguintes: substituição das Forças Armadas por Forças Regionais de Defesa, posto que o fim da ameaça comunista tornara as primeiras sem finalidade; emprego das Forças Armadas em ações de proteção ao meio ambiente e combate ao narcotráfico; realização de cortes orçamentários e drástica redução de efetivos.

Luigi Einaudi, embaixador norte-americano junto à OEA quando do Governo Bush, em artigo publicado na edição de primavera da revista *Joint Forces Quarterly*, em 1995, reivindica para a Organização capacidade militar própria e ameaça dizendo que se as nações ibero-americanas continuarem apresentando objeções a isso, as invasões ocorrerão sem a sua permissão, seja pelos Estados Unidos, como ocorreu no Panamá, ou pela ONU, como ocorreu no Haiti. O embaixador insiste, finalmente, em que a Junta Interamericana de Defesa (JID) seja subordinada à OEA.

A quase total dependência do exterior para a obtenção de material bélico, a brutal queda dos orçamentos militares, que se refletem, no Exército por exemplo, na redução do tempo de serviço militar, na "flexibi-

lização" do expediente com vistas à economia de rancho, etc., e o sucateamento dos órgãos de pesquisa, tanto civis quanto militares, demonstram estarem em curso as medidas preconizadas. A elas, deve ser somada a ação solerte daqueles que buscam antagonizar as Forças Armadas com o povo, como se eles não fossem — como realmente o são — parte dele. É a Desinformação, a manipulação de conhecimentos e/ou dados, de forma facciosa, buscando iludir a Nação como um todo, pregando o redimensionamento, sem maiores e mais acurados estudos das Forças Armadas brasileiras ou, mesmo, a pura e simples extinção da expressão militar do Poder Nacional. Há que desmascará-la, pois o seu êxito, não há dúvida, inviabilizará a existência de uma força de dissuasão capaz de permitir-nos independência na discussão de temas importantes para a nossa sobrevivência como nação independente, tais como o pleno exercício da soberania nacional sobre a Amazônia.

Em 19 de setembro de 1996, o governador do estado do Rio de Janeiro apresentou a idéia de utilizar as Forças Armadas no combate ao contrabando de armas (jornal *O Globo*), tarefa constitucionalmente atribuída à Polícia Federal. No mesmo dia, *O Estado de São Paulo*, em despacho proveniente de Buenos Aires, sob o título "Militares argentinos podem tirar férias coletivas", afirmava que "O chefe do Estado-Maior do Exército e herói da Guerra das Malvinas, o General Martíns Balza declarou que se o Governo não aumentar o orçamento do Exército, ele terá de dar férias coletivas a mais de 80% da tropa". A primeira notícia, se um dia vier a concretizar-se, significará o total desvirtuamento da missão das Forças Armadas e a sua virtual transformação em Guarda Nacional, subordinada, quem sabe, aos governos

6. A obra em questão foi custeada pelo Governo, com a assessoria, para a sua elaboração, do Exército, dos Departamentos de Defesa e do Estado dos Estados Unidos.

estaduais. A segunda é um alerta pois, afinal, tudo o que acontece no país irmão termina por também acontecer aqui,⁷ haja vista a semelhança das políticas econômicas adotadas em ambas as nações.

Desde sempre as Forças Armadas foram antagonizadas pelos que almejam a desordem, o caos, como o ambiente mais propício à realização dos seus mesquinhos objetivos políticos (ou revanchistas) esquecidos, por ignorância ou má-fé, das palavras de Ruy Barbosa: "A fragilidade dos meios de resistência de um povo acorda nos vizinhos mais benévolos veleidades inopinadas, converte contra ele os desinteressados em ambiciosos, os fracos em fortes, os mansos em agressivos..."

CONCLUSÃO

Nosso País vem sendo alvo de operações de desinformação realizadas tanto por governos estrangeiros quanto por grupos políticos e/ou econômicos (nacionais e estrangeiros) a eles aliados em virtude de interesses os mais diversos.

Por pertinente, cabe recordar que as ações diplomáticas de nações fortes e ricas podem levar os países mais fracos a subordinarem seus interesses, mesmo os mais legítimos, a decisões tomadas externamente. A criação da Reserva Ianomâmi, feita a toque de caixa às vésperas da ECO-92, é um exemplo.

A dependência de mercados compradores e vendedores, os empréstimos tomados para o pagamento de juros relativos a débi-

tos anteriores, as decisões econômicas tomadas por pressões externas, tudo vem se revelando, hoje como ontem, medidas mais eficazes e economicamente rentáveis que o simples emprego da força para fazer valer a vontade de um país sobre outro.

O sucateamento dos órgãos de pesquisa, a pouca importância ou o desprezo às inovações tecno-científicas autóctones, ainda que relativamente mais caras, conduzem ao *apartheid* tecnológico e à dependência em relação ao possuidor do conhecimento.

Desde sempre as Forças Armadas foram antagonizadas pelos que almejam a desordem, o caos, como o ambiente mais propício à realização dos seus mesquinhos objetivos políticos.

A inoculação, no povo brasileiro, dos germes do desânimo, da falta de patriotismo, da admiração basbaque pelos valores estrangeiros, da licenciosidade, da aversão às Forças Armadas, da vergonha de ser brasileiro, vem abrindo caminho, de forma sub-reptícia, para a dominação estrangeira, em detrimento do interesse nacional.

E tudo, não nos iludamos, faz parte de um conjunto de *operações de desinformação* lançadas por diferentes centros políticos e/ou econômicos, com o emprego de meios distintos mas com um só objetivo: abastardar nosso povo e suas Forças Armadas, como forma de tornar mais tranquilo e sem riscos o controle da Nação.

Do artigo intitulado "*Esvaziamento das Forças Armadas põe país em risco*", de autoria do conhecido analista político Carlos Chagas e publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*,⁸ versando sobre um Seminário sobre as Forças Armadas promovido pela Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, extraímos os trechos seguintes,

7. E os problemas dos militares argentinos já os temos, embora em menor grau.

8. Edição de 25 de maio de 1992.

bem ilustrativos de tudo o que foi anteriormente afirmado:

"Diz a Constituição que nossas Forças Armadas se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer deles, da lei e da ordem. Para cumprir esses objetivos, Exército, Marinha e Aeronáutica precisam ocupar os seus espaços. Existir, aprimorar-se, modernizar-se e estar em condições de atuar.

"Será velhacaria, ..., partir da premissa de que, porque estão desatualizadas em material e armamento, devem desaparecer ou ser reduzidas. 'Se não servem para ganhar uma guerra (e quem diz que não servem, não prova), melhor seria nos rendermos previamente. Esse raciocínio canhestro, por incrível que pareça, parte daqueles que, até pouco tempo, bajulavam os estimulavam as Forças Armadas brasileiras a crescer' ... É o secretário de Defesa americano que, sem tirar nem por, prega o esvaziamento das forças armadas da América Latina, sob o argumento de que melhor seria o continente dispor de um único Exército. O dele, é claro, mesmo vestido com o uniforme da Organização dos Estados Americanos ou da

ONU. Ficaria mais fácil para os 'irmãos' do Norte destituir do controle das empresas aqui do Sul os incômodos caçulas.

"Mas há também aqueles que, aqui dentro, sustentam a mesma coisa ... Uns se acoplam em gênero, número e grau com a palavra de ordem dos patrões lá de cima. Outros entram pelo reino da fantasia, reivindicando que as Forças Armadas se dedicuem ao combate ao tráfico de drogas, a subir morros atrás de marginais e a policiar as ruas. ...

"A defesa da Pátria não é e nem será, por muitos séculos, algo etéreo, estratosférico ou invisível. Trata-se de tarefa imprescindível e necessária. ... Valeria deixar as Forças Armadas subindo a Rocinha ou o Morro do Pavão e deixando as fronteiras vazias e abandonadas?

"Mas é isso precisamente o que pretendem os velhacos. Deixar o caminho livre para a internacionalização de territórios que ainda não ocupamos plenamente. Estender fronteiras que hoje são limitadas pelo Rio Grande, quem sabe até o Rio Amazonas? Ou, porque não, até o Rio São Francisco, para depois chegarem à Bacia do Prata?" □

"Os filósofos já nos avisaram de que, dentre todas as buscas, a da felicidade é a mais desafortunada, e que a própria felicidade nunca foi encontrada, salvo no caminho de algum outro objetivo."

Bernard Shaw

DROGARIA 24 HORAS

Tels.: 201-3607
(021) 581-6175

ABERTA DIA E NOITE

ENTREGAMOS A DOMICÍLIO
PELO PREÇO DE BALCÃO

*ACEITAMOS TODOS
OS CARTÕES DE CRÉDITO*

O MELHOR PREÇO
DO BAIRRO

Agradecemos a Preferência

AV. SUBURBANA, 4.370 LOJAS A/B
- DEL CASTILHO -



A DEFESA NACIONAL

História das Relações Internacionais: Abordagens Teóricas¹

Marco Antonio Cunha*

Após apreciar sucientamente as mais representativas teorias das relações internacionais, o autor conclui que os esforços envidados, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, por historiadores e cientistas políticos, no sentido de identificar as causas dos conflitos e impedir sua deflagração por intermédio de mecanismos internacionais, ficaram longe de atingir os resultados desejados. Reconhece, entretanto, que as teorias formuladas representam um passo bastante significativo na busca de instrumentos eficazes para minimizar os efeitos das guerras no cenário mundial.

As lições da História nos advertem que os Estados conhecidos no mundo atual, suas instituições, até mesmo suas leis, chegaram-nos por meio de conflitos, normalmente, do tipo mais sangrento.

A guerra, como continuação da política, foi a fórmula que Clausewitz escolheu para expressar o compromisso estabelecido pelos Estados que conhecia. Mantinha-se o respeito pela ética dominante — de soberania absoluta, diplomacia ordenada e trata-

dos legais — ao mesmo tempo em que se levava em conta o princípio superior do interesse do Estado.

As nações européias lutaram entre si, do século VI ao XX, em busca do prestígio e da legitimidade que lhes permitissem influir nas decisões e nos acontecimentos regionais, além de suas fronteiras nacionais, étnicas, econômicas ou dinásticas.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, Inglaterra e Estados Unidos — os únicos vitoriosos diante da desordem econômica que se instalou no mundo em decorrência do conflito — decidiram produzir instrumentos ca-

* Tenente-Coronel de Infantaria, mestreando em História Política e Relações Internacionais.

1. Selecionado pelo PADECEME.

pazes de interferir para a não eclosão de novas guerras. A partir daí, diversas proposições tomaram lugar com vistas à formulação de uma teoria para as relações internacionais, determinando assim o ponto de partida na evolução da História política e factual para a História sociológica.

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA E HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pierre Renouvin, cuja obra permanece atual quarenta anos após sua 1^a edição, nos diz que o estudo das relações internacionais permite a análise e a explicação da convivência entre as comunidades políticas organizadas no âmbito de um território, isto é, entre os Estados. Acrescenta que, para tanto, devem ser consideradas as relações estabelecidas entre os povos, não só pelo intercâmbio de produtos e serviços, mas, também, pelo troca de idéias, jogo de influências recíprocas entre as formas de civilização, manifestações de simpatias e de antipatias. Essas relações, solidárias ou antagônicas, poderiam acarretar consequências políticas diretas, caso não fossem regulamentadas pelo Estado, o ator principal nas relações internacionais. A partir daí, temos em jogo elementos de negociações ou de contestações entre os governos. Nesse contexto, a História Diplomática estuda o comportamento dos governos diante das questões apresentadas, as decisões tomadas e os objetivos pretendidos com essas medidas. Para Renouvin a compreensão da ação diplomática requer o conhecimento das condições geográficas, dos movimentos demográficos, dos interesses econômicos, dos traços da mentalidade coletiva, das grandes correntes sentimentais;

enfim, das forças que estruturaram as relações entre os grupos humanos e lhes moldaram o caráter. Esses fatores necessariamente devem ser observados pelo homem de Estado, na elaboração de projetos ou tomadas de decisões.²

Sob a ótica de José Honório Rodrigues em sua *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*, a História Diplomática é definida como aquela que investiga e relata a defesa dos direitos nacionais e as relações econômicas, sociais e políticas que se codificaram em tratados e convenções. Ela compreende o exame das origens e os resultados de nossas negociações diplomáticas, as reparações pacíficas de afrontas, as aquisições, sem guerra, de partes do nosso território, as incorporações definitivas à custa de argumentos históricos e geográficos de grandes trechos, objetivos de litígios, como as questões das Missões e do Amapá.³

TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Só a História é capaz de fornecer subsídios para a formulação de teorias das relações internacionais que passaram a influenciá-la intensamente após a Primeira Guerra Mundial, na medida em que se tornaram objeto de estudo científico, tendo como questionamento central o porquê da Guerra.

Em Versailles, Estados Unidos e Inglaterra se propuseram a criar centros de pesquisa voltados para as relações internacio-

2. RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean Baptista — *Introdução à História das Relações Internacionais* São Paulo: Difel, 1967, p. 5.
 3. RODRIGUES, José Honório — *Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica*. São Paulo: Nacional, 1978, p. 169.

nais, visando a identificar possíveis focos de conflitos e impedir sua deflagração. Com tal finalidade, foram criados, em 1920, o *Royal Institute of International Affairs*, em Londres e o *Concil on Foreign Relations*, em Nova York.

Pelo Pacto de Paris, ou *Pacto Briand-Kellogg*, assinado em 1928, os Estados Unidos e 14 nações condenavam a guerra como meio de solucionar questões internacionais.

O Idealismo de Wilson

A proposta idealista de Wilson, base teórica das relações internacionais, teve seus pilares assentados na filosofia de Kant e no pensamento de Adam Smith.

O pensamento liberal, sob o ponto de vista econômico, dá idéia de que o livre comércio, sem entraves, aproxima os povos. O comércio exige paz e confiança. A riqueza é gerada pelo impulso egoísta do homem, que visa ao lucro a todo custo. Se todas as nações participarem do comércio internacional, explorando o sentimento egoísta do lucro, todas irão prosperar por intermédio da satisfação de suas necessidades. A idéia básica era a da riqueza mantendo a paz, pela canalização das paixões no sentido produtivo, objeto do comércio.

A proposta "wilsoniana" prendia-se a três pontos fundamentais: o livre comércio, a livre negociação, propiciada pelo aperfeiçoamento do direito internacional, a partir da Sociedade das Nações e o princípio da autodeterminação dos povos.⁴

A quebra da bolsa de Nova York, em 1929, malogrou esse propósito. A crise af-

instalada revelou que o mercado não se auto-regulava numa velocidade adequada. Mudanças na percepção que se tinha do internacional marcaram a falência das idéias liberais, tanto no plano político quanto no econômico, predominando a idéia de que através do liberalismo não se sairia da crise.

O *New Deal* de Roosevelt marca a intervenção do Estado na economia. Em 1931, os americanos adotaram uma postura altamente protecionista e, praticamente, desencadearam uma guerra econômica que iria gerar blocos econômicos em luta permanente entre si. Uma onda de conflitos armados foi desencadeada na segunda metade dos anos 30.

A crise do liberalismo abriu as portas para três alternativas: o Fascismo, o Socialismo revolucionário e o pensamento keinesiano. Keines propunha o fim do *laissez faire*, isto é, o capitalismo liberal cederia espaço para o capitalismo monopolista, fazendo-se necessária a formulação de uma teoria econômica compatível. A solução não seria a revolução, como propunha Lenin, mas a intervenção do Estado, em diferentes graus, para corrigir os rumos. O Estado só atuaria no momento de crise e a riqueza seria distribuída através de impostos.⁵

Os Realistas

Com a "crise de 29", a idéia de que o livre comércio e a democracia levariam à paz foi colocada em cheque, e os valores liberais enfrentaram forte oposição da corrente realista, que iria propor uma teoria de relações internacionais fundamentada em pen-

4. JOHNSON, Paul — *Tempos Modernos* Rio de Janeiro: BIBLIEC, 1994, p. 19.

5. JOHNSON, Paul — *Op Cit.* pp. 195-200.

sadores políticos modernos, tais como Marx, Freud, Hobbes e Maquiavel.

Maquiavel via a política como uma área autônoma de reflexão sem vínculo com a moral e a religião. O importante não é pensar na política como ela deveria ser e sim como ela é. A política é fundamentalmente cálculo. O passo decisivo do realismo foi dado por Thomas Hobbes que iria inspirar fortemente a teoria das relações internacionais. Como e por que se cria o Estado? Como superar a guerra (civil e religiosa), proporcionando a segurança do indivíduo e a estabilidade do Estado? Questões como essas encontram sua resposta condicionada pelo avanço do pensamento científico moderno (Galileu).

Hobbes procurou estabelecer os parâmetros para uma ciência política, um raciocínio lógico a partir de uma certeza inicial. O indivíduo é fator preponderante e é dissecado como uma máquina. Seus atos são animados pela razão e pelas paixões. Em estado de natureza, num estágio pré-social, prevalecem as paixões (as baixas paixões: egoísmo, agressividade etc), gerando um quadro de anarquia que pode levar à morte violenta. No estado de natureza, portanto, o homem deseja, principalmente, a segurança, que pode ser obtida no estado de sociedade.

Para Hobbes, o Estado existe para prover a segurança. O ato fundador do Estado é o pacto social, que é estabelecido entre indivíduos para criar as instituições e suas leis. Todos se comprometem a entregar o seu poder a um Estado soberano, que impõe a paz e proporciona a segurança, por deter o monopólio de violência. O Estado soberano não elimina as guerras, porquanto não reconhece nenhum poder que lhe seja superior e lhe imponha leis. Nas relações externas ele tem independência e liberdade para agir de acordo com seus interesses.

No meio internacional vigora o estado

de anarquia, a paz se faz por meio de alianças e do equilíbrio de forças obtido pela dissuasão.

Hobbes, para quem o Estado é absoluto e irreversível, é considerado o teórico do Estado autoritário.

Locke, na virada do século XVII, pensa segundo o mesmo esquema teórico de Hobbes, mas os resultados são diferentes, porque ele nutre uma visão otimista do homem. Para ele o Estado existe para garantir a propriedade e a estabilidade dos contratos. O homem, naturalmente proprietário, ao firmar o pacto social delega a autoridade ao soberano (princípio da representação). Todos são proprietários e o que varia é o *quantum* da propriedade, que poder ser ampliado ou reduzido, em função da capacidade administrativa de cada um. Se o soberano viola as leis, ele perde a legitimidade. O resultado do pensamento de Locke é o Estado liberal.⁶

Reinhold Niebuhr

A estrutura do pensamento realista norte-americano, no final dos anos 30, e de sua política a partir daí, tem em Niebuhr o seu principal artífice, que faz pesadas críticas a Kant e ao idealismo de Wilson.

Em sua obra *O Homem Moral e a Sociedade Imoral*, Niebuhr faz um estudo traçando um paralelo entre a ética e a política, por intermédio das noções de moralidade adotadas, distintamente, pelo indivíduo e pelo grupo a que ele pertence.

Para Niebuhr a autoridade do Governo está na coesão nacional e as atitudes do estadista devem estar sempre orientadas pelos interesses nacionais, mesmo que estes não

6. COSTA, Sérgio Paulo Muniz — *Os Pilares da Discórdia*. Rio de Janeiro: BIBLIEK, 1995, p. 42.

sejam em perfeita sintonia com seus valores éticos e morais. Segundo Neibuhr, a nação é uma unidade coletiva que se mantém unida pela força e pela emoção. Considerando que a ação ética está vinculada à autocritica e esta é, normalmente, colocada abaixo dos interesses do Estado pelas classes governantes, não se pode esperar um comportamento ético nas relações internacionais. As críticas feitas por alguns cidadãos a esse comportamento são vistas como prova de deslealdade. O patriotismo transforma o altruísmo individual em egoísmo nacional. A lealdade à nação é uma forma superior de egoísmo. Nenhuma ambição nacional é considerada tão mesquinha ou menor, que não mereça o apoio da maioria de seus patriotas. O homem comum, limitado em prestígio e poder, projeta seu ego sobre a nação com fins de obter um substitutivo na satisfação de suas necessidades. Desta forma, a nação se apresenta, simultaneamente, como um limitador e uma válvula de escape para a expressão do egoísmo individual. Ainda que as vantagens econômicas auferidas com a agressão nacional beneficiem apenas grupos privilegiados e não à totalidade da população, o imperialismo traz sempre algum benefício para o cidadão comum. A desonestidade das nações é uma necessidade de seu plano de ação política e cria no indivíduo dois sentimentos antagônicos: aquele ditado pela sua consciência, impregnado de valores éticos, e o de lealdade aos interesses nacionais.

Hans J. Morgenthau

Na opinião de Philippe Braillard, dentre os autores realistas, Hans Morgenthau foi quem melhor sistematizou esta concepção e tentou integrá-la, utilizando-a como fundamento numa teoria que procura dar conta das relações internacionais no seu conjunto. Intencionou elaborar uma teoria geral de toda

a política interna ou internacional. Braillard diz, ainda, que para Morgenthau é o poder e, mais precisamente, a busca do poder, que é fundamento de toda relação política, constituindo, assim, o conceito-chave de toda a teoria política. Essa busca do poder está inscrita profundamente na natureza humana. Numa visão filosófica e antropológica, inspirada em Neibuhr, Morgenthau, com base num reconhecimento realista da natureza humana e da essência da relação política, pretende esclarecer a ação política no plano internacional, revelando as forças reais que operam no cenário internacional. Segundo ele, o desejo de poder, por parte das diversas nações, conduz a políticas que visam à conservar o equilíbrio.⁷

Em sua obra *Política entre Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz*, Morgenthau faz a abordagem do que chamou de seis princípios do realismo político:

- o realismo político acredita que a política, tal como a sociedade em geral, seja governada por leis objetivas que têm suas raízes na natureza humana. Se pretendemos melhorar a sociedade é, desde já, necessário compreender as leis segundo as quais vive essa sociedade;

- o principal marco indicador que ajuda o realismo político a encontrar o seu caminho no domínio da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder;

- o realismo não dota o seu conceito-chave de interesse definido como poder, de um significado único. A idéia de interesse está ligada à essência da política, que não é afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar;

- o realismo político está consciente do alcance moral da ação política. Está, tam-

7. BRAILLARD, Philippe — *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 114-115.

bém, consciente da inelutável tensão entre o imperativo moral e as exigências da ação política bem-sucedida;

- o realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de determinada nação, com as leis morais que regem o universo. Todas as nações são tentadas a revestir suas próprias aspirações e ações, com fins morais e universais;

- intelectualmente, o realismo político sustenta a autonomia da esfera política, como o economista, o jurista e o ético o fazem nas suas esferas de atuação. Pensa em termos de interesse definido como poder, do mesmo modo que o economista pensa em termos de utilidade, o jurista em termos de conformidade da ação com as normas jurídicas e o ético com a conformidade das ações com os princípios morais.⁸

A partir de 1950, as bases teóricas do realismo e a teoria de Morgenthau seriam questionadas.

Raymond Aron

Na teoria das relações internacionais que desenvolveu, adotando uma conduta situada entre a Sociologia e a História, Aron procura estabelecer um quadro teórico geral que permita esclarecer as relações internacionais no seu conjunto. Para ele, a definição do seu objeto é fundamental para qualquer teoria e deve traduzir as relações particulares que os Estados estabelecem entre si. Inscrito na conjuntura do cientificismo, Aron questiona os pressupostos do realismo de Morgenthau e não procura um conceito-chave capaz de dar significado a toda a relação política. Ele busca o que constitui a especificidade das relações internacionais e detém-se na legalidade e na legitimidade do uso da força por par-

te dos atores. No plano interno, a soberania traduz o poder centralizado que detém o monopólio da violência.⁹ A busca da segurança é que vai determinar as alianças. A conduta específica das relações internacionais é a conduta diplomático-estratégica, já que os atores são o diplomata e o soldado, podendo variar entre duas vertentes, conforme haja paz ou guerra.

Ao longo do tempo, alguns aspectos mantiveram-se invariáveis:

- os atores significativos sempre foram poucos, por deter o sobre poder entre os demais (*capability*);
- a guerra é uma constante, por ser da natureza das unidades políticas;
- o que define a posição do Estado no meio internacional é a expectativa da guerra.

"A guerra é um ato de violência destinado a obrigar o adversário a realizar nossa vontade." O pensamento de Clausewitz é o ponto de partida para o estudo de Aron.

As guerras entre países civilizados não são, necessariamente, menos cruéis que as guerras entre povos selvagens. A vontade de destruir o inimigo, inerente ao conceito de guerra, não foi anulada ou reduzida pelo progresso da civilização.

O objeto das operações militares, de um modo abstrato, é desarmar o adversário. Predomina a idéia de derrotá-lo para não ser abatido e impor-lhe a lei do vencedor como sua.

No mundo real, a guerra é um jogo entre Estados. É um ato político, que surge de uma situação política e resulta de uma razão política. Pertence, por natureza, ao diálogo puro, por tratar-se de um instrumento análogo. O elemento passional diz respeito ao povo; o elemento aleatório, ao exército e ao seu comandante; o elemento intelectual ao

8. MORGENTHAU, Hans J. — *Politics Among Nations — The Struggle for Power and Peace*. New York: Alfred Knopf, 1985, pp. 08-17.

9. BRAILLARD P. — *Op Cit*, p. 149.

Governo; esse último é decisivo e deve ordenar o conjunto.

Durante a guerra, a política não afasta a diplomacia, que produz o relacionamento com os aliados e com os neutros e, implicitamente, continua sua ação em relação ao inimigo, ameaçando-o de destruição ou acenando-lhe com uma perspectiva de paz.¹⁰

Cada teórico das relações internacionais possui um conceito operacional diferente de sistema. Para dar substância ao seu conceito, Aron recorreu a Max Weber e optou por um tipo ideal.¹¹ Para ele, Sistema Internacional é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. São membros integrais de um sistema internacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de forças. A estrutura dos sistemas internacionais é sempre oligopolística. Os atores principais determinam, em cada época, como deve ser o sistema. Basta uma transformação do regime, dentro de uma das potências principais, para que mude o estilo e até mesmo o rumo das relações internacionais.¹²

Hedley Bull

Destacou-se na Escola Realista, evocando Hugo Grotius, cujo pensamento ocupa uma posição intermediária entre Kant e Hobbes. Holandês do final do século XVI, que viveu a realidade de um Estado de caráter comercial marcado por um período de

guerras religiosas no plano externo, Grotius iria desenvolver uma reflexão jurídica com vistas a defender os interesses da Holanda, conciliando interesses comerciais e econômicos com a guerra (direito da paz e da guerra). Na defesa da Holanda contra a Espanha e a Inglaterra, Grotius procurou valer-se do Direito Natural, que unifica o Direito das Gentes, transcendendo as práticas em qualquer parte do Globo. Em relação aos orientais, contudo, sua visão é imperialista.

Em sua obra *The Anarchical Society — A Study of Order in World Politics*, Hedley Bull busca definir ordem e desordem no contexto da sociedade internacional, bem como identificar os procedimentos que são adotados para a manutenção da ordem.

Entendendo ordem como uma situação possível ou real, ou estado de coisas, Bull procura restringir-se, em sua pesquisa, a questões permanentes da estrutura ou das instituições políticas humanas. Na visão de Bull, ordem pressupõe a existência de regras, sem, contudo, a obrigatoriedade de serem fixadas por lei. Para ele, sempre houve e continuará havendo a possibilidade de ordem internacional, sem as imposições de postulados do Direito Internacional. No contexto da sociedade internacional, Bull enfatiza a importância do balanço do poder, o Direito Internacional, a Diplomacia, o papel das grandes potências e a guerra.

Definindo ordem para a vida social como um modelo que nos leva a um determinado resultado, Bull entende que ela é essencial na busca permanente dos objetivos elementares e universais da natureza humana, tais como: vida, verdade e prosperidade. No plano internacional, traduz-se nos objetivos primários da sociedade dos Estados. Dentre os objetivos com os quais se pretende alcançar a ordem internacional desta-

10. ARON, Raymond — *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, pp. 69-73.

11. ARON, Raymond — *Estudos Políticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979, p. 319.

12. ARON, Raymond — *Paz e Guerra entre Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, p. 153.

cam-se os seguintes: a preservação do próprio sistema e sociedade de Estados; a preservação da soberania dos Estados; a manutenção da paz, traduzida por uma situação de equilíbrio nas relações entre os membros da sociedade internacional; os objetivos elementares de segurança contra a violência; respeito aos pactos estabelecidos e à propriedade.

Em síntese, para Bull, a ordem internacional deriva, em parte, do Direito Internacional e, em parte, de uma prática determinada por uma cultura política, que é, na verdade, a fonte primária do Direito Internacional.

Desde a Segunda Guerra Mundial, registra-se na Inglaterra um interesse maior pelas relações internacionais do que na academia francesa, com modelo diferente. Nas universidades inglesas não havia separação entre historiadores, sociólogos e cientistas políticos.

A questão teórica é bem resolvida, quando a teoria orienta a pesquisa empírica sem identificação da escola seguida; e Bull reve-

la-se grande animador do entrosamento entre teóricos.

Mantendo os postulados do realismo clássico, ele introduz uma visão histórica diferente. Não sofre a influência da História; seu pensamento é que é histórico e antropológico. O tratamento dispensado à História é que o diferencia de Aron e Morgenthau.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços envidados, desde o final da Primeira Guerra Mundial, por historiadores, sociólogos e cientistas políticos, no sentido de identificar as causas dos conflitos e impedir sua deflagração, por intermédio de mecanismos internacionais que conduzissem ao equilíbrio do poder, estão longe de atingir a otimização dos resultados desejados. As teorias formuladas, contudo, representam um passo bastante significativo, na busca de instrumentos eficazes para o estabelecimento de sistemas internacionais e a minimização dos efeitos das guerras no cenário Mundial. □

BIBLIOGRAFIA

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- _____. *Estudos Políticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
- BRAILLARD, Philippe. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
- BULL, Hedley. *The Anarchical Society — A Study of Order in World Politics*. London: Macmillan — (part 1).
- COSTA, Sérgio Paulo Muniz. *Os Pilares da Discórdia*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1995.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril.
- JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1994.
- NIEBUHR, Reinold. *El Hombre Moral y la Sociedad Inmoral — Un Estudio sobre Ética y Política*. Buenos Aires: Siglo Viente, 1966.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *O Príncipe*. São Paulo: Hemus, 1977.
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics Among Nations — The Struggle for Power and Peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1985.
- RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean Baptista. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica*. São Paulo: Nacional, 1978.



A DEFESA NACIONAL

A Queda do Sistema Socialista na ex-URSS — Causas e Reflexos para os Movimentos Revolucionários na América do Sul

Orlando Efrem Natividade*

Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares.

Ao final da última década e início dos anos 90, causou grande repercussão mundial a surpreendente implosão do sistema socialista nos países do Leste Europeu, principalmente, na ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS).

Esse modelo de sistema político, econômico e social denominado "ditadura do proletariado", de acordo com as idéias filosóficas de Karl Marx, corresponderia a uma etapa intermediária do processo de transformação revolucionária de uma sociedade capitalista para uma sociedade comunista, onde, segundo ele, não existiriam desigualdades sociais.

A Rússia e, posteriormente, a então URSS, tendo adotado o socialismo depois da violenta revolução bolchevista, de outubro de 1917, e sangrenta guerra civil, consolidou à força o sistema, tornando-se principal polo de irradiação do ideário socialista e comunista, com a adaptação prática criada por Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin), líder da revolução.

Após a Segunda Guerra Mundial, por ter participado ao lado das potências aliadas vencedoras, a URSS, liderando o Movimento Comunista Internacional (MCI), expandiu sua área de influência política e ideológica, constituindo-se em séria ameaça ao mundo livre e democrático.

Através do MCI, partidos políticos comunistas ou socialistas foram criados em

* Tenente-Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

diversos países de outros continentes além do europeu.

Esses partidos, de inspiração marxista-leninista ou de correntes mais radicais, como o maoísmo, tinham, e muitos ainda têm, como objetivo, a radical e violenta mutação da sociedade, liderando ou procurando liderar os movimentos revolucionários em seus respectivos países.

É de capital importância levantar e conhecer as principais causas do fracasso do socialismo no seu mais expoente polo irradiador, tendo em vista, entre outros, os seguintes aspectos: a compreensão da aparente rapidez do desmoronamento do monólito ideológico socialista ou comunista; os possíveis reflexos da derrocada socialista na ex-URSS para os movimentos revolucionários orientados pelo MCI; a transformação do cenário político internacional de um relativo equilíbrio de poder bipolar em multipolar; e a transformação da então poderosa URSS e o surgimento da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

O presente ensaio tem por finalidade identificar e analisar as possíveis e as mais importantes causas da queda do sistema socialista na ex-URSS e comentar os mais significativos reflexos dessa derrocada nos principais e atuais movimentos revolucionários da América do Sul, com particular destaque no Brasil.

CAUSAS DA QUEDA DO SISTEMA SOCIALISTA NA EX-URSS

A Ascensão do Socialismo

Da mesma forma que a Revolução Americana e a Revolução Francesa tornaram-se

palcos para a criação e aplicação da teoria política e econômica democrática, a Revolução Industrial, durante os séculos XVIII e XIX, produziu várias teorias econômicas e, dentre elas, o socialismo.

No entanto, idéias de cunho socialista já existiam nos primórdios do mercantilismo. Em sua obra *Utopia* (1518), Thomas Morus dizia que a causa da injustiça social seria a existência da propriedade individual.

Desde então, passaram-se a chamar de utópicos, ou românticos, os socialistas que pregavam a igualdade social, apresentando formas teóricas para atingi-la. Louis Blanc afirmava que a igualdade só seria possível se o Estado se apropriasse de todo sistema econômico; Saint Simon, através da assistência do Estado; Blanqui e Bakunin, pela ação revolucionária, e Proudhon pela anarquia.

O judeu-alemão Karl Marx, juntamente com Friederich Engels, lançou, em 1848, o *Manifesto Comunista* e, mais tarde, publicou *O Capital*. Nessas duas obras foram aproveitadas as idéias socialistas anteriores e, através de uma extensa elocubração filosófica denominada de *socialismo científico*, estabeleceram-se os princípios fundamentais do socialismo e do comunismo, sendo este considerado etapa final daquele.

Podem-se resumir nos seguintes pontos os princípios comunistas marxistas: as forças econômicas determinam o curso da História; a História é o registro da luta de classes sociais; o governo serve de instrumento de opressão de uma classe por outra; e a violência e a força são os únicos meios de mudanças sociais.

Marx acreditava que os países mais adiantados da Europa Ocidental eram os que reuniam as perspectivas mais favoráveis para a implantação do socialismo. Aconteceu exa-

tamente o contrário: esse modelo social realizou parcisos progressos naquela região europeia mas triunfou na Rússia czarista, império atrasado e semibárbaro à época.

Por ter-se iniciado tardivamente na industrialização, a Rússia pulou do estágio de oficina ou pequena fábrica para o estágio de grandes empresas, com inexpressiva classe média e uma grande classe operária urbana, denominada de proletariado pelos comunistas, vivendo na miséria e degradação, sendo voltável à pregação das idéias revolucionárias.

A derrota humilhante da Rússia pelo Japão, em 1905; a fragilidade das reformas realizadas pelo Czar Nicolau II; a repercussão do episódio conhecido como *domingo sangrento*, em 22 de janeiro de 1905, em que uma passeata de trabalhadores foi duramente reprimida; a entrada na Primeira Guerra Mundial, tudo isso contribuiu para o surgimento de fracções políticas, de agitações sociais exigindo reformas e para a desintegração da ordem e da autoridade.

Com a economia em situação de colapso total e o clima de intranquilidade, descontentamento e deslealdade ao regime monárquico, estendidos inclusive ao exército e à política, deu-se, em fevereiro de 1917, a queda do Governo e a abdicação do Czar, instalando-se, nesse país, um governo provisório.

Kerensky, posteriormente líder do governo provisório, anunciou eleições para uma Assembléia Constituinte, em novembro de 1917, a fim de estabelecer um sistema político permanente, de maior representatividade.

No intervalo de alguns meses após à revolução de fevereiro, o povo russo teve a primeira experiência de sua história com a democracia. Mas, em outubro, os bolchevistas, facção do partido social-democrata,

lideradas por Lênin e Lev Davidovitch Bronstein (Trotsky), apoderaram-se do poder, derrubando o governo provisório.

Lênin foi o principal artífice da revolução comunista de 1917. Em suas obras, definiu a doutrina de um partido único (comunista), promotor da *consciência de classe* e constituindo a *vanguarda do proletariado*, baseado no centralismo democrático. Defendeu ainda a tese de que o poder deveria ser tomado pelo povo armado, conduzido pelo partido e o impedimento da reação da classe média na fase socialista.

O novo regime bolchevique, surpreendentemente, manteve as eleições para a Assembléia Constituinte. A primeira eleição da Rússia contava com grande aceitação popular. Mas, tendo conseguido apenas 25% dos votos, através do terror político, dissolveu a Assembléia.

Não decorreu muito tempo, contudo, para que os opositores se reunissem em resistência armada contra o novo regime, ocorrendo, então, uma violenta guerra civil, entre russos brancos (contra-revolucionários), auxiliados por forças ocidentais, e russos vermelhos, com a vitória dos últimos.

Trotsky havia organizado o Exército Vermelho e a polícia política que influíram decisivamente no êxito bolchevista e, em 1921, esmagada a última resistência, Lênin tornou-se o senhor de toda a Rússia, sendo que Nicolau II e sua família foram executados no início da guerra civil.

Várias províncias e nacionalidades, separadas do Império Russo durante a revolução, foram coagidas a nele se reintegrarem e passaram a formar, a partir de 1922, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O Partido Comunista da União Soviética (PCUS), título tomado pelos bolchevistas,

em 1918, e rigidamente estruturado por Lênin, tornou-se a única organização política permitida, controlando o Congresso dos Soviets (órgão legislativo) que aprovou, em 1924, a Constituição reguladora do novo sistema.

Com a morte de Lênin naquele ano, teve início a ruptura entre Stálin, secretário do PCUS, e Trotsky, segundo homem da revolução. Este desejava a revolução permanente e global, enquanto que aquele defendia a revolução em um só país, sua consolidação, e posterior exportação.

Stálin, controlando a máquina do partido, derrotou Trotsky e assumiu o controle total do país. Destituiu e exilou Trotsky, que foi assassinado no México, possivelmente sob suas ordens.

Através de uma série de medidas coercivas em todos os campos do poder, deu continuidade à obra de Lênin, consolidando o sistema na URSS. Seu governo ditatorial ficou conhecido como *stalinismo*.

Durante sua gestão e após os últimos estágio da Segunda Guerra Mundial, amparada em tratados realizados entre as nações vencedoras, a URSS praticamente impôs o sistema socialista a todo o Leste Europeu.

Além dos países bálticos, tornaram-se então socialistas, a antiga Alemanha Oriental, a Polônia, a Hungria, a Tchecoslováquia, a Romênia, a Bulgária e, fora da órbita soviética, a Iugoslávia de Tito.

Com a rápida expansão comunista, iniciou-se um estado de tensão entre o bloco socialista liderado pela URSS e os países democráticos, liderados pelos Estados Unidos da América (EUA), denominado de Guerra Fria.

Após a morte de Stálin, em 1953, e nova disputa interna pelo poder, ascendeu à chefia do Estado soviético Nikita Kruchev que,

causando surpresa mundial, denunciou, no XX Congresso do PCUS, os atos de seu antecessor. Iniciou-se, então, a fase de desestalinização e, no âmbito externo, houve maior distinção com o Ocidente, através da estratégia conhecida como *coexistência pacífica*.

Deposto em 1956, foi sucedido por Leonid Brejnev, cuja política externa, conhecida como *doutrina Brejnev*, preconizava que qualquer ameaça interna ou externa a um Estado socialista, implicaria em risco para todo o sistema. Procurou, com isso, justificar a intervenção militar nos países do bloco.

Em sua gestão, no entanto, a URSS começou a dar sinais de enfraquecimento econômico e de estagnação, apesar de continuar a transmitir para o Ocidente dados estatísticos de crescimento e desenvolvimento de credibilidade duvidosa.

Após sua morte, em 1982, sucederam-se no poder dois governos marcados pela transitoriedade e por campanhas internas do PCUS contra a corrupção e a incompetência administrativa: o de Iúri Andropov e o de Konstantin Tchenenko.

Tendo assumido, em 1985, o poder de um Estado que já apresentava graves dificuldades de toda ordem, Mikhail Gorbachev apresentou, no 27º Congresso do PCUS, no inicio de 1986, uma proposta de reconstrução socialista, conhecida como *Perestroika* e de uma maior transparência nas relações políticas e sociais, conhecida como *Glasnost*.

Essas propostas, visando a um processo gradual de liberação política e econômica, revelaram ao mundo, e ao próprio povo soviético, diversas contradições de naturezas diferentes nos campos do poder, causadoras, no final de 1991, da implosão e desintegração do sistema e da União, originando uma

nova organização política, denominada Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

CAUSAS POLÍTICAS E MILITARES DA QUEDA DO SISTEMA

Apesar de os socialistas soviéticos afirmarem, demagogicamente, que exerciam uma forma genuína de democracia, o socialismo existente era, na verdade, um sistema totalitário e cruelmente policial.

A estrutura política e administrativa montada por Lênin era complexa e altamente burocratizada. Tanto o Estado quanto o PCUS eram constituídos por uma enorme burocracia muito privilegiada, denominada *nomenklatura*. O partido comunista, único permitido, transformou-se em fonte inegotável de corrupção, fisiologismo e exploração do povo soviético.

Todos os dirigentes soviéticos foram secretários de partido e, com raríssimas exceções, perpetuaram-se no poder, caracterizando o regime ditatorial.

No período leninista e, principalmente, no stalinista, milhões de contestadores e mesmo militantes comunistas foram eliminados ou pereceram nos campos de concentração da Sibéria, nos chamados *Gulaas*.

Esse fato foi muito explorado por Kruschev, havendo, entretanto, continuação das perseguições políticas aos dissidentes pelo PCUS, o único a desfrutar das benesses do poder. Mesmo assim, houve manifestações e tentativas de ruptura com o regime, dentro e fora da URSS.

Durante o terror desses períodos, na década de 1920, ocorreram as revoltas dos marinheiros de Kronstadt e dos camponeses. Na década de 1950, houve a rebelião no campo de trabalho escravo em Vorkuta, impor-

tante centro de mineração. Todas essas revoltas foram violentamente esmagadas.

Externamente, desencadearam-se, na década de 1950, o levante polonês de Pognan e a revolução Húngara; na década de 1960, ocorreu a revolta da Tchecoslováquia, conhecida como *Primavera de Praga*. Também essas revoltas foram duramente reprimidas e seus líderes executados ou desterrados.

A própria unidade ideológica marxista-leninista foi pulverizada, desde o afastamento da Iugoslávia, buscando sua própria identidade, e da China, contrária à desestalinização, até o surgimento do chamado eurocomunismo cujo expoente foi o Partido Comunista Italiano (PCI).

A participação política do povo era meramente figurativa pois, em votação aberta, via-se obrigado a eleger candidatos do PCUS, para os sovietes distritais, regionais e nacionais. Por sua vez, o Legislativo e o Judiciário apenas aprovavam, sem oposição, as decisões da cúpula desse partido.

A demagogia dos líderes soviéticos de que toda a Europa e os países mais adiantados se tornariam comunistas não se concretizou. Ao contrário, o socialismo foi largamente difundido e implantando em alguns países subdesenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970. Atualmente, passada a euforia revolucionária e não conseguindo o almejado crescimento, retornaram ao pluralismo democrático, com Cuba, Vietnã, Coréia do Norte e China constituindo exceções. Nos países da Europa Ocidental, os partidos comunistas, apesar de rejeitarem vários dogmas marxistas-leninistas, possuíam pouca aceitação eleitoral.

O *Pacto de Varsóvia*, aliança militar comunista, curiosamente só foi empregado nos próprios países socialistas que aspiravam maior autonomia ou buscavam suas identi-

dades históricas, como a Hungria e a Tchecoslováquia.

No Afeganistão, onde interveio, o Exército Soviético sofreu grande derrota, com mais de dez mil mortos, feridos e mutilados, com o crescimento da dependência de drogas e da resistência ao serviço militar. Após dez anos, retirou-se, em 1989, com o moral severamente abalado.

Com a abertura de Gorbachev e sua política de não intervenção militar nos países do bloco, contrária à Doutrina Brejnev, o Leste Europeu foi despertado por uma onda democratizante há muito tempo reprimida.

Assim, abandonaram o socialismo a Polônia, a Hungria, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia, a Romênia (onde ocorreu sangrenta guerra civil) e, até, a isolada Albânia. O ponto culminante da ruptura ideológica concretizou-se com a derrubada do Muro de Berlim e a reunificação das duas Alemanhas.

A redemocratização do Leste Europeu, por sua vez, ensejou e estimulou os sentimentos separatistas e nacionalistas nos países componentes da URSS, ansiosos por uma maior autonomia e soberania em relação ao poder central. Assim, as nações bálticas declararam-se independentes, apesar das pressões sofridas.

Esses sentimentos separatistas acarretaram enormes resistências ao serviço militar, com o consequente aumento de deserções, ao mesmo tempo em que vários países da União "legalizaram" seus próprios exércitos.

Gorbachev, no campo diplomático, diante da irreversível perda da hegemonia so-

viética, propôs, em 1990, o fim da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia. Este foi dissolvido pelos próprios países participantes, contribuindo ainda mais para o descrédito do sistema.

A rígida Constituição soviética começou a sofrer um considerável número de emendas, terminando por retirar de seu texto o monopólio político do PCUS, o que evidenciou a desilusão da própria liderança com a doutrina.

Com a *Glasnost*, a disputa pelo poder no PCUS levou-o a uma divisão interna entre reformistas e conservadores, estes receosos da perda de mordomias acumuladas.

Surgiram então duas correntes reformistas: a primeira, liderada por Gorbachev, queria uma reestruturação moderada acreditando, ainda, salvar o socialismo; a segunda, cujo líder era

Boris Yeltsin, desejava mudanças rápidas e imediatas, particularmente na economia e no próprio sistema político. Era a corrente dos ultra-reformistas ou radicais.

Gorbachev, ainda que concentrasse todos os poderes da União em suas mãos, na esperança de evitar o naufrágio socialista, pendia, de acordo com as circunstâncias, ora para um lado, ora para o outro das correntes acima.

Procurando o amparo ocidental e o fortalecimento interno, estimulou as negociações sobre redução do armamento nuclear e convencional, pois a União temia o projeto americano espacial de interceptação de mísseis, chamado de *Guerra nas Estrelas*, devido ao atraso tecnológico militar.

A redemocratização do Leste Europeu, ensejou e estimulou os sentimentos separatistas e nacionalistas nos países componentes da URSS, ansiosos por uma maior autonomia e soberania em relação ao poder central.

A *Glasnost*, além de dividir a cúpula e o próprio PCUS, estimulou amplo debate entre o então amordaçado povo soviético, ainda que muitas vezes as lideranças políticas emergentes conduzissem, de acordo com seus interesses, as manifestações populares.

Pela primeira vez, após quase um século de dura repressão, foram realizadas eleições livres, com o voto secreto, para os poderes legislativo e executivo em várias repúblicas, com marcante vitória dos reformistas e de outras correntes desejosas de mudanças.

Yeltsin, eleito presidente da Federação Russa (Rússia), com esmagadora maioria de votos, iniciou a ultrapassagem da liderança de Gorbachev, criando áreas de atrito, por ser crítico ferrenho da lentidão das reformas.

A perda paulatina das Repúblicas Soviéticas levou Gorbachev a tentar formar, em 1991, um novo Tratado de União que diminuisse o conflito entre elas e o poder central. A ex-URSS passaria a se chamar "União das Repúblicas Soviéticas Soberanas" e seu presidente seria eleito pelo voto direto, secreto, com um mandato de cinco anos e direito a uma reeleição. Seria criado um congresso da União, eleito pelos parlamentares republicanos.

Enquanto Gorbachev lutava para reencontrar o equilíbrio perdido, Yeltsin proibiu todas as atividades comunistas dentro das empresas e repartições públicas da Rússia, pondo fim à administração paralela exercida pelas células do PCUS.

Muitas personalidades influentes do Partido, percebendo seu desmantelamento, começaram a abandoná-lo e a criticá-lo, ingressando em partidos de tendências democráticas nas Repúblicas, ou mesmo, formando-os.

A ala conservadora do PCUS, da qual

faziam parte o vice-presidente Ianáiev, o primeiro ministro Pavlov, o chefe da KGB (polícia secreta) Kriúthkov, o ministro do Interior Bóris Pugo, o ministro da Defesa, Iázov e outras autoridades, tentou um golpe-de-estado, afastando Gorbachev e decretando estado de emergência em várias regiões soviéticas.

A imediata reação popular russa, conduzida e aproveitada politicamente por Yeltsin e a não adesão de várias lideranças militares contribuíram para o fracasso do golpe. Os conspiradores foram presos e destituídos de suas funções.

Essa desesperada ação da liderança conservadora foi o golpe de misericórdia no desmoronamento da estrutura política e no desmantelamento da União.

Diversas Repúblicas aceleraram o processo de separação do governo central. Assim, declararam-se independentes, além das repúblicas bálticas, a Moldávia, a Ucrânia, a Bielo-Rússia, a Geórgia, o Azerbaijão, a Armênia, o Uzbequistão, a Quirquizia e o Tadjiquistão. As únicas que não se declararam independentes ou não demonstraram essa intenção foram a Rússia, o Cazaquistão e a Turcomênia, sendo que esta última, veio a fazê-lo posteriormente.

Tentando ainda evitar a onda separatista e restabelecer os laços rompidos entre as repúblicas e o poder da União, Gorbachev elaborou outra proposta de união política chamada de *União dos Estados Soberanos* (UES), com as repúblicas passando a ter a própria representação nos organismos internacionais.

A Rússia, aparentemente apoiando a UES, tomou medidas contrárias às propostas políticas e econômicas dessa União e não aderiu ao acordo. Alegava que somente faria parte da UES se a Ucrânia também o fizesse.

zesse, o que não ocorreu. Yeltsin declarou que uma Confederação ou União colocaria cada república soviética sob um sistema de duplo poder.

Ao reunir-se, em dezembro de 1991, com os dirigentes da Ucrânia e da Bielorrússia, Yeltsin elaborou um documento que criava a CEI, substituindo a URSS que foi revogada como pessoa jurídica de Direito Internacional e realidade geopolítica.

Apesar dos protestos de Gorbachev, a CEI ganhou forças com a adesão das repúblicas islâmicas da Ásia Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomênia, Quiriquízia e o Tadjiquistão) e com a decisão da Ucrânia de assumir o controle das Forças Armadas Soviéticas estacionadas em seu território, o que quebrava o elo da autoridade militar, definido pela Constituição, entre essas repúblicas e o poder central representado pelo comandante supremo das forças armadas, no caso, o próprio Gorbachev.

Com a extinção do Parlamento da ex-URSS, em 16 de dezembro de 1991, e a apropriação de todos os seus bens pela Rússia, Yeltsin, reunido com Gorbachev, anunciou o fim da URSS no último dia daquele ano, o que de fato ocorreu com a renúncia do idealizador da *Perestroika*.

Pode-se concluir que a ditadura política de um só partido; a revolta latente do povo soviético contra a cruel perseguição política nos primórdios da instalação e consolidação do socialismo; a fragilidade de uma união de várias repúblicas diferentes somente mantida pela força; a falta de representatividade e legitimidade popular dos órgãos governamentais e a quebra da unidade ideológica desacreditaram o sistema socialista.

A abertura política propiciada pela *Glasnost* acelerou a desintegração do sistema e acabou com a união entre as repúblicas

soviéticas.

A tentativa de reconstrução (*Perestroika*) revelou e confirmou a existência de um Estado multinacional comandado por uma imensa burocracia corrupta, ineficiente e detentora de privilégios, além de uma liderança política carcomida pela disputa interna do poder.

Tudo isso contribuiu para o fracasso da disseminação do socialismo como doutrina política.

O descrédito do sistema estava, no entanto, na própria origem de sua implantação violenta, quando a revolução de 1917 trazia em si o germe autofágico de disputas de grupos antagônicos e no consequente endeusamento do Estado, colocado sob a ditadura de governantes que não tiveram a competência necessária para solucionar os complexos problemas da ex-União.

Do ponto-de-vista militar, a intervenção das forças do então Pacto da Varsóvia nos próprios países socialistas; a pesada derrota soviética no Afeganistão; o moral abalado com o aumento de deserções e a resistência ao serviço militar; a falta do apoio geral ao golpe da linha conservadora contra Gorbachev e a formação de exércitos republicanos constituíram-se, dentre outras, importantes causas militares favoráveis à desagregação do sistema.

Tais causas políticas e militares, aliadas, principalmente, às causas sociais e econômicas, analisadas a seguir, derrubaram o sistema socialista na ex-URSS.

CAUSAS SÓCIO-ECONÔMICAS

A revolução bolchevista de 1917, conduzida por Lênin, estatizou toda a propriedade privada, suprimiu as áreas particulares agrícolas, nacionalizou as fábricas, os

bancos e outros setores econômicos, sem a devida indenização aos respectivos proprietários. Tudo foi passado à gestão dos camponeses e operários, sem o devido preparo gerencial.

Os resultados econômicos foram totalmente contrários: queda brusca na produção industrial e agrícola, inflação e paralisação do comércio.

Lênin verificando, na prática, a ineficiência da coletivização de todos os meios de produção, iniciou, em 1921, a aplicação na economia de um plano chamado Nova Política Econômica (NPE). Esse plano continha aspectos econômicos capitalistas tais como: privatização de empresas com menos de vinte trabalhadores, formação de cooperativas, diferenças salariais, trustes industriais e a retomada de relações comerciais com a Inglaterra e Alemanha.

Essa introdução de práticas capitalistas na economia estatal fez crescer a produção agrícola e industrial, impulsionou o comércio e, consequentemente, enriqueceu alguns grupos sociais como os camponeses (*kulaks*) e os negociantes (*nepmen*).

Os investimentos estatais foram dirigidos para a produção de energia e de matérias-primas básicas, importação de técnicas e máquinas estrangeiras e a aplicação nas cooperativas comerciais e agrícolas.

Mas, a par da recuperação econômica, havia o esmagamento da sociedade soviética pelo Estado, privando-a da livre escolha de suas necessidades básicas, tendo como justificativa a remodelação social.

Com Stálin e sua política de socialismo em um só país, foram adotados os planos quinquenais de desenvolvimento, com a adoção de medidas visando a conduzir a economia de modo global.

Ao coletivizar a agricultura à força, ten-

do como objetivo a total destruição da propriedade familiar agrícola, obrigou os camponeses a participarem das fazendas estatais (*sovkozes*) e cooperativas (*kolkhozes*).

Os camponeses reagiram abertamente às autoridades porque, além de terem sido enganados quanto à distribuição de terras, foram também ludibriados quanto à livre comercialização de seus produtos, que deveriam ser entregues ao Estado. Exterminaram milhares de cabeças de gado e destruíram plantações, contribuindo para a grande fome no início da década de 1930, principalmente na Ucrânia.

Essa hostilidade, considerada alta traição, foi severamente reprimida. Milhões de agricultores e suas famílias foram mortos ou deportados para os campos de trabalhos forçados, provocando, com isso, a aversão dos camponeses à coletivização e ao sistema.

Após a morte de Stálin, foi admitido na agricultura, apesar de ainda coletivizada, que pequenas faixas de terra dentro dos *kolkhozes* fossem individualizadas para o plantio e para criação de certo número de animais e que esses produtos pudessem ser vendidos no mercado livre. Essa produção de caráter individual é que contribuiu para a redução da falta de alimentos, característica constante do sistema socialista.

A ex-URSS, apesar de possuir extensas áreas férteis, normalmente importou grandes quantidades de cereais dos países capitalistas, principalmente dos Estados Unidos e Canadá.

Com baixo padrão e pouca diversidade alimentar, o povo soviético habituou-se a enfrentar enormes filas nos *armazéns do povo* e ao uso constante de talões de racionamento de gêneros alimentícios. Só os integrantes da *nomenklatura* é que possuíam abundância em suas lojas especiais.

O rápido desenvolvimento industrial soviético nas décadas de 1920 e 1930 e, após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, deu a ilusão de que o sistema socialista era uma solução viável para os países menos adiantados, em curto prazo, realizarem o crescimento econômico. No entanto, foi um tremendo fracasso para aqueles que o adotaram. Com raríssimas exceções, estagnaram ou regrediram na economia.

O desenvolvimento industrial soviético ocorreu maciçamente na indústria pesada e na indústria bélica, em detrimento da indústria de bens de consumo, relegada à última prioridade. A partir da década de 1960, é que esse ramo industrial passou a ter uma relativa consideração.

Mas o custo social pelo crescimento industrial foi bastante elevado. Dificilmente um operário ocidental aceitaria as condições de trabalho escravo que o Estado impôs ao operariado soviético, em sua ânsia de sobrepujar a economia capitalista representada pelos Estados Unidos.

Os trabalhadores soviéticos, como empregados do Estado onisciente e onipresente, não tinham o direito de greve e seus sindicatos, ao invés de defenderem suas legítimas aspirações, defendiam os interesses do grande “patrão” estatal.

Na ânsia do grande crescimento, as autoridades soviéticas negligenciaram a conservação do meio ambiente. Com isso, as regiões industriais tornaram-se altamente poluídas e resíduos de elevado grau de toxicidade eram rotineiramente despejados nos rios, causando séria deterioração ecológica em quase todos os países do bloco socialista.

Sem incentivos internos para competir, racionalizar e inovar, a economia soviética tornou-se um exemplo de ineficiência burocrática e de exagero na utilização de recursos

A falta de efetiva preocupação de segurança no trabalho e com o meio ambiente ficou bem caracterizada no incidente de Tchernobyl, quando um vazamento radioativo, provocado por falhas técnicas e humanas grosseiras, causou a morte de várias pessoas e ganhou repercussão mundial.

A manutenção do centralismo das decisões econômicas, a complexidade burocrática das ações e a indefinição de responsabilidade para questões simples estagnaram e emperraram a economia, a partir da gestão de Brejnev.

A par do desenvolvimento tecnológico na pesquisa espacial e a maciça propaganda com o lançamento do primeiro homem ao espaço, a defasagem tecnológica soviética em relação ao Ocidente aumentou muito, principalmente na década de 1980, com o bloqueio imposto pelos Estados Unidos, particularmente na área de informática e de tecnologia de ponta.

Sem incentivos internos para competir, racionalizar e inovar, a economia soviética tornou-se um exemplo de ineficiência burocrática e de exagero na utilização de recursos, permitindo a vitória da economia capitalista.

O grande desperdício econômico e o atraso industrial e tecnológico dificultaram a URSS participar do comércio mundial. A ex-URSS passou a ser grande exportador de matérias-primas e minerais, como os demais países do Terceiro Mundo, tornando-se incapaz de competir com os principais exportadores mundiais de bens manufaturados, sendo ultrapassada, nessa última década, pelos Tigres Asiáticos.

O mecanismo de preços das mercadorias, calculado através de complicadas fórmulas operacionais por órgãos centrais de planejamento, mostrou-se totalmente irreal, apesar da associação com o salário pago aos trabalhadores. O Estado se iludiu ao tentar controlar ou mesmo estabelecer um mercado à base de cotas de produção e consumo com subsídios a diversos artigos.

A "lei da oferta e da procura", preconizada pelos economistas ocidentais, tentou ser transformada em algo semelhante a uma lei de mercado do Estado, pelos economistas socialistas. O resultado foi a implosão e a inércia da economia, conforme demonstraram os dados estatísticos oficiais, já não mais adulterados ou manipulados, na era da *Glasnost*.

De acordo com esses dados, 40% do total da população e 80% dos idosos viviam em estado de pobreza; a classe trabalhadora possuía péssimas condições de habitação coletiva (na maioria das vezes, uma família de quatro pessoas ocupava um quarto de pequenas dimensões); apenas um terço das residências possuía água quente e outro terço nem água encanada possuía.

Quanto à utilização de bens de consumo duráveis, os dados estatísticos revelaram grandes contrastes com o mundo ocidental. Um simples indicador, como a propriedade de automóveis, revelou uma proporção de um carro para cerca de quartoze soviéticos, enquanto que havia um para cada dois americanos. A propriedade de eletrodomésticos, comum nos países capitalistas, era bastante rara na maior parte dos lares soviéticos.

Retornando ao comércio exterior, o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), criado pela URSS para coordenar o comércio entre as repúblicas socialistas e incrementá-lo, mostrou-se um ver-

dadeiro fracasso em relação à Comunidade Econômica Européia, tendo sido dissolvido na gestão de Gorbachev.

Gorbachev, com a economia soviética em profunda crise, elaborou diversos planos para tentar salvá-la, mas contou com uma infinidade de resistências dentro da própria União, como a recusa das repúblicas nas participações ou contribuições para o governo central. A Rússia de Yeltsin alegava que estava subsidiando as outras Repúblicas e pagando mais do que devia ao Kremlin (sede do governo central), diminuindo, com isso, o padrão de vida de seus habitantes.

Os excessivos gastos do orçamento com a defesa, antes considerados intocáveis e que, em geral, vinham subindo anualmente, começaram a ser questionados pelas repúblicas, uma vez que prejudicavam outros setores importantes da economia.

O rublo (moeda soviética), mantido com valor artificial durante todo o período socialista, começou a se desvalorizar assustadoramente. No início de 1991, houve pânico na União, com a tentativa do governo central de retirar as cédulas de 50 e 100 rublos, o que contribuiu ainda mais para a sua desvalorização.

O "mercado negro" teve um crescimento surpreendente na fase final da abertura soviética. Vários produtos, não encontrados na rede oficial de armazéns estatais, eram vendidos nesse mercado com o preço muito acima do tabelado, incluindo diversos gêneros alimentícios.

Vários escândalos econômicos foram revelados ao mundo e à população soviética, aumentando a desilusão interna com o sistema. Milhões de dólares foram "doados" aos "partidos irmãos" de todo mundo; reservas de ouro foram retiradas secretamente da URSS e depositadas na Suíça pelas autori-

dades centrais; o GOSBANK, banco central da URSS, sem as reservas de ouro, encontrava-se falido; o Ministério das Finanças, o Exército e a KGB possuíam contas secretas de grande valor em outros países; o PCUS possuía, fora da União, bens avaliados em quatro bilhões de dólares. Além desses, muitos outros, relacionados com a corrupção da *nomenklatura*, vieram à tona.

A população e os próprios líderes socialistas começaram a questionar se o custo social para tão pouco resultado econômico havia valido a pena, uma vez que a tão propalada igualdade de classes jamais se verificou nos países da União. O dogma marxista de *cada um de acordo com sua capacidade e para cada um de acordo com suas necessidades* ficou totalmente desacreditado. O custo humano para tão pouco bem-estar social, aparentemente conquistado, havia sido muito elevado.

Esse custo havia incluído: a execução sumária de milhões de pessoas; o extermínio de categorias sociais supostamente hostis ao regime; a liquidação do homem do campo e recolonização forçada; a perseguição às famílias das vítimas do regime; o clima social de pavor e isolamento pessoal político; e as execuções de comunistas edificadores do sistema que, em virtude de disputas internas, eram acusados de alta traição.

Esses atos e fatos sociais, raramente admitidos pela liderança soviética, ao serem discutidos abertamente pela população, contribuíram para a aversão ao sistema e para o apoio popular às mudanças pregadas pelos governantes com idéias reformadoras, descrentes do socialismo.

A diversidade de etnias, muitas vezes com profundas divergências históricas, organizadas nas repúblicas autônomas ou regiões nacionais, com a liberalização política

e social, deu origem a manifestações e movimentos nacionalistas sem precedentes, contribuindo para o enfraquecimento do governo central, do sistema socialista e para o desmembramento da União.

A maior parte das etnias não-russas via, cada vez mais, a existência do Estado socialista centralizador como a principal causa do seu relativo empobrecimento econômico, social e cultural. A imposição da língua russa como oficial sufocou as línguas e dialetos dessas etnias gerando revoltas culturais. As paixões nacionais foram desencadeadas em ritmo crescente em todas as repúblicas não-russas. A russificação foi sendo abertamente denunciada em manifestações populares violentas geradas, em grande parte, por suas *intelligentsias* nacionais.

Além disso, intensa violência inter-étnica também irrompeu em várias localidades, com milhares de mortos em refregas entre comunidades. Os conflitos horizontais eram contra alguma maioria não russa (georgianos contra abkhazianos) ou contra uma nação soviética vizinha, como a Armênia e o Azerbaijão.

A igreja ortodoxa e a igreja muçulmana, que não foram totalmente eliminadas pela pregação materialista, ressurgiram, na década de 1980, com maior força de adeptos, protestando contra a situação e apresentando soluções baseadas em seus princípios religiosos.

A falta de confiança e descrédito da população soviética ao regime pode ser aquilatada pelo elevado índice de alcoolismo observado e duramente combatido pelos governos socialistas nas últimas décadas.

Pode-se concluir, portanto, que os aspectos econômicos e sociais foram as principais causas que contribuíram para a ruína do sistema socialista.

Dentre esses aspectos, destacam-se: o planejamento centralizado da economia; a prioridade de investimento na indústria armamentista e pesada em detrimento da indústria de consumo; a existência de classes sociais privilegiadas, como a *nomenklatura*; o baixo padrão de vida da maioria da população; a constante escassez e racionamento de gêneros alimentícios; a diversidade de línguas e etnias com conflitos históricos entre si; a corrupção generalizada; o esvaziamento das reservas de ouro do Banco Central; a tentativa de substituição da lei da oferta e procura, reguladora do mercado, por um mercado de Estado; a pouca competitividade no mercado internacional; e os ressentimentos pelo alto custo social.

APRECIAÇÃO

A bandeira vermelha com foice e o martelo, símbolo do socialismo como etapa para o comunismo, foi substituída, em Moscou, pelo pavilhão tricolor da Rússia, no fim de 1991.

A União Soviética, naquele histórico momento, acabou de falecer levando seu sistema para o túmulo.

Ambos faleceram de elefantíase estatal, da inércia burocrática, do atraso econômico, da opressão política e social e dos sentimentos nacionalistas reprimidos por várias décadas.

Mikhail Gorbachev, autor da *Perestroika* e da *Glasnost*, não imaginou que a pouca liberdade dada ao povo soviético iria destruir o arcaico sistema.

Ao tentar adaptá-lo e corrigi-lo, liberou energias que empurraram as repúblicas soviéticas para a dissolução da União e a procura de caminhos independentes em busca da democracia e do livre mercado.

Se dependesse dele, o antigo PCUS ainda existiria. Mas a conjunção das crises econômicas, reivindicações autonomistas em várias nacionalidades e a grande insatisfação e o descrédito popular liberados contribuíram para a perda gradativa do controle do poder partidário, até a sua completa eliminação.

A criação da CEI não pôs fim à grande interdependência entre as repúblicas, em virtude dos setenta anos da economia centralizada sob domínio da burocracia tecnocrática de Moscou.

Na luta pelo poder, Boris Yeltsin tomou a liderança de Gorbachev e obrigou-o a renunciar. Tornou-se, então, com respaldo interno e externo, o idealizador dessa Comunidade e apressou o sepultamento do socialismo e da URSS.

A queda do sistema socialista na União Soviética e nos demais países da Europa Oriental modificou o equilíbrio de poder mundial e causou profundas repercussões no MCI, agora órfão de seu principal polo de irradiação ideológica.

Dentro do MCI, os principais movimentos revolucionários da América do Sul e, particularmente, do Brasil, sofrerem reflexos significativos.

Esses reflexos serão o objeto de apreciação nos próximos tópicos.

REFLEXOS PARA OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

Nos Países da Bacia Amazônica

A decadência e o fracasso do socialismo soviético e o fato de o MCI ter se tornado acéfalo pouco modificaram as aspirações dos

movimentos revolucionários de maior expressão nos países lindos à Bacia Amazônica.

Na Colômbia, a partir de meados de 1980, o Movimento de 19 de abril (M-19) aceitou as negociações de paz com o Governo, depois do fracasso da ocupação do Palácio da Justiça, quando vários de seus componentes foram eliminados.

Carentes dos recursos financeiros vindos do exterior, as dissidências mais radicais do M-19 e outros movimentos, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Exército Popular de Libertação (ELP) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) aliaram-se aos traficantes de drogas, incrementando a violência e o terror no meio rural e urbano.

No entanto, o Governo, auxiliado pelos Estados Unidos, reiniciou uma grande ofensiva contra o terrorismo, em 1989, e restabeleceu as negociações visando a desmobilizar a guerrilha e separá-la dos traficantes.

O M-19, aproveitando-se da anistia dada a todos os guerrilheiros que quisessem reintegrar-se à vida civil, cresceu como força política legalizada e elegera, em 1991, nove senadores, rompendo o tradicional bipartidarismo da política nacional.

Com o benefício da anistia, vários outros militares do M-19, do ELP e do PRT abandonaram a luta e reintegraram-se à sociedade.

O Governo prosseguiu as negociações com esses movimentos conseguindo que vários grupos servidores dos narcotraficantes abandonassem as armas. Apesar disso, outros remanescentes permaneceram na luta

com o conluio com os traficantes, utilizando-se do barbarismo contra a população rural, urbana e indígena, chocando a opinião pública nacional e internacional pela残酷idade de seus atos criminosos.

Ao formar a Coordenadoria Guerrilheira Colombiana Simón Bolívar (CGSB), esses remanescentes continuaram aliados do Cartel de Cali e de Medelin na onda de terror, planejando e executando o assassinato de várias autoridades políticas, judiciais e militares. Passaram a agir na fronteira amazônica em busca de áreas de homizie e de rotas do tráfico. Participaram inclusive do incidente do Traíra, em que foram mortos soldados do Exército Brasileiro.

A esquerda radical e o narcotráfico sofreram um grande impacto com a prisão e, recentemente, a morte de Pablo Escobar, chefe do Cartel de Medelin.

Contudo, apesar de ter havido uma diminuição da guerrilha e do narcoterrorismo, é de se esperar que a luta armada continue a se apoiar no capital ilícito obtido com o tráfico de drogas, usando a fronteira amazônica com o Brasil como base de suas ações.

No Peru, pouca influência ou reflexo positivo causou o desmoronamento do socialismo soviético nos movimentos revolucionários Sendero Luminoso e Tupac Amaru (MRTA).

Seguidores fanáticos de Mao-Tsé-Tung, de quem julgam ser os autênticos intérpretes, ainda acreditam fomentar a verdadeira revolução socialista mundial e desprezam qualquer atitude de revisionismo soviético e, até mesmo, chinês.

A decadência e o fracasso do socialismo soviético e o fato de o MCI ter se tornado acéfalo pouco modificaram as aspirações dos movimentos revolucionários de maior expressão nos países lindos à Bacia Amazônica.

A esquerda radical peruana, representada por esses dois movimentos, propunha, e continuou propondo, o fechamento do país à toda influência estrangeira.

Também em busca de recursos financeiros necessários à luta armada, aliaram-se aos traficantes de cocaína, trocando proteção pelo dinheiro necessário às ações revolucionárias.

A ação enérgica do presidente Alberto Fujimori, que fechou o Congresso e o Judiciário e concedeu amplos poderes aos militares, provocou nesses movimentos, um profundo golpe.

Foram presos e julgados Victor Polay, líder da MRTA, Abimael Guzmán, do Sendero Luminoso e vários dirigentes dessas organizações, o que diminuiu sua capacidade ofensiva.

Contudo, não pode ser descuidada a atenção contra o radicalismo revolucionário com essas prisões, pois muitos guerrilheiros continuaram soltos na clandestinidade e, além da bilionária ajuda do narcotráfico, utilizam a aguda crise social e a miséria da população como justificativas para a continuação do emprego da violência na busca do poder.

Na Venezuela, o fracasso socialista do império soviético, aliado aos revezes sofridos nos combates contra as forças legais, contribuiu para que muitos adeptos do Movimento Bandeira Roja (MBR) e da Nova Coordenação Revolucionária (NCR) abandonassem a violência guerrilheira e se reintegrassem à vida normal da nação.

No entanto, a política de austeridade do presidente Andrés Pérez fez ressurgir novas organizações, como o Movimento Revolu-

Agravado, agora, com a reeleição presidencial, trazendo consagrador apoio da sociedade peruana àção do governo (Nota da Redação).

cionario Bolivariano 200, de tendência nacionalista e de esquerda, constituído de muitos militares. Esse movimento tentou ocupar a sede do Governo e pontos importantes de Caracas e outras cidades, em 1992, tendo sido sufocado pelas tropas leais ao Governo.

Para conter a onda de protestos, tumultos e revoltas, tanto de esquerda como da direita radicais, têm sido usadas a suspensão das garantias constitucionais pelo Governo, a censura à imprensa e a enérgica proibição das manifestações.

As correntes partidárias, apresentadas pelo Movimento ao Socialismo e pelo Partido Social Cristão (COPEI), são contra a privatização dos bancos, hotéis, usinas, companhias telefônicas e outras estatais, parte do programa de recuperação e estabilização econômica buscada pelo Governo.

Observa-se, portanto, que os principais reflexos do desmoronamento socialista soviético para os mais importantes movimentos revolucionários dos países lindeiros à Bacia Amazônica foram: a junção dos movimentos com o narcotráfico; o recrudescimento da violência urbana e rural; as ações nas fronteiras de outros países; o abandono da guerrilha por vários militantes; e a atuação legal de correntes de esquerda.

A violência e o terror permanecem como os meios mais rápidos e eficazes utilizados por esses movimentos, em sua insana busca do poder para a implantação do "verdadeiro" socialismo.

Nos Países da Bacia do Prata

O processo de implosão socialista na ex-URSS coincidiu, na Argentina, com o início da redemocratização e a volta dos civis ao poder.

O insucesso da Guerra das Malvinas e o

resultado da luta armada contra os Montoneros e o Exército Popular Revolucionário (ERP) levaram muitos oficiais, inclusive ex-presidentes militares, a serem processados e julgados.

O revanchismo provocado pela esquerda propiciou o aparecimento de vários levantes de direita, em que se destacou a figura de Aldo Rico, líder de uma revolta militar em 1988.

Mas, em 1989, as forças radicais de esquerda, numa demonstração de violência, atacaram e conquistaram o quartel de "La Tablada", sendo vencidas pelo Exército na sua retomada.

Atuando legalmente através do Partido Comunista, do Movimento Trotskista, do Partido do Trabalho do Povo e de outras agremiações políticas, as forças de esquerda foram contra o programa neoliberalizante de reformas econômicas implantadas pelo presidente Carlos Menen.

Além do indulto, a esquerda ativa conseguiu, no início de 1992, a reparação econômica para os ex-presos políticos e parentes daqueles que morreram na luta armada.

A derrocada do monólito socialista, acompanhada e debatida na imprensa com o esclarecimento do povo e o sucesso do plano econômico do Governo argentino, diminuíram o ímpeto revolucionário socialista e o trabalho de doutrinação popular, levando as esquerdas a buscar outros caminhos para a conquista do poder, sem renunciar, porém, à luta armada.

No Uruguai o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, antes mesmo do processo de implosão socialista, havia abandonado a violência armada e, através da legalidade, concordava ao poder político.

No processo de redemocratização uruguai, também incentivados pelos movimen-

tos de esquerda, vários oficiais enfrentaram denúncias e julgamentos políticos, acusados de violação de direitos humanos, sendo anistiados pela Lei do Ponto Final.

Os militantes de esquerda, infiltrados na Frente Amplia e nos sindicatos, reagiram à privatização das empresas públicas e obtiveram a realização de um plebiscito, cujo resultado deu a vitória ao Governo.

Também como na Argentina, houve uma diminuição das atividades revolucionárias uruguaias, em virtude dos resultados econômicos e da divulgação do fracasso socialista.

Apesar disso, perduram contradições sociais, como o desemprego, que servem de justificativa na luta pelo poder e na implantação de um novo modelo socialista.

Nos Países Andinos

No Chile, o processo de desintegração socialista coincidiu com a redemocratização e a eleição de Patrício Aylwin, da frente "Acordo pela Democracia", embora o General Pinochet continuasse no comando do Exército.

Muitos integrantes da "Frente Manuel Rodrigues" (FFMR) e do "Movimento de Esquerda Revolucionário" (MIR) saíram da clandestinidade e ingressaram nos partidos legais de oposição de cunho esquerdista, como o Partido Socialista do Chile. Eles pressionaram o novo governo civil a realizar investigações sobre as violações de direitos humanos suspostamente realizadas pelos militares, durante o governo Pinochet, na luta contra a ação armada.

A ala mais radical e subterrânea desses movimentos realizou atentados contra ex-chefes de polícia política, ex-combatentes militares, políticos de extrema direita, ao mesmo tempo que, através da realização de

um eficiente trabalho de massa, procurou obter o apoio favorável da opinião pública para a condenação dos militares envolvidos nos combates com a guerrilha, apesar da aprovação da Lei da Anistia pela Corte Suprema.

Mesmo com o revanchismo levantado contra os militares, envolvendo a opinião pública, nas eleições municipais de 1992 obtiveram somente cerca de 15% dos votos.

Esse pequeno resultado eleitoral pode ser creditado ao conhecimento, pelo povo chileno, do fracasso econômico socialista soviético, à recordação do mesmo modelo de fracasso na época de Allende e à recuperação econômica do Chile proporcionada pelas medidas liberalizantes na época de Pinochet.

Tentando novamente conquistar o poder através do voto popular, esses movimentos não renunciaram a seus dogmas marxistas e não descartaram a luta armada como forma de alcançá-lo.

No Equador, o mais importante movimento revolucionário (o "Alfaro Vive") e outros de menor expressão converteram-se em partidos políticos legais ou infiltraram-se em outras agremiações partidárias.

Aproveitando-se das contradições sociais existentes no país, procuraram incentivar as populações indígenas a rebelões pela restituição de terras que antigamente lhes pertenciam.

Apesar de não possuírem mais modelo socialista para se espelharem, combateram o programa de desestatização do atual presidente Durán Ballén e não apresentaram sinais de renúncia à violência e do abandono da luta de classe para a conquista do poder.

No Brasil

Os fracassos, discordâncias e rivalida-

des dentro do movimento revolucionário comunista brasileiro deram origem a vários segmentos que delinearam as tendências da esquerda brasileira, já bastante fragmentada após longo período de tentativas de tomada do poder.

A linha da esquerda reformista, cujas principais organizações políticas são o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) continuaram inspirados pela social democracia europeia, mantendo a aceitação do pluripartidismo e de alternância no poder. Acreditam atingir uma nova forma de socialismo baseado em sucessivas reformas políticas, econômicas e sociais.

A linha da esquerda ortodoxa, apresentada pelo antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), sofreu modificações que incluiram, desde a mudança do nome para Partido Popular Socialista (PPS), até a renúncia de alguns dogmas que eram considerados eternos paradigmas.

O partido deixaria de ser o único condutor da sociedade, aceitaria o pluripartidarismo, a economia do mercado controlado e a propriedade privada com função social.

No entanto, continuou tendo como objetivo a implantação no Brasil de uma nova concepção de sociedade socialista, através da conquista do poder pela via parlamentar, sem negar o emprego da luta armada.

Por discordarem da atitude revisionista do partido, vários dissidentes criaram o Partido Comunista (PC) com a mesma linha ideológica marxista-leninista do antigo PCB.

Em conferências e congressos realizados em âmbito nacional, continuaram a defender a luta de classes. Para eles, a hegemonia da classe operária e dos trabalhadores sobre a sociedade não se instauraria so-

mente com a conquista do poder. Advogaram que a construção da base socialista não deveria ser dissociada das massas trabalhadoras durante todo o processo da conquista do poder, orientadas pela vanguarda partidária.

Defenderam que o novo partido era marxista, revolucionário, não identificado com a social democracia, organizado para a luta de classes, estruturado no centralismo democrático e na propriedade socializada.

Deveriam continuar atuando infiltrados nos sindicatos, associações, comunidades de bases, conselhos, entidades estudantis e juvenis, movimentos de mulheres e de minorias étnicas.

Propuseram a construção de uma frente de esquerda agrupando todos os partidos e grupos revolucionários, articulados em todas as organizações populares, devendo atuar nas eleições para o Legislativo e Executivo a partir de 1994.

A linha revolucionária stalinista, cuja expressão política mais importante é o Partido Comunista do Brasil (PC do B), mesmo com a derrocada comunista, continuou pregando a violência e a guerra insurrecional nas cidades e a guerrilha no campo, para a tomada do poder e a instauração da ditadura do proletariado.

Em congressos e conferências realizados recentemente, prosseguiu defendendo a direção única e planificada da economia, a transição do capitalismo para o socialismo e acusou Stálin, pela primeira vez, de ser o responsável pelo fracasso socialista soviético.

O radicalismo pregado confirmou que seus integrantes estão impregnados dos mesmos princípios revolucionários definidos por Lênin e outros ideólogos, adeptos da violência como meio de tomada do poder.

A grande propaganda pela imprensa do

fracasso socialista influenciou a perda do apoio eleitoral aos partidos políticos dessas duas últimas linhas revolucionárias e vários de seus integrantes migraram para outros partidos ou abandonaram a militância reacionária.

A última grande linha revolucionária denominada Nova Esquerda, cuja expressão política é o Partido dos Trabalhadores (PT), em sua autocrítica concluiu que o discurso revolucionário radical já não mais se coadunava com a nova ordem mundial.

Seu diretório nacional decidiu expulsar a Convergência Socialista (CS) de suas fileiras, por sua postura radical que feria a disciplina partidária. Expulsos do PT, os militantes da CS, unindo-se a outras entidades radicais de esquerda, idealizaram a formação de uma Frente Única Revolucionária, que seria o embrião de um novo partido.

Essa frente defendeu a luta pela revolução socialista destruidora do Estado burguês e seu regime político, tendo como estratégia a violência revolucionária por parte das massas trabalhadoras.

O novo partido, originário dessa frente, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PST-U), é de linha marxista, internacionalista e tem a luta de classes como meta da História e, como princípio organizativo, o centralismo democrático.

Enquanto isso, o PT mantém ainda em suas fileiras várias correntes radicais e heterogêneas que divergem entre si e lutam internamente pelo comando do partido.

A sua linha ideológica que conta com o apoio do clero progressista, permanece, entretanto, de orientação socialista: seu objetivo é, uma vez conquistado o poder, instalar uma sociedade utópica igualitária, através de um regime forte dos trabalhadores.

Contando financeira e politicamente

com o apoio de organizações sindicais e de vários outros grupos minoritários, a Nova Esquerda, através do PT, aproveitando as contradições políticas, econômicas e sociais conjunturais, executou um eficiente trabalho de massa visando à conquista do poder nas eleições de 1994.²

O ideário comunista continua a ser, sem dúvida, o grande galvanizador que permite manter, sem fragmentar-se, a frente que compõe a Nova Esquerda brasileira e sustentar a estrutura organizacional do partido de maior projeção socialista do País.

Observa-se, portanto, que a implosão socialista provocou, entre outros, os seguintes reflexos para os movimentos revolucionários brasileiros: nova autocritica dos movimentos visando à reformulação de rumos; mudanças de siglas partidárias; evasão de quadros; revisão de princípios dogmáticos; fragmentação de antigas estruturas de esquerda; e busca de um próprio modelo socialista.

CONCLUSÃO

A queda do sistema socialista na ex-URSS deveu-se, essencialmente, ao fato de que o regime não conseguiu resolver as contradições internas, tanto de cunho ideológico quanto de cumprimento de metas políticas, sociais e administrativas, que vieram se agravando desde 1917, e recrudesceram nos últimos anos até a sua total implosão.

Historicamente, pode-se resumir aos seguintes os principais fatores que ocasionaram o fim da experiência marxista: a implantação da chamada ditadura do proletariado que, na realidade, era a ditadura de um só partido político; as lutas internas no

ex-PCUS, cujas correntes se digladiavam entre si na luta pelo poder, com a consequente eliminação dos vencidos, num processo contínuo de autofagia; a não realização das metas sociais, o que manteve na miséria e em condições sub-humanas de vida, milhões de pessoas, enquanto que minorias privilegiadas se locupletavam das benesses do poder; a formação de um Estado gigante e altamente burocratizado e centralizador, ocasionando baixa produtividade em todos os setores econômicos, principalmente na agricultura, ponto sempre fraco do regime; e a exploração dos sentimentos nacionalistas não russos, revoltados com a opressão do governo central.

Mas a falta de liberdade em toda sua plenitude, característica da democracia, é que realmente derrubou o sistema.

A liberdade de expressão, de reunião, de imprensa, de locomoção e o respeito à dignidade humana foram tolhidos por um Estado tirano e opressor, dominado por um partido corrompido em suas bases e em sua cúpula que, julgando ser o condutor único da sociedade, cometeu hediondos crimes em nome de sua remodelação.

A doutrina marxista e a prática leninista do partido revolucionário atraíram milhares de intelectuais, idealistas e políticos por todo o mundo, os quais tentaram, em várias regiões, impor os princípios do materialismo histórico na solução simplista dos complexos problemas de cada país, agravados pelas respectivas diferenças culturais e históricas.

Ao ignorarem essas diferenças e desprezarem a deterioração que vinha ocorrendo na ex-URSS, os ideólogos e políticos de orientação marxista sentiram-se traídos pela própria miopia de suas análises e órfãos do principal irradiador ideológico.

2. Objetivo, uma vez mais postergado, como os resultados das eleições demonstraram (Nota da Redação).

Os reflexos disso fizeram-se sentir em todos os movimentos de esquerda do mundo e, até mesmo, em governos marxistas já instalados, como a China que, através de uma gradual liberalização econômica, inseriu-se no comércio internacional, embora, sem abandonar, ainda, os cânones marxistas.

As repúblicas soviéticas, libertas da opressão comunista, têm um longo caminho a percorrer no aprendizado da democracia e do livre mercado.

Mas o ressurgimento de vários conflitos étnicos, o crescimento do islamismo nas repúblicas da Ásia Central, aliados à crise econômica generalizada e a inexperiência democrática, fazem da região soviética um foco de instabilidade, perturbador da paz mundial.

Apesar do fim aparente da disputa ideológica Leste-Oeste, deverá ser objeto constante de preocupação, por parte do Ocidente, o controle e a vigilância do imenso arsenal de armas nucleares táticas e estratégicas distribuídas nas principais repúblicas soviéticas, em virtude do clima de insegurança que possivelmente lá permanecerá por bom período de tempo.

Todavia, a implosão do sistema socialista soviético e do Leste Europeu mostrou o quanto eram falsas várias de suas proposições, quando aplicadas na prática política, econômica e social de um país.

Sem o exemplo e o apoio financeiro externo, os movimentos de esquerda nos países da América do Sul, desarvorados e sem perspectiva de conquistar o apoio da população pelo voto democrático, buscam recursos para sobreviverem fazendo alianças espúrias com

forças criminosas como o narcotráfico, ou infiltram-se nos setores mais conservadores, na ilusão da conquista do poder.

No Brasil, os reflexos da derrocada socialista agravaram as dissensões da fragmentada esquerda brasileira, não poupando nem os novos partidos socialistas, como o PT, de fissuras internas.

No entanto, o fanatismo socialista manteve-se em muitos dos movimentos revolucionários, agora sob o manto da democracia para a conquista do poder pelo voto.

As contradições sociais, o estado de miserabilidade em que vivem milhões de brasileiros, as diferenças regionais, as concentrações urbanas e o consequente abandono do campo, aprofundando as distorções, tudo isso resulta em um terreno fértil de oportunidades para a esquerda brasileira conseguir novas posições e continuar no processo revolucionário.

Se os movimentos revolucionários no Brasil perderam o ímpeto com a desintegração soviética, isso não significa uma diminuição da atuação, por parte das forças democráticas, na defesa de seus princípios de liberdade.

Caso ocorresse a vitória da Nova Esquerda no último pleito eleitoral, mantendo o radicalismo revolucionário socialista, o País poderia sofrer outro retrocesso político e continuaria seguindo na contramão da história, acumulando mais uma década perdida.

Felizmente, isso não ocorreu. Espera-se, agora que as forças democráticas brasileiras reencontrem o caminho do desenvolvimento econômico, do equilíbrio político, da justiça e da paz social. □



A DEFESA NACIONAL

A Conferência dos Exércitos Americanos, sua Importância para o Exército Brasileiro¹

Claudio Coscia Moura*

Matéria extraída de monografia elaborada pelo autor como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

CONFERÊNCIA DOS XÉRCITOS AMERICANOS (CEA)

A Conferência dos Exércitos Americanos é um organismo de caráter internacional, integrado e dirigido por exércitos do continente americano, com autorização dos Governos dos seus respectivos países. Sua finalidade e objetivos são expressos no Artigo 3 do seu Regulamento:

"Artigo 3. Considerando que a segurança e a defesa contribuem para o progresso social, econômico, cultural, científico e tecnológico de todos os países, e de acordo com as orientações dos respectivos Governos, a Conferência dos Exércitos Americanos tem a finalidade de alcançar uma es-

treita integração e cooperação entre os exércitos para o estudo conjunto de problemas de interesse mútuo dentro dos limites do Continente Americano, com o objetivo de proporcionar segurança e defesa ao Continente contra todas as ameaças à paz, à segurança, à democracia e à liberdade dos países-membros."

Trata-se, portanto, de um fórum de exércitos continentais que visa a promover a integração, a melhorar a segurança do hemisfério e a fortalecer os laços da amizade interamericana.

Evolução histórica e da temática abordada

A CEA foi criada em 1960. No período de 8 a 12 de agosto desse ano, no Forte Amador, Zona do Canal do Panamá, foi rea-

lizado a I Conferência de Comandantes dos Exércitos Americanos (ICCEA). Essa reunião, sob a responsabilidade do Exército dos EUA, tratou basicamente de acordos específicos que regularam o organismo a partir de então. Mesmo assim, alguns temas de relevância foram debatidos, tais como: "Comunismo Internacional — Suas ameaças ao Hemisfério Ocidental"; "Objetivos Sino-soviéticos no Hemisfério Ocidental" e "A Ajuda Logística dos Estados Unidos da América na Guerra Limitada".

Em razão da conjuntura mundial da época em que foi criada, durante longo período a CEA teve, como temas mais discutidos, aspectos referentes à necessidade de impedir o crescimento das atividades do movimento comunista internacional no continente e à atuação anti-subversiva dos exércitos membros.

Observa-se ao longo do histórico que, inicialmente, a CEA compunha-se apenas de uma Conferência de Comandantes de Exércitos, onde eram debatidos e acordados os mais diversos assuntos. Com o passar do tempo, verificou-se que a Conferência de Comandantes, com sua pequena duração, não permitia a discussão de grande número de temas, como também não possibilitava que assuntos mais técnicos fossem debatidos. Por esses motivos, foram sendo criadas as Conferências Especializadas, nas quais delegados afeitos

aos temas propostos apresentam as idéias de seus exércitos e propõem acordos a serem ratificados ou retificados na Conferência de Comandantes.

Verificou-se também que, com o surgimento das Especializadas, em face do aumento das atividades da Conferência como um todo, houve um aumento considerável das atividades de secretaria — grande volume de documentos a ser expedido, confecção de agendas de temas para as conferências, consolidação de assuntos diversos propostos pelos exércitos e outros. Esses trabalhos sobrecregavam em demasia os órgãos executivos do exército anfitrião e motivaram a criação da Secretaria Executiva Permanente (SEP), que passou a encarregar-se deles.

Desde a sua criação, a CEA teve, como anfitriões, ao longo dos anos, os países constantes do esquema a seguir apresentado.

Anfitriões da CEA desde a sua criação		
Argentina	XXI (1994-1995)	
Brasil	XX (1992-1993)	
Estados Unidos	XIX (1990-1991)	
Guatemala	XVIII (1988-1989)	
Argentina	XVII (1986-1987)	
Chile	XVI (1984-1985)	
Venezuela	XV (1983)	
Estados Unidos	XIV (1981)	
Colômbia	XIII (1979)	
Nicarágua	XII (1977)	
Uruguai	XI (1975)	
Venezuela	X (1973)	
Estados Unidos	IX (1969)	
Brasil	VIII (1968)	
Argentina	VII (1968)	
Peru	VI (1966)	
Estados Unidos	I a V (1960 a 1964)	

Cabe ressaltar que, na XV CEA, foram firmados acordos de grande importância, entre os quais: a criação efetiva da Secretaria Executiva Permanente da Confe-

rência dos Exércitos Americanos (SEP CEA); a criação da Central de Inteligência da SEP, atendendo às necessidades de troca de informações de maneira coordenada entre os exércitos-membros; a formulação de novos métodos para incrementar a cooperação em regiões fronteiriças sujeitas a movimentos revolucionários; a ampliação de intercâmbios de educação militar e instrutores estrangeiros e assuntos relacionados com o futuro da Escola das Américas. A partir das modificações regulamentares oriundas da XV CEA, uma nova fase teve início na Conferência, cujas bases persistem até os dias atuais. A CEA passou a compreender um ciclo de conferências especializadas, culminando com a Conferência de Comandantes. Cada ciclo, com a duração de dois anos, é sediado, sob a forma de rodízio, por um dos exércitos-membros, a quem cabe, nesse lapso de tempo, coordenar e administrar as atividades da CEA, organizando a sua SEP.

Os temas abordados nas diversas Conferências atendem às necessidades dos exércitos americanos vivenciadas no momento histórico de suas realizações. De 1960 a 1970, foi atribuída ênfase às informações e a doutrina anticomunista; de 1970 a 1980, o foco voltou-se para o terrorismo urbano e rural e para a estratégia interamericana de defesa; de 1980 a 1990, ainda abordando o terrorismo e como evitar o apoio externo aos movimentos subversivos, predominou, como tema, o papel dos exércitos na sociedade democrática; e, a partir de 1990, os temas se voltaram para a nova conjuntura mundial, respondendo aos anseios advindos das rápidas e inesperadas transformações que projetam um futuro incerto para as nações americanas.

Estrutura e organização

- A CEA organiza-se da seguinte maneira:
 - *Presidente*: comandante ou chefe do estado-maior do exército anfitrião.
 - *Secretário Geral*: oficial-general designado pelo comandante do exército anfitrião; no caso do Exército Brasileiro, foi o 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército (EME).
 - *Secretaria Executiva Permanente*: órgão implantado pelo exército anfitrião, com a finalidade de viabilizar as atividades necessárias à realização da CEA. No Brasil, foi organizada pelo EME e funcionou em instalações cedidas pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). Foi chefiada por um coronel do EME e integrada por militares do Exército Brasileiro e de outros exércitos-membros.

- Exércitos-membros.
- Exércitos e Organizações Observadores.

No Regulamento da Conferência consta, ainda, a existência de um Escritório de Ligação com a CEA (ELCEA). Na prática, o mesmo se liga com a SEP. É instalado nos estados-maiores dos exércitos-membros, sob a chefia do oficial-de-ligação junto à SEPCEA.

De acordo com os regulamentos da CEA, poderão integrá-la todos os exércitos dos países americanos que se identifiquem com a finalidade da Conferência. O exército interessado, para ser admitido, deverá contar com a concordância de, pelo menos, dois terços dos membros.

Além dos membros, outros exércitos americanos poderão participar da CEA, na condição de observador. Nesse caso, poderão comparecer às Conferências, exceto às de Inteligência, inclusive apresentar exposições e sugestões sobre os temas em

debate, mas sem direito a voto nas deliberações.

Atualmente, integram a CEA, na condição de membros, os exércitos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Chile, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Como observadores, participam os exércitos de Antígua e Barbuda, Barbados, Haiti, Jamaica, México e Trinidad e Tobago. São também observadores a Força de Governo e Polícia da Costa Rica e do Panamá, bem como as seguintes organizações: Junta Interamericana de Defesa (JID) e Comissão Permanente do Conselho de Defesa Centro-Americana (COPECODECA). A critério do exército anfitrião, poderão ser convidados a Marinha e a Força Aérea do país sede.

As Conferências Especializadas podem ser realizadas pelo exército anfitrião da CEA ou por qualquer exército-membro interessado. Devido à redução dos orçamentos militares que atinge, em maior ou menor grau, todos os exércitos-membros, atualmente o exército anfitrião só é obrigado a realizar a Conferência de Comandantes e sua respectiva Reunião Preparatória. As Conferências Especializadas serão da responsabilidade de todos os exércitos-membros, de forma rotativa ou permanente. Os critérios para a forma rotativa — ordem alfabética do idioma espanhol — serão postos em prática na ausência de membros voluntários.

Atualmente existem as seguintes Conferências Especializadas: Conferência de Assuntos Civis dos Exércitos Americanos (CACEA); Conferência de Logística dos Exércitos Americanos (CLEA); Conferência de Treinamento e Ensino dos Exércitos

Americanos (CTEEA); Conferência de Comunicação dos Exércitos Americanos (CCOMEA); Conferência de Ciência, Tecnologia e Medicina dos Exércitos Americanos (CCTMEA); Conferência de Comandantes das Academias de Guerra (ainda em caráter provisório); e Conferência de Inteligência dos Exércitos Americanos (CIEA).

As Conferências Especializadas, Simpósios, Reunião Preparatória e Conferência de Comandantes são conduzidas em sessões plenárias — assistidas por todas as delegações — e de comitês — grupo de delegados que, designados previamente, reúnem-se para discutir temas ou aspectos específicos de uma conferência.

EXPERIÊNCIA BRASILEIRA MAIS RECENTE

Aceitação do convite

O anfitrião da CEA é definido pelo sistema de roteiro entre os exércitos-membros. De acordo com o regulamento da Conferência chamam-se os países pela ordem alfabética no idioma espanhol, não podendo haver recusas seguidas em aceitar a incumbência. Apesar disso, a CEA tem sido condescendente com os membros que nunca organizaram o evento, alegando dificuldades para fazê-lo.

Após consultar os países que nunca sediaram o evento e que, mais uma vez, alegaram não poderem sediá-la, a SEP XIX CEA iniciou nova consulta pela Argentina, que não se negou, porém argumentou que havia membros que não organizaram a conferência após a última vez em que ela o fez, em 1987, e que deveriam ter prioridade no convite. Por esse motivo, a SEP XIX CEA convidou o Exército Brasileiro.

Para responder ao convite, o EME, como condição de aceitação, promoveu um estudo para definir, desde logo, se havia ou não interesse em ser o anfitrião da XX CEA.

Aparentemente, a CEA constitui um instrumento de projeção da política externa norte-americana na América Latina, levando para um fórum de debates continental as questões principais que poderiam configurar-se em óbices aos interesses dos Estados Unidos. Por outro lado, ela o mantém informado sobre as questões internas dos países que, política e economicamente, gravitam em sua órbita de influência.

O fórum da CEA permite, também, que os Estados Unidos, valendo-se das afinidades que aproximam os militares, a mercê dos pontos de contato entre suas formações, encontrem um campo fértil para intercâmbio de comunicações, doutrina e informações militares, e um laboratório para aplicação de suas estratégias regionais, como, por exemplo, a dos Conflitos de Baixa Intensidade.

Reciprocamente, o plenário da CEA possibilita aos exércitos dos países do continente expressarem seus pontos-de-vista, fazendo valer o peso de suas competências e, quando patrocinando as conferências, evidenciam suas capacidades de planejamento e organização.

Percebe-se que os representantes dos países latinos encaram com simpatia e respeito seus congêneres do Exército Brasileiro e dele esperam posições mais afinadas com os respectivos anseios.

Pela avaliação feita à época (meados de 1991), e em função de dados disponíveis em outros exércitos, verificou-se que as despesas com a organização da CEA atingiriam a cifra de US\$ 1.500.000,00. Na realidade, através de um judicioso levantamento das necessidades e um gerenciamento adequado

dos recursos disponíveis, o Exército Brasileiro gastou em torno de US\$ 900.000,00 com a XX CEA.

Após essas considerações, foram identificadas as vantagens e desvantagens de sediar a XX CEA, sendo sugerida a aceitação do convite, por ser julgado oportuno e vantajoso para a Instituição que, não postergando o compromisso, seria projetada internacionalmente e confirmaria todo o prestígio e atenção que dedica a esse importante evento, integrador de exércitos das nações amigas das Américas.

Secretaria Executiva Permanente da XX CEA

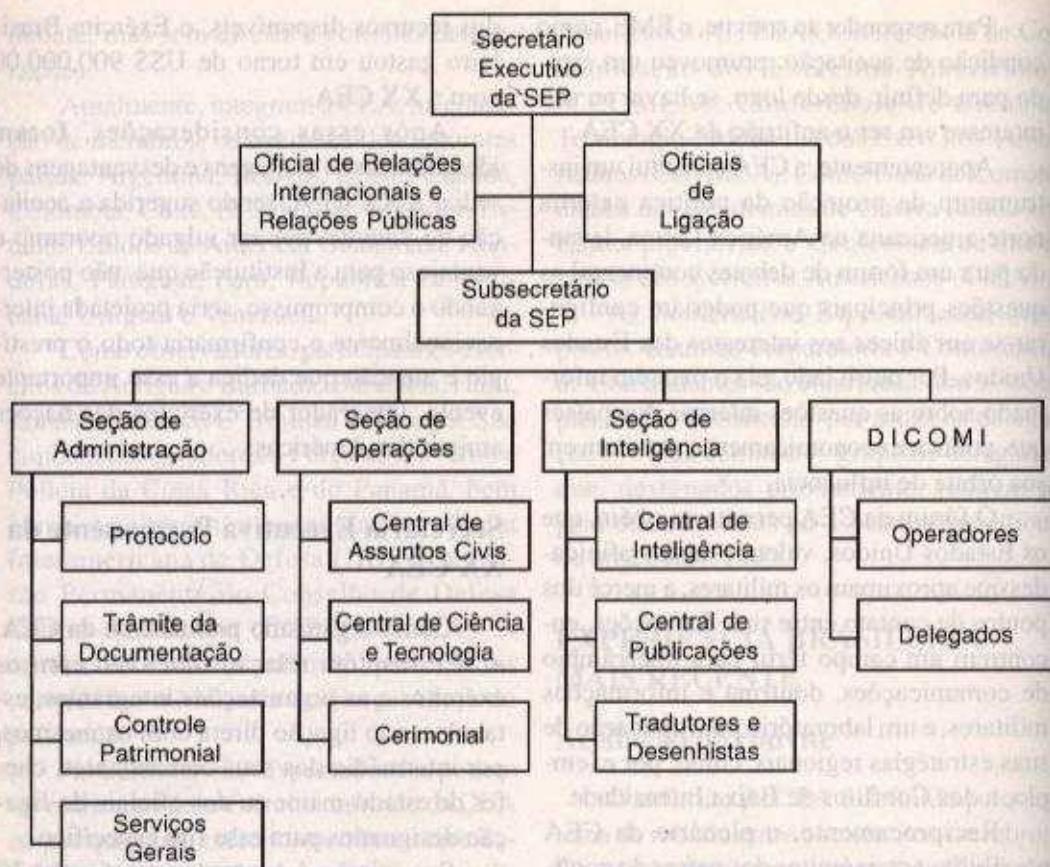
Como organismo permanente da CEA, a SEP mantém relação funcional com os exércitos e as organizações integrantes, estabelecendo ligação direta com os mesmos, por intermédio dos seus comandantes, chefes de estado-maior ou dos oficiais-de-ligaçao designados para esse fim específico.

Sua missão é expressa no artigo nº 30 do Regulamento da CEA:

"Artigo 30. A missão da SEP é de servir de órgão executivo, coordenador e administrativo da CEA, assistindo o país sede e os exércitos-membros, no planejamento e execução das Conferências e conduzindo as providências, sob a sua responsabilidade, previstas em acordos, regulamentos e outros instrumentos legais, a fim de dar continuidade à CEA como Instituição." (Regulamento da CEA, 1993, p. 7)

Seu organograma é o apresentado na página seguinte.

A SEP, por intermédio da Diretoria de Comunicações Militares Interamericanas (DICOMI), continuou a instalação do Sistema Packratt, iniciada na XIX CEA, que tor-



nou possível a transmissão de dados digitais por intermédio das ondas de alta freqüência do Sistema Integrado de Comunicações dos Exércitos Americanos (SICOMEA), nos exércitos da Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, além de haver proporcionado treinamento especializado ao pessoal do SICOMEA em cada país visitado, cumprindo, dessa forma, a tarefa atribuída à XX CEA. O Sistema Packratt consiste em dotar cada estação existente nos países membros de um microcomputador PC acoplado a um modem-rádio PK-232, habilitado pelo software Packratt II.

A DCOMI também realizou, de 23 a 26 de junho de 1992, um exercício conjunto

de comunicações, reunindo o SICOMEA e seus congêneres das Marinhas (Rede Interamericana de Telecomunicações Navais — IANTN) e Forças Aéreas (Sistema de Informática e Telecomunicações das Forças Aéreas Americanas — SITFAA) do Continente. O exercício permitiu conhecer as possibilidades dos sistemas, facilitando a sua integração permanente, com vantagens para todos os países.

A SEP, através da Central de Inteligência, recebeu e difundiu vários documentos relativos às atividades subversivas na América. A Central de Inteligência tem como missão receber e divulgar informações e informes de maneira oportuna, tendo em vista a atualização dos exércitos americanos. Es-

sas informações e informes dizem respeito a todos os tipos de ameaças a esses exércitos (subversão, terrorismo, narcotráfico e outras, levantadas pelos diversos exércitos) bem como aos métodos e experiências, positivas ou negativas, a fim de combater e neutralizar essas ameaças. Cabe ressaltar que, no Boletim Informativo da CEA, elaborado pela Central de Inteligência, existe uma seção onde qualquer membro pode contribuir com matérias de interesse para a CEA, abrindo a possibilidade de serem incluídos artigos que atendam à interesses particulares de divulgação de determinados exércitos, sob a alegação de serem uma contribuição.

Atividades realizadas

- **III Conferência de Assuntos Civis dos Exércitos Americanos (III CACEA) e IV Simpósio de Advogados Militares (IV SAM)**

O ciclo da XX CEA iniciou-se, efetivamente, com a realização, no período de 11 a 15 de maio de 1992, da III CACEA e do IV SAM, eventos levados a efeito simultaneamente e com grande êxito pelo Exército da Guatemala, que é o anfitrião permanente da Conferência de Assuntos Civis.

Na oportunidade, os delegados participantes puderam constatar o efetivo esforço desenvolvido pelo Exército da Guatemala, no sentido de neutralizar a ação terrorista e subversiva em seu território, por intermédio de um trabalho extremamente profissional de Assuntos Civis e Operações Psicológicas.

Na área do Direito Militar, importantes marcos foram atingidos, destacando-se a proposta para a realização de um Curso de Direito Comparado, que veio a concretizar-se, conforme exposto em tópico adiante.

- **I Conferência de Logística dos Exércitos Americanos (I CLEA)**

A I CLEA foi patrocinada pelo Exército dos Estados Unidos e realizada em Fort Lee, na Virgínia, no período de 17 a 21 de agosto de 1992. Os debates levados a efeito pelas delegações presentes evidenciaram a grande importância que os temas de logística vêm assumindo no cenário dos exércitos americanos, destacando-se as discussões relativas ao treinamento logístico e ao apoio logístico nos Conflitos de Baixa Intensidade.

- **IV Conferência de Treinamento e Ensino dos Exércitos Americanos (IV CTEEA)**

O Exército dos Estados Unidos, sede permanente da Conferência, conduziu a IV CTEEA na Escola das Américas, Fort Benning, Georgia, no período de 16 a 20 de novembro de 1992. O encontro proporcionou vários debates sobre o incremento da participação da Escola das Américas nas atividades de ensino militar no âmbito da CEA.

- **Grupo de Trabalho Provisório de Medicina**

Atendendo ao previsto no Acordo nº 14/XIX CEA, o Grupo de Trabalho Provisório de Medicina reuniu-se nas instalações da SEP, em Brasília, no período de 3 a 6 de novembro de 1992, com a finalidade de elaborar a agenda da Conferência de Medicina da IV CCTMEA e preparar projetos de trabalhos a serem analisados e discutidos, visando a melhorar os padrões de atendimento médico no âmbito dos exércitos americanos.

- **IV Conferência de Ciência, Tecnologia e Medicina dos Exércitos Americanos (IV CCTMEA)**

No período de 08 a 12 de fevereiro de 1993, em Brasília-DF, iniciaram-se as atividades programadas para o território nacional, com a realização da IV CCTMEA. Na

área de ciência e tecnologia, foram colimadas metas importantes para a ampliação do papel da ciência e tecnologia no âmbito da CEA. Várias palestras foram proferidas, entre as quais: "Os Sensores Remotos no Planejamento Militar", pelo Exército do Equador, e "Pesquisa, Desenvolvimento e Alocação de Recursos do Programa Anti-droga do Exército Norte-americano", pelo Exército dos Estados Unidos. Os delegados tiveram, ainda, oportunidade de visitar o Campo de Provas da Marambaia, no Rio de Janeiro, colhendo ensinamentos e trocando experiências.

No campo da Medicina, importantes passos foram dados para a cooperação dos serviços médicos dos exércitos. Temas de grande relevância foram abordados, como a alimentação do soldado sob o ponto-de-vista médico, o apoio da Medicina Militar à Defesa Civil, em casos de calamidades, e a AIDS no meio militar. Os delegados de Medicina também se deslocaram para a cidade do Rio de Janeiro e visitaram os Centro Médicos Militares nela localizados.

• III Conferência de Comunicações dos Exércitos Americanos (III CCOMEA)

Novamente em Brasília, no período de 25 a 30 de abril de 1993, foi realizada a III CCOMEA. Na oportunidade, foram apresentadas várias palestras, visando à troca de experiências entre os exércitos, podendo ser destacadas: "As Comunicações na Antártica", proferida pelo Exército do Chile; "Comunicações do Exército dos Estados Unidos para Comandantes Táticas" e "O Sistema de Comunicações Militares", realizada pelo Exército Brasileiro.

Ao concluir seus trabalhos, a III CCOMEA apresentou cinco projetos de acordo, que foram ratificados na Conferência de Comandantes. Esses acordos vieram

de encontro a antigas aspirações da comunidade de comunicações da CEA, ao estabelecer as bases efetivas para a integração do Sistema de Comunicações das Forças Armadas e o aperfeiçoamento constante e progressivo do SICOMEA.

• Reunião Preparatória para a Conferência de Comandantes

A Reunião Preparatória para a XX Conferência de Comandantes contou com a participação de delegações de todos os exércitos-membros, reunidas em Brasília-DF, no período de 12 a 16 de junho de 1993.

Foi confeccionada a agenda preliminar para a XX CCEA, objetivo principal da reunião, e debatidos vários temas que conduziram a modificações de relevante importância para a CEA. Os problemas atuais e comuns das Forças Armadas americanas, particularmente as dificuldades para a alocação de recursos na implementação das atividades de cada ciclo, foram a tônica da discussão.

Uma das conclusões de destaque da Reunião Preparatória foi a ratificação do sistema de sede rotativa para a CEA.

• XVII Conferência de Inteligência dos Exércitos Americanos (XVII CIEA)

Realizada em Brasília-DF, no período de 16 a 20 de agosto de 1993, a XVII CIEA constituiu-se na última Conferência Especializada do ciclo da XX CEA. A "Apreciação Combinada da Situação Subversiva no Continente" — documento preparado com a participação dos exércitos-membros da CEA e apresentado pelo exército anfitrião — foi o tema que despertou maior atenção das delegações participantes, particularmente pela atualidade dos assuntos abordados e pela sua importância como documento informativo sobre o panorama das atividades subversivas na América.

Outro tema apresentado pelo Exército Brasileiro, com a participação de todos os exércitos-membros, foi "Ameaças à Segurança, à Paz, à Democracia e à Liberdade dos Países Americanos". Foram levantadas as principais ameaças aos países americanos e as principais medidas a serem adotadas para eliminar ou minimizar seus efeitos. Uma das conclusões a que se chegou, da análise desse tema, foi a de que os exércitos americanos têm um papel relevante a ser cumprido dentro dos esforços de preservação da paz, da segurança e da estabilidade democrática, não devendo atender às teses precipitadas e equivocadas sobre a redução de efetivos e a introdução de mudanças na missão das forças armadas, inicialmente surgidas na análise da atual conjuntura mundial.

• Grupo de Trabalho Executivo para integração da DICOMI — IANTN — SITFAA

No período de 30 de agosto a 03 de setembro de 1993, foi realizada, em Brasília, a reunião dos delegados de Comunicações da DICOMI — IANTN — SITFAA, com objetivo de estabelecer os termos finais do projeto de acordo para a integração desses três sistemas, e que foi concretizado no Acordo nº 28/XX CEA. Foi elaborado e anexado ao acordo o Regulamento para a Integração dos Sistemas de Comunicações das Forças Armadas Americanas; o sistema resultante foi denominado Rede de Telecomunicações Integradas das Forças Armadas Americanas (RETIFAA).

• Curso de Direito Comparado

O Curso de Direito Comparado sobre Terrorismo, Tráfico de Drogas e Subversão foi patrocinado pelo Exército de Honduras, no período de 20 a 25 de setembro de 1993. As apresentações e debates levados a efeito possibilitaram um excelente intercâmbio de

conhecimentos e experiências na área de Direito Militar. As diferenças básicas nas legislações de cada país foram observadas, bem como a importância que cada exército atribui ao assunto.

No que pese a especificidade do assunto, este é de grande valia para auxiliar os exércitos do continente no trato com as leis que envolvem o Terrorismo, a Subversão e o Tráfico de Drogas.

• Conferência de Comandantes dos Exércitos Americanos

Coroando as atividades da XX CEA, foi realizada, em Brasília-DF, no período de 7 a 12 de novembro de 1993, a XX Conferência de Comandantes dos Exércitos Americanos. Essa conferência, normalmente, desenvolve-se dentro de uma sequência protocolar e é revestida de aspectos particulares de grande importância.

A cerimônia de abertura aconteceu no auditório do QGEx, sob a presidência do Exmo. Sr. Ministro do Exército, que proferiu o discurso alusivo ao ato. Após a abertura, foi realizada a Sessão Plenária Inaugural, sob a presidência do Chefe do Estado-Maior do Exército (Presidente da XX CEA). Nessa sessão, realizou-se a apresentação formal dos integrantes da mesa diretora dos trabalhos e das delegações participantes, e colocaram-se em votação os acordos de caráter geral. Foram aprovados os Acordos: nº 1 — Transição da Força Terrestre do Canadá à condição de Membro da CEA; nº 2 — Designação do Exército da Argentina e do Equador como anfitriões da XXI e XXII CEA, respectivamente e o nº 3 — Admissão da Força de Defesa de Antigua e Barbuda como Observador e ratificação dos países e organizações integrantes da CEA.

Na sequência, já nos locais onde efetivamente são desenvolvidos os trabalhos, foi

realizada a 1^a Sessão Plenária. O secretário executivo da SEP apresentou o relatório sobre as atividades conduzidas durante a XX CEA (imposição do Regulamento Orgânico da SEP) e todos os chefes de estado-maior, na seqüência imposta pelo protocolo, proferiram exposições sobre temas selecionados pelos seus respectivos exércitos, mostrando o que consideram importante para os seus países e para o contexto americano.

Em prosseguimento, foram levadas a efeito as sessões dos comitês. Foram estabelecidos três comitês: o Comitê nº 1, ou de Comandantes, onde são estudados os problemas de elevada repercussão político-militar; o Comitê nº 2, ou de Inteligência, que analisa os aspectos técnico-militares relacionados com a segurança e a defesa do Continente; o Comitê nº 3, ou de Operações, que examina os aspectos relacionados com as Conferências Especializadas, exceto a de Inteligência, e as medidas de caráter administrativo, funcional e de organização da CEA.

Após os trabalhos nos Comitês, foi realizada a 2^a Sessão Plenária, onde o Exército Brasileiro apresentou o tema obrigatório da XX CEA, "Os Exércitos Americanos Diante da Situação Mundial", os temas de destaque que foram expostos, pelos oficiais da SEP, e os Comitês nº 2 e 3 apresentaram os respectivos relatórios. Nessa sessão, foram realizadas as votações dos demais acordos de caráter geral e os específicos apresentados pelos Comitês. Dos acordos de caráter geral, ainda não mencionados, foram aprovados o Acordo nº 04/XX CEA, que estabelece o tema obrigatório para a XXI CEA, "Desafios ao Estado-Nação: consequências para a Segurança Continental e seus efeitos sobre os Exércitos Americanos"; o Acordo nº 7, que designou as sedes para as Conferências

Especializadas da XXI CEA; o Acordo nº 8, que estabeleceu a Implantação do banco de dados geral da CEA, e o Acordo nº 9, versando sobre a admissão da JID como membro do SICOMEA, por solicitação dessa Organização Observadora.

Concluídos os trabalhos, foi realizada a 3^a Sessão Plenária, onde se executou a assinatura oficial dos acordos, e o Exército da Argentina, anfitrião da próxima CEA, realizou uma apresentação sobre o seu país. Após esses eventos a sessão teve prosseguimento com a realização da cerimônia de encerramento da XX CEA.

Paralelamente às atividades desenvolvidas na Conferência de Comandantes, o Exército Brasileiro realizou reuniões bilaterais com os comandantes ou chefes de estado-maior de todos os exércitos presentes. As reuniões bilaterais podem ser consideradas uma das atividades mais importantes da Conferência de Comandantes. Nelas foram debatidos assuntos mais restritos, de interesse comum, que conduzirão a resultados práticos de intercâmbio e troca de experiências. Ocorreram, também, discussões em torno de temas sensíveis, cujos resultados tenderão a funcionar como elemento inibidor de contenciosos.

A Conferência de Comandantes, como se pode observar, trata-se de um conclave de características excepcionais. Além de reunir os comandantes dos exércitos do continente para realizarem acordos que expressam anseios comuns, também permite o contato pessoal e franco, nas reuniões bilaterais, onde são atenuadas discordâncias de enfoque, expostas preocupações, analisadas vulnerabilidades, discutidas medidas de aproximação, buscadas integrações de posições e respeitados os interesses e identidades de cada exército-membro. A Conferê-

cia de Comandantes por si só justifica o custo-benefício de organizá-la.

IMPORTÂNCIA DA CEA PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO (EB)

No campo da cultura profissional

Como foi observado nos capítulos anteriores, as contribuições da CEA no campo da cultura profissional são relevantes, pois auxiliam na permanente atualização da força terrestre e proporcionam aperfeiçoamento do pessoal militar que dela participa, direta ou indiretamente.

Ensinaimentos foram adquiridos, e poderão ser ampliados, na área de Assuntos Civis e Operações Psicológicas. A experiência mais recente da força terrestre no emprego de Operações Psicológicas em apoio às operações militares remonta aos anos de 1968 a 1974, na região do Alto Araguaia, para enfrentar a ação dos movimentos subversivos. As atividades relacionadas com Operações Psicológicas e Assuntos Civis, atualmente, avultam de importância, devido às constantes modificações nos cenários regional e mundial, à existência de tensões de toda a ordem, ao extraordinário desenvolvimento tecnológico, particularmente dos instrumentos de comunicação social, e ao aprimoramento das técnicas de propaganda. A necessidade da conquista das mentes é cada vez maior e não pode passar despercebida. O EB deve aproveitar as experiências de outros exércitos e o oferecimento de cursos e estágios proporcionados pelos intercâmbios e acordos da CEA, na área de Operações Psicológicas e Assuntos Civis.

A integração na área da logística através da troca de experiências, da existência de um banco de dados logísticos em apoio a

todos os exércitos membros e da economia de recursos no desenvolvimento de projetos de interesse comum caracterizam a importância das colaborações proporcionadas ao EB, que deve explorar, cada vez mais, esses benefícios alcançados e viabilizar acordos e projetos de seu interesse, por ocasião da realização das Conferências Logísticas.

A CEA possibilita, na área do ensino, a oportunidade de intercâmbio de instrutores e alunos entre as diversas escolas dos exércitos, a possibilidade de criação de cursos na Escola das Américas de interesse dos membros da CEA, o conhecimento da doutrina militar dos diversos países e a participação em exercícios conjuntos. O EB pode, por intermédio das Conferências de Treinamento e Ensino e das reuniões bilaterais, incrementar as atividades de ensino e instrução de seu interesse, a fim de manter-se atualizado e aperfeiçoar a sua política de intercâmbios internacionais.

A evolução do sistema de comunicações entre os exércitos americanos, tão necessária para um intercâmbio cada vez mais crescente e duradouro, e a sua integração com as outras forças armadas proporcionam, à força terrestre, um canal direto com todos os países do continente, facilitando entendimentos e ligações, bem como uma atualização permanente do que há de mais moderno no mundo. As comunicações são imprescindíveis para o sucesso operacional de qualquer força militar e a CEA oferece oportunidade ímpar de integração e aquisição de conhecimentos nessa área.

Outra área de fundamental importância, para a qual o intercâmbio proporcionado pela CEA traz inúmeros benefícios para os países-membros, é a da Ciência, Tecnologia e Medicina. A troca de experiências na Medicina Militar permite um apoio eficiente no

caso de catástrofes e um melhor atendimento ao elemento básico de um exército: o soldado. O aumento do hiato tecnológico devindo ao bloqueio do acesso de países emergentes às tecnologias sensíveis, criando obstáculos ao desenvolvimento econômico e social, pode ser atenuado através de acordos, solicitações e maior integração nessa área que podem ser viabilizados nas conferências de Ciência, Tecnologia e Medicina e nas reuniões bilaterais das Conferências de Comandantes dos Exércitos Americanos.

A CEA abre enormes perspectivas no campo da cultura profissional, bastando ao EB realizar um estudo orientado para bem aproveitá-las.

No campo da inteligência

A CEA permite um grande intercâmbio no campo da inteligência, de fundamental importância para atualização permanente dos exércitos membros. A cada semestre é elaborado um documento intitulado "Atualização Combinada da Situação Subversiva na América", com base na colaboração de todos os exércitos. Essas colaborações remetidas versam sobre a atualização da situação subversiva — terrorismo, narcotráfico, convulsões sociais e outras — no respectivo país, as medidas empregadas no seu combate e as experiências negativas e positivas advindas. Esses documentos são consolidados a cada dois anos, constituindo-se na apreciação combinada da situação subversiva no continente que, como já mencionado, é apresentada para aprovação durante a CIEA. Após aprovada, servirá de subsídio para a Conferência de Comandantes.

Além dessa importante atualização de todos os exércitos-membros, ensinamentos diversos são auferidos na área da inteligê-

cia. Realiza-se a atualização dos conhecimentos do emprego da Inteligência Militar em operações de combate e nas missões de paz da ONU. São levantadas todas as ameaças que podem afetar os países americanos e as ações defensivas necessárias ao seu bloqueio. Acordos são realizados, buscando uma maior aproximação e um contato mais direto e franco entre os exércitos, facilitando a necessária e almejada confiança mútua.

A CEA traz inúmeros benefícios no sensível campo da inteligência, proporcionando, em última análise, um acompanhamento conjunto da situação mundial, imprescindível para a atuação dos exércitos americanos, caso necessário, bem como maior cooperação a fim de dirimir contenciosos.

No campo de diplomacia militar

Na atual conjuntura mundial, onde a solução ideal para problemas internacionais deve incidir na diplomacia, surge a chamada Diplomacia Militar, de fundamental importância dentro desse contexto.

A prática da Diplomacia Militar foi muito nítida nas sessões plenárias das diversas conferências e, principalmente, nas reuniões bilaterais realizadas na Conferência de Comandantes. Mostrou-se revestida de muita importância pois facilita, quando bem conduzida, a obtenção de acordos e a solução de impasses.

A relevância da prática da Diplomacia Militar que a CEA proporciona em todas as suas atividades auxilia consideravelmente nos intercâmbios e conversações de alto nível que são, cada vez mais, levados a efeito, dentro das necessidades de integração, impostas pela atual conjuntura mundial. Pode-se citar, como exemplo, as medidas de aproximação entre os exércitos dos países per-

tencentes ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), decorrentes da integração político-econômico que esse bloco regional está alcançando.

No campo da estratégia

As cooperações e trocas de experiências proporcionadas pela CEA e o consequente aperfeiçoamento dos recursos humanos, da doutrina militar e da capacidade científica e tecnológica, influenciam diretamente no fortalecimento da expressão militar do poder nacional, concorrendo para mais facilmente serem conquistados e mantidos os objetivos nacionais. A própria demonstração de organização e profissionalismo demonstrados no caso do EB, e que devem ser buscados na organização da CEA ou numa de suas conferências, serve de elemento, embora tênue, de dissuasão.

A oportunidade que a Conferência proporciona de influenciar nas decisões de outros exércitos e buscar o alinhamento com posições do EB, bem como propor temas obrigatórios com a preocupação de buscar posturas de cunho estratégico para discussão no âmbito da CEA, também são de relevante importância no campo da Estratégia.

A prática, já mencionada, da Diplomacia Militar, por atuar em vários campos, pode ser considerada um instrumento estratégico de grande eficiência na preservação da segurança continental, por atuar de forma preventiva na busca de soluções para os conflitos presentes ou potenciais das nações.

Embora o objetivo da CEA seja a estreita integração e cooperação entre os exércitos, que na atual conjuntura mundial deve, ainda mais, ser buscada, ela fornece a oportunidade de uma atualização constante das Informações Estratégicas, de fundamental importância para a projeção de cenários e atualização das Hipóteses de Conflito (HC).

A facilidade propiciada no levantamento das posturas político-estratégicas de cada país e o posicionamento acerca dos diversos temas é ímpar, devendo ser bem explorada. Todos os exércitos possuem a necessidade, no contexto da CEA, de compatibilizar a manutenção das individualidades nacionais e as diferenças de poder, com o espírito de integração e solidariedade continental, objetivando um adequado grau de segurança continental.

CONCLUSÃO

A cooperação entre os países do continente, sem a menor dúvida, deve e vem ocorrendo em todos os campos do poder, af incluído o militar. A atual conjuntura mundial sugere a participação em blocos regionais e integrações militares como a forma mais válida de se enfrentar os problemas que afloram no campo internacional. A participação efetiva como membro da CEA é de suma importância para um exército desejoso de manter-se atualizado e preparado, a fim de cumprir, nas melhores condições, o seu papel: preservar a soberania nacional e garantir a segurança e a integridade do território nacional, instituições e cidadãos.

A continuidade da CEA como instituição é necessária ao EB, que deve realizar todos os esforços possíveis nesse sentido, pois, embora não tenha pretensões de liderança na América Latina, deve reconhecer suas responsabilidade na manutenção da paz continental e, em consequência, na contribuição à convivência pacífica entre os países do continente.

Como sugestão, um melhor aproveitamento da participação na CEA pode ser alcançado com a aceitação, por parte do EB, de ser o anfitrião a cada dez anos, aproximadamente. Dessa forma, a cada década, a For-

ça Terrestre será atualizada de maneira oportuna, podendo, de perto, acompanhar a evolução da conjuntura mundial e influenciar efetivamente nas resoluções a serem tomadas pelos exércitos americanos. Os gastos decorrentes, nesse espaço de tempo, são insignificantes perto dos benefícios alcançados, da magnitude do EB e da postura que deve manter.

A fim do melhor aproveitar as vantagens proporcionadas pela CEA, principalmente ao ser organizada por outro exército quando ocorre uma tendência natural ao esfriamento da participação do EB, as seguintes medidas devem ser viabilizadas:

- preparar os delegados enviados para às diversas conferências especializadas, inclusive com estágio no CIE;

- enviar delegados afetos, profissional e funcionalmente, aos temas a serem tratados e que estejam previstos para permanecerem nas mesmas funções por determinado período;

- apresentar, por intermédio dos seus delegados, palestras de interesse do EB, em todas as oportunidades surgidas, inclusive realizando esclarecimento sobre o posicionamento da Força Terrestre nos diversos temas;

- solicitar, aos delegados enviados às conferências, um relatório completo sobre as mesmas, inclusive com o posicionamento de cada exército acerca dos diversos temas abordados;

- incrementar a participação e a atuação do Escritório de Ligação do EB junto à CEA, existente na 5^a Subchefia do EME, visando a um acompanhamento constante da postura dos demais exércitos e para melhor defender os interesses da Força Terrestre;

- utilizar o Boletim Informativo da SEP CEA para, com freqüência, publicar artigos de interesse do EB;

- realizar rigorosa seleção dos oficiais acompanhantes das delegações estrangeiras, nas atividades desenvolvidas em território nacional;

- procurar realizar reuniões bilaterais com todos os exércitos de interesse do EB, durante a realização das Conferências de Comandantes em outros países;

- realizar estudos contínuos no sentido de intensificar o intercâmbio de inteligência e ações psicológicas para inibição de potenciais ameaças;

- incrementar os acordos e resoluções da CEA, no que pese o fato de não terem o caráter de compromissos assumidos, mas sim de protocolo de intenções firmados, uma vez que os exércitos não detêm o poder irrestrito, delegado pelos governos dos países a que pertencem, visando a racionalizar medidas de economia e de desenvolvimento nas áreas da logística, da saúde, da indústria de material de emprego militar, das comunicações, da ciência e tecnologia, de ensino e instrução militar e de outras a equacionar, e, por conseguinte, aumentando a aquisição da confiança mútua entre os exércitos e o prestígio alcançado pelo Exército Brasileiro.

A CEA pode trazer benefícios enormes nos diversos campos, desde que a Força Terrestre compreenda a real importância da mesma e a ela dedique um enfoque específico e bem orientado. Nestes tempos em que, mais do que nunca se fala em integração regional, o Exército Brasileiro não pode deixar passar despercebida essa oportunidade de expandir poder e de fazer face aos desafios que se apresentarão no novo milênio. □



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLETIM INFORMATIVO DA SEP CEA. Brasília: SEP XX CEA, nº 25, abril 1992. 53 p.

. Brasília: SEP XX CEA, nº 26, agosto de 1992. 33 p.

. Brasília: SEP XX CEA, nº 27, dezembro de 1992. 45 p.

. Brasília: SEP XX CEA, nº 28, abril de 1993. 75 p.

. Brasília: SEP XX CEA, nº 29, agosto de 1993. 72 p.

. Brasília: SEP XX CEA, nº 30, dezembro de 1993. 47 p.

. Buenos Aires: SEP XXI CEA, nº 31, maio de 1994. 44 p.

. Washington: SEP XIX CEA, nº 24, dezembro de 1991. 11 p.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. C 124-1: Estratégia (Anteprojeto). Rio de Janeiro, 1993.

. ME 21-253: *Monografias e Estudos de Estado-Maior*. Rio de Janeiro, 1993.

. *O Brasil e a Nova Ordem Mundial*. Palestra proferida por José Sarney em 7 de maio de 1993. Rio de Janeiro, 1993.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, 1993.

ESCOLA DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. 2^a Subchefia. *A variável estratégica no processo de conformação do MERCOSUL*. Palestra proferida pelo 2^o Subchefe do EME no Seminário dos Paises do MERCOSUL, realizado na Argentina. Brasília, 1993.

. 5^a Subchefia. *Forças Multinacionais de Paz nos marcos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)*. Tema tratado pela delegação do Exército-Brasileiro no 1^o Simpósio de Exércitos pertencentes ao MERCOSUL, realizado na Argentina. Brasília, 1993.

MEIRA MATTOS, Carlos de. *A Nova Ordem Mundial e a Missão das Forças Armadas. A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, nº 758, p. 29-36, outubro/dezembro de 1992.

MENDES DA ROCHA, João Evangelista. "XX Conferência dos Exércitos Americanos". *Revista do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 130, nº 3, p. 63-65, julho/setembro de 1993.

NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO. Brasília: SEP XX CEA, 13 de novembro de 1993. 8 p. Edição especial.

SECRETARIA EXECUTIVA PERMANENTE DA XIX CONFERÊNCIA DOS EXÉRCITOS AMERICANOS. Relatório Final da XIX CCEA. Washington, 1991.

. Agora é Aqui. *Revista Verde-Oliva*. Brasília, nº 132, para 22-23, abril de 1992.

. Ameaças à Segurança, Paz, Democracia e Liberdade dos Paises Americanos. Tema apresentado durante a realização da XVII CIEA. Brasília, 1993.

. Apreciação Combinada da Situação Subversiva no Continente. Documento apresentado na XVII CIEA. Brasília, 1993.

. Regulamento da CEA. Brasília, 1993.

. Regulamento da CIEA. Brasília, 1993.

. Regulamento do ELCEA. Brasília, 1993.

. Regulamento Orgânico Funcional da SEP CEA. Brasília, 1993.

. Regulamento para a Integração do Sistema de Comunicações das Forças Aéreas Americanas. Brasília, 1993.

. Relatório Final da XX Conferência de Comandantes dos Exércitos Americanos. Brasília, 1993.

. Relatório Final da III CCOMEA. Brasília, 1993.

. Relatório Final da IV CCTMEA. Brasília, 1993.

. Relatório Final da XVII CIEA. Brasília, 1993.

. Relatório Final da Reunião Preparatória para a XX CCEA. Brasília, 1993.

SECRETARIA GERAL DA CEA. Relatório Executivo do Secretário-Geral da CEA acerca da XX CCEA. Brasília, 1993.

REPASSE DE RECURSOS DIRETO PARA AS ESCOLAS

OMinistério da Educação e do Desporto está incentivando a participação cada vez maior da comunidade na vida das escolas públicas. Com este objetivo, no ano passado, o Ministro Paulo Renato Souza lançou o programa de repasse direto de recursos. O programa permite que os recursos do salário educação sejam depositados diretamente na conta bancária da escola que tem Associação de Pais e Mestres, Conselho ou Caixa Escolar.

Com isso, o MEC eliminou intermediários, acabou com a demora nos repasses da Prefeitura ou da Secretaria Estadual de Educação. Cada escola recebe um valor proporcional ao número de alunos e à região onde está localizada.

O menor valor é de R\$ 500 para as escolas de até 50 alunos nas regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal. O maior pode chegar até R\$ 15 mil, nas escolas com mais de dois mil alunos, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O repasse é feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, através de convênios com Prefeituras e Secretarias de Educação. Mais de 27 milhões de alunos estão sendo beneficiados.

Para receber os recursos, as escolas precisam ter unidades gestoras como um Conselho Escolar, uma Caixa Escolar ou Associação de Pais e Mestres. As escolas que não têm algumas dessas entidades ou estão localizadas em regiões carentes, onde não há agências ban-

cárias, o repasse é feito para as Secretarias de Educação ou Prefeituras Municipais. Quem deseja organizar uma unidade gestora na sua escola deve procurar orientações nas Delegacias do MEC nos Estados.

As unidades gestoras devem acompanhar e analisar como a escola está gastando o dinheiro que o FNDE repassa para os gastos de manutenção. Para assegurar o controle dos recursos, o MEC divulga, diariamente, a relação dos municípios que estão recebendo a verba da escola. Assim, qualquer pessoa pode ajudar o governo a fiscalizar se o dinheiro está chegando mesmo à escola. As listas das escolas beneficiadas e do valor liberado ficam expostas, também, nas agências dos Correios.

Livro Didático e Merenda Escolar

O repasse direto de recursos para as escolas abriu caminho para outros programas. Desde o ano passado, a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE vem desenvolvendo um projeto-piloto de repasse de verbas para a compra do livro didático. A experiência abrange o Distrito Federal e os Estados de Goiás, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rondônia, Tocantins, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Nesses Estados, cerca de 10 escolas receberam diretamente da FAE, os recursos para a aquisição dos livros didáticos deste ano. O dinheiro foi repassado, também, para as Associações de Pais e Menores, Caixa ou Conselho Escolar. A FAE, investiu R\$ 911 mil para a execução do projeto.

As escolas que não participam da experiência recebem os livros didáticos diretamente da FAE. Os processos de aquisição

e distribuição estão descentralizados apenas nos Estados de Minas Gerais e São Paulo. Em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, as Secretarias de Educação escolhem e negociam a aquisição, mas a compra e a entrega são realizadas pela FAE.

No caso da merenda escolar, a FAE trabalha num programa de escolarização, que permite o repasse dos recursos diretamente para as escolas que têm unidade gestora. A experiência vem sendo desenvolvida há um ano em alguns Estados. É o caso de Goiás, Minas Gerais e Maranhão. Além disso, diversos municípios têm manifestado interesse pelo repasse direto.

O programa de alimentação escolar já é totalmente descentralizado. A FAE repassa os recursos para as Prefeituras e Secretarias de Educação, que se responsabilizam pela compra e distribuição dos gêneros para as escolas.



A DEFESA NACIONAL

O Brasil e o Atlas Estratégico de 1983¹

Sebastião José Ramos de Castro

O artigo indica como, em 1983, o Atlas Estratégico editado por Gerard Chaliand e Jean-Pierre Rageau analisava a situação da América Latina e do Brasil e busca compará-la com a dos dias atuais.

"A política de um Estado repousa em sua geografia." Napoleão

Gerard Chaliand e Jean-Pierre Rageau editaram, pela primeira vez, em 1983, um Atlas Estratégico que constituiu uma inovação. Não havia, na época, nem em inglês, francês, alemão ou em qualquer outra língua um atlas dessa natureza.

O Atlas Estratégico não é um mapeamento de batalhas passadas ou futuras ou a representação gráfica de forças militares oponentes. Estrategicamente, como na política, abrange a guerra, porém é mais que a guerra. O que é apresentado é verdadeiramente uma

geopolítica de relação de forças no mundo contemporâneo.

O Atlas examina também uma dimensão que não é tratada nos trabalhos usuais: — a consciência dos Estados de sua segurança, não somente das potências mundiais (Estados Unidos e União Soviética)² mas, também, daqueles poderes regionais menos conhecidos como Arábia Saudita, Índia, África do Sul, Brasil, Japão e Israel.

Não é nosso objetivo o estudo completo da obra e sim o de indicar como os autores, em 1983, analisavam a situação da Amé-

* General-de-Exército.

1. Selecionado pelo PADECENE.

2. Na época em que foi publicado, 1983, ainda existia a URSS.

rica Latina e do Brasil e buscar uma comparação com a situação nos dias atuais.

Diziam eles: "A América Latina é dominada economicamente pelos Estados Unidos, ao qual é ligada pelo Tratado do Rio (1947), um tratado interamericano de defesa mútua, e pela Organização dos Estados Americanos (1948), da qual Cuba foi excluída, em 1962, por ocasião da crise dos mísseis.

"Historicamente, os Estados Unidos têm defendido sua área estratégica: Guatemala (1954), Baía dos Porcos (1961) e, seguindo-se ao movimento de Cuba para a esquerda, através da Aliança para o Progresso uma combinação de assistência econômica e de treinamento de forças de抗guerrilha latino-americana.³

"Basicamente o mundo da América Latina é mais estável do que parece. Em três décadas somente duas mudanças radicais ocorreram: Cuba (1959) e Nicarágua (1979).⁴

"A atual crise e as guerras na América Central foram percebidas pelos Estados Unidos como um teste de vontade política e parece que tudo será feito para assegurar que a Pax Americana prevaleça ao final.

"Três décadas antes, parecia que a Argentina, dado ao seu nível cultural e ao vigor de sua agricultura e pecuária, estava destinada a tornar-se um poder importante.

Porém, nem em termos de desenvolvimento, população ou instituições alcançou essa promessa. A falha na jogada das Falklands, subestimando a capacidade do governo da Sra Thatcher de responder, acentuou a crise na sociedade argentina."⁵

O Atlas considera como outro poder médio a Venezuela. A seu respeito assim se expressou: "A Venezuela, com uma pequena população, pode reclamar o papel de poder regional médio somente devido ao petróleo. Sua posição estratégica é ligada ao Caribe como um todo e seu interesse é de que ali seja mantida uma estabilidade. O limite das 200 milhas náuticas permitiria à Venezuela exercer direitos sobre uma significante parte do Caribe. O traçado dos limites da plataforma continental levanta problemas com a Colômbia, sua rival, a qual exporta uma grande parte de sua força de trabalho para a Venezuela".

O terceiro poder médio considerado foi o México, assim analisado: "O México, uma vez considerado poder regional em ascenção, demonstrou sua fragilidade com o colapso de sua moeda, em 1982. Contrariamente ao que tem sido proclamado por várias décadas, o Partido Revolucionário Institucional, que tem estado no poder por meio século, não modernizou as instituições do país. A corrupção, que é uma típica do sistema, aumentou com o problema do petróleo. Hoje, o Mé-

3. A intervenção dos Estados Unidos na América Central tem sido constante, com o objetivo de impedir a expansão das idéias do comunismo e da influência de Cuba. Em 1965 houve a intervenção na República Dominicana e, em 1983, na de Granada. O apoio aos opositores de Daniel Ortega na Nicarágua é outro exemplo.

4. Em fevereiro de 1990, o governo de Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, estreitamente ligado à Cuba, foi derrotado em eleições reali-

zadas, assumindo o governo Violeta Chamorro.

5. Posteriormente à Guerra das Malvinas, seguiu-se um período de turbulência política. Presentemente, a Argentina vive em relativa paz, com inflação sob controle, moeda estável, embora sejam elevados o custo de vida e as taxas de desemprego. Modificações na Constituição vieram assegurar a reeleição do Presidente Carlos Menen.

“...nico enfrenta uma crise que pode ter sérias consequências sociais”⁶

Vejamos, agora, como o Brasil foi analisado pelos autores do Atlas Estratégico. Inicialmente (Ver Mapa 1), cabe salientar que o Brasil foi considerado como “um grande poder regional”. Essa afirmação não é surpreendente. No livro *O Mundo Hoje — Anuário Econômico e Geopolítico Mundial*, editado pela BIBLIEX,⁷ os 225 Estados soberanos e territórios não independentes foram reunidos em 37 “conjuntos geopolíticos” com exceção da Rússia, Estados Unidos, China, Brasil e Canadá, considerados muito grandes e que, por si, constituem conjuntos geopolíticos. Dos 225 estados soberanos, 34 mereceram tratamento especial, dentre eles o Brasil. Foram ainda apresentados, nessa obra, cinco artigos de “geopolítica interna”, dando conta dos contrastes apresentados pelos maiores Estados: Rússia, Estados Unidos, China, Índia e Brasil:

Evidenciada dessa forma a importância com que é visto o Brasil, vejamos como, em 1983, o Brasil foi analisado pelos autores do Atlas:

“O Brasil, cuja consciência do mundo é orientada no sentido sul-sul, é como um promontório na extremidade oriental do continente sul-americano, a menos de 3.000km

de Dakar. É o único Estado de língua portuguesa na América Latina; é, também, o mais populoso e é a única potência regional. Além disso, tem ambições consideráveis, porém a base econômica que permitiria viabilizá-las está ainda faltando.

“O desenvolvimento do Brasil depende da conquista e controle do seu próprio território e de sua capacidade, a qual é presentemente incerta, de manter um crescimento dinâmico.

“Porém, quaisquer que sejam as dificuldades, o Brasil tem a sorte de contar com uma vasta quantidade de recursos inexploreados e está melhor localizado que outros Estados para perseguir uma política de ir para a frente.

“Uma sociedade multiracial baseada na dominação cordial e miscigenação pode, a despeito das aparências, ser o cenário de problemas raciais que também são problemas sociais.

“Uma vez que decidiu basear sua política africana no sul da África, o Brasil reorientou suas relações no sentido dos países de língua portuguesa e Nigéria.

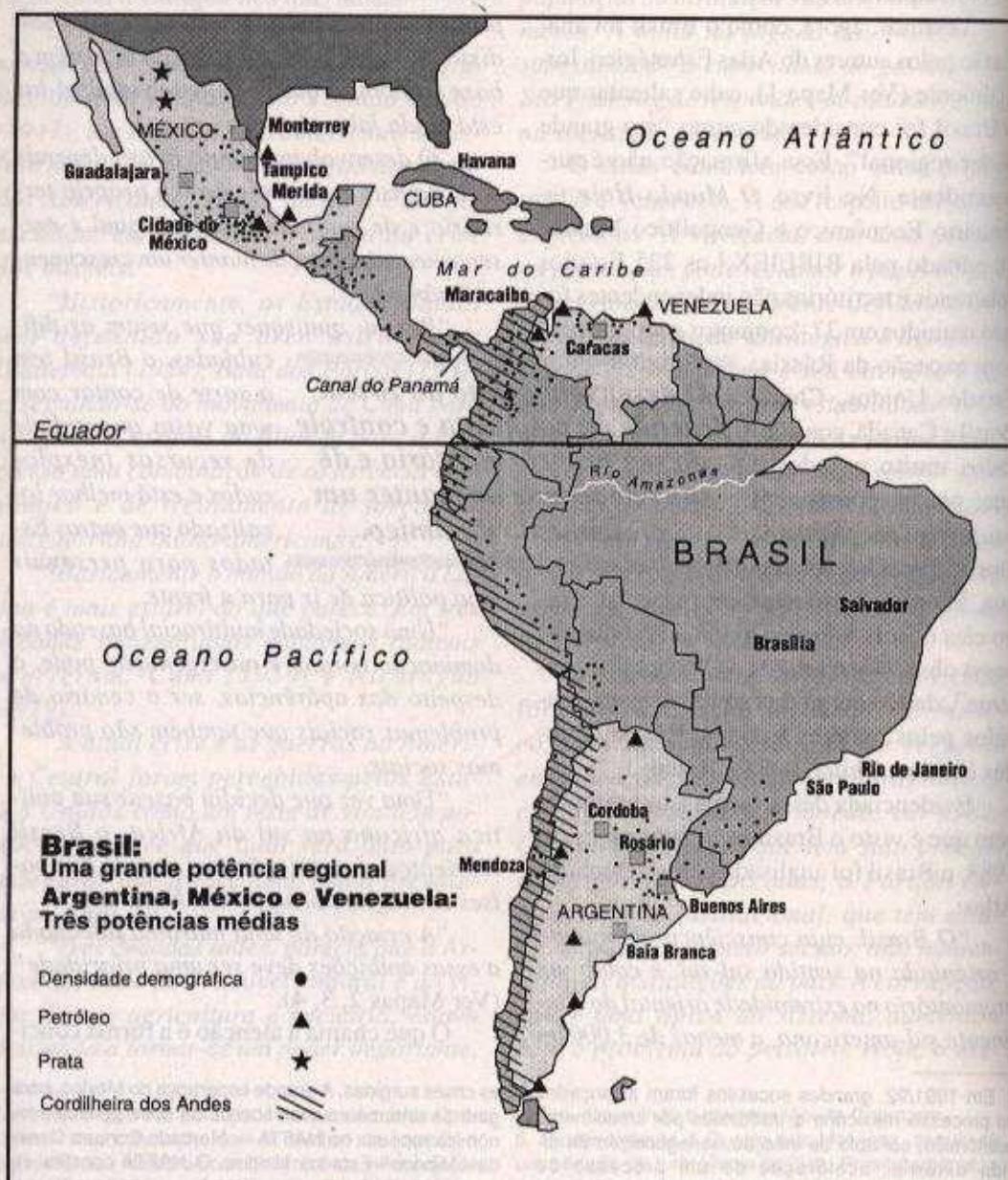
“A criação de uma marinha adequada a essas ambições deve ser uma prioridade” (Ver Mapas 2, 3, 4).

O que chama a atenção é a forma conci-

as crises surgidas. A grande esperança do México, para gerir os enormes custos sociais da nova política econômica repousa no NAFTA — Mercado Comum Canadá-México-Estados Unidos. O NAFTA constitui-se em um dos três novos pólos de poder econômico, decorrentes da desarticulação da URSS, em 1991, e do fim da bipolaridade que existia com os Estados Unidos.

7. *L'Etat du Monde — Éditions La Découverte / Paris/ 1992.*

6. Em 1991/92, grandes sucessos foram alcançados no processo mexicano e traduzidos por crescimento econômico, controle da inflação, renegociação da dívida externa, aceleração de um processo de privatização, modernizações constitucionais, financiamento de um amplo Programa Nacional de Solidariedade para investimentos em infra-estrutura e programas sociais. Muito pouco restou para privatizar. Apesar de tudo isso, a economia mexicana é extremamente frágil, em face do excessivo déficit da balança comercial e do grande volume de capitais especulativos, dai



MAPA 1



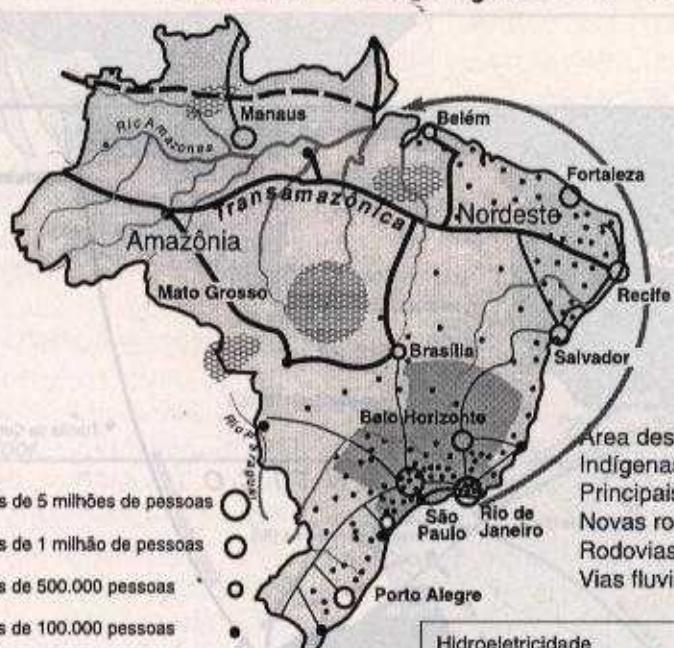
MAPA 2

CENTRO INDUSTRIALIZADO

CARAVAN

MAPA 4

Brasil: Ocupação da Terra



Milho	6%
Mandioca	30%
Soja	17%
Açúcar	10%
Bovinos	7%
Suínos	5%

Área desenvolvida	[Solid grey square]
Índigenas	[Light grey square]
Principais ferrovias	[Solid line]
Novas rodovias	[Dashed line]
Rodovias em construção	[Dash-dot line]
Vias fluviais	[Thin line]

Hidroeletricidade	6% (produção mundial)
Ferro	11.5% (prod. mundial) 20% res.
Manganês	8% (prod. mundial)
Níobio	87% (prod. mundial) 23% res.
Bauxita	5% (prod. mundial) 10.5% res.
Rutilo	74% res.
Tório	6% res.
Tântalo	25.5% (prod. mundial)

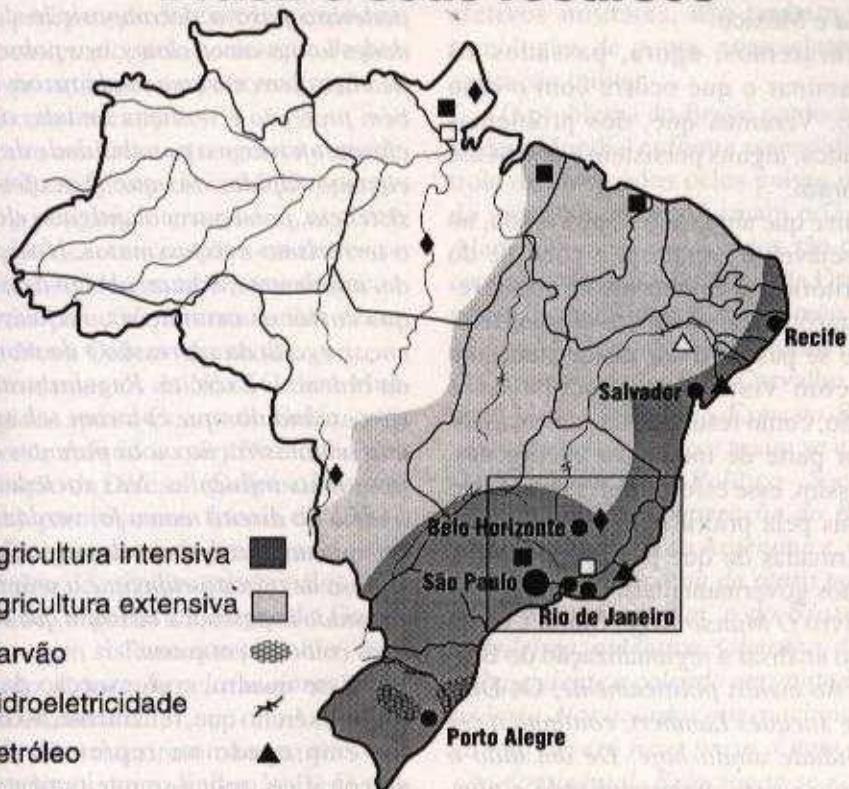
Terreno brasileiro

- Florestas equatorial e tropical
- Culturas tropicais
- Caatinga
- Savanas
- Florestas de coníferas brasileiras



MAPA 3

Brasil e seus recursos



CENTRO INDUSTRIALIZADO

MAPA 4

sa e objetiva com que, em 1983, foram considerados os casos do Brasil, Argentina, Venezuela e México.

Procuraremos, agora, passados 13 anos, examinar o que ocorre com o caso brasileiro. Veremos que, dos problemas apresentados, alguns persistem e outros até se agravaram.

Assim é que ainda não se processou, no ritmo desejável, a conquista e controle do nosso território, especialmente no que se refere à Amazônia. Somente nos últimos tempos é que se passou a dar maior atenção à região, com vistas à sua ocupação e vivificação, como resultado das ameaças latentes por parte de interesses alienígenas. Mesmo assim, esse esforço tem se traduzido muito mais pela prioridade atribuída pelas Forças Armadas do que por ações dos demais órgãos governamentais.

No livro *O Mundo Hoje*, Maria Cecília França, ao analisar a regionalização do Brasil, diz: "Ao menos politicamente, Os Dois Brasis, de Jacques Lambert, continua a ser uma realidade ainda hoje. De um lado o Brasil progressista, industrializado e altamente urbanizado do centro-sul ou mesmo de um ou outro polo industrial do Nordeste ou da Amazônia; de outro, o Brasil subdesenvolvido, onde graves problemas de infraestrutura urbana e rural, cujas raízes estão no passado, levaram a desequilíbrios econômico-sociais e culturais de difícil solução." E acrescenta: "Nesse quadro de contrastes gritantes do norte para o sul, do leste para o oeste, do campo para a cidade e até na escala de um espaço urbano, a regionalização do território é tarefa complicada, sobretudo porque os pólos de decisão extrapolam frequentemente as fronteiras nacionais".

Os problemas sociais agravaram-se e de muito. Os mais agudos decorrem, como as severas Georges Couffignal, do poder parale-

lo representado pelo narcotráfico. Ressalta que "O dinheiro da droga é um fermento poderoso para a decomposição das sociedades latino-americanas; aos pobres, os traficantes oferecem uma renda razoável, e também proteção e serviços sociais; aos ambiciosos, oferecem a possibilidade de enriquecimento rápido; aos que lhes oferecem resistência, perseguem ou julgam, eles opõem o terrorismo e assassinatos. Nenhum Estado, atualmente, está ao abrigo desse flagelo que corrói as instituições, inclusive aquela encarregada da repressão e da manutenção da ordem: o Exército. Regularmente estouram escândalos que colocam sob suspeita a alta administração ou os parentes dos políticos mais influentes. Nas sociedades onde a ideia do direito nunca foi verdadeiramente implantada, a despeito de uma inflação prodigiosa de textos jurídicos, é a própria noção de estado impessoal a abstrato que essas práticas colocam em causa".

Esse quadro, com exceção da referência ao Exército que, felizmente, no Brasil não foi empregado na repressão direta ao narcotráfico, aplica-se inteiramente ao nosso caso e atinge as forças policiais encarregadas da repressão. Agrava-se, no caso brasileiro, pelo fato de a ação dos traficantes ser mais efetiva e nociva junto às parcelas mais carentes da população, residentes nas favelas. Essa ação é facilitada pelas altas taxas de desemprego, baixos salários, inclusive do pessoal das forças de repressão, e pelos problemas de natureza habitacional, educacional e de saúde.

Outros problemas sociais de vulto ocorrem, tais como os confrontos entre garimpeiros e grupos indígenas, as invasões de terra orientadas por um movimento de natureza política e que tem em vista a modificação do regime político vigente e, até mesmo, os estímulos por parte de certos setores aos confrontos de natureza racial.

Todos esses problemas sociais somente poderão vir a ser solucionados pela retomada de um processo de desenvolvimento econômico continuado, pela aceleração do processo de privatizações e pela realização de reformas constitucionais.

Embora analistas estrangeiros considerem que o Brasil possui as condições para se tornar uma potência intermediária, esse conceito de potência cria reações em certos setores da sociedade e também vai de encontro a certas posições internacionais decorrentes da Nova Ordem Mundial.

Os fundamentos da Nova Ordem Mundial, surgidos após a Guerra do Golfo, estão oficialmente definidos nas "Diretrizes para a Planificação da Defesa" (Defense Planning Guidance) para os anos fiscais de 1994 a 1999. Seu objetivo é o de preservar e estender o sistema de alianças criado pelos Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra Mundial — um sistema que permitiu "uma cooperação sustentada pelas maiores potências democráticas".

Essas diretrizes retomaram, mas dessa vez em linguagem diplomática. O projeto que, em 1992, provocara um escândalo nas chancelarias ocidentais, pois tratava de impedir "todo rival potencial até mesmo de aspirar a um papel mais importante". Também impedia que fossem citados o Japão, a Alemanha ou a Índia como "países possuidores de uma hegemonia regional potencial".

Dentro das idéias da Nova Ordem Mundial, os Estados Unidos procuram reforçar seu verdadeiro direito de vigilância sobre os mercados de alta tecnologia militar. É do interesse da Nova Ordem Mundial, através das potências dominantes, que não surjam novas potências, mesmo intermediárias, capazes de disputarem áreas de influência, inclusive mercadológicas, e que afetem seus interesses. Em consequência, são objetivos vi-

sados os que os Estados capazes de ascender à condição de potência, reduzam seus efetivos militares, não tenham acesso a tecnologias de ponta, especialmente as de aplicação militar.

O problema do Brasil em face da Nova Ordem Mundial enfrenta as medidas de controle dos mercados pelos países mais ricos do mundo e que conformam o G-7. Japão, Alemanha e Estados Unidos são os "países centrais" dos pólos asiático, da União Europeia e do Acordo de Livre Comércio do Canadá—México—Estados Unidos (NAFTA). O Coronel-aviador Ivan Carvalho, no Volume 133 da *Revista do Exército Brasileiro*, analisou essa questão e assim se expressou:

— "O melhor Plano Político—Social—Econômico para a recuperação do Brasil não se assemelhará ao da Argentina e, muito menos, ao do México ou de outro país latino-americano. Será, sim, o do Brasil para os brasileiros; autêntico, soberano, desafiante, independente e calcado em vontade política própria. Nos acordos internacionais, o Brasil não deverá ficar preso a uma única opção continental. Relacionar-se com países de outras culturas e demais pólos econômicos (China, Japão, Europa) proporcionará ao Brasil alargamento independente de sua fronteira científica, afastando-se do colonialismo unilateral".

O atual governo brasileiro, embora mantendo o bom relacionamento com os Estados Unidos, vem se empenhando em ampliar sua projeção internacional, notadamente nos continentes europeu e asiático, visando à conquista de novos mercados, cooperação científica e tecnológica e acordos culturais. Ao mesmo tempo, continua a manter o relacionamento cordial com os países do continente africano, notadamente com os de língua portuguesa. Além disso, a presença militar na constituição de Forças de Paz, sob o controle da ONU, reforça nossa presença

internacional, sem deixarmos de assinalar a presença brasileira na Antártica.

O fato incontestável é a sensível melhora da imagem do Brasil no exterior, a despeito da ação de grupos nacionais de oposição e certas "Organizações Não Governamentais" que estão sempre prontas para explorar acontecimentos negativos ocorridos no Brasil.

Confirmado nosso ponto-de-vista, vem de ser publicado o "Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil" preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas, e pelo Instituto de Pes-

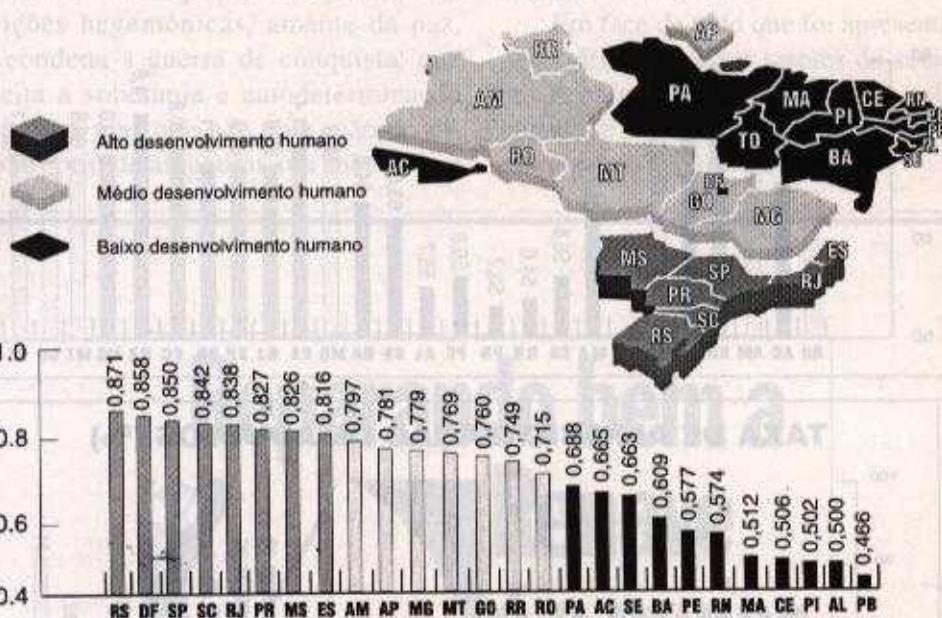
quisa Econômica Aplicada (Ipea). Esse relatório, que leva em conta três itens básicos escolaridade, esperança de vida e nível de renda — demonstra, agora, ao contrário do que afirmou Jacques Lambert, a existência de "Três Brasis". Um de alto desenvolvimento humano, outro de médio e um terceiro de baixo. O quadro, publicado pela imprensa e que reproduzimos abaixo, retrata perfeitamente essa situação e demonstra claramente o progresso que vem sendo alcançado pelo Brasil.

O Brasil é um país que, por sua dimensão territorial, volume populacional, disponibilidade de recursos naturais, desenvolvimento tecnológico e industrial, é um dos países mais avançados do mundo.

A radiografia da desigualdade no Brasil

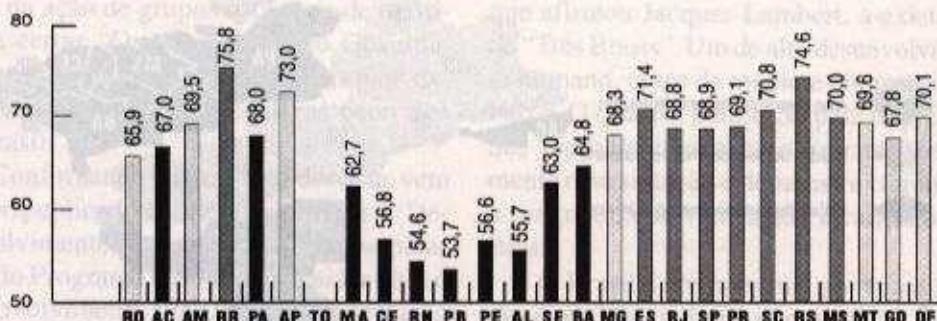
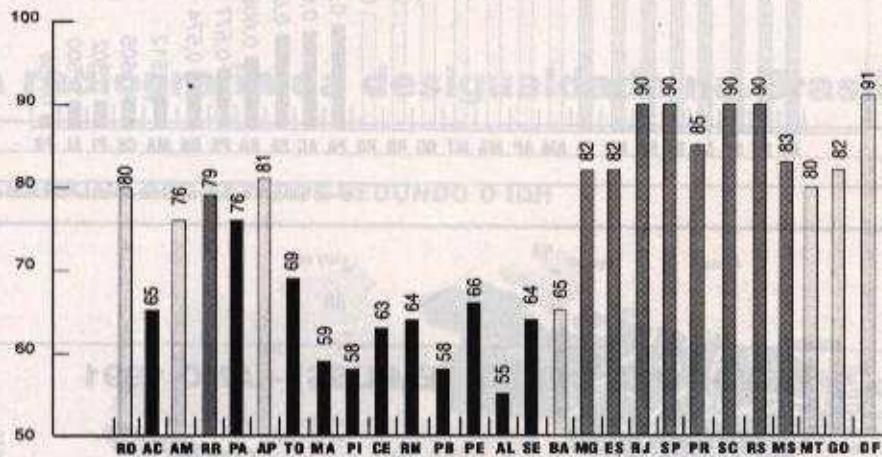
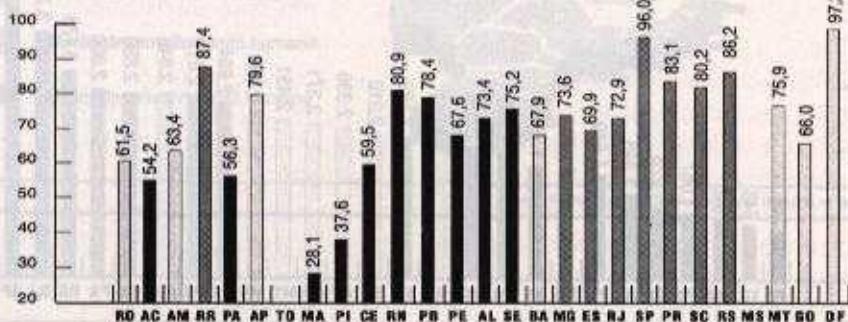


Fonte: Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil/2006

O RANKING DOS ESTADOS SEGUNDO A ONU

Fonte: Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil/1996

RENDA PER CAPITA (EM US\$) - ANO 1991

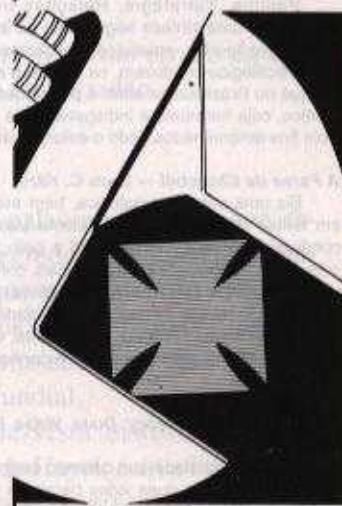
ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (EM ANOS)**TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS (%)****POPULAÇÃO URBANA COM COLETA DE LIXO (%)**

mento agropecuário e nível de industrialização, tem todas as condições para se constituir em uma potência regional, sem ambições hegemônicas, amante da paz, que condena a guerra de conquista, que respeita a soberania e autodeterminação dos povos, mas que não abre mão do direito próprio de assegurar sua soberania e

integridade territorial e do direito de conseguir uma posição a que faz jus na comunidade internacional.

Em face de tudo que foi apresentado, é necessário que certos setores da sociedade brasileira não sintam verdadeiros calafrios quando se fala em "Brasil Potência", pois os estrangeiros não os tem. □

Reparando bem a Renave é a maior.



Há muito tempo a Renave conquistou o primeiro lugar como maior estaleiro especializado em reparos navais da América Latina, na área da iniciativa privada. Criando e desenvolvendo novos métodos de trabalho, a Renave visa sempre uma maior racionalização de serviços e elevação dos níveis de produtividade. Por isso vem conseguindo uma expressiva redução dos prazos e dos custos de seus serviços.

RENAVE — EMPRESA BRASILEIRA DE REPAROS NAVAIS S.A.

**PRÁIA PIO X, 10 - 10º ANDAR - CENTRO
RJ DE JANEIRO - RJ - TELS.: (21) 265-5111
263-8614 / 263-8606 - FAX: (021) 263-5892
TELEX: (21) 2999 FBEN BR**

ESTALEIRO: ILHA DO VIANA - NITERÓI, RJ

em reparos navais, o maior é também o melhor.



RENAVE



PROGRAMA EDITORIAL 1997 — PREVISÃO

Pelo mesmo preço e superando a qualidade do programa editorial de 1996, a BIBLIOEX lança o seu programa para 1997. São 10 (dez) excelentes obras, entregues a domicílio e de custo baixíssimo, além da vantagem de pagamento parcelado.

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

Por um Exército Profissional — Charles de Gaulle

Obra muito citada e, na verdade, pouco conhecida. O autor, então coronel do Exército francês, nela propõe, antes da Segunda Guerra Mundial, uma alternativa de organização para o seu Exército — a "qualidade de" uma força profissional, altamente adestrada e bem equipada e a "quantidade" de forças de reserva e oriundos da formação do serviço militar obrigatório, para mobilização.

A Marcha da Insensatez — Barbara W. Tuchman

Uma esclarecida análise histórica que, a partir da Guerra de Tróia, resulta numa síntese irrefutável — o paradoxo de opções políticas absolutamente contrárias aos mais legítimos interesses dos próprios governos que por elas decidiram. Antológico é o capítulo "Uma Lanterna na Popa", uma lição viva de Filosofia da História, onde se aborda o excesso de poder na base da insensatez política.

A Marcha da Coluna — João Alberto Lins de Barros

Livro resultante de um projeto de memórias, é uma narrativa vibrante dos episódios vividos na coluna revolucionária que, partindo do interior do Rio Grande do Sul, percorreu todo o Brasil, na década de 1920 e em decorrência do levante de 5 de julho de 1924, na cidade de São Paulo. João Alberto foi figura de destaque nessa marcha e na política brasileira, depois de 1930. Uma obra onde se entrelaçam aspectos militares, políticos, sociais, humanos etc., numa leitura muito agradável.

Uma História da Guerra — John Keegan

O que é guerra? Uma resposta há de impar, sempre, uma visão interdisciplinar. Haverá, nela, uma ótica preponderante? Segundo cada analista ou pensador militar, a própria avaliação determina essa perspectiva. Bem conhecida é a concepção de Clausewitz, privilegiando o sentido político da guerra. Outra é a abordagem de Keegan, apreciando o fenômeno social que é guerra numa amplitude muito mais abrangente — a cultura guerreira. Obra para ler, meditar e, sempre, consultar, o que quer dizer — um clássico da literatura militar.

A Revolta da Armada — Helio Leônico Martins

Prêmio Tasso Fragoso de 1996, a obra do historiador naval Helio Leônico Martins nele renova a fidelidade do pesquisador em face das fontes e a capacidade de interpretação objetiva dos fatos ocorridos na chamada "Consolidação da República". Melhor dir-se-lhe "Revolução na Armada", aspecto interestitutivo de um quadro generalizado de conflagração intestina — a "Guerra Civil do Brasil". Requissima bibliografia e alentadas notas dão ao livro o caráter de obra indispensável ao estudo da nossa história republicana.

ASSINATURAS ANUAIS

Colégio General Benício: R\$ 120,00 (pagáveis em três vezes e cartão de crédito)

Revistas: (BRASIL) A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia — R\$ 15,00

(EXTERIOR) A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia — US\$ 30,00

Cartões de Crédito Credicard Mastercard e Diners International

Ligação gratuita de Iode Brasil: **11** (0800) 238365

O Cerne da Discórdia — Victor Izquierdo

Com o subtítulo "A Guerra do Paraguai e o Núcleo do Exército Profissional", o autor realiza uma bem fundamentada análise da participação da política brasileira na condução do conflito, destacando os conflitos partidários e a superposição deles aos interesses militares. A atuação de Caxias, política e militar, é bem apreciada e as conclusões apontam para a afirmação do Exército no cenário das grandes decisões nacionais.

Psicanálise do Pensamento Neo Conservador — Eduardo Maçarenhas

O propósito do autor é "descrever as idéias que obstruem a inteligência política brasileira e estabelecer a conexão entre elas e o neoconservadorismo do atual pensamento político corrente". Sendo o autor um psicanalista, para ele próprio "o livro significa um ato psicanalítico ampliado". Às vezes polêmica, a obra é de leitura agradável e de um estilo muito claro.

O Militar e o Diplomata — Delano Teixeira Menezes

Política, Estratégia, Relações Internacionais, sua integração, uma síntese segura são os assuntos desta obra. Apreciação teórica, episódica, envolvimento histórico e também psicológico conduzem, na leitura, à apreciação do divisorio que no Brasil existe entre o pensamento político e a ação política, cuja harmonia é indispensável à afirmação nacional. Sem fins determinados, todo o esforço para isso será em vão.

A Farsa de Churchill — Louis C. Kilzer

Eis uma versão jornalística, bem estruturada e apoiada em fontes históricas, de uma trama secreta, que teria sido conduzida por Winston Churchill e pelo Serviço Secreto Inglês, para negociações confidenciais com Hitler (a partir do voo de Rudolph Hess para a Inglaterra) e que excluiriam a Inglaterra do conflito em troca de liberdade de ação da Alemanha no continente europeu. Na verdade, uma manobra inglesa para abortar a crise da invasão e ganhar tempo para manobras políticas.

Dutra e Góes Monteiro: Duas Vidas Paralelas — Nilton Freixo

Com a serenidade que o tempo permite à análise histórica, eis um perfil de duas vidas paralelas em face de tempos de crises políticas internas e de convulsões internacionais. A obra é, também, um magnífico registro da fidelidade do soldado brasileiro à sua Pátria.

COLEÇÃO TAUNAY

O Exercício do Comando — Chefia e Lideranças Militares — Sérgio de Avellar Coutinho

Canudos: Uma Interpretação Histórica (Antologia) — Oliveira Litrento

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25 — Centro

Ala Marçal Dias

Rio de Janeiro-RJ — CEP 20221-260

•(021) 516-2366 / Telefax: (021) 253-7535



A DEFESA NACIONAL

Retomando os Caminhos da Liberdade¹

Sérgio Paulo Muniz Costa*

Trata-se de um estudo da obra de Friedrich A. Hayek, O Caminho da Servidão.

Liberdade, palavra inebriante que esconde o segredo da felicidade humana, é do que trata o tcheco Friedrich August von Hayek em seu livro *O Caminho da Servidão*, escrito em 1944, em plena Segunda Guerra Mundial.

Do ponto-de-vista histórico, a obra multidisciplinar de Hayek é uma importante contribuição para a compreensão de um dos aspectos menos discutidos e conhecidos do desenvolvimento do conflito — a elaboração da nova ordem mundial ainda em plena guerra.

O livro é, também, um esforço notável de convencimento, inicialmente dirigido à opinião pública inglesa e, em seguida, es-

tendido à ocidental. A perspectiva da vitória aliada e a percepção da tragédia que se abatera sobre a humanidade mobilizaram as lideranças ocidentais, no sentido de acordarem as linhas mestras de uma nova forma de convívio entre as nações na era que se seguiria.

A partir de 1943, ocorreram conferências nos Estados Unidos, com a participação de delegações de diversas nações, inclusive do Brasil, com destaque em algumas delas, nas quais foram tratados os temas da reconstrução dos países diretamente atingidos pela destruição da guerra e da construção de instituições que regulassem as relações políticas e econômicas internacionais em bases mais razoáveis e seguras do que as vigentes nas décadas anteriores, o ambiente no qual germinou, conjunturalmente, a Segunda Guerra Mundial.

*Tenente-Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Vencedor do concurso de monografia patrocinado pela BIBLIX.

1. Selecionado pelo PADECEME.

Embora Hayek afirme que, nos anos da Segunda Guerra, a maioria dos seus colegas economistas ingleses se encontravam preocupados demais com a gerência da economia de guerra, as elites inglesas e norte-americanas já visualizavam, àquela altura, o pós-guerra e pode-se perceber, no livro, que o próprio autor está motivado pelo ideal reformista nascido com o alvorecer da vitória.

O autor, baseado no seu testemunho pessoal dos acontecimentos no período entre-guerras e equipado com uma formação humanística invejável, desenvolve sua argumentação num estilo peculiar, alternando informações, apelos e ponderações baseadas nas diferentes disciplinas do seu domínio, sem deixar, eventualmente, de polemizar com elegância e cortesia.

Embora o coroamento de sua obra seja uma proposta econômica globalizante, o objetivo colimado pelo autor não foi exclusivamente a política econômica internacional. Boa parte de sua consistente e alentada argumentação está dirigida ao público inglês. Demonstrando perplexidade e inconformismo ante a generalização entre os ingleses do mesmo tipo de pensamento que levou os alemães ao totalitarismo nazista, Hayek fez um contundente alerta à sociedade berço do liberalismo.

Essa crítica do passado recente, elaborada num momento de busca de novos caminhos pela humanidade, então assolada por uma de suas maiores tragédias, faz de *O Caminho da Servidão* uma obra definitivamente atual, na condição de libelo contra os totalitarismos de toda natureza que rondam a moderna sociedade.

A opção metodológica do presente es-

tudo foi tomada tendo em vista realçar o caráter multidisciplinar da obra, que confirma a abrangência e a complexidade da questão da liberdade. Nada mais enganoso do que encarar a obra de Hayek como um livro de economia escrito por um economista, uma vez que o mesmo contém preciosas lições de Filosofia, Direito e Política, que legitimam o estímulo econômico como mola de uma sociedade mais justa.

A estrutura do livro esconde, na elegância e fluidez da sua argumentação, o caráter multidisciplinar da obra. Para bem identificar as principais lições de Hayek e comprovar a amplitude e profundidade da questão da liberdade, o corpo do presente estudo foi organizado em cinco títulos que abordam áreas capitais do conhecimento humano fundamentais para a vida em sociedade — a Filosofia, o Direito, a Política, a Economia e a História.

Mas é importante assinalar que a permanência da obra de Hayek na cultura ocidental também é devida à honestidade, à compreensão, à capacidade e ao desassombro de um homem que mobilizou todo o seu gênio para alertar seus semelhantes sobre o erro que a maioria deles estava em vias de cometer, escolhendo, inconscientemente, o caminho da servidão.

Encontramos aí a marca distintiva dos legítimos apóstolos da liberdade, a crença de que os adversários, a princípio, estão cometendo um erro intelectual que pode ser corrigido por uma argumentação lúcida e transparente. O apelo sincero à sensatez e à coerência é o aspecto espiritual mais precioso manifestado nas linhas desse magnífico atestado de fé na vocação do homem de ser livre.

UMA BASE FILOSÓFICA

Diversidade e Pluralidade de Objetivos Individuais

A admissão de que cada ser humano é único, no somatório de atributos afetivos, cognitivos e psicomotores, é amplamente reconhecida pela sociedade. No entanto, essa originalidade é sistematicamente violada pelos apelos ou imposições da sociedade de massa, típica resultante da industrialização do século XX.

O desencanto das massas após a Primeira Guerra e, posteriormente, o seu desespero na década de 30, foram grandes fermentadores do fenômeno totalitário neste século. Sob o domínio do totalitarismo, as massas foram instrumento e veículo da mais sistemática destruição da individualidade já verificada na História da Humanidade.

É desse fenômeno — a destruição da individualidade na sociedade totalitária — que Hayek extrai várias conclusões significativas para a preservação da liberdade. Uma das mais importantes é a relativa à singularidade e à diversidade dos objetivos de cada ser humano.² Embora seja consensual a

pluralidade e a multiplicidade de interesses humanos, não raro olvidamos essa evidência sociológica, cavalgando a quimera da felicidade para todos planejada por poucos.

A Importância da Preservação da Esfera Individual do Livre Arbitrio

Uma outra lição preciosa tirada da obra de Hayek é um prosseguimento necessário do preceito anterior. Para que haja moral é fundamental que exista liberdade,³ particularmente de agir conforme os próprios objetivos.

Conseqüentemente, a moral é, ao contrário do que muitas pessoas não adeptas do totalitarismo pensam, um fenômeno interno ao indivíduo e não imposto a ele pela sociedade. Para aqueles que se surpreendem com esta observação,⁴ basta lembrar que a evolução da humanidade se fez justamente pela progressiva redução do campo regulatório "moral" sobre o indivíduo.

Mas, entre a moral e liberdade, se estabelece uma dependência em duplo sentido pois, contrariamente ao anteriormente afirmado, pode-se dizer que a moral fundamenta a liberdade. Só uma conduta pessoal pautada por objetivos próprios intangíveis

2. "O bem-estar de um povo, assim como a felicidade de um homem, dependem de inúmeras coisas que lhe podem ser proporcionadas numa infinita variedade de combinações" (p. 75 — *Planificação e Democracia*).

3. "Nossa geração corre o perigo de esquecer, não só que a moral é um fenômeno da conduta pessoal, mas também ela só pode existir na esfera em que o indivíduo tem liberdade de decisão e é solicitado a sacrificar

voluntariamente as vantagens pessoais à observância de uma regra moral" (p. 191 — *Condições Materiais e Objetivos Ideais*).

4. "A moral vem apresentando uma tendência a tornar-se cada vez mais uma simples linha divisória a circunscrever a esfera em que o indivíduo pode agir livremente" (p. 75 — *Planificação e Estado de Direito*).

pode inspirar o afastamento de qualquer forma de opressão, o entendimento preciso de liberdade.

Essa lição aprofunda significativamente as raízes de uma sociedade livre, levando à compreensão da complexidade de sua criação e evolução, mas também da sua capacidade de resistência aos seus poderosos inimigos.

A Limitação do Poder

Sucede-se na irresistível argumentação de Hayek um outro alerta contra a pretensão de poucos fazerem a felicidade de muitos. Por mais bem intencionada, culta e determinada que possa ser uma pessoa⁵ que aspire promover a felicidade humana, sua vivência limitada restringirá irremediavelmente a quase nada sua capacidade de perceber os objetivos e as necessidades de todos os homens.

Ao empregarmos a palavra *poder*, devemos ter em vista o seu significado social. Toda pessoa que pretenda prover as necessidades de outras pessoas, inevitavelmente deverá traduzir os objetivos daquelas pessoas. Não se deve incluir nesse rol aquelas pessoas dedicadas à filantropia ou à caridade, pois seu desígnio é muito mais limitado, mas nem por isso irrelevantes — a garantia do atendimento de necessidades físicas básicas a algumas pessoas em condições especiais.

O apelo dessa lição extraída do elaborado discurso de Hayek é de que os seres

humanos tenham humildade de reconhecer que não podem pretender interpretar os desejos de todos os seus semelhantes. Insere-se, nessa altura da argumentação, uma proposta de prática existencial que dá uma outra dimensão à obra de Hayek que já foge ao escopo deste estudo.

A Soberania do Sistema de Objetivos do Indivíduo

A diversidade e a pluralidade de objetivos, bem como a esfera de livre arbítrio do indivíduo, só poderão existir na medida em que for reconhecida a soberania do sistema de objetivos individuais.⁶

A impressão inicial de que o pleito de uma soberania de objetivos individuais se confunde com a existência desses objetivos pode ser desfeita se nos recordarmos da origem política do termo soberania na Revolução Francesa. O abismo existente entre a personificação da vontade da nação na figura do rei e o reconhecimento de que ela poderia expressar soberanamente essa vontade através de instituições foi superado por um enorme passo da humanidade, à custa de enormes sacrifícios.

É preciso mais do que o reconhecimento da pluralidade e da diversidade. É necessário que sejam garantidas as suas condições de constituição e sobrevivência. Essa lição pode nos levar a reflexões importantes no campo educacional, além de inevitáveis desdobramentos jurídicos, sociológicos, políticos e econômicos.

5. "O fundamental é que cada pessoa só se pode ocupar de um campo limitado, só se dá conta da premissa de um número limitado de necessidades. Quer os seus interesses girem apenas em termos das próprias necessidades físicas, quer se preocupe com o bem-estar de cada ser humano que conhece, os objetivos que lhe podem dizer respeito corresponderão sempre a uma

parte infinitesimal das necessidades de todos os homens" (p. 76 — *Planificação e Democracia*).
 6. "... se deve permitir ao indivíduo, dentro de certos limites, seguir seus próprios valores e preferências em vez dos de outrem; e que, nesse contexto, o sistema de objetivos do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios" (p. 76 — *Planificação e Democracia*).

O Dinheiro como Instrumento de Liberdade

Resgatar a reputação do vil metal, tão atacado pelos idealistas de todas as eras, geografias e leituras, não foi certamente a intenção do economista Hayek ao definir o dinheiro como um instrumento de liberdade.⁷

O mais sensato é reconhecer que o autor de *O Caminho da Servidão* recolocou o dinheiro, do ponto de vista social, na sua exata condição de meio que serve ao fim. Ao nos abstrairmos das finalidades econômicas da instituição da moeda como meio de circulação de riqueza e nos atermos à questão da liberdade humana, podemos reconhecer o valor do dinheiro como instrumento da afirmação da soberania individual, enriquecendo espiritualmente todo ser humano que, independentemente de suas posses, o utiliza como instrumento para garantir a realização de seus talentos, predileções e aptidões.

Nossa Condição de Consumidores e Produtores

"Prossumidor" foi a palavra cunhada por Alvin Toffler para simbolizar a fusão cada vez mais explícita e generalizada na sociedade global dessa condição intrínseca a todo cidadão de uma sociedade livre, apontada por Hayek, cinquenta anos atrás.⁸

Como nossa condição de produtores se dá essencialmente pelo trabalho, e este, nas sociedades industriais e pós-industriais, se organiza em profissões, Hayek faz um contraponto à questão da realização individual, através da nossa condição de consumidores no lazer, realçando a importância da liberdade ao desempenharmos nosso papel de produtores no trabalho, a começar pela escolha da profissão.

O prossumidor é, portanto, a materialização econômica do homem livre que se realiza produzindo e consumindo conforme suas escolhas, aptidões e possibilidades.

O Homem como Fim e não como Meio

Para demonstrar como a razão descobre os imperativos categóricos, Kant formulou, na sua *Critica da Razão Prática*, a lei composta da razão, com três partes, a segunda das quais, resumida, assevera que não devemos tratar o nosso semelhante como meio.

O imperativo categórico é a pedra angular da moral e do valor individual na sociedade livre, e foi uma das mais importantes contribuições filosóficas prestadas por Imanuel Kant à organização política e social do ocidente.

Nesse ponto, Hayek aponta para o risco de, ao pretendermos planejar a felicidade humana — na impossibilidade de definirmos o conjunto dos desejos humanos — acabar-

7. "Seria muito mais certo dizer que o dinheiro é um dos maiores instrumentos de liberdade já inventados pelo homem. É dinheiro que, na sociedade atual, oferece ao homem pobre uma gama de escolhas extraordinariamente vasta, bem maior do que aquela que há poucas gerações se oferecia aos ricos" (p. 99 — *Controle Econômico e Totalitarismo*).
 8. "Esses dois aspectos da existência não podem ser separados um do outro; e como quase todos nós passamos grande parte da vida no trabalho, é ele que costuma determinar também o lugar em que moramos e as pessoas com quem convivemos, certa liberdade de escolha da profissão talvez tenha mais importância para a nossa felicidade do que a liberdade de gastar os próprios rendimentos durante as horas de lazer" (p. 102 — *Controle Econômico e Totalitarismo*).

mos transformando seres humanos em simples meio para a felicidade de outros.⁹

“UM RESPALDO JURÍDICO”

A Lei e a Concorrência

A concorrência não será isenta de fiscalização e controle.¹⁰ As suas principais resultantes, o estímulo à produção, a criatividade e a racionalização dos insumos produtivos podem dar uma tal vantagem a um determinado grupo que mate a concorrência, ocasionando reflexos negativos em toda sociedade e tornando-a mais frágil ante os competidores estrangeiros.

As leis antitruste são o aspecto mais visível desse sistema de fiscalização e controle, embora não se limite a tanto. O que é pormordial no funcionamento desse sistema é a visão estratégica que deve orientar sua permanente atuação.

A Necessidade de uma Estrutura Legal

Nada mais falso do que a suposição de ser a Lei dispensável numa sociedade livre. Retomada com mais vigor em outra abordagem, a afirmação de Hayek, segundo a qual a Lei bem elaborada é aquela que desconhece os resultados particulares de sua aplicação, bem caracteriza a imprescindibilidade

9. “Embora o objetivo declarado da planificação seja o de dar condições ao homem para que deixe de ser um simples meio, na realidade — uma vez que seria impossível levar em conta as preferências e aversões pessoais — o indivíduo mais do que nunca um simples meio usado pela autoridade a serviço de abstrações como o ‘bem-estar social.’” (p. 104 — *Controle Econômico e Totalitarismo*).

10. “Essa doutrina não nega, mas até enfatiza que, para a concorrência funcionar de forma benéfica, será necessária a criação de uma estrutura legal cuidadosamente elaborada e que nem as normas legais exis-

ta da estrutura legal para a liberdade, na melhor tradição de Locke.”¹¹

Mais uma vez, somos remetidos ao tema da liberdade como fim. A concorrência é um meio do exercício da liberdade do consumidor e a livre iniciativa da liberdade do produtor. São meios e não fins em si próprias. Daí haver condicionantes ao seu funcionamento, a começar pela sua eficiência e eficácia. Consequentemente, deve haver uma estrutura legal que afira essas condicionantes.

Essa estrutura legal será necessariamente complexa e dinâmica, na medida em que a sociedade de prosumidores também o é. Além disso, sendo institucional, por atender à demanda básica social da resolução de conflitos, essa estrutura legal deverá ser também externa ao ambiente no qual se desenvolve a competição.

A concepção de um conjunto de leis, legisladores e princípios que regulam uma atividade lhes sendo externo torna muito mais importante a imparcialidade desse sistema legal e reforça o aspecto da imprevisibilidade das suas sentenças, que Hayek demonstra ser tão importante.

Campos da Atuação Direta da Autoridade

Caracteristicamente, Hayek, ao descrever as condições fundamentais do funciona-

tentes, nem as do passado, estão isentas de graves falhas” (p. 58 — *Individualismo e Coletivismo*).

11. “O funcionamento da concorrência não apenas requer a organização de certas instituições como a moeda, os mercados e os canais de informação — algumas das quais nunca poderão ser convenientemente geridas pela iniciativa privada — mas depende sobre tudo da existência de um sistema legal apropriado, estruturado de modo a manter a concorrência e a permitir que ela produza os efeitos mais benéficos possíveis” (p. 59 — *Individualismo e Coletivismo*).

mento da livre iniciativa,¹² delimita o campo de atuação da mesma, atribuindo a partir desse limite a iniciativa às autoridades.

A sutileza e abrangência dessa delimitação não recomendam exemplos, mas preferencialmente a sua compreensão, na medida em que exemplos se tornam obsoletos pela tecnologia, pelas acumulação e democratização do capital e pelas crescentes demandas ecológicas.

Se um proprietário não pode explorar livremente um determinado bem de produção, ou o mau uso desse bem não traz prejuízo exclusivamente a esse mesmo proprietário, estamos diante de uma área de atuação direta das autoridades.

Essa atuação direta pode se fazer através da legislação regulatória ou da gerência daquele bem de produção. Na atual conjuntura podemos exemplificar com a legislação ambiental e com os setores de alta tecnologia aplicável às armas de destruição massiva.

É digno de nota que, durante algum tempo, tenha sido defendida a atuação do Estado em determinadas áreas da economia por elas serem consideradas estratégicas. Um setor da economia pode ser estratégico sem estar sob o controle do Estado. Em contrapartida, podemos assistir o Estado atuar em áreas econômicas que não são estratégicas. A distinção apontada por Hayek é um meio seguro e razoável de evitarmos classificações automáticas equivocadas.

12. "Há, por fim, certos campos nos quais, sem dúvida, nenhuma disposição legal poderá criar a condição primeira da qual depende a eficácia do sistema de concorrência e de propriedade privada, ou seja, que o proprietário se beneficie de todos os serviços úteis prestados pela sua propriedade e sofra as consequências dos danos causados pelo seu uso" (p. 60 — *Individualismo e Coletivismo*).

13. "A característica que mais distingue um país livre de um país submetido a um governo arbitrário é a ob-

A Liberdade e o Estado de Direito

A noção de Estado de Direito foi amplamente discutida por Hans Kelsen, o famoso jurista austríaco, que considerava o Estado como uma ordem jurídica de onde emanava a legitimidade de todas as suas ações. Kelsen, retomando a tradição kantiana de distinção entre a autonomia e heteronomia, também associou o grau de participação do destinatário das normas legais ao nível de democracia, considerada uma forma de autogoverno.

Hayek certamente se inspirou em Kelsen — considerado o maior jurista da época por ocasião do lançamento de sua principal obra, em 1934, *Teoria Pura do Direito* — para indicar a distinção elementar entre o país livre e aquele submetido a um governo arbitrário,¹³ sem dúvida, uma importante contribuição germânica à causa da liberdade na continuidade da melhor tradição kantiana.

A Lei como instrumento do povo e não para controle do povo

Nesse ponto, Hayek aprofunda a sua argumentação em prol da imprevisibilidade dos efeitos da Lei¹⁴ considerada um conjunto de normas gerais anteriores à sua aplicação.

É bastante elucidativo esse ponto da argumentação hayekiana sobre o largo alcance intervencionista de um sistema jurídico

servância, no primeiro, dos grandes princípios conhecidos como o Estado de Direito" (p. 86 — *Planificação e o Estado de Direito*).

14. "Quando os resultados particulares são previstos na ocasião em que se faz uma lei, esta perde o caráter de simples instrumento a ser empregado pelo povo e converte-se num instrumento usado pelo legislador para controlar o povo" (p. 89 — *Planificação e o Estado de Direito*).

que preveja todos os desdobramentos de sua atuação. Cria-se um poderoso instrumento de controle do indivíduo e de concessão de privilégios incompatível com o Estado do Direito, fundamentado na legitimidade e no autogoverno. Inverte-se, por conseguinte, a destinação da Lei, que deixa de ser um instrumento do povo para ser um meio de controle do povo.

Hayek volta a essa questão em diferentes pontos do livro, sempre insistindo na conveniência do sistema jurídico tomar a forma de um corpo geral de preceitos impossível, cuja antecipação da aplicação de seus preceitos seja impossível.

A Salvaguarda da Igualdade perante a Lei

Esse ponto está intimamente ligado ao anterior e à questão do Estado de Direito. Se uma Lei pode ser injusta ou arbitrária, até mesmo emanada de um sistema totalitário, o que pode garantir a igualdade de todos os cidadãos? Só o Estado de Direito,¹⁵ legitimado por uma ordem jurídica inspirada numa nomogênese autônoma, poderá salvaguardar a igualdade dos cidadãos perante a Lei.

A possibilidade de a Lei servir ao arbítrio é, inicialmente, chocante, porém a superficial lembrança dos tribunais de exceção estabelecidos nas mais cruéis ditaduras afasta qualquer constrangimento.

Hayek, demonstrando compreender a complexa questão da liberdade nas modernas sociedades, ao cruzar diferentes reflexões sobre igualdade, discriminações e privilégiros, consegue impressionar vivamente o leitor,

alertando-o para essa abstração da qual depende a nossa existência como homens livres — o Estado de Direito.

UMA AÇÃO POLÍTICA

A Utilidade da Política

Em toda sociedade existem ações públicas, cujos nível de abrangência e forma de condução contribuem significativamente para a felicidade e a liberdade dos indivíduos. Como Bernard Crick escreveu, a Política são as ações públicas dos homens livres. As propostas extremas de completa supressão da política e de total politização da sociedade serviram aos desígnios de regimes totalitários e arbitrários, cujas derrocadas se deveram justamente à sua incapacidade inata de desenvolver a ação política.

Hayek, prosseguindo na sua advertência contra a intolerância, mergulha no campo político, ao abordar a inconveniência da tomada de decisões sobre as questões públicas, normalmente abrangentes, por especialistas.¹⁶ O mérito dessa colaboração do autor está no alerta sobre a utilidade da Política governar na diversidade o desdobramento político natural da proposta filosófica e jurídica de Hayek.

O Campo de Ação da Política

Esse é um dos mais fascinantes aspectos do discurso político de Hayek. Até onde vai a ação política numa sociedade livre? A sua proposta é simples e coerente: "... — até onde as pessoas concordam acerca de ob-

15. "O Estado de Direito salvaguarda a igualdade perante a Lei, que é a antítese do Governo arbitrário" (p. 91 — A Planificação e o Estado de Direito).

16. "Entre o idealista dedicado e o fanático, muitas vezes há apenas um passo. Embora o ressentimento do especialista frustrado constitua o mais poderoso estí-

mulo à reivindicação de planejamento central, é difícil imaginar um mundo mais intolerável — e também mais irracional — do que aquele em que se permitisse aos mais eminentes especialistas de cada campo proceder sem entraves à realização de seus ideais" (p. 73 — A Inevitabilidade da Planificação).

jetivos comuns”,¹⁷ caracterizando o aspecto contratual do Estado.

Definir o campo de ação da Política implica verificar quanto ela pode fazer ou deixar de fazer parte de nossas vidas. A lição aqui extraída do discurso de Hayek devolve o equilíbrio à vida política da sociedade. Verifica-se claramente como a Política pode ser instrumento de liberdade ou opressão, de realização ou frustração dos cidadãos, bem como de sucesso ou fracasso de uma nação.

Dessa leitura podemos extrair advertências e um conselho. Estenda a ação política a todas as atividades humanas e tenha a ação reguladora do Estado interferindo em todos os aspectos da existência humana. Suprime toda a ação política na sociedade e abra mão da participação no encaminhamento e a decisão das graves questões ligadas à existência de todos nós. Desenvolva a ação política como uma participação espontânea de diferentes indivíduos distintamente motivados a cada momento decisório comum à sociedade e obtenha a máxima sinergia da nação para a implementação de cada decisão tomada.

A Política como Meio de Prover a Felicidade dos Indivíduos

Encarado o homem como fim, é natural que todas as ações públicas girem em torno de seu bem-estar. Em sentido oposto, é de se esperar que, na busca de seu bem-estar, o homem livre desenvolva ações públicas naquela esfera de atuação consentida por todos.

Admitida a pluralidade e a diversidade de objetivos individuais, verifica-se que os objetivos comuns perseguidos pelos indivíduos servem a interesses próprios,¹⁸ ligados ao seu bem-estar.

Certamente, alguns dos maiores enganos cometidos pela humanidade não teriam ocorrido se os políticos responsáveis pelas decisões nos momentos críticos da História não tivessem esquecido a finalidade última da Política.

A Política como uma Concessão dos Indivíduos ao Estado

Convencionou-se dizer que o Estado é a Sociedade politicamente organizada. No entanto, Hayek, Doutor em Direito e em Ciências Políticas, foi além dessa simples definição ao falar sobre a orientação¹⁹ da ação do Estado por um acordo voluntário, sempre fiel à sua crença na natureza contratualista do mesmo.

Se o Estado deve ter sua ação, que é a Política, orientada por um acordo, depreende-se que a sua razão de existir também é oriunda dos signatários daquele acordo. Esse entendimento é relativamente recente, em particular sua aceitação no meio de alguns círculos intelectuais, ainda que seja o corolário natural da evolução política da Humanidade.

Verifica-se nesse aspecto da obra de Hayek uma área de convergência com os neocontratualistas dos pós-guerra, particularmente Nozick e Bobbio.

17. “A ação comum limita-se, assim, aos campos em que as pessoas concordam acerca de objetivos comuns” (p. 77 — *Planejamento e Democracia*).

18. “Com muita frequência, tais objetivos comuns não constituirão os objetivos supremos dos indivíduos, mas apenas meios que diferentes pessoas podem utilizar para alcançar diferentes propósitos” (p. 77 — *Planejamento e Democracia*).

19. “Só podemos contar com um acordo voluntário para orientar a ação do Estado na medida em que este se limite às esferas onde tal acordo existe” (p. 77 — *Planejamento e Democracia*).

O Descrérito da Política

Esse fenômeno observado em vários países do mundo tem provocado esporádicas especulações em torno de suas razões sem que normalmente se avante sua verdadeira origem — a extração dos limites de atuação da Política.²⁰

A discussão crítica encetada por Hayek a respeito de governo abrange a questão da representatividade, da delegação de poderes e do papel do parlamento. A sua crítica é centrada na idéia da limitação da ação política à esfera de consenso. Se a política é a ação pública dos homens livres, que se colocam de acordo sobre objetivos comuns para atingir propósitos distintos, é possível compreender a idéia de limitação da ação política.

A ação política só é exequível onde seja possível estabelecer e perseguir objetivos comuns. Não há Política sem objetivos comuns, uma vez que só através dela eles podem ser atingidos. Objetivos atingidos que não através da Política foram estabelecidos por pessoas com os mesmos propósitos individuais, uma comunhão extremamente restritiva e suspeita aos desígnios de uma sociedade livre.

O descrérito da Política advém da pretensão de se atribuir a ela o papel regulador dos propósitos individuais. Insistir em atribuir aos parlamentos a missão de discutir e resolver assuntos circunscritos à esfera do

livre arbítrio individual que não estejam catalizados em objetivos comuns é erodir o prestígio, a credibilidade e a legitimidade dos mesmos.

Liberdade e Democracia

Causa constrangimento a determinados espíritos admitir que a democracia não significa exatamente liberdade. O desconforto aumenta com a argumentação de que algumas sociedades foram livres antes de ser democráticas e que a liberdade não existe em muitas democracias.

Hayek coloca a liberdade como valor supremo e fim de toda a ação política. Tendo feito essa escolha, o autor submete a democracia à causa da liberdade, transformando-a num meio de condução da ação política destinada a assegurar que todos os homens sejam livres.

Ao afirmar que é a limitação do poder que impede que ele seja arbitrário,²¹ Hayek contesta a suposição comumente aceita do fim da ditadura e opressão através da entronização do poder emanado do povo. Toda sua argumentação filosófica e jurídica respalda esse corolário de sua proposta política — limitação de poder dos seres humanos sobre outros seres humanos como forma de se preservar a liberdade.

Fica nítido na proposta de Hayek o seu entendimento de liberdade como fim e da

20. "Não é difícil perceber o que acontece quando a democracia dá inicio a uma linha de planejamento cuja execução exige um consenso muito maior do que na realidade existe. Os parlamentos serão considerados locais de debates inúteis, incapazes ou incompeten-

tes para realizar as tarefas a eles atribuídas" (p. 78 — *Planificação e Democracia*).

21. "... não é a fonte do poder, mas a limitação do poder que impede que este seja arbitrário" (p. 84 — *Planificação e Democracia*).

democracia como o melhor meio até agora conhecido pelo homem para preservá-la, o que coloca novas dificuldades à aceitabilidade da abstração do fim da História atingido através da adoção de um sistema de governo.

MOTIVAÇÃO E RESULTANTE ECONÔMICAS

Controle da Concorrência e o Planejamento Governamental

A perspectiva de Hayek nos mostra a concorrência econômica garantida por uma estrutura legal, praticada por indivíduos com diferentes propósitos e situada fora do campo de ação da Política. Adentrando na área econômica, ele aborda a questão da motivação para a produção, alertando para a impossibilidade de convivência entre a concorrência e o planejamento governamental em um sistema que almeje produtividade.²²

A questão da motivação para a atividade econômica, como nos é apresentada por Hayek, está fundamentada no embasamento filosófico da sua obra e se projeta sobre a nossa condição de prosumidores. Não podemos esperar que cidadãos, cuja felicidade depende de uma miríade de combinações absolutamente individuais de bens, hábitos e atividades, ainda que supostamente nivelados em termos de capacidade, tenham o desempenho ótimo em suas respectivas profissões ou ocupações. O que podemos esperar, com alguma razoabilidade, são diferentes graus de dedicações estreitamente dependentes dos objetivos, aptidões e predileções dos indivíduos.

A resultante da concorrência também se manifesta no prosumidor, por ação e reação. Como produtos, diferenciados por suas metas, aptidões e inclinações individuais soberanamente exteriorizadas nas próprias escolhas, ou como consumidores, interessados em dispensar tempo, proveitos e energia conforme o próprio arbítrio, somente absolutamente impossível, daf a incongruência entre concorrência e planificação.

É sempre bom lembrar que Hayek defendeu a existência de uma estrutura legal que garanta o funcionamento da concorrência, a principal característica econômica de uma sociedade livre.

A Livre Iniciativa, a Concorrência e a Divisão do Trabalho

Esses aspectos econômicos também se inter-relacionam desde as condicionantes filosóficas, jurídicas e políticas da sociedade livre visualizada por Friedrich Hayek. O autor, na abordagem econômica de sua obra, conclui que seria impossível atingir o nível de diferenciação, complexidade e flexibilidade do sistema industrial do Ocidente através do planejamento central.²³

Estendidas a todos os indivíduos as prerrogativas da escolha de profissão, consumo e lazer, teremos pessoas-produtivas se especializando em tarefas, conforme suas aptidões e em atendimento às demandas de pessoas-consumidoras. Esse é o fundamento da moderna divisão do trabalho, não imposta por cartéis ou por uma burocracia, mas sim decorrente das necessidades dos indivíduos.

22. "Embora a concorrência consiga suportar certo grau de controle governamental, ela não pode ser harmonizada em qualquer escala com o planejamento central sem que deixe de operar como guia eficaz de produção" (p. 62 — *Individualismo e Coletivismo*).

23. "Não é exagero dizer que, se tivéssemos precisado depender de planejamento central consciente para o desenvolvimento de nosso sistema industrial, este nunca teria alcançado o grau de diferenciação, complexidade e flexibilidade a que chegou (p. 69 — *A Inevitabilidade da Planificação*).

A divisão do trabalho num sistema econômico em que não houver livre iniciativa e concorrência, além de depender inevitavelmente do planejamento central para evoluir, será bastante dificultada pela questão da remuneração, que inadequadamente resolvida acabará emperrando toda a produção.

É importante lembrarmos as qualidades apontadas por Hayek como desejáveis ou inerentes a um sistema industrial moderno — diferenciação, complexidade e flexibilidade. A divisão do trabalho em um tal sistema deverá ser obrigatoriamente dinâmica, adaptando-se a novas demandas internas e externas de mercado, conforme as possibilidades da mão-de-obra existente.

A necessidade de uma divisão do trabalho em um sistema econômico diferenciado, complexo e flexível — como deve ser o de uma nação decidida a participar da acirrada competição internacional — induz a um sistema educacional adequado. A migração da mão-de-obra, em todos os níveis, é um novo desafio social a ser enfrentado pelas democracias industriais. Ao reconhecermos que a capacidade de uma sociedade retreinar e realocar recursos humanos é decisiva para a sua prosperidade, não podemos esquecer que essa necessidade deve ser atendida de maneira coerente com o elenco das liberdades individuais. A fúria planejadora dos grandes totalitarismos, passados ou recentes, ao pretender redirecionar as atividades e os locais de trabalho de milhões de seres humanos, além de causar mortandades e sofrimentos inomináveis, falhou miseravelmente, tentando impor metas e métodos a indivíduos ignorados nas suas aspirações, predileções e aptidões.

24. "Mas a posição em favor da liberdade é justamente a de que devemos reservar espaço para os programas espontâneos e imprevisíveis" (p. 70 — *A Inevitabilidade da Planificação*).

A Liberdade e a Evolução Tecnológica

Um desdobramento relevante da questão da liberdade na esfera econômica é proposto por Hayek em sua recomendação no sentido de se evitar as reservas de mercado e as padronizações de produção e consumo.²⁴

Mesmo reconhecendo que produtos padronizados para toda sociedade demandam menos recursos para produzi-los do que diferentes tipos de produtos para atender a uma mesma finalidade, Hayek, fiel à sua crença na liberdade, optou coerentemente pela livre produção.

Antecipando a crítica histórica da visualização de Hayek, é notável verificar como os fatos nos cinquenta anos subsequentes deram razão à opção pela liberdade de produção, não muito claras numa época em que as economias estavam voltadas para a guerra, o padrão de vida das pessoas era bem mais modesto do que o dos anos setenta ou oitenta e não havia escassez de fontes de energia.

A padronização dos produtos, além de ter inibido a competição que levou inevitavelmente ao aperfeiçoamento tecnológico — que alguns podem até considerar superficial — dificultou a racionalização e modernização dos métodos de produção, levando a uma resultante fatal para o sistema industrial da antiga URSS — o desperdício de energia.

Novamente se manifestam, em um simples produto industrial, as duas faces de atuação na sociedade do prossumidor, eficiência e eficácia, qualidades indispensáveis a qualquer sistema produtivo competitivo.

Vale a pena observar que as reservas de mercado — padronizações temporárias indiretas — também produzem um efeito enganador que se revela mais adiante em meio a profundas lamentações sobre o tempo e os

recursos perdidos na enganosa sensação de autarquia.

Os Planos do Indivíduo e o Planejamento Estatal

Quando Hayek cunhou sua famosa frase a respeito do efeito do planejamento estatal sobre os planos do indivíduo,²⁵ as populações das democracia ocidentais ainda estavam traumatizadas com as lembranças da Grande Depressão e descrentes na respectivas capacidades individuais e institucionais de fazer seus próprios planos. A plena confirmação da assertiva de Hayek teria que esperar que a recuperação econômica devolvesse ao cidadão ocidental a capacidade de investir.

Hoje, um aspecto vital da estabilidade econômica de qualquer nação é o investimento. Estimulá-lo, interna ou externamente, se tornou uma grande preocupação dos responsáveis pela política econômica de diferentes países.

Hoje em dia, em termos econômicos, fazer planos de vida significa investir. Poucas vezes nos darmos conta do quanto importante é o investimento para a nossa realização individual. Mas investir significa esperar confiando e a questão toma uma nova dimensão — a social. É da confiança generalizada no depósito das esperanças materializadas monetariamente que nascem os recursos que permitirão a construção dos nossos sonhos.

Nas épocas em que, numa determinada sociedade, a capacidade de investir do indivíduo é comprometida e a confiança nas instituições de investimento é quebrada, assistimos à degeneração das contas públicas. As

mudanças e as improvisações que se introduzem então na vida econômica do país, via de regra pouco transparentes ao público, só agravam a situação, afastando mais ainda o investimento, interno e externo. O planejador, ainda que não tenha sido responsável direto pela “quebra” geradora da crise, ungido pela fé no paternalismo estatal, comete prodígios legislatórios, enquanto o cidadão comum, imaginativamente, cria as mais inusitadas formas de salvar seu dinheiro e os seus sonhos.

“JULGAMENTO DA HISTÓRIA”

A História

Hayek desenvolveu durante a juventude uma grande capacidade de polemizar, graças à sua decidida resistência aos dogmas dos dois grandes ídolos da intelectualidade nos anos vinte e trinta — Marx e Freud. A amplitude de sua formação intelectual o salvou da estreiteza sectária e inspirou uma atitude serena de independência que o distinguiu na sua condição de solitário remador que chegou ao porto certo por não ter se deixado levar pela corrente.

A História foi, sem dúvida, um dos fundamentos espirituais da independência de Hayek. Primeiramente, ele identificou, acertadamente, o curso irresistível da evolução política ocidental na direção da liberdade individual, desde a vitória ateniense na Planície de Maratona até as Revoluções Inglesa, Americana e Francesa derrubarem os últimos bastiões do privilégio e da desigualdade.

Em seguida Hayek percebeu a excepcionalidade da atmosfera totalitária do período após a Primeira Guerra Mundial, enxergando suas raízes muitos próximas, no século XIX, portanto sem consistência

25. "Quanto mais o Estado planeja, mais difícil se torna para o indivíduo traçar seus próprios planos" (p. 88 — *A Inevitabilidade da Planificação*).

para se contrapor à toda tradição intelectual do Ocidente.

Finalmente, ele demonstrou compreender que as condições políticas, econômicas e sociais de uma década de desesperança e frustração, seguida de anos de guerra total, não era um ambiente adequado a justificar quaisquer formas de organização político-social incongruentes com a evolução da Humanidade.

Esse entendimento da excepcionalidade daquelas décadas deve, provavelmente, ter inspirado Hayek a escrever *O Caminho da Servidão*, num esforço evolucionista e reformador no momento em que o mundo começava a sair do pesadelo totalitário e da guerra.

A Polêmica

Hayek levantou questionamentos relevantes à interpretação dos fatos nos anos 30 e 40, que foram posteriormente comprovadas pelo curso da História e pelos estudos de diferentes especialistas.

Ele foi um dos primeiros a sustentar que o comunismo e o nazismo eram as duas faces da mesma moeda totalitária, atraindo a fúria de inúmeros admiradores do ainda não desmascarado paraíso estalinista.

Mostrou que certos meios poderiam servir a diferentes fins, colocando por terra o vulgar aforismo de que os fins justificam os meios. Com uma lógica irretorquível, Hayek lembrou que os mesmos métodos da justiça distributiva poderiam servir ao carreamento de riquezas em benefício de uma raça superior.

Destruiu o mito da inevitabilidade da planificação — estatal ou dos monopólios — devida às necessidades tecnológicas, destacando que os esforços para o controle de

um monopólio ou de uma economia eram tão intensos e direcionados que caracterizavam na verdade uma luta pelo poder e não uma necessidade social.

Demonstrou que o declínio do Estado de Direito (*Rechstaat*) em benefício do Estado Justo (*Gerechte Staat*), na onda do movimento *Freirechtsschule*, era um instrumento político nazista que redundaria na supressão de todas as liberdades individuais.

Relembrou, de maneira bastante desconfortável para os socialistas alemães, que eles praticaram os mesmos métodos de enquadramento dos trabalhadores — como os clubes de lazer planejado pelo Partido — que os nazistas puseram em prática posteriormente para atomizar a sociedade alemã.

Mas o principal surgimento histórico de Hayek para demonstrar que o socialismo abre o caminho para o totalitarismo foi a Alemanha de Weimar. Quando Hitler subiu ao poder em 1933, por via estritamente constitucional, não havia mais democracia na Alemanha. A crença, a prática e a doutrina democrática haviam sido quase que totalmente apagadas da sociedade alemã, como mostram inúmeras pesquisas sobre o período. O que os nazistas fizeram foi dominar a sociedade, por métodos que os socialistas repugnavam.

É dessa perspectiva histórica que Hayek desenvolve uma de suas principais linhas de argumentação — o socialismo abre caminho para o totalitarismo — tese muito bem fundamentada na experiência alemã dos anos 30 e aparentemente refutável a nível global nos anos 90.

O Curso da História

Terminada a guerra, o ideal de um mundo melhor fez frutificar a organização de al-

gumas instituições que, no dizer de Hayek, levariam as nações a não dizer às outras o que fazer, mas a deixarem de prejudicar uma às outras.

Os Estados Unidos emergiram da conflagração como a nação mais rica e poderosa do planeta, seguidos por uma superpotência militar — a URSS — enquanto as antigas potências ocidentais, a França e a Inglaterra, mergulharam no nacionalismo nostálgico e no assistencialismo. Em pouco menos de vinte anos, as potências derrotadas — Japão e Alemanha — obrigadas a ser competitivas, ultrapassaram seus vencedores ingleses e franceses.

A grande conflagração mundial, mal percebida no seu verdadeiro significado, continuou com a Guerra Fria. A versão sobrevivente do totalitarismo que ainda inebriava milhões de pessoas foi perdendo o seu fascínio, à medida que se sucediam as revelações que faziam lembrar o outro levitâ destruído. Derrotada economicamente nos anos 80, depois de exaurida por um blefe militar de quarenta anos, a URSS se desmantelou, desacreditando o comunismo — a última versão em vigor da planificação central.

Alguns poderiam dizer que os prognósticos de Hayek se mostraram exagerados, pois o assistencialismo europeu não trouxe o comunismo. A democracia não foi suprimida. A justiça social criou paraísos terrestres, na Suécia, por exemplo, menos convertidos do que a policial esca cortina de ferro. A "fábrica de modas intelectuais parisiense", no dizer de Paul Jonhson, continava a alimentar, no ambiente da Guerra Fria, toda sorte de explicações para a miséria, a injustiça e a desigualdade, mobilizando milhões de jovens em todo o mundo para a aventura da contracultura, da contestação e

da luta armada.

Faltam, no entanto, alguns componentes a essas críticas. As idéias de Hayek, juntamente com as de outros liberais, como Raymond Aron, foram decisivas para a manutenção do ideal de liberdade individual em um ambiente europeu impregnado de nostalgia imperial, assistencialismo e radicalismo intelectual. Onde e quando o fascínio pelo Estado previdenciário se alastrou, não houve expressivo crescimento econômico e expansão da oferta de empregos. O desejo de liberdade na Europa Ocidental, por vezes claudicante ante a mistificação da *intelligenzia*, foi mantido vivo pela tradição liberal retomada e arejada por pensadores como Hayek, pela pujança econômica da locomotiva norte-americana e pela vontade política de criar e empregar, se necessário, o instrumento militar da OTAN.

CONCLUSÃO

A obra literária de Friedrich August von Hayek não se limitou a *O Caminho da Servidão*, que foi, no entanto, sua produção mais polêmica, porquanto a mais corajosa no conteúdo e no momento.

O maior mérito de *O Caminho da Servidão* foi demonstrar que não existe liberdade política sem liberdade econômica, cinquenta anos antes do coro dos arrependidos da História derramar suas lágrimas nos escombros do Muro de Berlim. O notável entrelaçamento filosófico, jurídico, político e econômico da argumentação de Hayek demonstrou a abrangência da liberdade, costumeiramente sujeita a sutis tentativas de compartimentação e de manipulação.

O discurso de Hayek é infenso ao rótulo de conservador. Sua argumentação pode

incomodar a socialistas e capitalistas, da mesma forma que aos partidários da direita e esquerda. A leitura e a reflexão dessa obra, decisiva para o moderno pensamento ocidental, denuncia os grandes inimigos da liberdade — o privilégio e o arbítrio.

O privilégio é injusto, ilegal, desestabilizador e economicamente contraproducente, gerando miséria, insegurança, revolta e atraso. Já o arbítrio, talvez mais nefasto, pode ser justificado por uma moral, respaldado por uma lei, explicado por uma necessidade política e defendido por um sucesso econômico.

Essa combinação formidável de inimigos, cujos imprecisos contornos escaparam

mesmo a alguns espíritos lúcidos e bem intencionados, só pode ser vencida pela implementação da política da liberdade proposta por Hayek.

Ainda que a primeira palavra usada neste trabalho tenha sido combinada a outros termos, a grande lição apreendida dos notáveis ensinamentos do brilhante Professor de Economia e de Ciências Sociais e Moraes, Friedrich August von Hayek, Prêmio Nobel de Economia em 1974, é a da impossibilidade de nós a adjetivarmos, fracionarmos ou condicionarmos, obrigando-nos a empregá-la sempre na singularidade de sua majestosa grandezza — Liberdade. □

DROGARIA 24 HORAS

Tels.: 201-3607
(021) 581-6175

ABERTA DIA E NOITE

FAZEMOS CONVÊNIOS COM
EMPRESAS E INSTITUIÇÕES

*ACEITAMOS TODOS OS
CARTÕES DE CRÉDITO*
**O MELHOR PREÇO
DO BAIRRO**
Agradecemos a Preferência
**AV. SUBURBANA, 4.370
LOJAS A/B - DEL CASTILHO
RIO DE JANEIRO - RJ**



A DEFESA NACIONAL

Haverá uma “Cavalaria Anfíbia”?

Gil Cordeiro Dias Ferreira*

Neste artigo, o autor discute a adequação da existência de uma Cavalaria Anfíbia na estrutura organizacional do Corpo de Fuzileiros Navais.

*“Que nossos estribos se choquem em cavalgadas futuras,
pois que assim estará para sempre selada a nossa amizade”*

(saudação tradicional entre os cavalarianos).

Por ocasião de um dos períodos de debates conduzidos ao longo do II Seminário sobre o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), em 1994, tomei conhecimento, casualmente, de curioso impasse que teria ocorrido entre os oficiais incumbidos da elaboração de determinado manual de instrução do Setor Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais e os mais antigos, que avaliavam seu trabalho. Tratava-se de definir quem competiria nuclear e comandar uma força-tarefa composta, dentre outros, por elementos de Infantaria e de Blindados. Não importaria tanto o valor (pelotão, companhia etc.) desses elementos, mas a natureza das

ações atribuídas a essa hipotética força-tarefa. Tratando-se de ações típicas da Infantaria, não haveria dúvida: a ela competiria a sua condução. Mas, caso a ameaça a ser enfrentada requeresse muito mais o emprego de Blindados que o da tropa? Seria lícito a um meio de apoio ao combate liderar, por exemplo, uma Força de Reação, em quadro de defensiva, tendo sob seu controle operativo uma parcela da arma de combate, ou arma base? Diriam os redatores que não; diriam os avaliadores mais antigos que sim...

Eis afi interessante tema para debates, que retoma a questão vez por outra levantada no âmbito do CFN — haverá uma “Cavalaria Anfíbia”? Tentemos abordá-lo, mais ou menos à maneira dos cavalarianos, parodiando seu

* Capitão-de-Mar-e-Guerra Fuzileiro Naval.

próprio dizer: "rapidamente, ainda que sem perfeição, mas com eficiência."

EXPLICANDO O IMPASSE

Por longos anos os oficiais fuzileiros navais foram fortemente influenciados pela doutrina do Exército Brasileiro, fruto dos muitos cursos nele realizados, particularmente os de sua Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), obrigatórios para os capitães-tenentes (fuzileiros navais) até 1990, quando foi criado o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais FN (CAOFN), no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC).

Não é difícil constatar aí o *generation gap* ocorrido: os oficiais que elaboravam o Manual, pertencentes à nova safra, não receberam, como os menos jovens avaliadores, os influxos daquela Escola. Essa circunstância, de modo algum, permite que se conclua serem uns mais ou menos bem preparados que os outros: trata-se, simplesmente, de oficiais de formações diferentes, ambas meritórias, *mutatis, mutandis*.

Mais especificamente, os cursados no Exército Brasileiro aprenderam que aquela Força se organiza — e distribui seus oficiais e praças, desde a incorporação — segundo duas Armas Base¹ (Infantaria e Cavalaria), três Armas de Apoio (Artilharia, Engenharia e Comunicações) e três Serviços (Material Bélico,² Intendência e Saúde).

Já no CFN, como sabemos, não há essa rígida distinção, em que pese serem as praças distribuídas por diferentes especialidades, algumas das quais coincidentes com as retro apontadas, do Exército Brasileiro. Mas, como vimos afirmando desde há muito:

"somos todos basicamente infantes..."

A questão central, porém, é que, diferentemente do Exército Brasileiro, o CFN, à semelhança das demais tropas anfíbias do mundo, tem apenas uma Arma Base, ou de Combate Terrestre — a Infantaria; as demais unidades de Fuzileiros Navais são classificadas, para fim de planejamento de seu emprego, em dois tipos: as de Apoio ao Combate (dentre as quais se incluem os Blindados, junto à Artilharia e outros) e as de Apoio de Serviços ao Combate (Manutenção e Abastecimento, Serviço etc.).

Assim, os que não cursaram, no Exército Brasileiro, a EsAO, comprehensivelmente, vêem os blindados apenas como apoio, enquanto os que a cursaram, respeitadas as circunstâncias, podem admitir o emprego daqueles meios como Arma Base.

De qualquer maneira, há várias semelhanças organizacionais e operacionais, no que tange ao emprego de Blindados, entre as Forças Terrestres e Anfíbias — nestas incluído o próprio *United States Marines Corps (USMC)*, Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos. Tentemos mostrá-las, recordando a organização da cavalaria no Exército Brasileiro, a evolução dos Blindados no CFN e a mais recente modificação na estrutura do USMC.

A CAVALARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

"Se não tens a coragem do leão, o olho da águia e a rapidez do raio, para trás; não és digno de pertencer ao fúrcão da Cavalaria" (lema dos cavalarianos do Exército Brasileiro).

As Forças do Exército Brasileiro se distribuem, pelo território nacional, em Divisões de Exército (DE), que podem

1. Ou Armas Básicas.

2. Considerado quadro: Quadro de Material Bélico — QMB.

enquadrar, como peças de manobra, de duas a cinco Brigadas (Bda), além de várias outras unidades de apoio, cuja enumeração, aqui, é desnecessária.

Existem duas categorias de Brigadas: as de Infantaria (Blindada, Motorizada etc) e de Cavalaria (Mecanizada e Blindada). Para os leitores não afeitos a esse linguajar, cabe uma explicação: o termo "motorizada" indica que a Brigada é totalmente autotransportável em caminhões e jipe; já a expressão "mecanizada" significa que a unidade dispõe de viaturas de combate, e/ou de transporte de pessoal, dotadas de leve blindagem e armamento.

As Brigadas podem enquadrar, como peças de manobra, de dois a cinco Batalhões (as de Infantaria) ou Regimentos (as de Cavalaria), além de outras unidades de apoio.

Os Batalhões de Infantaria (Blindados, Motorizados etc) se subdividem em Companhias; os Regimentos de Cavalaria (Mecanizados, Blindados e de Carros de Combate), em Esquadrões. E, por fim, quase todas as Brigadas dispõem, como elemento de reconhecimento terrestre, de um Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (EsqdCMec) independente.

Fato interessante a ressaltar é a interpenetração dessas armas. Certas Brigadas de Infantaria — particularmente a Blindada — dispõem de unidades de Cavalaria e vice-versa. A figura 1 ilustra, parcialmente, as estruturas organizacionais citadas.

Mas vejamos, afinal, a destinação da Cavalaria.

TAREFAS CLÁSSICAS

"Não devemos, em detrimento de nós mesmos, ser levados a assumir que máquinas não testadas (carros de com-

bate) possam tomar o lugar do experimentado cavalo" (Major-General John K. Heer, do Exército dos Estados Unidos, em 1938).

Uma das características mais marcantes da Cavalaria, desde a antiguidade, é o brutal impacto psicológico que sua carga promove sobre os por ela atacados, o que é tecnicamente conhecido como *ação de choque*. A cavalo, sobre elefantes, ou, modernamente, empregando carros de combate ou helicópteros, o efeito devastador tem sido o mesmo.

Mas há outras tarefas para essa arma; a relação a seguir não pretende esgotar o tema, embora sintetize as principais ações em que a Cavalaria costuma engajar-se, na maioria dos exércitos do mundo:

- *Reconhecimento de eixos*, áreas e zonas, inclusive pelo fogo ou em força;
- Segurança*, inclusive em movimentos retrógrados, sob os tradicionais graus de cobertura, proteção e vigilância ou como elemento de ligação ou de segurança de área de retaguarda;
- Combate ofensivo e defensivo*, como elemento de economia de forças, ou como reserva móvel, nas mãos de um Comando Superior;
- Ação Retardadora*;
- Aproveitamento do Êxito e Perseguição*.

Caso o leitor deseje aprofundar seus conhecimentos sobre esses termos técnicos, poderá recorrer ao CGCFN-1201—Manual para Instrução de Fundamentos das Operações Terrestres de Fuzileiros Navais, ou a manuais específicos do Exército Brasileiro sobre o emprego das Brigadas de Cavalaria.

O que parece importante ressaltar é que, no decurso de Operações Anfíbias, os Fuzileiros Navais poderão vir a realizar quaisquer das ações citadas (tanto que constam de seu manual...). Para algumas

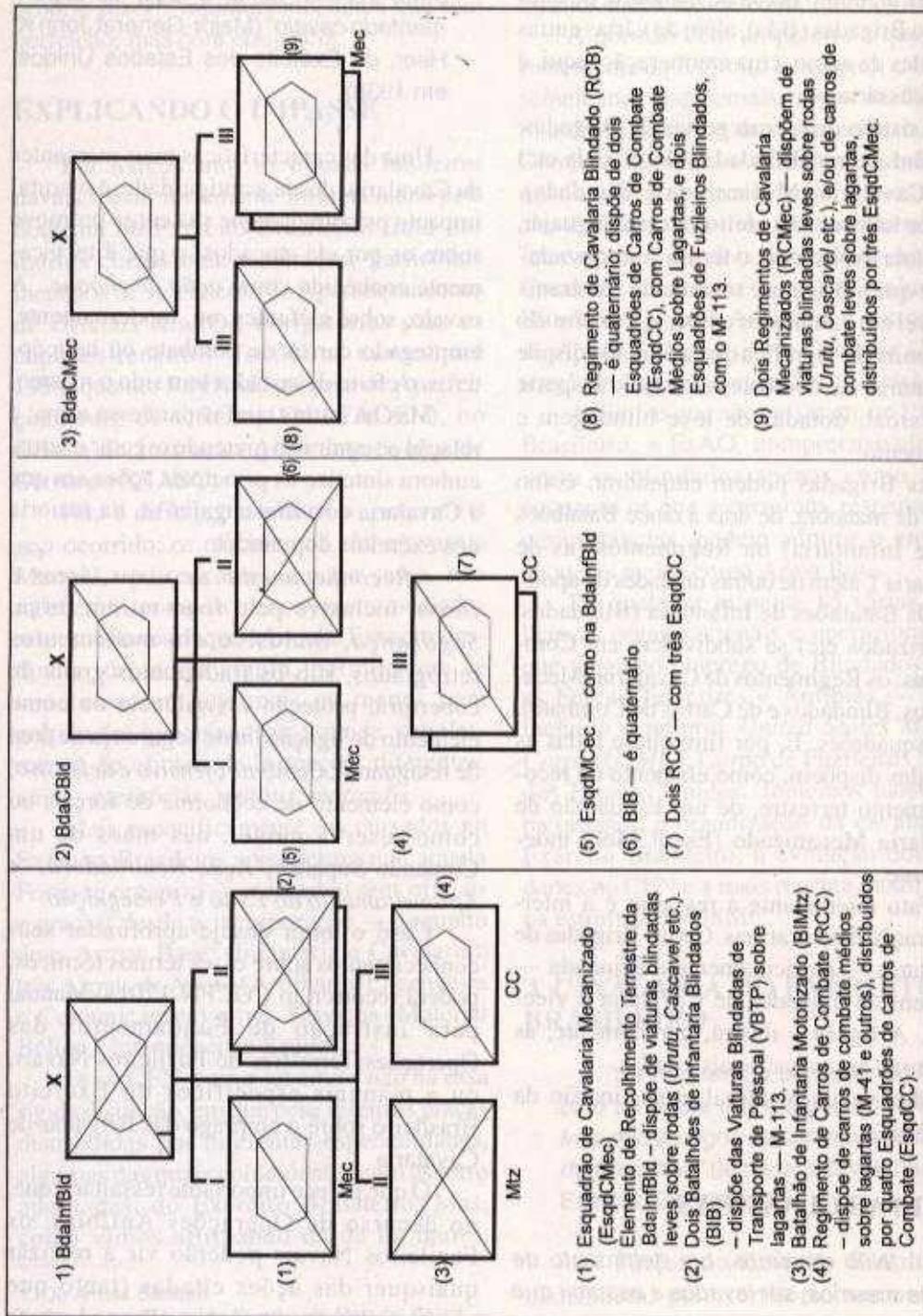


FIGURA 1: As Brigadas de Infantaria Blindada (BdainfBlid), de Cavalaria Blindada (BdaCBlid), de Cavalaria Mecanizada (BdaCMec) e de Cavalaria Anfíbia (BdaCAnf).

delas, inclusive, o CFN dispõe de elementos organizacionais específicos, como, por exemplo, as Companhias de Reconhecimento Terrestre (CiaReconTer) e Anfibio (CiaReconAnf).

A guisa de ilustração, recorde-se que o Exército Brasileiro geralmente considera que a BdaCMec seja mais apropriada para o Reconhecimento e a Segurança e para atuar como elemento de economia de força. Já a BdaCBld é particularmente apta para o emprego em Ações Retardadoras, Aproveitamento do Êxito, Perseguição e como Reserva Móvel, em situação defensiva.

Uma vez constatado que, aos Fuzileiros Navais, podem ser atribuídas as tarefas clássicas da Cavalaria, passemos a buscar uma outra semelhança — a dos meios — não sem antes recordarmos a evolução dos blindados no CFN.

OS BLINDADOS NO CFN

"Sentinela, falange aguerrida/ na vanguarda empunhando o fuzil/ pela Pátria é que damos a vida..." ("Na Vanguarda" — Hino dos Fuzileiros Navais)

"Soldados, a Cavalaria/ é a Sentinela avançada/ da Pátria mãe que em nós confia..." ("Soldados, a Cavalaria" — canção tradicional do Exército Brasileiro).

A história dos blindados, no CFN, teve início em 20 de julho de 1973, quando foram incorporados os cinco primeiros *Urutus*, hoje não mais empregados, existindo apenas dois deles, como monumentos, ancorados em praças nas Ilhas das Flores e do Governador.

A trajetória dos *Urutus* no CFN já foi relatada em artigo publicado em *O Anfíbio*,

revista dos Fuzileiros Navais, na edição especial sobre as Operações Dragão, de janeiro de 1990 (s/nº), pelo que deixo de abordá-la. Mas não se pode deixar de destacar o papel pioneiro que tiveram, ao qual se deve acrescentar um fato curioso: os integrantes do então *Pelotão de Viaturas Anfíbias/Urutu* elegeram, como símbolo, o hipocampo, ou cavalo-marinho. Essa circunstância foi de efêmera duração, e de conhecimento apenas dos tripulantes dos *Urutus*, entre 1973 e 1975. Dezenove anos mais tarde — em 1994 — ao ensejo da transformação da Companhia de Carros de Combate (CiaCC) em Comando Independente, seu primeiro comandante, sem o saber, escolheu o mesmo símbolo, para sua unidade, fato que muito emocionou os ex-tripulantes dos *Urutus* ainda na ativa...

Proseguindo, foi o CFN aquinhoadado, por volta de 1976, com uma Companhia de M-113. Trata-se de uma Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP), sobre lagartas, que não é exatamente anfíbia, embora possa cruzar pequenos cursos d'água interiores.

Os M-113 foram inicialmente alocados ao hoje extinto Batalhão de Transporte Motorizado (BtlTrnpMtz), situado, à época, no km 1 da Rodovia Rio-Petrópolis, na área do Complexo Naval Caxias-Meriti. Mais tarde foi transferido para a Ilha das Flores. Ali, em 1985, foi transformado em Batalhão de Viaturas Anfíbias (BtlVtrAnf). Este, em 1986, recebeu os Carros de Lagarta Anfíbios (CLAnf) norte-americanos, que compõem atualmente a Companhia de CLAnf, co-irmã da Companhia de Viaturas Blindadas (CiaVtrBld), que congrega, até hoje, os M-113. E, por fim, dispõe o Carros de Combate Leves (CCL) sobre rodas *Cascavel*, que integram a Companhia de Carros de

Combate, mas que não dispõem de capacidade anfíbia. Cabe destacar que se encontra em andamento o processo de levantamento de características de um carro de combate sobre lagartas para o CFN, a ser obtido futuramente.

Quanto aos meios do Exército Brasileiro, observamos que as unidades mecanizadas empregam os *Urutus* (de que fomos os primeiros usuários) e os *Cascavel* (de que dispomos), e as unidades blindadas empregam, como nós, os M-113, e dispõem de carros de combate médios sobre lagartas, cuja obtenção começamos a planejar.

Adicionalmente, dispomos dos carros de lagarta anfíbios, que, em última análise, são viaturas blindadas de transporte de pessoal sobre lagartas, com a capacidade ímpar de deslocamento no mar — não seria essa a "Cavalaria Anfíbia"?

Até agora tomamos, como referência, o Exército Brasileiro. Todavia, costumamos inspirar-nos mais no USMC. Teriam eles a sua *Cavalaria Anfíbia*? É o que veremos a seguir.

OS MARINES SE RENDEM AO ESPÍRITO DE CUSTER³

Creio ser dispensável descrever o imenso peso específico da Cavalaria dos Estados Unidos na cultura daquele país. Poucos dentre nós não terão assistido às dezenas de filmes de *bang-bang*, em que à última hora, aparecem os cavalarianos, para salvar a situação. Quem não se recorda de *Rin-tin-tin* e do pequeno *Cabo Rusty*? Ou da rememoração do massacre de Little Bighorn,

em *Pequeno Grande Homem?* Ou de *Três Sargentos*, sofisticado pastiche do clássico *Gunga-Din*, levado às telas por Frank Sinatra e sua troupe, em que Sammy Davis Jr fazia o papel do lendário corneteiro? E para não nos estendermos mais, quem não traz na mente a fantástica cena de *Apocalypse Now*, em que os combatentes da Cavalaria Aerotransportada desencadeiam formidável ataque com helicópteros sobre os *vietcongs*, desrespeitando certas regras de combate, ao envergarem, orgulhosamente, barrantes cachecóis amarelos, sobre os uniformes camuflados, além dos chapéus de *cowboy*, e ao transmitirem pelos rádios das aeronaves, na "hora-H, a Cavalgada das Valquírias, de Wagner?

Pois parece que até os *Marines* se renderam a esse espírito do General Custer. De um exemplar da *Marines Corps Gazette* de 1993, extraio interessante encarte, denominado *Arms of the Corps* (Armas do Corpo, isto é, do USMC), em que é apresentada a nova estrutura da *Marines Division* (Divisão de Fuzileiros Navais), reproduzida na figura 2.

Observe-se a profunda reestruturação promovida nas peças de manobra. Em lugar da tradicional composição a três Regimentos de Infantaria (RgtInf), aos quais se associava, dentre outras Unidades, o Batalhão de Reconhecimento (BtlRecon), a Divisão tem, hoje, dois Regimentos de Infantaria; um Regimento de Artilharia (RgtArt), um Batalhão de CLAnf (BtlCLAnf) e um Batalhão de Engenharia de Combate (BtlEngComb), inalterados; e duas novas unidades, fruto da fusão do terceiro Regimento de Infantaria com o Batalhão de Reconhecimento: o Regimento de Armas Combinadas (RgtArmComb) e o Batalhão de Reconhecimento Blindado Leve (BtlReconBldL).

3. George Armstrong Custer, competente mas contravertido oficial da Cavalaria dos Estados Unidos, morto em 1876, em confronto com os índios Sioux, liderados por Crazy Horse, na Batalha de Little Bighorn.

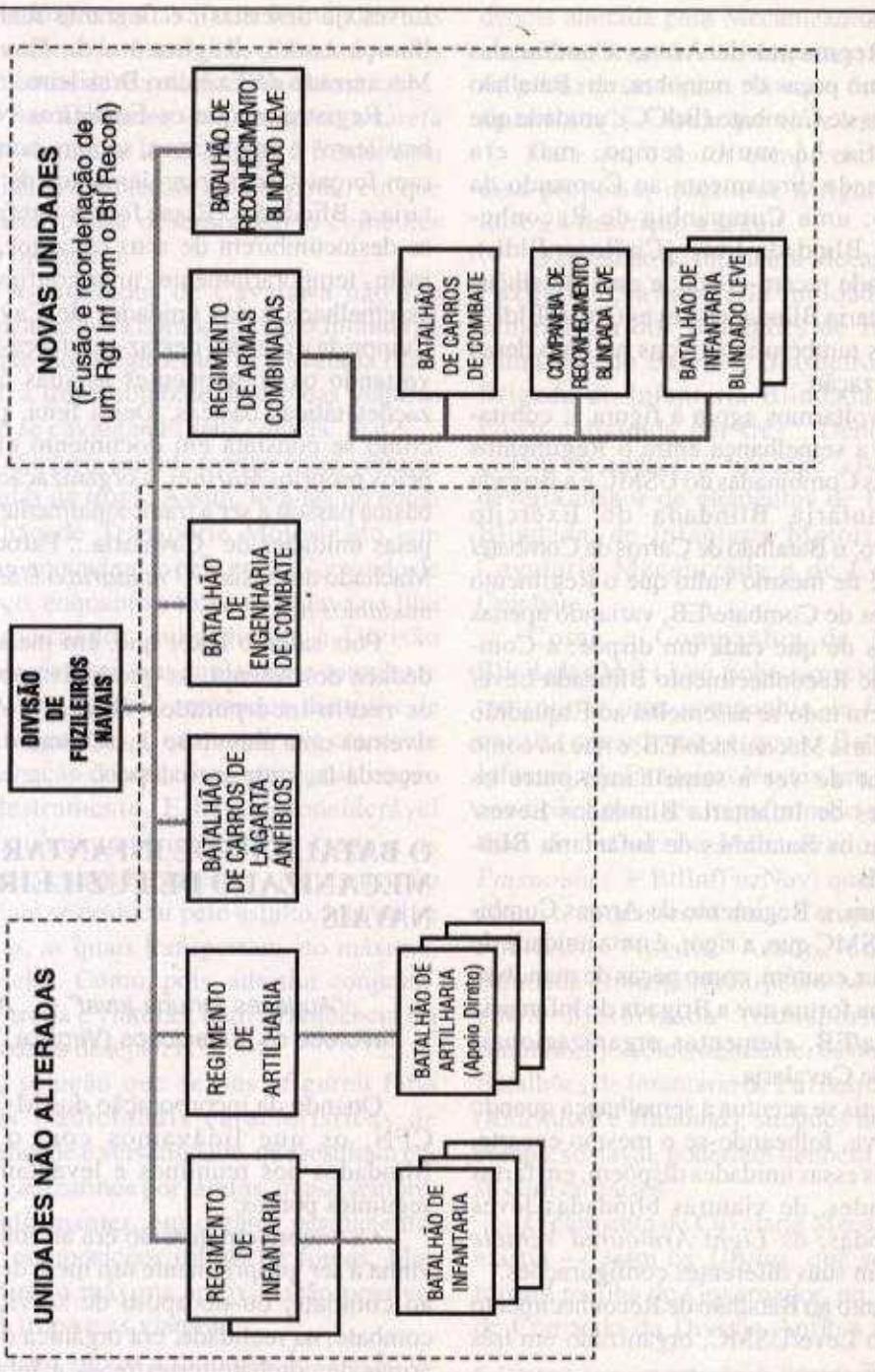


FIGURA 2: A nova Divisão de Fuzileiros Navais do "USMC"

Analisemos, pois, essas duas novas unidades.

O Regimento de Armas Combinadas tem, como peças de manobra, um Batalhão de Carros de Combate (BtlCC), unidade que já existia há muito tempo, mas era subordinada diretamente ao Comando da Divisão; uma Companhia de Reconhecimento Blindada Leve (CiaReconBldL), subunidade recém-criada; e dois Batalhões de Infantaria Blindados Leves (BtlInfBldL), unidades também instituídas no bojo dessa reorganização.

Se voltarmos agora à figura 1, constataremos a semelhança entre o Regimentos de Armas Combinadas do USMC e a Brigada de Infantaria Blindada do Exército Brasileiro: o Batalhão de Carros de Combate/USMC é de mesmo vulto que o Regimento de Carros de Combate/EB, variando apenas os meios de que cada um dispõe; a Companhia de Reconhecimento Blindada Leve/USMC em tudo se assemelha ao Esquadrão de Cavalaria Mecanizado/EB; e não há como se deixar de ver a semelhança entre os Batalhões de Infantaria Blindados Leves/USMC e os Batalhões de Infantaria Blindados/EB.

Assim, o Regimento de Armas Combinadas/USMC que, a rigor, é uma unidade de Infantaria, contém, como peças de manobra, da mesma forma que a Brigada de Infantaria Blindada/EB, elementos organizacionais típicos de Cavalaria.

E mais se acentua a semelhança quando se observa, folheando-se o mesmo encarte, que todas essas unidades dispõem, em fartas quantidades, de viaturas blindadas leves sobre rodas, os *Light Armoured Vehicle (LAV)*, em suas diferentes configurações.⁴

Quanto ao Batalhão de Reconhecimento Blindado Leve/USMC, organizado em três

Companhias de Reconhecimento Blindado Leves (já descritas), é flagrante sua semelhança com o Regimento de Cavalaria Mecanizado do Exército Brasileiro.

Registre-se que os Fuzileiros Navais, brasileiros e americanos, sempre compuseram forças-tarefa com elementos de Infantaria e Blindados. Essas forças-tarefa, para se desincumbirem de seus encargos, assumem, temporariamente, uma configuração assemelhada à das unidades de Cavalaria. Cumpria a missão, desfaz-se a força-tarefa, voltando os componentes às suas organizações táticas básicas. Desta feita, porém, como se constata em documento emitido pelos próprios *Marines*, a organização tática básica passou a ser a tradicionalmente usada pelas unidades de Cavalaria... Parodiando Machado de Assis — “*mudaria o USMC ou mudamos nós?*”

Pois saiba o leitor que, em meados da década dos setenta, os que lidávamos com os recém-incorporados *Urutus* e *M-113* tivemos uma antevista desse quadro. Cabe recordá-la, vinte anos depois.

O BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO DE FUZILEIROS NAVAIS

“Audaces fortuna juvat” — A sorte favorece os audaciosos (Virgílio).

Quando da incorporação dos *M-113* ao CFN, os que lidávamos com o tema Blindados nos reunimos e levantamos os seguintes pontos:

- a viatura em questão era anfíbia, nem vinha a ser propriamente um meio de apoio ao combate, ou de apoio de serviços ao combate; na realidade, era orgânica de duas armas de combate terrestre — a Infantaria Blindada (nas Companhias de Fuzileiros

4. Canhão de 25mm, morteiro de 81mm, míssil antcarro TOW, míssil antiaéreo STINGER, etc.

Blindados dos Batalhões de Infantaria Blindados) e a Cavalaria Blindada (nos Esquadrões de Fuzileiros Blindados dos Regimentos de Cavalaria Blindados);

- nas Unidades de Infantaria, a tarefa dessas viaturas é levar a tropa à frente, com velocidade e proteção, até um ponto em que a mesma possa desembarcar e combater como Infantaria;

- as unidades de Cavalaria não são organizadas para combater como Infantaria, pelo que, nos Regimentos de Cavalaria Blindados, a tropa combate dentro das viaturas (como se cavalgando seus corcéis...); e

- não faria sentido manter essas viaturas afastadas da tropa. Assim, lotá-las no então Batalhão de Transporte Motorizado, em Caxias, enquadradas pelo então Comando de Reforço, enquanto a tropa se situava na Ilha do Governador, subordinada à Divisão Anfíbia, pareceu-nos duplamente complexo. Tratava-se de dois comandos distintos de oficiais-generais, o que implicava constante coordenação de alto nível, para a realização do adestramento. E havia considerável distanciamento físico entre a tropa e as viaturas, cabendo acrescer que essas não deveriam se deslocar pelo asfalto, mas sobre carretas, as quais transportam, no máximo, duas delas. Como, pois, adestrar conjuntamente tropa e viaturas, com a freqüência e a intensidade desejáveis?

A solução que se nos afigurou feria nossas tradicionais características de flexibilidade e versatilidade, que resultam em nos organizarmos por tarefas, quase sempre, evitando manter, em caráter permanente, certas composições mistas de forças. Mas permitiria a máxima aproximação possível entre a tropa e as viaturas.

Assim surgiu a proposta de criação de um Batalhão de Infantaria Blindado de

Fuzileiros Navais, denominação poucos dias depois alterada para Mecanizado. Proposta audaciosa, sem dúvida. Mas, como registrado ao início deste tópico, "à sorte favorece os audaciosos" — ainda que vinte anos depois.

Para que o leitor compreenda melhor essa proposta, inseriu-se a figura 3, que ilustra a descrição a seguir.

O Batalhão de Infantaria Mecanizado de Fuzileiros Navais seria moldado, não à semelhança dos Batalhões de Infantaria Blindados do Exército Brasileiro, mas da Brigada de Infantaria Blindada daquela Força, "dividida por três". Dentro dessa ordem de idéias, a unidade visualizada deveria dispor de elementos de Infantaria Blindada, de Infantaria Motorizada, de Cavalaria Mecanizada e de Carros de Combate.⁵

Como a Companhia de Viaturas Blindadas/M-113 só tinha capacidade para transportar uma companhia de fuzileiros navais, considerou-se que o Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais, em melhores condições para ser transformado em Batalhão de Infantaria Mecanizado, seria o *Paissandu* (3º BtlInfFuzNav) que, à época, contava apenas com duas Companhias de Fuzileiros Navais. Assim, uma seria Blindada (transportada pelos M-113) e a outra Motorizada (transportada em caminhões). Adicionalmente, os outros dois Batalhões de Infantaria de Fuzileiros Navais (*Riachuelo* e *Humaitá*), situados no mesmo complexo naval, poderiam também adestrar-se com os carros.

O elemento de Cavalaria Mecanizada já existia — eram os *Urutus*, que se encontravam na Ilha do Governador, no Batalhão de Comando da Divisão Anfíbia e consi-

5. Observe-se a organização da Brigada de Infantaria Blindada, na figura 1.

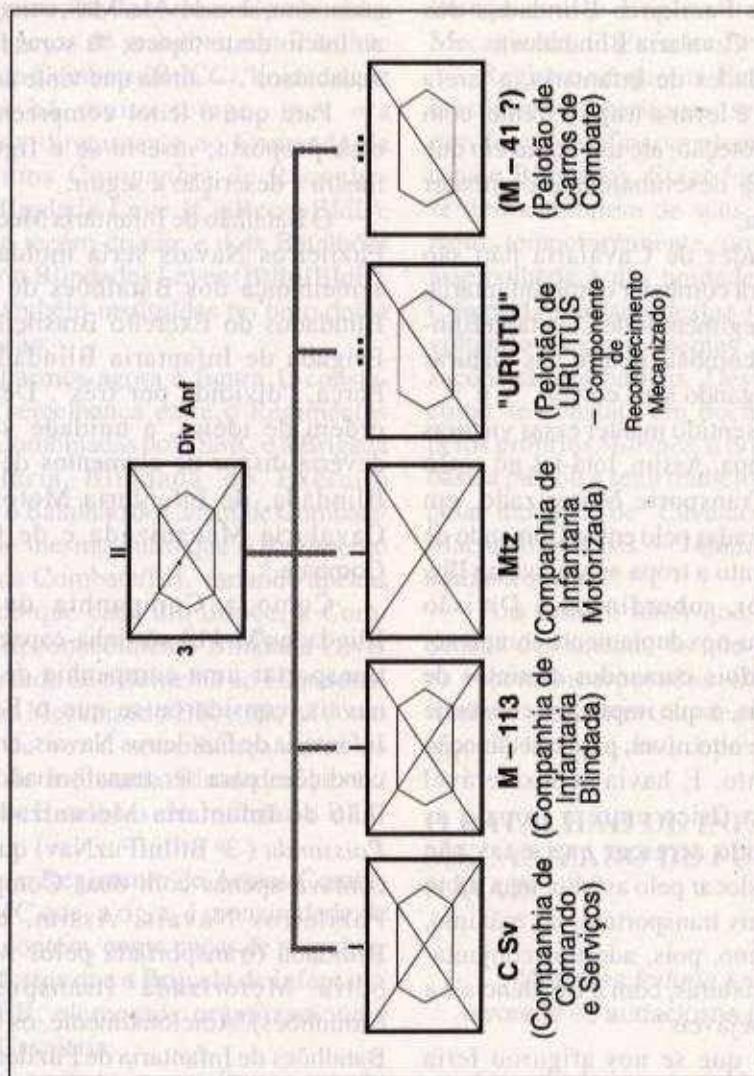


FIGURA 3: A proposta de transformação do 3º BtlInfFuzNav ("PAISSANDU") em "BtlInfMacFuzNav" (década dos 70)

tuiriam o componente de Reconhecimento Mecanizado da Unidade projetada. Faltavam os Carros de Combate à época, não se cogitava ainda dos *Cascavel*, mas de um Pelotão de M-41, norte-americanos, sobre lagartas, que, afinal, não foram adquiridos.

Pareceu-nos mais conveniente fundir a Companhia de Comando e a Companhia de Serviços, para não aumentar excessivamente a amplitude de controle.

Não é difícil constatar que o hipotético Batalhão de Infantaria Mecanizado de

Fuzileiros Navais corresponderia a "um terço" do atual Regimento de Armas Combinadas/USMC, tanto quanto da Brigada de Infantaria Blindada/EB. Premonições?

De qualquer forma, não se intenta, com este artigo, ressuscitar essa antiga proposta. Afinal, a caracterização de uma unidade/fração como "de Cavalaria" se deriva antes das tarefas que lhe são acometidas, do que de sua denominação, ou dos tipos de viaturas de que dispõe. Pretende-se, tão somente, alinhar idéias para possíveis debates futuros. E creio já tê-las alinhado em número suficiente; é tempo de concluir.

FINIS CORONAT OPUS

É comum, em compêndios de redação, encontrar-se o ensinamento de que "o título deve ser a expressão integrada do texto".

Como se recorda o leitor, o título deste artigo é interrogativo. Consequentemente, a ser verdadeiro o ensinamento mencionado, o texto, como um todo, deve constituir-se em questionamento. Seria, pois, contraditório emitir conclusões. Deixo-as *ad libitum* dos leitores: afinal, haverá uma Cavalaria Anfíbia?

De qualquer maneira, é interessante registrar que falamos mais de Unidades de Infantaria Blindada, contendo elementos organizacionais típicos de Cavalaria, do que, propriamente, de unidades desta segunda Arma. Entretanto, observe-se que Infantaria e Cavalaria Blindadas são anverso e reverso de uma mesma medalha: o que costuma variar entre elas não é propriamente a natureza dos elementos que as compõem,

mas sua dosagem. Assim, se a Brigada de Infantaria Blindada/EB tem, dentre outros, dois Batalhões de Infantaria Blindados e um Regimento de Carros de Combates, a Brigada de Cavalaria Blindada, a seu turno, dispõe de dois Regimentos de Carros de Combate e um Batalhão de Infantaria Blindado...

E, mais do que pretender instituir unidades de Cavalaria no CFN, intenta-se, isto sim, manter aceso, na alma dos que têm e terão a oportunidade de comandar blindados, o espírito da Cavalaria, arma milenar, cujas características muito se destacam presentemente, quando se privilegia a guerra de manobra, vale dizer, a guerra da mobilidade, da proteção blindada, do poder de fogo, da ação de choque, enfim, a guerra da Cavalaria.

Para bem ilustrar o exaltado espírito da Cavalaria, ressaltando o idealismo de seus integrantes, seria pertinente, neste final, rememorar os feitos ou as palavras de Patton, Romel, Bradley, Guderian, ou mesmo Frederico, o Grande. Mas a escolha recaiu sobre outro cavalariano famoso, ainda que mítico — D. Alonso Quijana, fidalgo espanhol, aliás "D. Quixote de la Mancha" — que bem representa o idealismo — de quem recordo as últimas palavras as quais, segundo seu autor, Miguel de Cervantes Saavedra, teria pronunciado antes de morrer, ainda enlevado pelas imagens de sua amada Dulcinéia e de seu corcel Rocinante, nesse espírito misto de romântico e guerreiro, típico dos audazes:

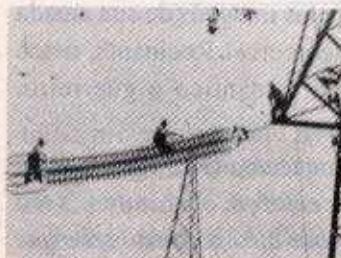
"Poderão os encantadores roubar-me a ventura; mas o esforço e o ânimo, será impossível — eis que até agora não sei o que a força de meus trabalhos conquistou!" □

FURNAS - ENERGIA DE MUITAS GERAÇÕES



FURNAS - Centrais Elétricas S.A. é uma empresa de economia mista que tem como principal acionista a ELETROBRÁS.

Sua missão é oferecer energia elétrica em condições de preço e qualidade altamente competitivos e assegurar o funcionamento da malha de transmissão da região em que atua, usando tecnologias adequadas e respeitando o meio ambiente.



A Empresa foi criada em 1957 com o objetivo de construir e operar a primeira grande usina hidrelétrica do Brasil (Usina Hidrelétrica de Furnas), da qual guardou o nome.

FURNAS é responsável pelo suprimento à área mais desenvolvida e povoada do Brasil, abrangendo a Região Sudeste e parte do Centro-Oeste. Ali vivem 67 milhões de pessoas, que corresponde a quase metade da população brasileira. Nela se encontra 65% do Produto Interno Bruto e 64% da produção industrial do Brasil, e são consumidos 63% da energia gerada no país.

Atualmente, FURNAS opera sete usinas hidrelétricas, três termelétricas convencionais (derivados de petróleo) e uma nucleática, que totalizam 8123 MW instalados. Além disso, a Empresa é responsável pela transmissão da parcela destinada ao Brasil da energia elétrica gerada pela Usina Binacional de Itaipu.

Para transmitir a energia gerada em suas usinas e aquela proveniente de Itaipu, FURNAS dispõe de um sistema composto de 38 subestações e mais de 13 mil quilômetros de linhas, nas tensões de 138 a 750 kV, em corrente alternada, além de 1600 quilômetros de linhas em corrente contínua, na tensão de ± 600kV.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Eletrobrás  Centrais Elétricas Brasileiras

FURNAS  CENTRAIS ELÉTRICAS SA



A DEFESA NACIONAL

O Fator Militar na Política de Fixação da Fronteira Oeste do Brasil

Silvino da Cruz Curado*

O artigo mostra como o fator militar, apesar da modéstia da sua expressão, conseguiu materializar no terreno as diretrizes que a política portuguesa definiu para a fixação das fronteiras ocidentais do Brasil.

Em meados do século XVIII, o limite oeste do Brasil continuava a ser, na letra dos tratados, a famosa linha das 370 léguas acordadas em Tordesilhas.

Ultrapassaram-na os bandeirantes, abrindo caminho aos garimpeiros que se foram instalando cada vez mais a oeste, até se chocarem com os jesuítas espanhóis nas margens do Rio Guaporé.

Chegara o momento de fixar os novos limites entre os domínios das duas Coroas peninsulares.

D. João V, com o eficiente apoio de Alexandre Gusmão, conseguiu levar a Espanha a aceitar uma nova base jurídica para o estabelecimento dos referidos limi-

tes, fixando o Tratado de Madri, de 1750, que cada parte havia de ficar com o que possuía à exceção de mútuas cessões.

Genericamente, a fronteira a oeste ficou definida pelos Rios Paraguai e Guaporé, devendo os espanhóis abandonar a aldeia jesuítica de Santa Rosa e qualquer outra existente a oriente desse último rio.

É interessante recordar que o Tratado visava à paz perpétua na região pois, ainda que rompesse a guerra entre Portugal e Espanha, a mesma não se deveria estender à América Meridional.

Triunfara a política que dava, ao Brasil, as dimensões continentais que hoje o caracterizam.

E a paz, essa tão justa aspiração dos povos, seria observada naquelas remotas

* General do Exército Português.

fronteiras na forma utópica que o Tratado estabelecia?

É o que vamos ver depois de uma curta referência à zona geográfica de que nós estamos a ocupar, isto é, a da antiga Capitania de Mato Grosso e Cuiabá.

Criada em 1748, quando ainda se negociaava o Tratado de Madri, correspondia, de forma aproximada, aos atuais estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo uma superfície superior à de Angola.

Em tão imensa vastidão, existiam apenas a Vila de Cuiabá e vários arraiais de garimpeiros, quer nas proximidades da referida povoação, quer nas do Rio Guaporé.

No resto do território, dominavam os índios, os quais tinham, agora, oportunidade de se vingarem, nas "monções" que se deslocavam de São Paulo, da ação devastadora que os bandeirantes lhes haviam movido um século antes.

Do planalto mato-grossense desciam inúmeros rios de duas das maiores bacias hidrográficas do mundo, a Amazônica e a do Prata, rios esses que constituíam, pelo menos de início, as únicas, extensas e bem difíceis vias de comunicação.

Quer as margens do Rio Guaporé, já na selva amazônica, quer as do Rio Paraguai, correndo para sul, eram alagadiças. Acresce que as deste último eram periodicamente inundadas, durante meses, no conhecido Pantanal, cujas dimensões são superiores a duas vezes as de Portugal.

Em toda a região, o paludismo, o máculo e outras terríveis doenças dizimavam os recém-chegados, em especial os menos adaptados.

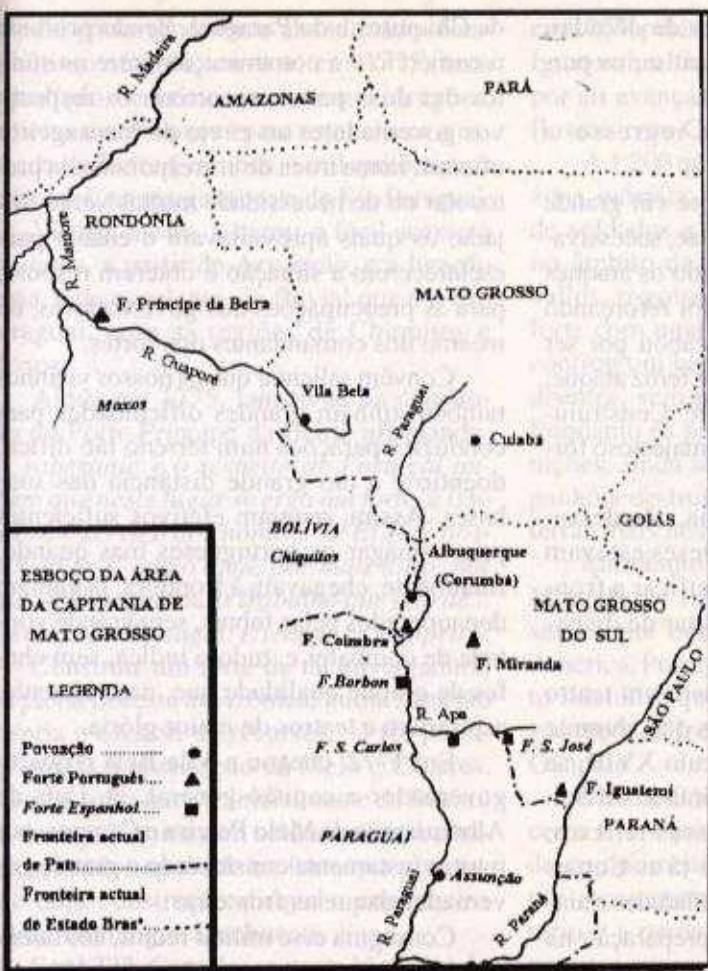
A escassez dos mais elementares recursos era total, sendo o seu transporte uma verdadeira odisséia. Tinha que se lutar contra a

distância, as cachoeiras dos rios, a selva e um sem-número de outras dificuldades.

Vejamos um exemplo. Vila Bela da Santíssima Trindade, a futura capital, foi edificada a 2.000 quilômetros de Belém do Pará, atingindo o percurso fluvial entre ambas mais de 4.500 quilômetros, o equivalente à distância, em linha reta, de Lisboa aos Montes Urais. Como agravante, haveria que vencer o trecho encachoeirado dos rios Madeira e Mamoré que, ao longo de 420 quilômetros, obrigava a descarregar vinte vezes as canoas, a transportá-las e a sua carga por trilhos a abrir na selva, e a voltar a carregá-las depois de vencido cada obstáculo. E tudo isso sob chuvas e trovoadas equatoriais, ataques de índios, febres e outros flagelos. Sete longos e agastados meses levou o percurso ao segundo governador e capitão-general, um pouco mais que o normal por se fazer acompanhar de alguma artilharia.

Ora, foi a esse fim do mundo que chegou, em 1751, D. Antônio Rolim de Moura, o primeiro governador e capitão-general, com instruções bem precisas para a sua atuação. Deveria criar a sede do Governo bem à frente, junto ao Rio Guaporé e manter toda a vigilância, a fim de impedir que os espanhóis se assenhoreassem da navegação daquele rio. Por outras palavras, havia que garantir a posse das minas e assegurar a sua comunicação com Belém.

Rolim de Moura era o homem para a missão. Com ele, Portugal planejou e iniciou a construção, no Brasil, de uma capital regional, uma Brasília do século XVIII, a 2.000 quilômetros da costa, numa época em que as colônias inglesas da América do Norte não se haviam estendido para além de 500 quilômetros, e só três das suas cidades se afastavam 100 quilômetros do mar.



No cumprimento do Tratado, teve o governador que levar os espanhóis a abandonar a já referida aldeia de Santa Rosa e toda a margem oriental do Guaporé. Fizeram-no contrariados e na disposição de ali regressarem na primeira oportunidade.

Não admira, por isso, que tenha sido sempre lá que, nas três décadas iniciais da capitania, sucessivamente, materializassem ameaças à posse portuguesa.

Cedo começaram os incidentes e escuramuças o que obrigou, entre outras medidas, à ocupação militar de Santa Rosa e, mais tarde, em 1760, à construção, no lo-

cal, sob a forma de paliçada, do Forte de Nossa Senhora da Conceição.

A força militar da capitania começou com uma Companhia de Dragões a 54 homens. Em 1763, contava a força com 260 dragões, pedestres e aventureiros. Em 1769, criou-se a "Legião de Cuiabá", a 6 companhias, que era uma tropa de milícias já com alguma organização e enquadramento.

E foi com essa força mista, de cerca de 700 homens, que durante o resto do século XVIII se teve que fazer face a situações bem difíceis.

Existiam ainda as Ordenanças, destinadas à defesa local. Só que a pressão das circunstâncias obrigou a utilizá-las, frequentemente, nas mais sacrificadas condições.

Com a assinatura do lácônio Tratado de El Pardo, em 1761, que repôs os limites de Tordesilhas, logo os espanhóis intimaram o governador a evacuar o forte onde este se encontrava sem ainda ter conhecimento do novo acordo das Cortes.

Escudando-se na falta de ordens de Lisboa, Rolim de Moura, dando o tom do que seria no futuro a postura de firmeza militar da capitania, respondeu ao padre que lhe transmitira o ultimato: "*Sua Reverendíssima havia de ter conhecimento, pela História, que nunca os grandes oficiais espanhóis haviam causado temor aos portugueses*".

Seguros, agora, da sua razão, iniciaram os nossos vizinhos uma série de movimen-

tações de tropas que, ao longo de décadas, se propunham, no mínimo, expulsar os portugueses da antiga Santa Rosa.

Mas seria possível o regresso a Tordesilhas?

Do lado português, sempre em grande inferioridade numérica, foram-se, sucessivamente, repelindo ou dissuadindo os ataques enquanto, por outro lado, se foi reforçando e remodelando o forte que acabou por ser parcialmente destruído, não por feroz ataque, mas por uma cheia do Guaporé. Construiu-se, então, nas proximidades, o majestoso forte do Príncipe da Beira.

Este, pela sua imponência, não deixava dúvidas de que os portugueses estavam ali para ficar. Acabou por pacificar a fronteira do Guaporé sem necessitar de disparar um tiro!

Mato Grosso era, no Brasil, um teatro secundário em relação às lutas que, durante toda a segunda metade do século XVIII, se travaram no Prata e no Rio Grande do Sul. Mas sempre lá chegaram os seus reflexos, por vezes tão tardeamente que já as Coroas tinham acordado o fim das hostilidades e ainda estas se encontravam em preparação na longínqua fronteira oeste, acabando por decorrer "em diferido". Por outro lado, chegou-se ao extremo de se ter conhecimento, em Vila Bela, do fim de um conflito cuja existência ainda ali se desconhecia.

Havia que contar, fundamentalmente, com os escassos meios humanos e materiais da capitania, pois os reforços também limitados de Belém, de Goiás ou de São Paulo levavam vários meses a chegar.

Naturalmente, a iniciativa pertencia aos espanhóis, pelo que se impunha manter um permanente e bem difícil esforço de informações, procurando detectar qualquer levantamento de forças nas províncias dos Moxos,

de Chiquitos e do Paraguai. Sendo proibido o comércio e a comunicação entre os súditos das duas partes, recorriam os respectivos governadores ao envio de mensageiros oficiais, numa troca de correspondência protocolar ou de necessidade muitas vezes forjada, os quais aproveitavam o ensejo para esclarecerem a situação e obterem resposta para as preocupações dos governadores, ou mesmo dos comandantes dos fortes.

Convém salientar que os nossos vizinhos também tinham grandes dificuldades para conduzir operações num terreno tão difícil, doentio e a tão grande distância das suas bases. Assim, reuniam efetivos suficientes para esmagar os portugueses mas quando, finalmente, chegavam à fronteira, já vinham depauperados pelas febres, sem grande vontade de combater e, tudo o indica, sem chefes de grande qualidade que, naturalmente, aspirariam a teatros de maior glória.

Em 1772, chegou a Vila Bela o quarto governador e capitão-general, D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, por muitos justamente considerado o grande governador daquelas fronteiras.

Conseguia esse militar reunir, aos talentos da sua profissão, a visão geopolítica, a habilidade diplomática, a competência administrativa e uma grande determinação.

Encontrou sem acordo e definição a precária fronteira existente, num estado de tensão que podia a qualquer momento resvalar para a guerra.

O governador não só reforçou a segurança ao longo do Guaporé, na seqüência do que vinham fazendo os seus antecessores, como adaptou uma nova estratégia, que consistia em ir ocupando uma faixa de terreno a oeste do referido rio, por forma a garantir cobertura a Vila Bela e às suas comunicações e, ainda, a virar-se para o sul da capita-

nia, até então totalmente abandonado. Nesse último sentido, enviou, em 1775, uma expedição de cerca de duzentos dragões, milícias e ordenanças para estabelecer a estacada do Forte Coimbra, a mil quilômetros de Cuiabá, na margem oeste do Rio Paraguai.

Visava, assim, a barrar o fácil acesso à capitania, a partir de Assunção, e a ligação desta, pela excelente via fluvial que é o Rio Paraguai, com as regiões de Chiquitos e Moxos.

Ainda em 1775, lançou-se na construção do Forte Príncipe da Beira, afirmando: "A soberania e o respeito de Portugal impõem que neste lugar se erga um forte, e isso é obra e serviço dos homens de El-Rei, nosso Senhor e, como qual, por mais duro, por mais difícil e por mais trabalho que isso dê... é serviço de Portugal. E tem de se cumprir".

Construir um forte de tal envergadura, em plena floresta amazônica, numa zona tão doentia e escassa de recursos, só foi possível graças à obstinação de Melo e Cáceres. Até a cal tinha que vir inicialmente de Belém. As doenças vitimavam soldados e trabalhadores, sendo sepultado no forte que projetaria e cuja construção dirigia o engenheiro militar Domingos Sambuceti.

Em 1777, Cevallos, o novo Vice-Rei do Prata, comandando a maior expedição que a região jamais conhecera, conquistou sem dificuldade, a Ilha de Santa Catarina e a Colônia do Sacramento, e tudo indicava que ia atuar em todas as fronteiras a seu cargo incluindo as que confinavam com Mato Grosso.

Melo e Cáceres preparou-se para a luta, mobilizou, organizou, equipou e dispôs todas as forças disponíveis, cujo comando assumiu num posto avançado. O governador de Santa Cruz, subordinado de Cevallos, reconheceu o dispositivo português, averiguou da sua determinação e achou preferível limitar-se a vigiar a fronteira.

No sul de Mato Grosso fora fundado,

em 1767, pela capitania de São Paulo, o Forte Iguatemi, a fim de evitar que os espanhóis por ali avançassem e cortassem as ligações fluviais com Cuiabá e Vila Bela.

A 1.200 quilômetros de São Paulo, numa zona inóspita, constituiu-se num cemitério de soldados e colonos. Quando, em 1777, no âmbito da já referida ofensiva de Cevallos, o governador do Paraguai atacou o forte com uma força de 3.000 homens, encontrou um bando de miseráveis, famintos, doentes, sem pagamento e sem esperança. Enquanto os postos avançados tiveram munições, ainda se defenderam. Depois, os espanhóis destruíram o forte e regressaram a terras mais hospitalares.

Entretanto, morto D. José, afastado o Marquês de Pombal e sob pressão dos desaires que ocorriam às nossas forças na América, Portugal assinou o Tratado de Santo Ildefonso que, no referente a Mato Grosso, repôs a fronteira nos Rios Paraguai e Guaporé.

Melo e Cáceres teve então que convencer a Corte portuguesa dos inconvenientes do cumprimento do Tratado na sua capitania. Acarretaria a devolução de largo território e a perda do exclusivo da navegação no terço superior do Rio Paraguai.

Foi-se esquivando às conversações com a Comissão Espanhola de Demarcações de Limites, enquanto continuava a fundar e fortificar povoações na região fronteiriça. Destas, destaca-se Albuquerque (atual Corumbá), a oeste do Rio Paraguai, que procurava atenuar o grande vazio que ia até o Forte Coimbra.

Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres chegara por três anos e regressava, agora, passados dezessete, deixando uma obra espantosa que não cabe nestas palavras. No que respeita às fronteiras, resistiu a todas as pressões, e não largou um só palmo do largo território que incorporara ao Brasil.

Logo a seguir, ainda em 1970, começaram os problemas no sul. Exigiu-se o abandono do Forte Coimbra e das restantes posições ocupadas na margem oeste do Paraguai.

Felizmente, no ano seguinte, coroando um longo e paciente trabalho de aliciamento, conseguiu-se a aliança com os Guaicurus, os temíveis índios cavaleiros, fato que iria ter a maior importância para os interesses luso-brasileiros.

Os espanhóis preparavam-se para ocupar o sul da capitania. Fundaram o Forte Borbon, 235 quilômetros a sul de Coimbra, e os Fortes de S. Carlos e de S. José, na margem sul do Rio Apa. Para além disso, incursionaram profundamente no nosso território, perseguindo os referidos índios, numa região a que aspiravam sem razão.

Em 1797, ficando novamente tensas as relações entre Portugal e Espanha, confiou, o capitão-general, o comando da fronteira sul ao melhor oficial de que dispunha, o Tenente-Coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra. Tratava-se de um militar de exceção que, desde 1782, vinha prestando excelentes serviços a Mato Grosso, dirigindo a parte final das obras do Príncipe da Beira e as de Vila Bela e efetuando levantamentos cartográficos e estudos dos recursos da região.

Chegado a Coimbra, logo destacou outro excelente oficial, o ajudante Francisco Rodrigues Prado, para fundar o Forte Miranda, destinado a negar a ocupação do sul da capitania.

Face à precariedade da estacada de Coimbra, decidiu Ricardo Franco construir, nas proximidades, um forte de pedra, "quasi sem despesa da fazenda real, servindo ele de arquitecto, de feitor, de mestre pedreiro e carpinteiro".

Com tão parcos meios, não admira que, em 1801, quando foi atacado pelo governador do Paraguai, D. Lázaro Ribera, o forte

ainda não estivesse fechado na face oposta ao Rio Paraguai.

Contava somente com cinco canhonetes de tão curto alcance que não atingiam o meio do rio, pouca munição e "*no armazém apenas meio saco de farinha, um saco de arroz e couza de cinco libras de toucinho*". Por guarnição havia cinquenta praças.

Na sua frente surgiram quatro navios com doze canhões capazes de bater o forte fora do seu alcance, e seiscentos homens de desembarque. Seguiam-nos dezenas de canoas com índios e, por terra, marchava uma força de duzentos homens conduzindo um rebanho que não conseguiu chegar ao local.

Ao arrogante ultimato de Lázaro Ribera, deu Ricardo Franco uma resposta que, nem por ser conhecida, deixa de emocionar quem a recorda.

"Tenho a honra de responder categoricamente a V. Ex^a que a desigualdade das forças sempre foi um estímulo que animou os portugueses, por isso mesmo, a não desamparem os seus postos, e a defendê-los até às duas extremidades ou de repelir o inimigo, ou a sepultarem-se debaixo das ruínas dos Fortes que lhes confiaram. Nesta resolução se acham todos os defensores deste Presídio, que têm o prazer de verem em frente a excelsa pessoa de V. Ex^a a quem Deus guarda muitos anos."

Lutou-se de 16 a 24 de setembro, sendo o forte atingido, só nesse último dia, por cerca de cem granadas. Depois, como por milagre, a frota inimiga partiu rio abaixo...

Possivelmente nunca saberemos, ao certo, o que motivou tão rotundo fracasso, dado que Lázaro Ribera eliminou todos os registros da expedição e os historiadores espanhóis e paraguaios não a referem nos seus escritos.

Mato Grosso estava de novo salvo e ainda capaz de retaliar. Francisco Rodrigues Prado, o comandante do Forte Miranda, com

cinquenta e quatro homens e grande ousadia assaltou e destruiu o Forte de S. José, no Rio Apa.

O fator militar, apesar da modéstia da sua expressão, conseguiu materializar no terreno as diretrizes que a política portuguesa definiu.

As demarcações da fronteira não se chegaram a fazer então, mas de Tordesilhas já ninguém falava. E Portugal lá deixou, como marcos, povoações e fortificações construídas e conservadas à custa de muitos sacrifícios e vidas que permitiram à eficiente diplomacia do Brasil independente, por vezes também apoiada na força das armas, consolidar o seu vastíssimo território.

Ricardo Franco de Almeida Serra fez escola. Em 1864, durante a avassaladora invasão paraguaia, o comandante do Forte Coimbra respondeu a novo e igualmente arrogante ultimato: "... segundo os regulamentos e ordens que regem o Exército Brasileiro, a não ser por ordem de autoridade superior, a quem transmite neste momento cópia da nota a que responde — só pela morte e honra das armas a entregará (a fortaleza); ..."

Mato Grosso, uma Capitania de minas de ouro!

Mato Grosso, onde Rolim de Moura apanhou várias doenças, ensurdeceu e teve que contrair algumas dívidas. Onde o governador seguinte se queixava que o soldo não dava para "a quina e a água de Inglaterra", os antipalúdicos da época. Onde dois outros governadores sucumbiram ao máculo e ao paludismo. Onde Ricardo Franco morreu no seu forte, pobre e amargurado por não ter com que amparar dois filhos que tivera de uma índia. Onde Francisco Rodrigues Pra-

do saiu de Miranda endividado, doente e incapaz para o serviço, mas ainda se lhe exigiu uma diligência a Chiquitos donde regressou para logo morrer.

Mato Grosso, uma Capitania de minas de ouro!

Onde sempre faltou a artilharia, as munições, a alimentação, os medicamentos, o fardamento e até as parcias remunerações. Onde milicianos que se levavam de suas casas, sem nada ganhar, para lugares perdidos na distância, ficavam esquecidos sem a prometida rendição...

Soldados a quem tudo se exigia e nada se dava. Soldados que, apesar de tudo isso, chegado o momento do perigo, se bem comandados, ainda se agigantavam e praticavam o

impossível!

Agora, que as "Novas Histórias" ignoram batalhas, heróis e até reis, não será o momento de também sobre os militares se fazer a história dos que nunca a tiveram?

Honra ao Exército Brasileiro que, conhecedor profundo do território do seu grandioso País, sabe apreciar quanto ele se ficou a dever a tais esquecidos antepassados.

Ricardo Franco é patrono dos engenheiros militares e dá o nome à Brigada com sede em Corumbá.

Por sua vez, a Brigada com sede em Porto Velho, capital da Rondônia, ostenta com orgulho, no seu Estandarte Histórico, "o contorno planificado do Forte Príncipe da Beira, em ouro, tendo ao centro as Armas Reais do Príncipe da Beira nas suas cores".

Finalmente, a Divisão com sede em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, festeja a Melo e Cáceres, como seu patrono. □

Agora, que as "Novas Histórias" ignoram batalhas, heróis e até reis, não será o momento de também sobre os militares se fazer a história dos que nunca a tiveram?

BIBLIOGRAFIA

- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1968.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. "Administração Pombalina", in *História Administrativa do Brasil*, vol. 5, Brasília, Editora da UB e FUNCEP, 1983.
- BARRETO, Coronel Annibal. *Fortificações do Brasil (Resumo Histórico)*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.
- BARROS, J. C. Freitas. *Um português no Brasil. Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres*. Governador de Capitão General de Mato Grosso e Cuiabá, Lisboa, 1948.
- CÂMARA, João Pedro da. "Carta de um sobrinho do Conde de Azambuja para D. Luiz da Cunha de 1765", *Boletim de Arquivo Histórico Militar*, vol. XII.
- CORTE-REAL, João Afonso. *Análise de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão de Mato Grosso*, no ano de 1734, Lisboa, Memória apresentada ao Congresso Luso-Brasileiro de História, 1940.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa Livros Horizonte, 1984, 4 vols.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Nas selvas amazônicas*, São Paulo, Gráfica Biblos, 1961.
- FONSECA, João Severiano. *Viagem ao redor do Brasil 1875-1878*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1986, 2 vols.
- FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia. O exemplo de Luiz de Albuquerque, Governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*, Lisboa, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1968.
- FURTADO, Maj Sebastião da Silva. *Cel Ricardo Franco de Almeida Serra*, Rio de Janeiro, Ministério da Guerra, 1960.
- GARRIDO, Carlos, "Fortificações do Brasil", separata do III vol. dos *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1940.
- HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. *PERFIL DE UM POVO*, vol. 1, Brasília, Estado-Maior do Exército, 1972.
- LEAL, Paulo Nunes. *Cel Ricardo Franco de Almeida Serra*, Porto Velho, Universidade Federal de Rondônia, 1987.
- MAGALHÃES, Cel João Batista. *A evolução militar do Brasil (Anotações para a História)*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.
- MELLO, General Raul Silveira. *História do Forte de Coimbra*, Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1958-1961, 4 vols.
- Para além dos bandeirantes, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1968.
- "Bicentenário do Forte de Coimbra", *Revista do IGHMB*, Rio de Janeiro, 1976.
- MONTEIRO, Cel Jonathas Costa Rego. "Formações de Mato Grosso", *Anuário Militar do Brasil*.
- MOURA, Carlos Francisco. *O Forte de Coimbra*, Cuiabá, edições UFMT, 1975.
- NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO, nº 7477, Brasília, Centro de Comunicação Social de Exército, 1988.
- NUNES, Carlos Francisco e ADONIAS, Isa. *Real Forte Príncipe da Beira*, Rio de Janeiro, Fundação Emilia Odebrecht, 1985.
- SOARES, José Carlos de Macedo, "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial", in *Anais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 9, Rio de Janeiro, 1944.
- TAUNAY, Afonso D'E. *Na era das bandeiras*, São Paulo, Editora Companhia de Melhoramentos de São Paulo, 2^a ed., 1922.
- VIANA, Hélio. *História das Fronteiras do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1948.
- WEHLING, Arno. "Administração Portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)", in *História Administrativa do Brasil*, vol. 6, Brasília, FUNCEP.



COMENTÁRIOS

A PROPÓSITO DO 83º ANIVERSÁRIO DE A DEFESA NACIONAL

Virgílio da Veiga*

No dia 10 de outubro de 1913, veio à luz o primeiro número de *A Defesa Nacional*. Com ele, concretizava-se o sonho de um grupo de jovens oficiais idealistas comprometidos com a profissionalização do Exército Nacional, um dos temas que ocupavam as preocupações da República Brasileira, às vésperas de comemorar o 24º aniversário da sua proclamação.

Criada sem qualquer apoio por parte das autoridades do Ministério da Guerra, não tardou a conquistar a aprovação e a colaboração de oficiais superiores e oficiais generais de prestígio, em reconhecimento à abnegação e à sinceridade de propósitos dos seus fundadores. Tal aprovação logo incluiria o então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Caetano de Farias, o qual, no quadriénio seguinte (1914-1918), já como Ministro da Guerra, tomaria a seu cargo a oficialização do movimento que se esboçava, apoiado em uma conjuntura marcada pela Primeira Grande Guerra.

O Editorial do seu primeiro número, "Situação Militar do Brasil. Objetivos de A Defesa Nacional", reproduzido, 76 anos depois, em nossa edição setembro/outubro de 1989, contém as idéias que fundamentam o perfil da Revista. Dele, pinçamos os trechos a seguir destacados:

"A Defesa Nacional, que inicia com este número a sua carreira na literatura militar do país, tem o seu programa contido na fórmula que lhe serve de epígrafe.

"Como é fácil de ver, o escopo dos seus fundadores não é outro senão collaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram, e da enorme somma de interesses que sobre elle se acumulam..."

"... "Um bom exercito é uma escola de disciplina hierárquica, que preparara para a disciplina social; e é, ao mesmo tempo, uma escola de trabalho, de sacrifício e de patriotismo. Um exercito bem organizado é uma das creações mais perfeitas do espírito humano, porque n'elle se exige e se obtém o abandono dos mesquinhos interesses individuais, em nome dos grandes interesses collectivos; n'elle se exige e se obtém que a entidade homem, de ordinário tão pessoal e tão egoista, se transfigure na abstracção dever; n'elle se exige e se obtém o sacrifício do primeiro e do maior de todos os bens que é a vida, em nome do princípio superior de patria..."

"... "Nós estamos profundamente convencidos que só se corrige o que se critica; de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra dos dissidentes. Esta revista foi fundada, por conseguinte, para exercer o direito, que todos temos, de julgar das cousas que nos afectam, segundo o nosso modo de ver, e de darmos a nossa opinião a respeito..."

... "Não queremos ser absolutamente, no seio da nossa classe, uma horda de insurretos dispostos a endireitar o mundo a ferro e fogo — mas um bando de Cavalleiros da Idéa, que saiu a campo, armado, não de uma clava, mas de um argumento; para não cruzar ferros, mas para raciocinar; não para contundir mas para convencer..."

... "Não nos move de forma alguma a preocupação pretenciosa de sermos os mentores dos nossos chefes nem dos nossos camaradas; entramos na luta apenas com um pouco de modicidade, um pouco de estudo e a maior boa vontade, e dos nossos chefes e camaradas ambicionamos tão somente ser prestativos auxiliares e dedicados colaboradores..."

Esse perfil, que respalda, em essência, sua linha editorial, tem sido preservado ao longo do tempo, mesmo depois que o Exército, ciente da importância histórica da Revista e das dificuldades administrativas que a ameaçavam de extinção, resolveu apadrinhá-la.

De início, ele convocou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) para redigí-la e administrá-la, através do seu comandante e de um grupo de oficiais instrutores por ele designado. Mais tarde, criada a Diretoria de Assuntos Culturais Educação Física e Desportos (DACEF), hoje Diretoria de Assuntos Culturais (DAC), deu-lhe o encargo de dirigi-la, editá-la e distribui-la, o que passou a fazer, através da Biblioteca do Exército (BIBLIEEX). Finalmente, em 1982 (portaria nº 239, de 10 de março), determinou que seu corpo redatorial seria composto por oficiais instrutores da ECEME.

Em nenhuma dessas etapas foi alterada a propriedade jurídica da Revista, que de direito pertence à "Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual A Defesa Nacional", entidade de natureza civil e sem fins lucrativos, criada com a finalidade de viabilizar o projeto concebido por seus fundadores. Ela continuou sendo a Revista

fundada em 10 de outubro de 1913, com a linha editorial que se acha expressa em seu primeiro número, e que conservaria a liberdade de expressão (responsável e autolimitada) de que sempre desfrutou.

E, nesse ponto, o Exército agiu com costumeira sabedoria. Repousa exatamente nisso a continuidade do prestígio da Revista.

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior

CEM ANOS DE CANUDOS (1896-1996)

Alberto Martins da Silva*

As expectativas diante das novas interpretações dos episódios de Canudos, em decorrência das várias pesquisas efetuadas e estudos mais aprofundados, nos levam a crer que deverão surgir relatos mais minuciosos de todos os aspectos que envolveram aquele drama social no final do século passado.

Na verdade, o período compreendido entre novembro de 1896 a outubro de 1897, entendido historicamente como Campanha de Canudos, foi de séria perturbação na vida política do País. Tendo como palco o sertão baiano, as mais variadas personagens mantiveram, durante onze meses, uma luta matizada de cores fortes, onde desempenharam ações trágico-patéticas, mostraram crises de estupidez, sublimaram heroismos candentes, no estímulo constante de seus instintos de sobrevivência, obedecendo razões as mais diversas. Do nada, quando tudo surgiu, para o nada, quando tudo terminou, restaram as lições que a História deve entender e explicar em suas causas e consequências.

Assim, deveremos apreciar aquele período com suas verdades sem rebuscos, e dentro do contexto histórico, alijadas as repetições eivadas de parcialismos. Lições certamente ampliadas com os estudos mais aprofundados dos aspectos político, econômico, militar, social e religioso entrecaçados nos confrontos de interesses, de interpretações errôneas e parciais e de inverdades fabricadas.

Primeiramente é preciso, para um estudo bem detalhado, não faltar o liame tempo-fatos, englobando todas as causas em todos os seus ângulos, para em seguida, à guisa de embasamento, utilizar as numerosas publicações surgidas a partir de 1898, alinhar cronologicamente o tempo histórico global, isto é, Canudos—Salvador—Brasil ou sertanejos abandonados-políticos gulosos de mando-novo, governo civil e suas crises.

Deste emaranhado de dados e interpretações, deverão ser elucidados, de vez, todos os assuntos ligados àqueles tristes episódios — em seu tempo e razões — livrando os futuros estudiosos do tema das repetições dos mesmos autores, cansativas e plenas de erros e distorções, que nada constróem e somente anuviam a nossa visão diante de um assunto tão importante e complexo.

Na grandiosa obra de Euclides da Cunha (*Os Sertões*, obra publicada em 1902, no Rio de Janeiro), seguramente o primeiro autor a mostrar, em dimensão nacional, o ocorrido nos sertões da Bahia, esmera-se o estilista e agiganta-se o escritor da História, embora não sendo a única verdade e nem a contendo por inteira. Para o seu jornal, Euclides da Cunha elabora, na beleza da língua, páginas descriptivas, de genial feitura, dos episódios lá ocorridos; das artimanhas políticas e das razões militares, Euclides perde-se na superficiabilidade, aligeirado em suas crônicas jornalísticas. Em 1899, na Revista Brasileira (agosto/setembro), no Rio de Janeiro, Euclides escreverá *A Guerra do Sertão*, incluído, depois, na sua obra principal. Apesar de tudo, para quem permane-

ceu tão pouco tempo no sertão baiano, acompanhando as operações, Euclides ainda é o primeirão a nos trazer opiniões sinceras da tragédia, com sua síntese magistral na pureza da língua e na interpretação e descrição do sertão nordestino carente de todos os apoios e esquecido das autoridades governamentais, nos mostrando toda a sua genialidade de escritor.

É necessário, para uma visão mais ampla das ocorrências, valer-se de algumas peças históricas escritas antes de *Os Sertões*. Assim, tivemos, cronologicamente: em 1897, de autoria do médico baiano, Nina Rodrigues, *A Loucura epidémica de Canudos*, publicado pela Revista Brasileira, no Rio de Janeiro; em 1898, os seguintes trabalhos *A Quarta Expedição contra Canudos. Cem léguas através do sertão. De Aracaju a Queimados. Diário de Campanha*, publicado pela Tipografia de Pinto Barbosa e Cia, no Pará, de autoria do Major A. Constantino Nery, integrante da Segunda Coluna; o *Manifesto Político*, de autoria de Manuel Vitorino (médico e político baiano), vice-presidente no governo de Prudente de Moraes e presidente interino no período de 11 de novembro de 1896 a 4 de março de 1897, publicado pela Tipografia e Encadernação Empresa Editora, da Bahia; e o discurso intitulado *Um Ato de Justiça*, proferido pelo médico Luis Anselmo da Fonseca, um dos colaboradores no atendimento aos feridos, em Salvador, e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, em sessão solene naquela Faculdade. Em 1899, foi publicado o trabalho intitulado *Descrição de uma Viagem a Canudos*, publicado pela Lito-Tipografia Tourinho, de Salvador, e escrita pelo médico Alvim Martins Horcades, à época acadêmico de medicina que, voluntariamente, participara da Campanha de Canudos, no alto sertão baiano, engajado na equipe médica-militar do Exército. Em 1902, surge, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em seu número LXIII, Parte II, o excelente trabalho do sócio Aristides Milton, a pe-

dido do próprio Instituto, intitulado *A Campanha de Canudos*, e, por último, também em 1902, o então Tenente Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, participante de toda a Campanha, publicou, pela Tipografia Altina, no Rio de Janeiro, um importante trabalho intitulado *A Guerra de Canudos*. Esses são os trabalhos pioneiros sobre o assunto, que devem ser reexaminados numa leitura comparativa, em suas descrições de cunho histórico, para servirem de base aos próximos trabalhos, principalmente no que diz respeito às operações militares, consultadas é lógico, as posteriores obras, respeitadas historicamente, os jornais da época e os arquivos militares.

Hoje, decorrido uma centúria, a epopeia de Canudos será lembrada com todo o respeito histórico e dentro de suas novas e reais interpretações. Os desmandos e os fortes interesses políticos locais; a conivência de uma igreja regionalista e perdida, à época, com as novas diretrizes da política governamental; a crise econômica e a seca sazonal; a tentativa do novo regime em se reestruturar, frente ao primeiro presidente civil; o sebastianismo (florianismo) ainda fervente e a procura de um novo líder buscado entre os militares do Exército; as razões político-militares da ação de força do governo civil; o misticismo, peculiaridade da população sertaneja; o temor dos latifundiários diante da evasão de sua barata mão-de-obra; e os parcos meios de comunicação da época, atrasando e desvirtuando as verdades ocorridas, são fatores, na verdade, de grande complexidade, porém dignos de análises aprofundadas entre os que estudam a epopeia de Canudos. Por certo, esperamos, tudo isto possa vir à tona. É este o momento certo.

Teremos, para isto, no decorrer de 1996-1997, para contentamento da classe estudiosa do País, seminários, painéis, congressos, publicações de livros e revistas alusivas, filmes e documen-

tários, enfim, todas as provas legais que possam somar para formação da nova identidade de Canudos.

Na verdade, a crise que deu origem a Canudos surgiu de falsas interpretações políticas e sociais. O governo central bem poderia ter permanecido à margem de discussões regionalistas e mesquinhias, podendo ter sido o supremo árbitro de certas decisões políticas, já que seu ministério mantinha homens fortes de origem baiana. As pressões exercidas sobre o governante maior — Presidente Prudente de Moraes — e as crises que ele enfrentava no fortalecimento do seu gabinete, muitas delas maximizadas com segundas e claras intenções, vieram tornar confusas, em interpretação e erroneamente urgentes em deliberação, certas causas e fatos menores passíveis de soluções rotineiras. Criado esse perigoso caldo de cultura, fácil foi o seu desdobramento diante de tantos interesses, tantos equívocos e pouca visão dos fatos. De pouca coisa, avolumou-se um estopim explosivo, não faltando quem procurasse o fogo do mortífcio bestial. O descaso aos esquecidos do sofrido sertão, a pregação mística do visionário e alucinado Conselheiro e a pseudocegueira dos políticos serviram de pólvora ante a ação, inicialmente, da força estadual e, em seguida, da poderosa força do governo da República.

Não foi difícil Conselheiro arrebanhar numeroso contingente. Pobres carentes, piedosos inocentes, bandidos fugidios da Justiça, celerados atávicos e interesseiros famigerados formaram seus adeptos e admiradores. Todos os aspectos político, econômico, militar, social e religioso foram atingidos, entrando em conflito. Milhares de homens se bateram para apagar um incêndio social, declaravam alguns desavisados ou para evitar um abalo nas estruturas políticas, gritavam outros desatentos. De tudo aquilo, restou uma mancha que precisa ser reanalisada em seus sa-

críscios e em seu heroísmos, para que as sequelas deixadas ostentem seus reais significados à luz do seu tempo e no próprio contexto histórico.

Os pesquisadores e historiadores desta epopeia mostrarão, na reinterpretação dos fatos, a estorcedora história da crise de 1896-1897. A responsabilidade da revisão, apesar de grande e desafiadora, é tão necessária quanto oportuna.

Estudar os fatos históricos, e tentar compreendê-los, ainda é a melhor maneira de não repetir seus erros.

* General-de-Divisão, sócio efetivo do IGHMB

A PROPÓSITO DA PUBLICAÇÃO DE A ALIANÇA BRASIL— ESTADOS UNIDOS, 1937-1945

Frank Mc Cann*

No meado da década de 1960, quando residi no Rio de Janeiro, escrevi cerca da metade dos originais que se transformaram em *A Aliança Brasil—Estados Unidos, 1937-1945*. Encontrava-me no Brasil pela primeira vez e meus sentidos estavam aguçados para o ambiente exótico, maravilhoso, sugestivo e estimulante a meu redor. Levava comigo dois anos de estudo de Português e uma bolsa da Fundação Fulbright. Como resultado, minha visão local exerceu grande impacto sobre a perspectiva e o tom do livro.

À época de minha pesquisa em Washington, em 1964, eu pensava no Brasil como "lá" e nos Estados Unidos como "aqui"; nos brasileiros como "eles" e nos americanos como "nós". Mas em 1965-66, enquanto me esforçava para concluir minha tese de doutorado (oito capítulos desse

livro), sentia-me embaraçado em escrever "aqui" e "lá", porque o que tinha sido "lá" era "aqui", e vice-versa. O mesmo aconteceu no Rio de Janeiro, onde se me tornou difícil pensar nos brasileiros como "eles". Porque então já não eram "os outros", porém meus vizinhos, amigos e colegas. Na verdade, os americanos nos Estados Unidos é que me pareciam distantes.

Assim, resolvi adotar uma posição, a mais neutra possível, que me colocasse mentalmente entre os dois países e que me proporcionasse ver as coisas a partir de ambos os pontos-de-vista, o brasileiro e o americano. Com efeito, como uma forma de confrontar minha perspectiva natural de americano nascido e criado, resolvi pensar em termos de relações *brasileiro-americanas*, com o gentílico brasileiro precedendo o americano, para dar deliberada prioridade à expedição do ponto-de-vista brasileiro e do processo político brasileiro. Ciente de que estava escrevendo para dois tipos diferentes de leitores, minhas explanações tinham de levar em conta aquilo que cada lado supunha saber da história do outro.

Em 1965-1966, a atmosfera para pesquisa achava-se um tanto carregada no Rio de Janeiro, pois o Governo estava editando Atos Institucionais e a repressão pairava no ar. Com uma carta de recomendações do embaixador brasileiro em Washington, solicitei acesso ao Arquivo Histórico do Itamarati. A resposta, amparada num decreto do Presidente Humberto Castelo Branco que vedava a estrangeiros peças de arquivo posteriores a 1913, pouco contribuiu para diminuir minha sensação de paranoíia. Era um revés decepcionante que me obrigava a escrever minha tese de doutorado ("Brasil, Estado Unidos e a Escalação da Segunda Guerra Mundial, 1937-1942", Universidade de Indiana, 1967), sem os documentos do Itamarati. Felizmente, como expliquei na "Nota sobre as Fontes", foi-me permi-

tido o acesso em 1969. Mas, no meio tempo, a situação política tornou-se de certo modo aliada. Dado que a Revolução de 1964 visava, em parte, aos seguidores de Getúlio Vargas, sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto e seu amigo Euclides, filho de Oswaldo Aranha, resolveram liberar os documentos dos respectivos pais. Foi grande a minha sorte em estar entre os primeiros pesquisadores a quem se permitiu compulsar documentos fundamentais da moderna História do Brasil.

Os preparativos para a acesso a esses documentos representaram uma verdadeira aventura, à qual não faltaram telefonemas codificados, encontros em escritórios no centro da cidade e lautos almoços no Jockey Club. Eu não dispunha de telefone próprio e falar de telefone público em bares e farmácias com pessoas tão importantes dava-me uma sensação estranha.

Dona Alzira estendeu os documentos de seu pai na mesa da sala de jantar, num apartamento no Flamengo, serviu-me cafecinho e me esclareceu assuntos de política. Dr. Euclides, por sua vez, proporcionou-me livre manuseio dos papéis de Aranha, em duas dependências, sobre a garagem da residência da família no Cosme Velho. Não dispunham de luz elétrica, de modo que tive de levar as pastas para pequena mesa perto da janela. Como o leitor pode perceber pelas citações, esses documentos eram de fundamental importância para a história das relações do Estado Novo com os Estados Unidos e do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Foi uma experiência extraordinária que, por comparação, empalideceu toda pesquisa subsequente que fiz em modernos arquivos. Se alguma dúvida eu ainda alimentava quanto a meu engajamento com a História do Brasil, essa experiência inicial ancorou-se firmemente no campo.

Hoje, os documentos de Vargas e Aranha constituem as coleções básicas do melhor arquivo histórico do Brasil, o do Centro de Pesquisa e

Documentação Histórica Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Celina, a filha de D. Alzira, levou avante a determinação da família de proporcionar um enfoque imparcial da moderna história brasileira. Quando a conheci, durante as pesquisas nos arquivos de seu avô, não imaginei que ela fundaria mais tarde o CPDOC nem que chegasse a assumir a direção do Arquivo Nacional, nem um posto de chefia na Fundação Getúlio Vargas.

Quando empreendi a pesquisa para esse livro, a literatura brasileira sobre relações externas era praticamente inexistente. A "Nota sobre as Fontes" diz ao leitor o que então existia. Hoje, temos a felicidade de contar com uma historiografia enriquecida pela excelente e interpretativa *História da Política Exterior do Brasil* (São Paulo, Ed. Ática, 1992), de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. E, ao longo das duas últimas décadas, um número considerável de importantes estudos aprofundou nossa compreensão, não apenas das relações externas do Brasil como também das relações bilaterais com os Estados Unidos. No mesmo ano em que Princeton publicou esse livro, apareceu também *Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História* (Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1973), de Luiz Alberto Moniz Bandeira, que atingiu de imediato um grande número de leitores no Brasil e apresentou uma imagem crítica das relações que, com o tempo, deram à política americana consistência e direção bem maiores do que ela realmente tinha. Por outro lado, o livro *Brazil and the Great Powers, 1930-1939* (Austin, University of Texas Press, 1975), de Stanley Hilton, tratou da rivalidade comercial com o Brasil antes da Segunda Guerra Mundial, deixando claro que grandes potências consideravam o Brasil um importante elemento nas lutas econômicas anteriores à guerra. Analisava as opiniões da elite brasileira sobre a crise

mundial e sobre as diretrizes que a administração Vargas formulava para proteger e ampliar interesses nacionais. Os conselheiros de Vargas tinham uma forte sensação de ameaça, porque viam o Brasil como um país fraco, deficiente em comunicações e com instabilidade política e administrativa, uma economia agrícola ostensivamente dependente do mercado de exportação, e "cercado por vizinhos hispano-americanos tacitamente hostis" (Hilton, p. 14). O General Pedro Aurélio de Góes Monteiro considerava seu Exército tão fraco que "qualquer pequeno país da América do Sul" (Hilton, p. 21) levaria vantagens sobre o Brasil. A imagem que o ministro da Guerra fazia de seu país era de um gigante verde mas impotente. A solução estava na industrialização para a produção de armas no Brasil e, nesse interregno, negociar para conseguir armas no exterior. Como resultado, as políticas de defesa nacional e de comércio exterior tornaram-se entrelaçadas, "forjando-se uma conveniente aliança do setor de exportação com os consumidores urbanos interessados em mercadorias mais baratas, e os planejadores militares" (Hilton, p. 13). A natureza e o funcionamento dessa aliança ainda justifica maiores estudos. Hilton e eu ventilamos nossas diferenças de interpretação num intercâmbio, em 1979, na *Hispanic American Historical Review*, que interessará a estudiosos do método histórico, mas que não minou o valor de nenhum dos nossos livres!

Hilton viu os Estados Unidos mais inocentes do que eram em seu *Suástica sobre o Brasil: a História da Espionagem Alemã no Brasil, 1939-1949* (Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977). Esse livro, que causou indignação entre ex-integralistas, era um retrato perfeito da inépcia do serviço alemão de informações. Portanto, Hilton errou ao afirmar que, "ao contrário de Berlim, Washington não usou sua missão diplomática como coordenadora de atividades de es-

pionagem..." (Hilton, *Suástica*, p. 255). Os consulados americanos, observadores navais, adidos militares e agentes disfarçados reuniram um volume enorme de informações sobre a economia brasileira, sobre a situação política e militar, e sobre relações externas, como atestam amplamente os arquivos nacionais dos Estados Unidos, seções diplomáticas e militares modernas, e os arquivos regionais do serviço de informações naval e militar no Centro de Arquivos Federais Washington, em Suitland, Maryland. O processo de coleta era reconhecidamente mais aberto do que o alemão e, até certo ponto, as informações eram partilhadas com autoridades brasileiras. Mas, ainda assim, os agentes americanos de informações violavam a correspondência transportada pelos aviões da *Pan American Airways* e monitoravam as linhas internacionais de telégrafo e telefone. Se a Embaixada dos Estados Unidos não coordenava a espionagem, ao menos dava apoio à coleta de informações.

Gerson Moura em *Autonomia na Dependência: a Política Externa Brasileira de 1935 a 1942* (Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980) endossou meu argumento de que o ingresso do Brasil na guerra produziu uma situação na qual o país passou a se tornar dependente dos Estados Unidos. Entretanto, ele acreditava que essa dependência e, particularmente, a influência cultural americana (ver *Seu Tio Sam Chega ao Brasil: a Penetração Cultural Americana*-São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984), resultaram de um programa cuidadosamente planejado de penetração ideológica, elaborado pelo Escritório de Negócios Interamericanos de Nelson Rockefeller, enquanto eu considerava os esforços desse mesmo escritório como apenas tolerados pela burocracia de Washington e logo descartados com o término da guerra. O Brasil, sem dúvida, foi tomado por idéias, atitudes e métodos americanos, e suas instituições, economia e elite vincularam-se es-

treitamente às dos Estados Unidos como resultado dos programas de guerra. Mas isso ocorreu como a consequência de toda uma série de decisões e programas frequentemente não-relacionados entre si. Além disso, Moura não deu bastante importância à receptividade brasileira, na verdade à ânsia de assimilar idéias e estilos. Em outras palavras, ele visualiza a dependência como um subproduto em grande parte inconsciente da forma como ambos os lados conduziam suas relações. Creio que é importante compreender a política e o processo decisório como realmente eram e não considerar um resultado indesejável como um objetivo secreto.

Ricardo A. S. Seitenfus em *O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos, 1930-1942* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985) cobriu muito do mesmo terreno dos livros acima, acrescentando porém consideráveis detalhes às relações do Brasil com o Eixo, via pesquisa em arquivos italianos e alemães. O livro era especialmente interessante na análise da política interna que levou ao Estado Novo, relacionando essa política como negócios externos. Ele averiguou, por exemplo, que o chefe integralista Plínio Salgado estava mais comprometido do que sugeriu nesse livro. Salgado aceitou dinheiro do governo de Mussolini para financiar sua candidatura à Presidência em 1937 e, mesmo depois de ter se exilado em Portugal, continuou falando com diplomatas alemães e italianos sobre sua subida ao poder no Brasil logo que o Eixo vencesse a guerra.

Quando o comportamento do embaixador alemão no Brasil, Kall Ritter, levou Oswaldo Aranha a declará-lo *persona non grata*, o ministro italiano, Conde Ciano, perguntou se os alemães tinham "necessidade física de exasperar toda a humanidade até que esta se unisse contra eles?" (Seitenfus, p. 194).

Com sólida base em documentos do Minis-

tério do Exterior da Itália e do Itamarati, *As Relações Históricas entre o Brasil e a Itália: o Papel da Diplomacia* (Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991), de Amado Luiz Cervo, coloca a era do *Estado Novo* e da guerra no contexto maior de relações com a Itália. O autor enfatiza a tensão entre a vontade de Vargas em prolongar uma neutralidade de imediato interesse para o Brasil e a confiança de Aranha de que um compromisso com a posição dos Estados Unidos traria benefícios não apenas imediatos como também a longo prazo.

A interação entre política interna e relações exteriores é o grande ponto focal do meu livro. Quando o escrevi, ainda era novo o *boom* sobre história brasileira e pequeno o número de estudos aproveitáveis sobre a década de 1930 e o *Estado Novo*. A partir de 1973 a lista de tais estudos cresceu impressionantemente. O importante fenômeno político do regionalismo, que o *Estado Novo* pretendeu eliminar, foi estudado nos livros de Joseph L. Dove sobre o Rio Grande do Sul e São Paulo, no livro de Robert M. Levine sobre Pernambuco, e no de John D. Wirth's sobre Minas Gerais.² Edgar Carone e Nélia Silva deram publicidade numa série pertinente de documentos e análises, enquanto Eli Diniz e Werner Baer lançavam luz sobre o papel do mundo dos negócios e da economia.³ O estudo de Hélio Trindade sobre o integralismo e o trabalho de Michael Conniff sobre o populismo no Rio de Janeiro oferecem dados valiosos e idéias sobre esses dois importantes aspectos da política na década de 30. John W. S. Dulles examinou a oposição a Vargas, Simon Schwartzman escavou no arquivo Gustavo Capanema, para traçar um retrato documental do regime, e Paulo Brandi escreveu uma biografia do ditador.⁴ E Aspásia Camargo, com colegas do CPDOC, examinou o *coup d'état* de 1937, apresentando um balanço dos efeitos do *Estado Novo* a longo prazo: a aspiração de "um certo grau de

autonomia dentro de uma estrutura econômica dependente" (Camargo, 257) que retratava uma acelerada industrialização comandada pelo Estado, com as classes empresariais acomodando-se aos subsídios governamentais e às tarifas protetoras, enquanto os militares assumiram papéis gerenciais em áreas como siderurgia, energia elétrica, petróleo e telecomunicações. Os tenentes de 1930 tornaram-se os generais de 1964, ainda às voltas com a luta contra o comunismo e o populismo, e alimentando uma forte suspeita contra os políticos. Aliado a essa herança mista estava o complicado legado do próprio Vargas, que tendo exercido a liderança das elites em 1930 e 1937, exerceu-as com as massas entre 1937 e 1945. Como observou Camargo: "*Ditador e alagoz, pai dos pobres, líder nacionalista, promotor do desenvolvimento, são algumas das múltiplas e às vezes contraditórias imagens com que ele foi caracterizado*" (Camargo, 259).³ O sensacional anúncio, em 1994, de que Getúlio tinha um diário, que a família colocaria à disposição dos pesquisadores, levaria à possibilidade de nova compreensão e novas interpretações que, seguramente, haverão de estimular toda uma série de publicações. O que tem sido decepcionante é que historiadores de relações exteriores, especialmente aqueles nos Estados Unidos, não têm revisado suas interpretações da Segunda Guerra Mundial para dar maior importância à América do Sul. A maioria dos livros sobre a guerra, publicados na Europa e nos Estados Unidos, nem sequer inclui uma referência ao Brasil. As causas da guerra são tipicamente apresentadas como européias. O que meu livro e os estudos acima citados sugeriram fortemente, mas hesitaram em dizer, foi que uma das causas da guerra foi a rivalidade pelo mercado e recursos naturais do Brasil. Essa rivalidade foi particularmente aguda entre a Alemanha e os Estados Unidos que, sem falar no acesso americano às Filipinas, estavam fechados às posses-

sões coloniais em todo o mundo. A habilidade americana em negar, à Alemanha e à Itália, os recursos naturais do Brasil representou, de si mesma, um fator importante na guerra. E cumpre lembrar que essa habilidade não se baseava unicamente na diplomacia, mas também nas bases aéreas e navais americanas no Brasil. É difícil imaginar como os Aliados na África, no Sul e Sudeste da Ásia poderiam ter sido abastecidos, nos meses anteriores à bem sucedida invasão da África do Norte, em 1943, sem as bases do Nordeste brasileiro e a ponte aérea com a África que elas tornaram possível. As guerras não são só vencidas simplesmente por exércitos e frotas, que seriam inúteis sem um maciço apoio logístico, rações, recursos materiais, produtos manufaturados, equipamentos, armas e munição. O Brasil exerceu um papel importante no preparo para a guerra e na guerra em si.

Ao escrever esse livro só me foi possível tocar por alto em muitos temas que exigem exame mais profundo. É minha esperança que, com o recente despertar de interesse pelo estudo de relações exteriores nas universidades brasileiras, professores e alunos apanhem alguns dos fios soltos encontrados nestas páginas e se detenham nos arquivos do Brasil e no exterior para expandir e aprofundar nosso conhecimento dos anos que acredito tenham dado forma ao Brasil contemporâneo. Sinto-me estimulado quando leio uma obra equilibrada e cuidadosa como o ensaio de Antonio Pedro Tota sob o título *Americanização no Condicional: Brasil nos Anos 40* (Perspectiva, São Paulo, 1993, 16, pp. 191-212), que analisa os fundamentos culturais e sociais das opiniões americanas sobre o Brasil, e da receptividade brasileira às coisas americanas. Esse artigo também fez bom uso da rica historiografia das relações interamericanas produzida nos Estados Unidos. Do mesmo modo, o livro de Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Estado*



INFORMAÇÕES

O EXÉRCITO E A FERROESTE

Movimentação de grandes cargas a grandes distâncias: eis a gênese de uma ferrovia. Esta máxima, contudo, no Brasil das últimas décadas, foi deturpada pela primazia do rodoviário. Transporta-se, praticamente, tudo pelo caminhão. Do sul para o nordeste, do norte para o sudoeste, do leste para o centro-oeste, é o caminhão que leva mais de 70% das cargas.

País de dimensões continentais deveria possuir um moderno sistema interligado de ferrovias. Contudo, por razões políticas e econômicas, a ênfase dos governos inclinou-se para a estrada de rodagem. O maior custo de construção de uma ferrovia, em relação a uma rodovia, e a necessidade de uma integração mais rápida das diversas regiões do País priorizaram a política rodoviária. "Governar é abrir estradas" (de rodagem) foi o lema por várias décadas.

O desenvolvimento do País, entretanto, começa a sinalizar para uma nova fase do transporte ferroviário. As razões dessa nova tendência são conhecidas: o avanço da fronteira agrícola para oeste, em distâncias economicamente impraticáveis para o transporte rodoviário; a falta de renovação da frota de caminhões; a necessidade de reduzir custos internos para poder competir na exportação e, especialmente, a considerável demanda reprimida por transporte ferroviário.

Essas condicionantes encontram-se presentes no oeste paranaense. A vocação de uma das maiores regiões produtoras do Brasil, ou seja, 8

milhões de toneladas de grãos, que correspondem a 12% da produção nacional, são escoadas para o porto de Paranaguá por rodovias, já sobrecarregadas com as cargas provenientes de Mato Grosso do Sul e do Paraguai.

A criação da Empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. — FERROESTE, objetivou implantar uma ferrovia para ligar o extremo oeste paranaense aos portos de Paranaguá e Antonina, utilizando o trecho já existente da Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA, entre Guarapuava e o litoral.

SINOPSE HISTÓRICA

A percepção da necessidade de se construir uma ferrovia interligando o oeste paranaense ao litoral está presente desde o tempo do Império. Remonta a 1876 um mapa apresentando a ligação entre Paranaguá — Curitiba — Ponta Grossa — Guarapuava e Foz do Iguaçu.

Data de 1883 a inclusão dessa ligação no Plano Nacional Ferroviário do Ministro Alves Araújo. Desde então, várias vezes o poder público tentou levar os trilhos ao oeste do Paraná. A motivação maior era a forte presença da erva-mate e das madeiras na pauta das exportações, despertando a cobiça estrangeira. Timóteo Feijó recebe, em 1899, a missão de construir uma ferrovia entre Guarapuava e as Sete Quedas. Em 1907, os italianos da empresa Isnardi, Alves & Cia, recebem a concessão para construir uma linha férrea ligando Guarapuava ao Rio Paraná. Em 1912, a empresa norte-americana Brazil Railway recebe

a concessão para ligar Guarapuava e Foz do Iguaçu e, em 1916, o trecho ferroviário entre Porto União e Foz do Iguaçu. Nenhuma dessas tentativas prosperou; permaneceram como meros projetos.

O Departamento Nacional de Estradas de Ferro—DNEF, em 1917, elaborou estudos do Sistema Ferroviário dos Estados do Paraná e Santa Catarina e, em 1972, o Consórcio Serete /SPL apresentou estudo da ligação Guarapuava — Cascavel.

A Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, ainda em vigor, aprovou o Plano Nacional de Viação. Na relação descritiva das ferrovias encontra-se a EF 277 com o seguinte traçado: Paranaguá — Curitiba — Engº Bley — Guarapuava — Cascavel — Foz do Iguaçu.

Em 1974, é executado o projeto final de engenharia da ligação Guarapuava—Cascavel, mediante o contrato nº 064/74 estabelecido entre a RFFSA e a A.A. Noronha Serviços de Engenharia S. A.

Já em 1975, o GEIPOT (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, vinculada ao Ministério dos Transportes) apresentou um estudo de viabilidade técnico-econômico visando a uma ligação ferroviária de Mato Grosso com a malha do Paraná ou de São Paulo. Desses estudos foi definida como melhor alternativa o traçado Corumbá — Miranda — Dourados — Guaíra — Cascavel e Guarapuava.

O incremento da produção da soja no leste paranaense ressalta, mais uma vez, a grave questão do transporte da safra e, em 1980, foi realizada concorrência internacional para a construção da denominada "Ferrovia da Soja". A previsão de financiamento pelo Banco Mundial (BIRD) não se concretizou e a obra não foi iniciada. O Convênio celebrado entre o Ministério do Exército e a ENGEFER possibilitou, contudo, que trabalhos de terraplenagem e obras de arte corrente fossem realizados pelo 1º Batalhão Ferroviário do Exército na Ferrovia da Soja. Em dezembro de 1983, entretanto, as obras foram paralisadas.

Em março de 1986, foi apresentado o relatório de uma comissão, integrada por servidores do Ministério dos Transportes, RFFSA, GEIPOT e Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, que recomendou a construção da, agora, chamada "Ferrovia da Produção".

Em 1988, foi realizado o estudo de viabilidade econômico-financeira para a Ferrovia da Produção pela empresa Canadian Pacific Consulting Services Ltd — CPCS.

A 15 de março de 1988, foi constituída a Estrada de Ferro Paraná — Oeste S. A. — FERROESTE, empresa privada, com capital subscrito pela União, por intermédio da RFFSA e VALEC — Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., pelo governo do estado do Paraná, via Fundo de Desenvolvimento Econômico — FDE, pelo Banco do Estado do Paraná — BANESTADO, pela Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda — COTRIGUAÇU, e por outras vinte e seis entidades privadas. A FERROESTE nasceu, portanto, com 80% de capital privado e 20% de estatal. Em dezembro de 1991, a Assembléia Legislativa do estado do Paraná aprovou uma mensagem do Executivo estadual tornando a FERROESTE uma empresa de economia mista. Atualmente, o governo do estado do Paraná detém, aproximadamente, 99% das ações da empresa.

O Decreto nº 96.913, de 3 de outubro de 1988, e o Contrato celebrado em 23 de maio de 1989 têm por objeto a concessão, por parte da União à FERROESTE, pelo prazo de 90 anos, do "direito de construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, na direção geral leste-noroeste, estendendo a malha ferroviária do estado do Paraná a partir da região de Guarapuava até a região de Cascavel, um ramal ferroviário partindo da região de Cascavel em direção a Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul e, ainda, ramais ferroviários necessários a viabilidade da ferrovia, com a finalidade de atender ao transporte eficiente e de baixo custo de bens, adequado ao escoamento da produção agrícola,

outros produtos de natureza agropecuária, energética, mineral e industrial".

CONSTRUÇÃO

Quase 100 anos são decorridos, uma longa espera para ver concretizada a construção de uma ferrovia interligando o oeste paranaense ao sistema de Mato Grosso do Sul, às indústrias de Ponta Grossa e ao porto de Paranaguá.

Hoje, a ligação ferroviária identificou-se com a empresa, e esta com a ferrovia, que passou a ser conhecida como a FERROESTE.

A concessão possibilita a implantação em duas etapas, a saber:

- 1^a etapa: Guarapuava — Cascavel, o que permite a captação de cargas de graneis agrícolas da maior concentração produtiva do estado do Paraná; e
- 2^a etapa: Cascavel — Guaira — Dourados, ligando-se com a hidrovia do Rio Paraná e captando a produção das novas fronteiras agrícolas do País e do Paraguai.

Os traçados anteriores da ferrovia foram reestudados, procurando-se adequá-los à realidade econômica do País. A busca da economia, contudo, não prejudicou os rigorosos critérios técnicos da obra. Assim, a extensão total da ferrovia fixou-se em 419,7km, os raios mínimos das curvas foram reduzidos a 312m e as rampas máximas fixadas em 1,5% no sentido exportação e 1,8% no importação. A largura da plataforma é de 5,20m, nos aterros, e 6,30m, nos cortes, e a bitola de metro.

O projeto final da ferrovia, aprovado pelo Departamento de Transportes Ferroviários do Ministério dos Transportes, propiciou uma redução no número de pontes e viadutos da ordem de 10 quilômetros, e apenas dois túneis, totalizando 482m, foram construídos.

A área de influência da FERROESTE abrange o oeste do estado do Paraná, o leste do Paraguai e o sul de Mato Grosso do Sul. Nos estudos de demanda realizados pela ENEFER — Consulto-

ria, Projetos Ltda, em maio de 1990, a projeção de transporte de grãos/farelo de soja, nessa região, será de 6,5 milhões de toneladas a partir do ano de 1995.

Para a construção da ferrovia foram realizadas duas licitações que, entretanto, não prosperaram. Em março de 1991 foram iniciadas as obras por um consórcio de empreiteiras civis e, em julho de 1992, os contratos foram rescindidos. O governo do Paraná, então, resolveu firmar um convênio com o Exército Brasileiro para o prosseguimento da construção.

A PRESENÇA DO EXÉRCITO

O Convênio de Cooperação celebrado entre o Ministério do Exército e o governo do Estado do Paraná, em 29 de junho de 1992, acompanhado de Termos Aditivos, prevê a execução de obras e serviços de engenharia em programas de interesse comum, no Estado do Paraná, e na implantação do trecho ferroviário Guarapuava — Cascavel, com 248,45km de extensão.

Ao 1º Batalhão Ferroviário, 1º B Fv — Batalhão Benjamin Constant — sediado em Lages (SC), coube a execução dos primeiros 174,6km, partindo de Guarapuava em direção a Cascavel. Ao 2º Batalhão Ferroviário, 2º B Fv — Batalhão Mauá — com sede em Araguari (MG), a construção de 73,87km a partir de Cascavel, em direção a Guarapuava.

A presença das unidades de Engenharia de Construção do Exército já possibilitou uma economia de 40 milhões de dólares, em comparação aos preços praticados no mercado da construção de estradas. O menor orçamento anterior era de 210 milhões de dólares e, agora, os custos diminuíram para 170 milhões de dólares. Os Batalhões Ferroviários executam a mesma quantidade de serviços, com competência e técnica apurada, escudados no imenso acervo de obras realizadas em mais de um século de existência.

Com efeito, o 1º B Fv tem sua origem ligada à Corte Portuguesa quando, em 1855, foi criado

o Batalhão de Engenheiros. Em agosto de 1888, a Princesa Isabel assinou decreto reestruturando as forças do Exército, dividindo o Batalhão de Engenheiros em dois Batalhões de Engenharia. O 2º Batalhão de Engenharia foi organizado em 24 de abril de 1889, na cidade de Cachoeira do Sul — RS e, após passar por várias denominações, chegou ao nome atual de 1º Batalhão Ferroviário.

Desde então, de acordo com as missões que recebia, foi mudando as sedes em 14 cidades no estado do Rio Grande do Sul, e atualmente encontra-se acantonado em Lages (SC). As construções do 1º B Fv somam mais de 1750km de ferrovias, 36km de extensão de túneis e 10,5km de extensão de pontes e viadutos. Destacam-se o "Viaduto do Exército" na ferrovia Passo Fundo — Roca Sales (RS), com 145m de altura e 509m de extensão, sendo o maior viaduto ferroviário das Américas e o segundo do mundo em altura, e o "Túnel nº 72", construído na mesma ferrovia, concluído em tempo recorde, numa extensão de 2.832m, constituindo-se em um dos maiores túneis ferroviários do Brasil.

O 2º B Fv foi criado em maio de 1934 e instalado a 29 de julho de 1938, em Rio Negro, Estado do Paraná. Sua primeira missão ferroviária foi a construção de parte do Tronco Sul. A obra, com a tecnologia existente na época, representou um desafio para a engenharia ferroviária. Com tenacidade, determinação e empenho dos componentes, a nova unidade da Arma de Engenharia sobrepujou todos os obstáculos para o cumprimento das tarefas atribuídas.

Em 1965, instalou-se em Araguari (MG) e recebeu a missão de integrar a capital federal, Brasília, ao sistema ferroviário nacional. Mais uma odisséia de desbravamento, pioneirismo, capacidade de trabalho e patriotismo a marcar os trabalhos do 2º B Fv. Outra missão cumprida.

As construções executadas pelo 2º B Fv somam 968km de ferrovias, 174km de rodovias, 8.469m de pontes e viadutos e 8517m de túneis. Entre as obras, destacam-se a ponte sobre o Rio Araguari, o Viaduto do Fundão, a ponte sobre o

Rio Paranaíba e os túneis da Serra da Bocaina, entre outras.

Os Batalhões Ferroviários, bem como os demais Batalhões de Engenharia de Construção, espalhados pelo nordeste e norte do Brasil, apresentam a particularidade de cumprirem uma dupla missão: a militar e a de construção.

Como qualquer unidade do Exército Brasileiro a atividade-fim situa-se na instrução militar, na formação de reservas, adestramento dos Quadros e segurança.

As características da Arma de Engenharia, em campanha, são o apoio ao movimento das tropas e ao transporte dos suprimentos, traduzidos, principalmente, na construção, reparação, melhoramento, conservação e manutenção das vias de transporte.

A prática no trabalho é que conduz a formação do especialista engenheiro, pois "engenharia só se aprende fazendo". Entretanto, essa formação é extremamente onerosa. Equipamentos de construção — tratores de esteiras, motoescavadoras, motoniveladoras — materiais de pontes de circunstâncias e de equipagem, obras de arte correntes e especiais, explosivos para destruições, entre outros, são materiais de alto custo e que requerem verbas expressivas para a sua aquisição. O esquema estabelecido com os órgãos da Administração Pública prevê a celebração de convênios destinados à prestação de serviços especializados por parte das unidades de Engenharia de Construção.

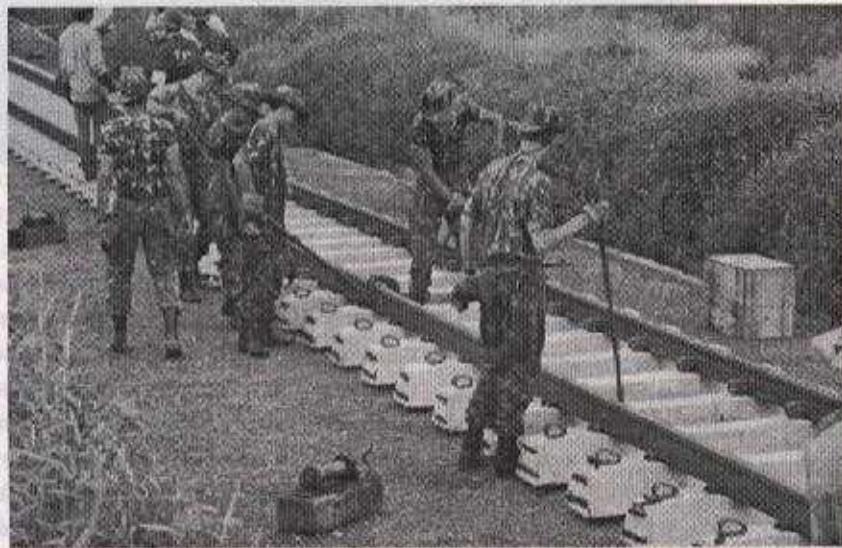
Assim, para o Ministério dos Transportes, desde o Império, são implantadas, pavimentadas e conservadas rodovias, e construídas e conservadas as ferrovias. Para a SUDENE são construídos açudes e cacimões, perenizados rios e perfurados poços. Para o INCRA são implantados os Projetos de Colonização, pela abertura de vicinais, construção de arruamentos e campos de pouso. Para os governos estaduais, são construídas estradas, ferrovias, arruamentos, obras de arte especiais, aeródromos, vilas residenciais e outras obras de engenharia.

Os órgãos da administração pública repassam os recursos necessários às obras de construção e à aquisição dos materiais e equipamentos. As obras assim executadas e os equipamentos assim empregados permitem o treinamento real de que necessita o especialista. Beneficia-se o

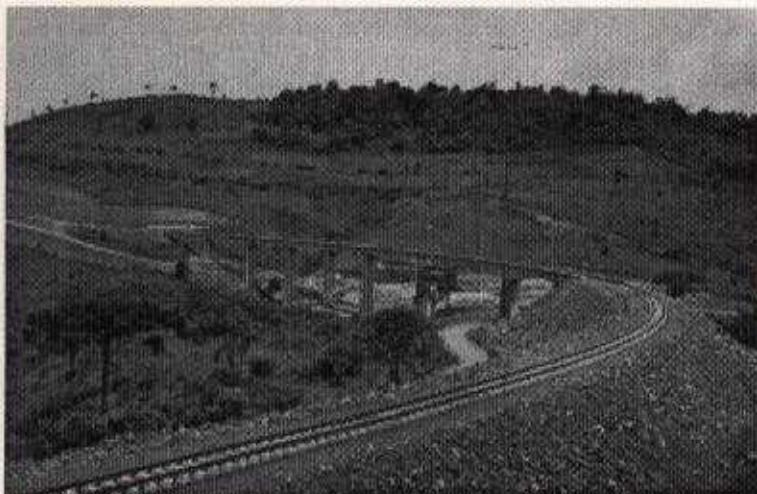
País, pelas obras definitivas a custos mais baixos, e a tropa de Engenharia Militar, que mantém o pessoal adestrado na técnica e no uso do equipamento de construção e, ainda, enseja exercitar destruições e outras ações ligadas ao apoio ao combate.



Adestramento militar na construção de obras civis permanentes

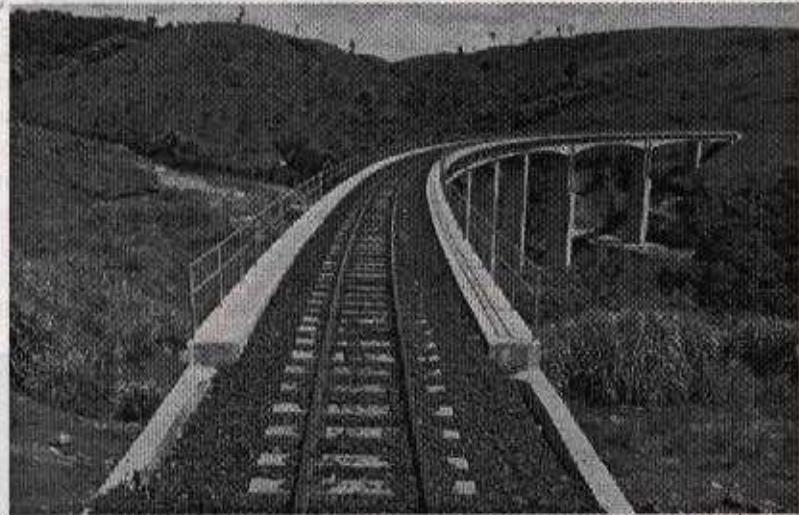


A prática no trabalho é que conduz a formação do especialista engenheiro



Obras de arte possibilitam o avanço dos trilhos

Viadutos vencem os obstáculos



A Engenharia Militar do Exército Brasileiro não tem a intenção de disputar mercado com as empreiteiras nacionais. Cumpre as metas dos convênios nas regiões mais inóspitas, pioneira nas áreas mais carentes do País, beneficiando as populações não somente com as obras de engenharia mas, também, com assistência social, cívica e de segurança. Serve, igualmente, como parâmetro dos custos das obras, pois, não visa o lucro e sim o adestramento do seu pessoal. E, muitas vezes, constitui-se na única presença do Governo federal nos rincões onde atua.

A MISSÃO DE CONSTRUIR

Para os integrantes das unidades de Engenharia de Construção, as obras a serem realizadas constituem-se em missão a cumprir. Missão de soldado, de formação calcada na austeridade, na firmeza de propósitos, na disponibilidade a qualquer hora e na perseguição do objetivo.

Missão de civil que, com dedicação, exerce seu ofício, independente da remuneração e do local a que está destinado, normalmente ligado às Unidades de Construção por laços familiares

e/ou afetivos. Missão que, quando necessária, independe de expedientes e horários, não mede sacrifícios para que seja realizada de acordo com o Plano de Trabalho, anteriormente elaborado e aprovado. Missão como a que realizaram os homens, militares e civis, do Batalhão de Engenharia de Construção nos trabalhos de reconhecimento e topografia da BR-163, trecho Santarém (PA) — divisa PA — MT. Embrenhados na selva em trabalho penoso, em que só se valiam dos instrumentos para orientação, no final de cada perfodo de 15 dias paravam e abriam uma clareira. Nela, um pequeno avião lançava os mantimentos que iriam ser utilizados no próximo turno de 15 dias. Missão como a que executou o 4º Batalhão de Engenharia de Construção, de Barreiras (BA), de 170,3km de revestimento asfáltico nas BR 020-242, trecho Formosa (GO) — Barreiras (BA) — Ibotirama (BA) em um único Plano de Trabalho, durante oito meses, partindo desde a terraplenagem, subleito, sub-base e base, no ano de 1982. Missão como a que realizam todas as unidades de Engenharia de Construção que organizam, em primeiro lugar, os canteiros de trabalho e, depois, irão tratar de construir as moradias para as famílias e os quartéis. Missão social e sanitária desempenhadas conjuntamente com a execução da obra. Nas sedes, nas companhias destacadas, nas residências especiais e em cada canteiro de trabalho está sempre presente uma atenção especial para com o homem. As necessidades de alimentação, higiene e saúde são prontamente atendidas, tanto para militares quanto para os servidores civis. Equipes de médicos, dentistas, enfermeiros e, em alguns casos, de assistentes sociais percorrem o interior prestando apoio às populações carentes. São rurícolas, sem nenhum vínculo com as organizações militares ou governamentais, assistidos pelas equipes. Os locais visitados são os mais escondidos e desprovidos de assistência médico-odontológica. Lugares onde a maioria da população, pela primeira

vez, tem a oportunidade de ser visitada por um médico ou dentista. E essa assistência continua, ainda, na maioria dos casos, a ser a única que recebem. Missão desempenhada sem alarde, anônimamente, por todos, do Comandante ao trabalhador braçal, com uma única satisfação: a do dever cumprido. Missão ferroviária na FERROESTE, vencendo o desafio secular da chegada dos trilhos no oeste paranaense.

UMA PARCERIA DE FERRO

10 de julho de 1992, menos de quinze dias decorreram entre a assinatura do Convênio e a mobilização das máquinas dos Batalhões Ferroviários para o inicio dos trabalhos de terraplenagem.

Esforço continuado, 24 horas por dia, para avançar num terreno que se mostrava ondulado mas com terras fofas, frouxas, impróprias para a construção, com banhados, extremamente úmidas, necessitando constante aeração para atingir a umidade ótima de compactação. Destacaram-se, então, as patrulhas com imensos tratores agrícolas e seus pneus duplos. Os pesados equipamentos de construção, vez por outra, também atolavam. Essas terras eram removidas e substituídas por outras de maior capacidade de suporte. Esse tipo de solo, em que a umidade natural sempre esteve acima da exigível, barro permanente, constituiu-se em uma das principais dificuldades da construção.

Já o terreno da parte central do trecho ferroviário apresentou-se movimentado e rochoso. As grandes detonações se fizeram presentes, então, e os caminhões fora de estrada, num intenso vai e vem, retiravam os materiais dos cortes e dos túneis. E a estrada avançava com a conclusão da terraplenagem e a progressiva construção das obras de arte. Depois os trilhos vieram coroar o esforço dispendido por todos.

O vulto dos serviços executados pode ser avaliado pelos principais dados da produção realizada pelos Batalhões Ferroviários. Na

e/ou afetivos. Missão que, quando necessária, independe de expedientes e horários, não mede sacrifícios para que seja realizada de acordo com o Plano de Trabalho, anteriormente elaborado e aprovado. Missão como a que realizaram os homens, militares e civis, do Batalhão de Engenharia de Construção nos trabalhos de reconhecimento e topografia da BR-163, trecho Santarém (PA) — divisa PA — MT. Embrenhados na selva em trabalho penoso, em que só se valiam dos instrumentos para orientação, no final de cada período de 15 dias paravam e abriam uma clareira. Nela, um pequeno avião lançava os mantimentos que iriam ser utilizados no próximo turno de 15 dias. Missão como a que executou o 4º Batalhão de Engenharia de Construção, de Barreiras (BA), de 170,3km de revestimento asfáltico nas BR 020-242, trecho Formosa (GO) — Barreiras (BA) — Ibotirama (BA) em um único Plano de Trabalho, durante oito meses, partindo desde a terraplenagem, subleito, sub-base e base, no ano de 1982. Missão como a que realizam todas as unidades de Engenharia de Construção que organizam, em primeiro lugar, os canteiros de trabalho e, depois, irão tratar de construir as moradias para as famílias e os quartéis. Missão social e sanitária desempenhadas conjuntamente com a execução da obra. Nas sedes, nas companhias destacadas, nas residências especiais e em cada canteiro de trabalho está sempre presente uma atenção especial para com o homem. As necessidades de alimentação, higiene e saúde são prontamente atendidas, tanto para militares quanto para os servidores civis. Equipes de médicos, dentistas, enfermeiros e, em alguns casos, de assistentes sociais percorrem o interior prestando apoio às populações carentes. São turfeolas, sem nenhum vínculo com as organizações militares ou governamentais, assistidos pelas equipes. Os locais visitados são os mais escondidos e desprovidos de assistência médica-odontológica. Lugares onde a maioria da população, pela primeira

vez, tem a oportunidade de ser visitada por um médico ou dentista. E essa assistência continua, ainda, na maioria dos casos, a ser a única que recebem. Missão desempenhada sem alarde, anonimamente, por todos, do Comandante ao trabalhador braçal, com uma única satisfação: a do dever cumprido. Missão ferroviária na FERROESTE, vencendo o desafio secular da chegada dos trilhos no oeste paranaense.

UMA PARCERIA DE FERRO

10 de julho de 1992, menos de quinze dias decorreram entre a assinatura do Convênio e a mobilização das máquinas dos Batalhões Ferroviários para o início dos trabalhos de terraplenagem.

Esforço continuado, 24 horas por dia, para avançar num terreno que se mostrava ondulado mas com terras fofas, frouxas, impróprias para a construção, com banhados, extremamente úmidas, necessitando constante aeração para atingir a umidade ótima de compactação. Destacaram-se, então, as patrulhas com imensos tratores agrícolas e seus pneus duplos. Os pesados equipamentos de construção, vez por outra, também atolavam. Essas terras eram removidas e substituídas por outras de maior capacidade de suporte. Esse tipo de solo, em que a umidade natural sempre esteve acima da exigível, barro permanente, constituiu-se em uma das principais dificuldades da construção.

Já o terreno da parte central do trecho ferroviário apresentou-se movimentado e rochoso. As grandes detonações se fizeram presentes, então, e os caminhões fora de estrada, num intenso vai e vem, retiravam os materiais dos cortes e dos túneis. E a estrada avançava com a conclusão da terraplenagem e a progressiva construção das obras de arte. Depois os trilhos vieram coroar o esforço dispendido por todos.

O vulto dos serviços executados pode ser avaliado pelos principais dados da produção realizada pelos Batalhões Ferroviários. Na

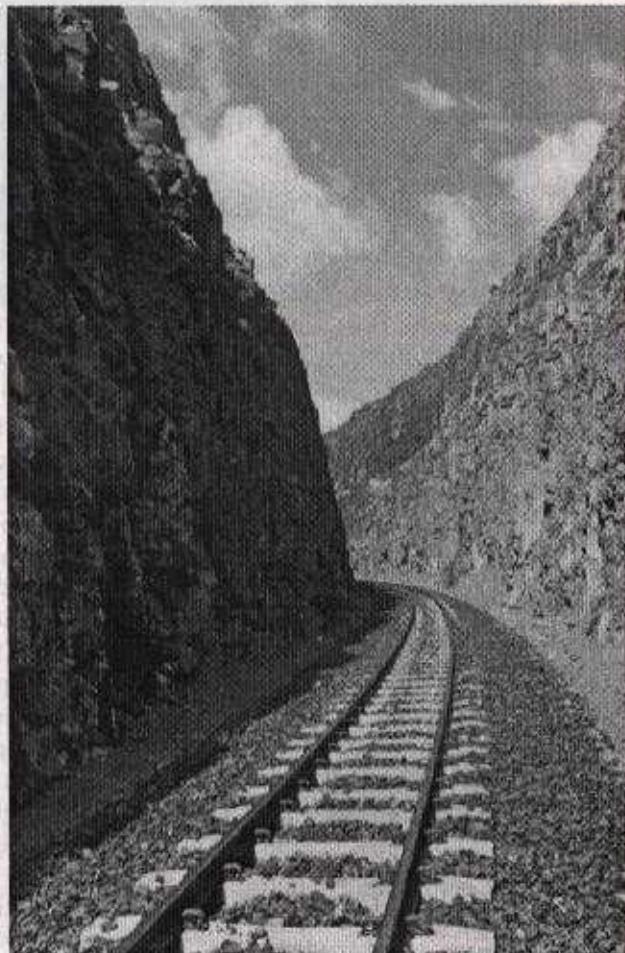
terraplenagem foram movimentados 14,8 milhões de metros cúbicos de material, sendo 3 milhões de 3^a categoria (material rochoso). Construídos 15,9 mil metros de obras de arte correntes (bueiros), 1.246m de pontes e viadutos e 482m de túneis. Na superestrutura, foram lançados 248km de trilhos longos soldados na linha principal e mais 50km nas linhas secundárias dos pátios e terminais, sobre 382.000 dormentes de concreto, com lastro de pedra britada. Nos pátios foram ainda utilizados dormentes de madeira.

Nas fases mais intensas da construção, foram empregados 2.500 homens, entre militares e civis, e utilizados 830 equipamentos de construção e 292 viaturas.

Em 3 de agosto de 1995, a manhã surgiu muito fria. Aos poucos, entretanto, o dia tornou-se mais quente, não tan-

to pelo aparecimento do sol, mas muito mais pela emoção e vibração dos presentes. Eram as autoridades, os dirigentes da obra, o povo e, principalmente, os trabalhadores, militares e civis, que ali estavam partícipes de uma cerimônia esperada por mais de 100 anos. No pátio da estação realizou-se asoleidade comemorativa da chegada dos trilhos em Cascavel.

E o júbilo estampou-se no semblante daqueles construtores, quando foi inaugurado o monumento em homenagem aos brasileiros que construíram a ferrovia. Na singeleza de uma fogueira de dormentes, ele sintetiza e simboliza todo o orgulho daqueles que mouejaram, dia e noite, para que a missão fosse cumprida. Igualmente representou o sucesso de uma parceria, Exército e esta-



**O sonho secular da chegada dos trilhos já é realidade.
Missão cumprida**

do do Paraná, que se transformou em *uma parceria de amor pelo Brasil*.

Ari Lotto

Coronel de Engenharia e Estado-Maior



LIVROS

CASERNA DE BRAVOS

Sob o título acima, o consagrado tradicionalista, escritor e historiador gabrielense, Osório Santana de Figueiredo, secretário há 10 anos do *Instituto de História e Tradições do RGS*, aborda o sesquicentenário do Velho Quartel de São Gabriel, por onde passaram grandes e pequenos bravos, conhecidos e anônimos, que enriqueceram e glorificaram a História do Brasil e a História Militar do Sul, em defesa da integridade e soberania do nosso País.

"Velho Quartel", a mais antiga caserna gaúcha, foi construída em 1846, às expensas dos integrantes do *Corpo de Artilharia a Cavalo*, que originou o heróico 1º Regimento de Artilharia (1º RA). Ao comando do Coronel Emílio Luiz Mallet, o 1º de Artilharia dali partiu e se cobriu de glórias nas guerras de 1851-52, onde foi consagrado pelo apelido de *Boi de Botas*, e do Paraguai (1851-70), onde foi consagrado na Batalha de Tuiuti.

O Regimento de Mallet teve, como lar, o "Velho Quartel", por 79 anos, até transferir-se para Santa Maria. Ali teve, como último comandante, o historiador, General João Borges Fortes, consagrado intérprete pioneiro da formação histórica do Rio Grande, com base na marcha progressiva de suas estâncias, em *O Rio Grande de São Pedro* e outras obras.

A heróica e histórica caserna teve sua planta traçada a fogo em couro, à semelhança da primitiva fortaleza N. Sra do Estreito de Rio Grande, em 1737. Foi visitado por D. Pedro II, no amanhecer de 31 de agosto de 1865, quando se diri-

gia para Uruguaiana, onde recebeu a rendição dos invasores paraguaios e conheceu um fim honroso para a soberania do Brasil, com o término da rumorosa Questão Christie.

Testemunha muda de um passado de glórias, ele abrigou a mais expressiva parcela da Artilharia de Campanha do Brasil por quase um século. De 1846 a 1927, o *Regimento de Mallet*, e o 6º Grupo de Artilharia a Cavalo, de 1926 a 1939. Após três anos de abandono, abrigou a Cavalaria, por 27 anos, o 3º Regimento de Cavalaria Motorizado. Foi neste que Osório Santana Figueiredo, como cavalariano, pesquisou, ouviu e anotou as vozes do passado. Desde 1930, ele acompanha de perto o Velho Quartel ao qual, ainda criança, teluricamente se afeiou, por senti-lo como uma "Caserne de Bravos", conforme ele próprio denominou.

Com a saída da Cavalaria, em 1969, o "Velho Quartel" foi ocupado pela Engenharia. O 6º Batalhão de Engenharia de Combate (6º BE Cmb) se sente hoje "em casa e à vontade", num quartel tão heróico e desfrutando das ações que o Batalhão de Engenheiros conquistou junto e lado a lado com o Regimento de Mallet, em Tuiuti.

Dentre os grandes bravos que a sesquicentenária Caserna de Bravos aqueceu e temperou o espírito militar, registram-se, entre muitos, Emílio Mallet, Antônio de Sampaio e João Severiano da Fonseca, atuais patronos da Artilharia, da Infantaria e do Serviço de Saúde; Lobo D'Eça, comandante da Artilharia do 2º Corpo de Exército no Paraguai, fuzilado ao final da Revolução de 1893, em Florianópolis, fardado de ma-

rechal e junto com o filho, vitimados pela mancha negra governista, como foi a mancha negra federalista — a mesma que, em Rio Negro, em 28 de novembro de 1893, fuzilou o valente grande bravo do Regimento Mallet, Alferes Napoleão, por haver protestado contra a degola de cerca de 300 cavalarianos civis inermes, por mercenários platinos, depois de se renderem sob garantia de vida firmada em documento. São duas manchas negras desta tragédia grega brasileira com repercussão trágica na *Caserna de Bravos* que as heróicas vítimas honraram. O Alferes Napoleão foi esquecido. Precisa ser resgatado o exemplo do seu caráter.

São outros nomes da *Caserna de Bravos*: Deodoro da Fonseca, herói de guerra, fundador e 1º presidente do Clube Militar, valente proclamador e 1º presidente da República; Argolo Ferrão, o idealizador e dirigente da Estrada do Chaco; Setembrino de Carvalho, o pacificador do século XX — no Ceará, em 1910, no Contestado, em 1916, e revolução de 1923, no Rio Grande; J. B. Mascarenhas de Moraes, gabrielense comandante da FEB, na Itália; João Nepomuceno M. Mallet, bageense que deu início à Reforma do Exército e fundador da Fábrica de Pólvora sem Fumaça de Piquete; João Thomaz Cantuária, porto-alegrense herói artilheiro da Retirada de Laguna, consolidador da Paz de Pelotas, em 1895, 1º chefe do Estado-Maior do Exército e denominação histórica da 6ª Região Militar, na Bahia; Plácido de Castro, gabrielense líder revolucionário de atuação decisiva na incorporação do Acre ao Brasil, em 1901; Hermes da Fonseca, gabrielense modernizador do Exército como Ministro da Guerra e Presidente — filho de Hermes Ernesto, comandante do regimento Mallet na Guerra do Paraguai, de quem o *A Saudade*, jornal da época, faz originais referências, como compositor de músicas religiosas e regente de bandas em missas campais — Bertoldo Klinger, grande artilheiro, “jovem turco” co-fundador de *A Defe-*

sa Nacional e comandante da Revolução de 1932.

É justo evocar também a legião de pequenos grandes bravos dessa caserna da glória e do dever, na citação comovida do Cabo Velho que teve interrompido um injusto castigo de chibata com toda a tropa formada. Quando o verdugo ia iniciar o castigo humilhante, ele sacou do bolso uma medalha por bravura conquistada na Guerra do Paraguai que os demais desconheciam, ato que funcionou como um freio. Foi imediatamente perdoado. Lembrem-se mais o bravo Cabo João Pedro; os milagrosos irmãozinhos fuzilados que segundo a lenda, trazem azar para os militares injustos e os que tentam desrespeitar e afrontar ou desconsiderar a tradição popular que eles traduzem — à semelhança do azar que a eliminação brutal de cachorros de unidades dizem trazer para os que os eliminam, ou para os que desrespeitam e tratam mal militares inativos ou suas pensionistas, como peças descartáveis.

E como bravos atuais consideramos Osório Santana Figueiredo, o autor de *A Caserna de Bravos* e o Tenente-Coronel Hamilton Oliveira Ramos, comandante do 6º BE Cmb e sua equipe, onde se destacam os autores da capa belíssima e sugestiva da obra referenciada, o Major Albano e o Sargento Emídio. O Tenente-Coronel por sua sensibilidade, ao valorizar e imortalizar os 150 anos de história e glórias da *Caserna de Bravos*, encarregando um dos raros representantes de uma categoria em extinção — os historiadores militares terrestres do Brasil — de escrever a presente obra e publicá-la — seguindo o exemplo recente dos generais comandantes da 3ª Região Militar (3º RM) e Comando Militar do Sul (CMS), Generais João Carlos Rota e Mário Sérgio Rodrigues de Mattos, que nos incumbiram de escrever as histórias de seus grandes comandos, e do Tenente-Coronel Sérgio W. Echegoyen, do CIAS-SUL, para quem produzimos *Os 68 Sargentos Heróis da FEB Mortos em Operações de Guerra*, são exemplos de ilustres chefes dignos de se-

rem seguidos, para evitar-se que um dia nossa História Militar seja escrita por brazilianistas estrangeiros à semelhança da História do Brasil. Os historiadores militares terrestres nada poderão fazer, se não houver a parceria de chefes, como os citados, com dever ou responsabilidade funcional, em promover o desenvolvimento da História Militar Terrestre do Brasil, de relevância estratégica inequívoca, conforme reza diretriz vigente do Estado-Maior do Exército, que considera o assunto "responsabilidade coletiva".

Por oportuno, transcreve-se um trecho de carta de Osório Figueiredo, de 4 de abril, para acentuar a importância do apoio de autoridades como as citadas e que traduz uma triste realidade para a minoria de historiadores que, por patriotismo, teimam em persistir em suas vocações, por uma espécie de vício compulsivo:

"O historiador militar terrestre independente é uma classe em extinção. Ninguém sabe mais nada e nem quer saber. A mídia domina a tudo e todos. Em que pese seu compromisso assumido com a História do Brasil, o ignora. Não dá uma oportunidade ao historiador para expor suas idéias e sentir a reação de seus clientes. Nada. Nenhuma palavra de estímulo ao menos ... As Revoluções na República, que a crítica considerou o meu melhor trabalho, até agora não conseguiram retorno do investimento que nele fiz ... E nós perguntamos: O que querem fazer de nossa

Pátria? Aqui, no meu rincão gabrielense, o amigo aí em Resende, alguns historiadores militares, os muito poucos que restam estão fazendo alguma coisa, quer dizer às suas custas, ou mendigando algum patrocínio pobre, para um folheto, um livreto, uma plaqueta. Depois de nós o vazio? O que acontecerá? ... O Gênio da Pátria sabe ..."

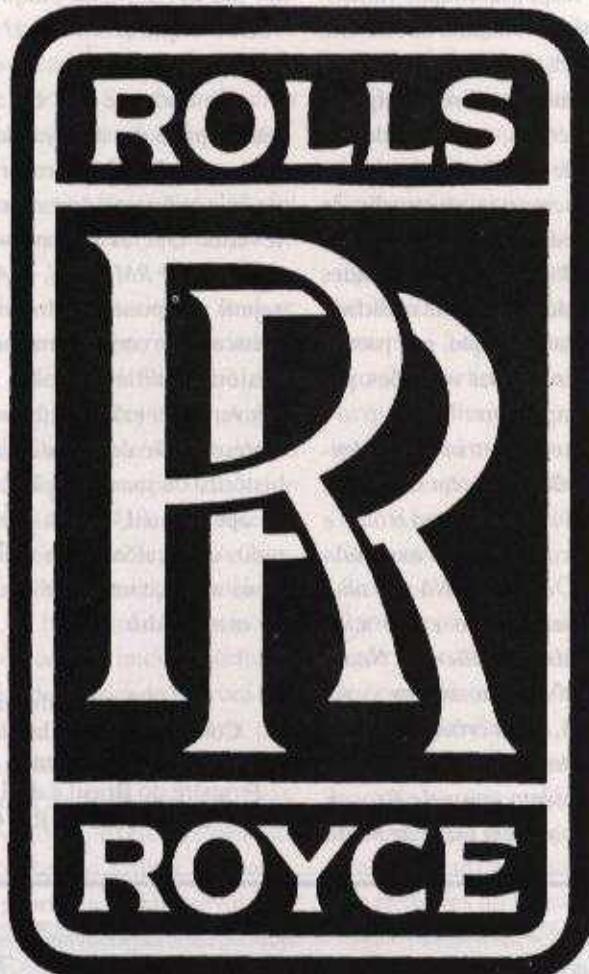
Tomara que sim. Eis um tema para a reflexão de parte das autoridades brasileiras, que tem o dever de Estado de reverter esse quadro caótico, que os historiadores são impotentes hoje para reverter. Que as louváveis atitudes dos comandantes da 3^a RM, CMS, CIAS—SUL e 6^a BE Cmb sejam um ponto de inflexão, de reversão, da preocupante conjuntura por que passa, no caso, a História Militar Terrestre do Brasil — assunto relevante por todos os títulos, para o seu progresso e preservação de sua identidade e da perspectiva histórica de sua evolução como instituição e força operacional, básica para seus dirigentes em todos os escalões e em todos os tempos. Praza a Deus apareça um estadista sensível para reverter esse quadro.

Claudio Moreira Bento

Coronel de Engenharia e Estado-Maior,
presidente da Academia de História Militar
Terrestre do Brasil e do Instituto de História
e Tradições do Rio Grande do Sul

"Tudo se encadeia, tudo se prolonga. Tudo se continua no mundo: e o melhor, senão o único meio de aproveitar o presente e preparar o futuro ainda é honrar e respeitar o passado."

Olavo Bilac



**Rolls-Royce - 30 anos fornecendo à Marinha Brasileira turbinas para
helicópteros e para propulsão de navios.**

Rua Voluntários da Pátria, 45 Sala 1006
Botafogo - Rio de Janeiro-RJ - CEP 22270-000



DESTAQUES DA IMPRENSA

CORRIGINDO ERRO ESTRATÉGICO

O transporte é fundamental para o controle da ocupação e do uso dos grandes espaços. Tanto pode promover e apoiar o usufruto racional e sustentável do espaço, como pode promovê-lo e apoiá-lo desordenadamente, a rebordo de pressões e interesses menos sensíveis às repercussões ambientais e sócioeconômicas negativas. A Amazônia é um caso de erro estratégico recente no tocante do transporte.

Sua conquista, ocupação e conexão com o mar efetivaram-se pelas águas da Bacia Amazônica. A componente transporte dessa epopeia respondeu às necessidades geopolíticas, econômicas e sociais sem contribuir para a predação ambiental, mesmo na época das embarcações a vapor (cerca dos 1850 aos 1950) queimando lenha (em ritmo compatível com a recuperação da selva), época em que a navegação na Amazônia chegou a um excelente nível de desempenho quanto a capacidade, segurança e regularidade.

A situação mudou a partir dos 1940/1950, com a inserção da Amazônia na euforia rodoviária. Estimulada por preocupações geopolíticas (ocupação e integração territorial), pela pressão demográfica e do desenvolvimento econômico, pelo interesse das empreiteiras de estradas (com seus corolários políticos nem sempre lícitos) e dos operadores de caminhões e, finalmente, pelo *charme* político da rodovia, a opção rodoviária acabou se estendendo por onde ela não era solução imprescindível — nem a melhor.

O impacto negativo da euforia rodoviária sobre o transporte hidroviário não se limitou à

navegação interior; pelo contrário, ele quase liquidou a cabotagem. Mas, na Amazônia, beirou o absurdo, bem caracterizado neste fato surrealista: num ano dos 1970 um grupo de trabalho de importante órgão de estudos opinou que o problema do transporte na Amazônia era agravado pelos rios; opinião insólita, pois no resto do mundo os rios são solução e não problema.

A mudança da ênfase gerou a subutilização dos 25.000km de rios navegáveis. A frota, hoje já predominante privada, deixa a desejar quanto a regularidade e segurança; os poucos portos organizados são despreparados e a grande maioria dos demais "portos" (?) é de atracadouros sem recursos; o balizamento e a fiscalização são precários e a legislação sobre tripulação e carga/descarga não é compatível com as peculiaridades locais.

Em contrapartida, construíram-se aproximadamente 700.000km de rodovias, algumas justificáveis (Brasília—Belém, Cuiabá—Porto Velho—Rio Branco) porque atendem ligações importantes, não ou mal servidas por rios, mas outras, de inspiração geopolítica ou demográfica (Perimentral Norte, Transamazônica) ou construídas onde é factível o uso da hidrovia (Porto Velho—Manaus, centenas de quilômetros de rodovias estaduais e vicinais), no mínimo muito discutíveis (a rodovia de elevado impacto ambiental Manaus—Boa Vista seria imprescindível? Não seria mais razoável usar o Negro-Branco até Caracaraí?). Todo esse imenso acervo rodoviário, que deve ter feito a alegria de empreiteiras e satisfeito os egos locais, compromete o meio ambiente e a exploração sustentável da riqueza natural porque a ocupação proporcionada pela rodovia tende a ser anárquica, preda-

tória e, comumente, prejudicial às áreas indígenas e de preservação.

Das conexões internacionais, merece atenção a rodovia Boa Vista—Venezuela, que atende à integração de região economicamente sensível, sem ilusões otimistas sobre o escoamento da Zona Franca de Manaus para o Caribe. Já a ligação Rondônia/Acre—Pacifico exige cautela; ela não será solução para a produção agrícola de Rondônia e Mato Grosso e pode promover danos ambientais.

Quanto às ferrovias, as poucas existentes são parte de projetos empresariais (Carajás, a maior, Amapá, Trombetas e Jari), salvo a N-S, que ligará o Planalto Central com São Luís, conectada à Carajás (opção ferroviária que preferiu a hidroviária Planalto—Belém pelo Tocantins, dependente de um canal-eclusa em Tucuruí).

O sistema de transporte na Amazônia precisa ser reavaliado antes de ser ampliado, confrontando-se as hidrovias com as rodovias sob as perspectivas econômica (seria o Brasil uma exceção à regra mundial?) e ambiental. Em princípio, convém conferir às rodovias papéis complementares: ultrapassagem de dificuldades hidrográficas, estradas vicinais e uns poucos casos de integração porque a solução hidroviária não é factível; as estradas geopolíticas ou de política demográfica devem ser rigorosamente revistas à luz das novas formas de ver a segurança e o desenvolvimento nacional. Ocorrerão resistências econômicas e políticas (interesses de empreiteiras e empresas rodoviárias, corrupção e apelo eleitoral da rodovia) e da opinião pública ("deslumbramento" rodoviário), mas é preciso enfrentá-las.

Sumarizando: o transporte deve ser um condicionador do desenvolvimento sustentável da região, subordinado ao seu zoneamento ecológico-econômico e, nesse contexto, há que se dar mais espaço à hidrovia, que comandou/condicionou a ocupação e exploração não predatória da Amazônia até cerca de 1950. No tocante ao governo federal, isso pode ser feito pela via positiva (faculdades para o melhor uso dos rios) e negativa (não apoio a rodovias onde a hidrovia é usável); inclusive cerceando, nos limites da

constitucionalidade, o uso da autonomia federativa em detrimento do futuro da região.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 30.10.1996, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mário César Flores.)

O RELACIONAMENTO BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Terça-feira o povo norte-americano foi às urnas para escolher um terço de seus senadores, uma nova Câmara dos Deputados e o presidente dos próximos quatro anos. Após meses de debate em que cada aspirante a um mandato eletivo teve a oportunidade de expor sua visão e suas propostas para o futuro do país, coube ao eleitor emitir juízo irrecorribel. Os caminhos escolhidos pela voz majoritária emergida das urnas serão os caminhos que os Estados Unidos percorrerão até o fim do século.

Uma vez definidos o presidente e eleito o novo Congresso, o desafio imediato é prosseguir no trabalho de aprofundamento das relações bilaterais e explorar novas áreas de cooperação entre nossos países. Ante esse contexto, a questão que se impõe ao agente diplomático brasileiro está em determinar de que forma e em que medida se deixam afetar as relações bilaterais por esse quadro de redefinições políticas.

Ao buscar responder a essa questão, minha convicção é de que o relacionamento entre Brasil e Estados Unidos é hoje balizado por consensos fundamentais, cujas linhas gerais transcedem os aspectos de natureza conjuntural nas configurações políticas internas de cada país. A evolução recente do cenário político e econômico brasileiro trouxe um importante ganho de qualidade na nossa capacidade de ação externa. A democracia consolidada, a retomada do desenvol-

vimento com estabilidade monetária, os sinais claros de nosso comprometimento com os direitos humanos e com o combate às desigualdades sociais são fatores cruciais para que o Brasil seja cada vez mais percebido como o grande polo de estabilidade política e de desenvolvimento econômico do continente.

Esses mesmos fatores fundamentam a convergência de interesses estratégicos entre Brasil e Estados Unidos e permitiram, nos últimos dois anos, uma elevação do patamar do entendimento político bilateral. Essa convergência genérica não exclui divergências específicas em temas do cotidiano bilateral. É natural que, entre países complexos e com visões próprias do mundo, surjam divergências e seria pouco razoável que o relacionamento Brasil-Estados Unidos fugisse a essa regra.

O grande desafio nesse contexto é o da administração política do relacionamento bilateral, que precisa evitar que questões tópicas contaminem o quadro geral. Para isso, é imperioso que o clima de entendimento entre os altos escalões decisórios se filtre entre as camadas intermediárias da administração, de forma a que a tradução desse entendimento em medidas concretas não seja refém de rotinas burocráticas estreitas nem de interesses setoriais.

Dificuldades de assegurar essa sintonia entre escalões decisórios e instâncias burocráticas operativas geram mal-entendidos e dão margem a que se formem percepções que colocam em questão a própria vitalidade da convergência de interesses gerais. A partir de um certo ponto, corre-se o risco da criação do que se chama de *profecias auto-realizáveis*, situação em que, reagindo à percepção de um relacionamento menos próximo, os atores públicos e privados acabam tornando real esses distanciamento.

A perspectiva de que isso venha a acontecer no relacionamento Brasil-Estados Unidos não pode hoje ser negligenciada e, para evitá-lo, é importante que o Brasil faça ver aos Estados Unidos a necessidade de que gestos claros de alcance político dêem o sinal da disposição norte-americana de conferir dimensão concreta ao novo

patamar de entendimento inaugurado em abril de 1995.

Na área política, por exemplo, tem-se que, em função de pressões internas e dificuldades de controlar a demanda doméstica, os Estados Unidos passaram a atribuir à questão do narcotráfico papel central em seu relacionamento com a América do Sul. Nesse quadro, fiel à tese de que as medidas de combate ao narcotráfico exigem firmeza em todos os seus campos, o Brasil atribui alta prioridade à obtenção dos Estados Unidos de compromisso de entendimento na área do controle do contrabando de armas. Nesse campo, o Brasil entende que o problema das drogas não pode ser objeto de medidas que não levem em conta as múltiplas dimensões do problema e que ponham e risco a continuidade das ações corretivas e preventivas que, até hoje, vêm sendo desenvolvidas dentro da legalidade, em clima sereno e de respeito mútuo.

Ainda na área política, um exemplo ainda mais claro de situação em que as rotinas burocráticas são obstáculos ao aprofundamento da cooperação bilateral é a questão do tratamento concedido aos brasileiros nos consulados norte-americanos no Brasil. São freqüentes os casos de denúncias de abuso e humilhações perpetrados por funcionários consulares de baixo escalão, sem que haja registro de medidas corretivas que ponham fim a essa situação.

No campo das relações comerciais, saliente as negociações com vistas à integração hemisférica, para cujo êxito é imperioso que se tenha em mente que a ALCA só poderá ser construída sobre a base da confiança mútua e da preservação dos interesses essenciais de seus principais participantes, como é o caso do Brasil. Nesse sentido, toda tentativa de impor ritmos e modalidades de integração de forma unilateral é contrária aos interesses centrais do processo de aproximação de nossas economias.

Na tentativa de identificar o traço comum a cada um desses problemas que mencionei, o que identifico é o fato simples de que todos têm sua solução vinculada à tradução em medidas concretas do padrão de convergência alcançado em

linhas gerais. O desafio assim é claro e consiste em trabalhar para que Brasil e Estados Unidos potencializem os avanços alcançados nos últimos dois anos e dêem contornos nítidos ao aprofundamento e à promoção da relação bilateral, num patamar de diálogo político que corresponda à vocação para o entendimento que os dois países souberam respeitar ao longo de sua história.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 07.11.1996, e assinada pelo Embaixador do Brasil em Washington, Paulo Tarso Flexha de Lima.)

BOAS FRONTEIRAS, BONS VIZINHOS

O conjunto das questões fronteiriças constituiu, no início da República, o problema prioritário da política externa brasileira, como haviam sido, em seu tempo, o reconhecimento da Independência e o fim do tráfico de escravos, no começo do Império, ou as crises do Prata entre 1850 e 1880.

Para qualquer país, definir os contornos do mapa onde deve exercer a soberania é uma espécie de condição prévia da possibilidade de ter uma política externa. O que é ainda mais verdade para uma nação com 10 a 11 vizinhos (na época, Peru e Equador disputavam a vizinhança com o Brasil na Amazônia).

São raros os casos de tantos vizinhos e isso não é necessariamente consequência da extensão territorial. Estados continentais como a Austrália não têm vizinhos ou possuem apenas um (Canadá) ou dois (Estados Unidos). Só a ex-URSS, a Rússia, a China e poucos outros estiveram ou estão em nossa categoria.

Quando se proclamou a República, apenas duas dessas fronteiras haviam sido fixadas de forma mais ou menos definitiva, as com o Paraguai e o Uruguai, esta última ainda com questões pendentes. Antes de ser ministro, o Barão já contribuíra para resolver os problemas pendentes com a Argentina, por meio do êxito na arbitragem da questão de Palmas ou das Missões (1895), e com a França-Guiana Francesa, através da arbitragem da fronteira do Amapá (1900).

Pragmático por temperamento, o Barão era flexível na escolha dos métodos, optando ora pela negociação (quase sempre), ora pela arbitragem, conforme o caso específico. Com essa ressalva em mente, pode-se dizer que sua política territorial obedeceu a dois ou três princípios gerais.

O primeiro foi sustentar que os grandes tratados da era colonial (Madri e San Ildefonso) deviam ser encarados como soluções provisórias, ou por não se haver completado a demarcação prevista, ou por haverem sido anulados por guerras, tratados e eventos posteriores. Eram, assim, aceitáveis apenas como indicação genérica onde não tivesse ocorrido ocupação contrária.

O segundo princípio era, justamente, o da ocupação ou *uti possidetis*, definido como a posse efetiva do território, com qualquer título ou sem título algum, não o que se tinha teoricamente o direito de possuir e não se possuía na prática.

Por fim, o terceiro princípio ou, melhor, critério metodológico era preferir a negociação dois-a-dois, recusando propostas de negociações em reuniões multilaterais ou com mais de um parceiro, como o Peru pretendeu no episódio do Acre. Nesse mesmo sentido e apesar dos seus êxitos pessoais, nunca demonstrou entusiasmo excessivo pelo arbitramento e, após a experiência infeliz com a Grã-Bretanha, jamais recorreu de novo a esse procedimento em matéria limítrofe.

Com esses princípios e critérios, Rio Branco tenazmente levou a termo o que o embaixador Teixeira Soares com justiça descreveu como uma das maiores realizações da História Diplomática de qualquer tempo.

Para os tentados a ver algum exagero na afirmativa, bastaria imaginar o que teria significado

deixar em aberto esses litígios com 10 a 11 vizinhos de universos político e culturais distintos, ao longo de 16 mil quilômetros de fronteira terrestre. E indagar quantas, se acaso alguma, das potências que, na Europa ou na Ásia, possuem número de vizinhos semelhante ao nosso, se compararia ao Brasil do Barão em resolver as questões por métodos exclusivamente diplomáticos, com exclusão de guerras e agressões.

Falar no uso exclusivo de meios negociadores, não significa, é óbvio, excluir o recurso legítimo a todos os instrumentos usuais de poder e influência ao alcance da diplomacia, mas sim restringir a escolha aos meios legais e não-violentos. Como disse Rio Branco: "O recurso à guerra é sempre desgraçado."

É só por isso que podemos festejar hoje 125 anos ininterruptos de paz com nossos vizinhos, desde o final da guerra do Paraguai. Quantos países podem dizer o mesmo?

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 11.10.1996, e assinada pelo Representante do Brasil na UNCTAD, Rubens Ricupero.)

apodrecê-lo por dentro. O único engano foi quanto ao tempo requerido para isso. X pensava em 15 a 20 anos e demorou o dobro.

Com a mesma percepção, Kennan aborda no livro dedicado à sua "filosofia pessoal e política", "Around the Cragged Hill", as peculiares dificuldades criadas aos países por um tamanho desmesurado. Quando um país tem não só um território continental de milhões de quilômetros quadrados, mas também população acima de 150 milhões, as complicações derivadas de cada dimensão não apenas se somam, mas se multiplicam, se potencializam.

Em sua opinião, cabem apenas cinco nesse clube seleto: os Estados Unidos, a Rússia, a China, a Índia e o Brasil. Não basta, como cacife para entrar nesse clube, território continental, como o do Canadá e da Austrália, se a população é reduzida. Em sentido contrário, população gigante em terra exígua ou limitada, como o Japão, Bangladesh ou Indonésia, tampouco dá direito a ingresso.

A disposição de espírito de Kennan em relação ao tamanho nada tem em comum com o ufianismo ingênuo do "gigante pela própria natureza" do nosso Hino Nacional. Tanto assim que ele os chama de "países monstro", obviamente não com a intenção de elogiarlos. Seriam, na verdade, problemas em si e para si próprios, pela mesma razão de Hegel ao considerar que, além de certos limites, a quantidade provocava mudança na qualidade mesma do objeto.

A perspectiva do livro é, sobretudo, política e reflete de certa maneira a preocupação de Rousseau, segundo a qual a democracia só funciona bem nas unidades pequenas, onde todos os cidadãos se conhecem pessoalmente (como, aliás, sucede nas comunas suíças de onde Jean-Jacques era originário).

Num trabalho que escrevi em 1991 sobre o futuro do sistema mundial de comércio, eu já havia também suscitado a questão, mas a partir de ângulo diferente. O que me interessava era indagar se as nações continentais, como as chamava, teriam alguma possibilidade de integrar-se à globalização e, em caso afirmativo, como se

BRASIL: PAÍS MONSTRO?

George Kennan, hoje nonagenário professor emérito de Princeton, foi o primeiro a prever com lucidez, em 1947, a futura desagregação da URSS. Em seu famoso artigo "As fontes da conduta soviética", publicado no *Foreign Affairs* sob o pseudônimo de X (o autor era ainda diplomata de carreira), Kennan recomendava a adoção de uma política firme e de preferência não-militar, de contenção do poder soviético onde quer que este exercesse pressão. Caso houvesse persistência na contenção, as contradições internas do sistema se encarregaria de

diferenciariam as modalidades dessa integração das adotadas por países menores como a Holanda ou a Dinamarca.

O problema não se coloca, de fato, da mesma forma para cidades-Estados como Cingapura e Hong Kong, que não dispõem de outra alternativa, para unidades nacionais limitadas como as nações européias, cujas opções, embora maiores, se vêem reduzidas pela globalização e para os gigantes. Estes já constituem mundos próprios, universos que contêm possibilidades muito amplas de crescimento horizontal, para dentro. Devendo ocupar-se primeiro da integração interna de suas regiões menos avançadas, não surpreende, assim, que os monstros apresentem em geral índices menores de integração ao resto do mundo.

Tome-se, por exemplo, o caso da Índia. Como imaginar que uma população de 950 milhões, em grande parte isolados em aldeias, com agricultura artesanal, possa aceitar uma liberalização do comércio agrícola que venha a ameaçar sua sobrevivência? É interessante que a China, embora crescendo por meio da presença crescente no comércio mundial, conserve uma estrutura dualista, da qual apenas o setor das zonas de processamento de exportações participa mais ativamente, enquanto o miolo da China profunda só é tocado em parte por essa tendência.

Até 6 ou 7 anos atrás, o Brasil não se desviava desse padrão e o coeficiente de suas importações em relação ao PIB era de pouco mais de 4%, incluído o petróleo. Aos escandalizados por essa aparente anomalia é bom lembrar que, até os anos 50, o índice de importações dos Estados Unidos era muito parecido. Quanto às exportações dos Estados Unidos, elas representavam, em 1950, cerca de 3,6% do PIB, subindo para 5% em 1973 e 7,1%, em 1992. Como se vê, para os americanos o mercado interno ainda constitui a parte do leão. Agora que, com a liberalização, as importações brasileiras se aproximam dos 15% do PIB, as pessoas começam a se alarmar com o déficit comercial. Não seria isso, porém, exemplo típico das dores de transição de um país

monstro tentando, com mais dificuldade que os nacionais, integrar-se à globalização?

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 02.11.1996, e assinada pelo diplomata Rubens Ricúpero, Representante do Brasil na UNCTAD.)

O SARCÓFAGO SAGRADO

Convidado para jantar com uma família de libaneses, de filhos numerosos, alguns universitários, outros já formados e trabalhando, todos brasileiros, mas que conheciam os horrores da guerra que devastou o país de seus pais, conversávamos sobre o momento político que o Brasil atravessa, quando o Exército passou a ser o principal enfoque.

Não com surpresa, ouvi um deles me perguntar o porquê da imagem tão ruim da Força entre os jovens. Dizia-me ele que sabia, por experiência própria, da necessidade que tem um país de respeitar e privilegiar suas Forças Armadas, mas que se abstinha de defender o Exército brasileiro entre seus amigos, pois estava sempre em desvantagem e, também, por não ter idéias concretas sobre a instituição. As poucas que tinha foram passadas por professores, quando do colégio e universidade, e não eram boas, citando, como exemplo, um deles, então professor de história, hoje deputado federal pelo PT, cujas aulas, frequentemente, tinham como assunto principal o denegrimento do Exército e dos militares.

Perguntou-me, em seguida, como, tendo as Forças Armadas e, principalmente o Exército, livrado o país da ameaça comunista, em 1964, e após vários governos militares com tantas realizações positivas, a imagem da instituição era negativa e a de terroristas e assassinos, como Lamarca e Marighella, se aproximava à de heróis. Respondi-lhe que erradicamos a violência da guerrilha urbana e rural, mas perdemos, nos

anos posteriores, a "guerra da propaganda", não conseguindo neutralizar a "guerra psicológica" desencadeada pelas "esquerdas", encasteladas nos meios de comunicação, na Igreja Católica, nas universidades, no Congresso e no próprio Governo, deixando de divulgar adequadamente a imagem da Força, perdendo, assim, o apoio dos segmentos mais influentes da população.

Recentemente, fazia uma palestra sobre o "Gerenciamento pela Qualidade Total" para uma platéia de militares e civis, dentre os quais alguns gerentes de Qualidade Total de empresas nacionais e multinacionais, quando, após quatro horas de exposição e debates, fui procurado por um dos gerentes, que dizia desconhecer que o Exército se preocupava com tais coisas. Foi, para ele, uma surpresa total. Honestamente, me disse não ter feito o serviço militar, por ser universitário à época, e que a imagem que fazia do trabalho desenvolvido no interior de um quartel se limitava a ordem unida, tiro e treinamento físico. Que, por outro lado, jamais esperaria encontrar um general como expositor, ainda mais manipulando um computador e se valendo de um *slideshow* como meio auxiliar de apresentação. Para ele, os generais eram velhos, retrógrados, carrancudos e mal-humorados. No decorrer da conversa, perguntou-me: "Qual a razão de o Exército, em pleno século da comunicação de massa, do *marketing* e da propaganda não vender sua verdadeira imagem para a população?"

Quando estive no comando da Guardião Militar de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, dei início a um programa cujo objetivo era levar universitários, professores e pessoas influentes da comunidade para conhecer, por dentro, o Exército, mostrando-lhes, principalmente, como a Força planeja para enfrentar os contextos nacional e internacional adversos. Mostrava-lhes, coadjuvado pelos comandantes de unidades e outros militares, o nosso planejamento de ensino, o que geralmente inexiste nas nossas universidades, escolas e colégios e em nenhum lugar no mesmo grau de sofisticação. Mostrávamos, também, o nosso Sistema de Instrução Militar, principalmente o voltado para o soldado, e a vida

administrativa e financeira das organizações militares, nas quais com pouco muito se faz, e que a nossa instituição não era medieval por ter a disciplina e a hierarquia como elementos básicos. Falávamos das nossas tradições e da nossa maneira de ser e o quanto exigímos no que tange ao respeito pela dignidade do homem. Procurávamos destruir estereótipos que existiam de ambas as partes, civis e militares. A cada visita, com surpresa crescente, constatávamos o quanto éramos desconhecidos e o quanto de visão negativa existia a nosso respeito por parte de universitários e professores, respectivamente, futuros componentes das elites dirigentes do País e transmissores de conhecimentos e informações. Constatávamos, também, a profunda modificação havida, para melhor, após as visitas.

Por uma série de experiências como essas, estou convicto de que a instituição, até mesmo para obter o apoio da maioria da opinião pública, tendo em vista o encaminhamento e concretização de seus anseios e objetivos, não pode continuar trabalhando no anonimato, voltada para dentro de si, sem se dar a conhecer à população, sem difundir a multiplicidade de ações que realiza e o que pensa sobre a problemática nacional, visando, principalmente, aos segmentos mais representativos da sociedade, os que, normalmente, privilegiados por circunstância de vida, não prestam serviço militar.

Agora mesmo, abro o jornal e vejo dois professores civis, teóricos que, embora bem-intencionados, abordam, de forma equivocada, idéias sobre o que, pensam, deverá ser uma "Política de Defesa" para o País. Não que não possam opinar, mas quais são os argumentos, a respeito, do principal e mais indicado interessado, as Forças Armadas, para melhor informar a opinião pública?

Marcar presença, através de suas ações e de seus mais altos chefes, os que podem e devem falar pela instituição, traduzindo um Exército participativo, profissional e competente no fornecimento da segurança necessária ao seu cliente, a Nação, discutindo e contribuindo para as grandes decisões nacionais, dando dimensão à sua expressão política e valor intelectual, responden-

do à sua vocação imutável de defensora dos reais interesses nacionais, ocupando espaços de poder devidos, erradicando a sensação de impotência e a frustração dos quadros, é fortalecer a identidade esmaecida e projetar a imagem que o público interno e a maioria da população esperam.

Uma Força Armada jamais terá sucesso se destituída de mística e a mística é fruto de tradições, devidamente cultuadas, e da imagem que ela, Força Armada, consegue projetar sobre a Nação. As Forças Armadas não podem ficar munificadas, presas em um sarcófago sagrado, apagadas a práticas de antanho, considerando o anônimo e a mudez como virtudes, num mundo em que, cada vez mais, a comunicação, em todos os seus sentidos, se impõe.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 18.10.1996, e assinada pelo General Marco Antônio Felício da Silva.)

exploram essa vertente ao extremo.

A partir de agora, os generais que ainda sonham com projetos próprios de poder — como o baixote paraguaio Lino Oviedo — estão cientes de que, ao menos na parte meridional da América do Sul, seus colegas mais bem armados e equipados estão aptos a intervir conjuntamente. É a força de paz do Mercosul — algo que nem Brasília nem Buenos Aires admitirão claramente, mas que aflora das manobras com perfeita nitidez.

Todo esse processo encerra, contudo, dois sérios problemas — um interno e outro externo. Em primeiro, a dificuldade dos governantes civis — mesmo os de Brasil e Argentina — em reconhecer a importância de seus militares e, sobretudo, confiar neles. Em segundo, a dificuldade de manter os Estados Unidos à distância de um assunto que interessa primordialmente aos sul-americanos.

Washington não foi pega de surpresa. Entre 1992 e 1993, autoridades norte-americanas deixaram vazar, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), a idéia de criar um braço armado para a organização — uma espécie de força de emergência (ou força de paz) da OEA. É possível que o "grande irmão do norte" tivesse já intuído o vôlei próprio que o bloco econômico do Cone Sul estava prestes a dar.

Mais recentemente, os Estados Unidos intensificaram sua ofensiva político-militar nesta parte do continente e explicitaram suas intenções ao propor, meses atrás, a criação de um sistema integrado de vigilância da área para toda a América Latina. Brasil e Argentina responderam, diplomaticamente, que tal iniciativa não lhes parecia "conveniente".

Atualmente, esse problema externo é menos relevante que os óbices internos enfrentados pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem. Na Argentina, o drástico desmonte da máquina militar — instrumentado pelos cortes orçamentários ditados pela área econômica do governo — já não produz descontentamento apenas entre os baixos escalões. Irritado com as informações sobre o avanço (não controlado)

O MERCOSUL DE FARDA

As manobras conjuntas dos exércitos de Brasil e Argentina são uma advertência a militares sul-americanos recalcitrantes com a democracia e dão nova dimensão ao Mercosul.

Silenciosamente, José Sarney (tido pelas elites brasileiras como um traste ultrapassado) e Raúl Alfonsín criaram, no final da década de 80, um mecanismo que subtraía às Forças Armadas o papel de tutoras do regime democrático e lhes conferia a função de mantenedoras desse regime.

O Mercosul era preponderantemente econômico, mas não — como muitos pensaram — essencialmente econômico. Sua importância política foi sendo revelada aos poucos — e os exercícios de guerra entre brasileiros e argentinos

desse sentimento de revolta, Menem trocou os chefes da Marinha e da Força Aérea — uma estratégia de "endurecimento" que só o tempo dirá se foi acertada.

No Brasil, há tempos que os chefes militares brasileiros perceberam as consequências da aproximação econômica entre Brasil, Argentina e os demais países do Cone Sul.

Paralelamente a esse estreitamento de laços, os economistas dos governos Sarney, Collor, Itamar e FHC foram fechando as torneiras que abasteciam os programas militares de valor estratégico. Sentiram isso, imediatamente, os responsáveis pela missão espacial do Ministério da Aeronáutica e os condutores do projeto do submarino nuclear brasileiro. A desculpa — extraoficial — era sempre a mesma: a notória redução da rivalidade política com a Argentina.

É bom repetir: ao que tudo indica, essa conciliação de FHC e Menem com os seus militares é, no momento, muito mais relevante do que os "pitacos" que os Estados Unidos tentam dar no establishment militar sul-americano.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 20.10.1996, e assinada pelo jornalista Roberto Lopes, correspondente para o Brasil do Grupo Jane's, inglês, especializado em publicações militares.)

blico externo, a Nação brasileira, e muitas vezes no que se relaciona à imagem dos seus chefes, ao se considerar o próprio público interno.

A mudez, quase permanente, a que se impõe sobre os problemas de toda ordem e que afigem o país, alguns envolvendo direta ou indiretamente a instituição, traduz manipulação inadequada da informação, ausência de um discurso uno e coerente, falta de participação política, perda de espaços, de influência e, consequentemente, de poder.

Tal postura, refletindo posição de defesa, como se estivesse acuada, e seus efeitos negativos estão bastante claros quando examinamos o que ocorreu ao final do chamado "período revolucionário" e em todos estes anos de "Nova República", não só, e principalmente, com relação ao "Movimento de 31 de Março de 1964", mas, também, no que tange ao desenrolar da crise socio-política e econômica brasileira durante os últimos 15 anos.

As reformas atuais e o episódio da "Guerrilha do Araguaia" são exemplos marcantes dessa postura.

Com relação ao "Movimento de 31 de Março", a instituição, após ter prestado um grande serviço ao País, erradicando o perigo de uma luta de guerrilha urbana e rural e de uma ditadura comunista com todas as consequências negativas que isso acarretaria (instada pela própria população), encontrou-se, ao término dos governos militares, denegrida, como se as ações, por ela desencadeadas para salvar e desenvolver o País, não tivessem tido um saldo acentuadamente positivo.

E, se não bastasse esta posição, os militares participantes foram estigmatizados como bandidos da pior espécie.

Ao contrário, pela força da desinformação orquestrada pelos meios de comunicação social, difundida em escolas, universidades, igrejas, sindicatos, Congresso Nacional ou por grupos variados, orientada pelos "perdedores de 64" (estes ainda na contramão da História e/ou rancorosos com os militares), os verdadeiros criminosos e opositores da ordem legal e da democracia fo-

O GRANDE MUDO

Asociedade dos nossos dias não permite, e até mesmo pune, que organizações, de qualquer natureza, não saibam se comunicar com o seu público-alvo.

As Forças Armadas parecem não assimilar que vivemos no século da comunicação. Sem dúvida, é uma percepção que se torna tardia e que tem trazido à instituição prejuízos incalculáveis no que tange à sua imagem perante seu pú-

ram e são pintados como idealistas que imolaram vidas por um mundo melhor de liberdade e igualdade, merecedores de todas as reparações e glórias.

Enquanto "os perdedores" recriam a História, segundo as suas conveniências, as Forças Armadas para isso colaboraram, mais uma vez em silêncio, esquecendo o verdadeiro passado, deixando de valorizar e difundir fatos, até mesmo internamente, para os militares mais jovens, que enalteceriam qualquer segmento armado do mundo, abstendo-se de fortalecer sua imagem e tradições, inclusive a de bem cumprir suas missões, respondendo sempre às aspirações, anseios e interesses maiores da população e do País.

Com relação ao desenrolar da crise sócio-política e econômica, é preciso ter em mente que não vivemos um contexto americano ou europeu e, portanto, nossas Forças Armadas têm que ter certas características de atuação completamente diferentes das de outras forças de países plenamente desenvolvidos e estáveis. Tal afirmação é ratificada quando verificamos que vivemos grave dicotomia social e, em caso de qualquer possibilidade de desestabilização, o estamento armado, em última instância, é o responsável pela manutenção da lei e da ordem. Essa responsabilidade não permite qualquer posição que não a de participação plena e democrática no que tange a procura de soluções para os problemas do País.

Embora o processo vertiginoso de globalização da economia seja um fato inconteste, fazendo com que o conceito de soberania mude sob alguns aspectos, não podem as Forças Armadas aceitar decisões precipitadas que envolvam a segurança nacional ou que firam os interesses da Nação, em nome da hipótese de o País se inserir ou obter vantagens junto aos países ditos desenvolvidos.

Da mesma forma que os atuais arautos da modernidade apregoam certas medidas como necessárias para que o Brasil possa participar desse novo mundo e como fundamentais para a nossa sobrevivência, há alguns anos a Constituição de 1988, aceita então passivamente, hoje responsável pela ingovernabilidade do País, era apre-

sentada de forma inconsequente e demagógica, por muitos desses mesmos arautos, como a "Constituição cidadã" e o remédio para todos os males e para a erradicação dos "entulhos autoritários" que impediam o progresso e a modernidade nacionais.

O claro atendimento a pressões externas (Lei das Patentes, subordinação do programa nuclear à Aiae e reforço dos vínculos com a Opanal, assinatura de Tlateloco, entrada para o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, Sivam etc...) é justificado pelo Itamaraty como "responsável pela criação de uma maior credibilidade do Brasil no cenário internacional, possibilitando receber os dividendos da transparência e passar a merecer a mais ampla confiança como país que deseja participar das duas mãos de comércio de bens e de tecnologias sensíveis".

É mister lembrar que credibilidade internacional não se adquire com subserviência, mas com atuação internacional séria no tratamento dos conflitos e na defesa de nossos interesses, dentro de um realismo político que envolve projeção de poder.

Nos últimos 15 anos, deixamos morrer floriente indústria de material de defesa, a maior geradora de tecnologias de ponta, e muito pouco investimos em ciência e tecnologia, fator determinante de poder nos dias atuais. Não é dessa forma que poderemos postular a posição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, o que exige de seus participantes real projeção de poder e não de dependência.

E aqui cabe um adendo: política externa é feita não só com diplomacia, mas, também, com forças armadas, que devem ter estatura correspondente ao perfil político-estratégico que o país projeta. Elas não podem ser reduzidas a milícia de combate ao narcotráfico (como querem os americanos) ou empregada em ações que não se coadunam com sua vocação, em nome de um novo mundo de paz e ausência de inimigos, o que não condiz com a realidade e com o realismo político imperante.

Os Estados Unidos mantêm em sua Constituição, apesar da "Nova Ordem Mundial", a mis-

são de suas Forças Armadas: defender, em qualquer parte do mundo, os seus interesses nacionais. E só aceitam regras de cunho internacional quando tais regras também não prejudicam seus interesses maiores. As inúmeras e recentes ações militares americanas, por todo o mundo, levando a ONU a reboque, estão frescas na memória mundial.

Para encerrar estas considerações, torna-se mister afirmar que não podemos cultivar ressentimentos, tendo em vista um objetivo maior que é união e fortalecimento nacionais. Esse deve ser objetivo permanente, buscado por todos, indis-

tintamente, sem que, entretanto, se denigra e enfraqueça qualquer instituição nacional. Por outro lado, não podem as Forças Armadas esquecer a História, dela devendo retirar ensinamentos e experiências, como não podem deixar de participar do presente, apenas visualizando o futuro, sob pena de, além do "Grande Mudo", tornarem-se, também, o "Grande Ausente" das decisões maiores de interesse da Nação brasileira.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de S. Paulo, edição de 25.06.1996, e assinada pelo General Marco Antonio Felicio da Silva.)





**Faça agora o seu
pedido de assinatura
e receba em seu
endereço os
quatro números
anuais da Revista
A Defesa Nacional
para 1996**

Valor da assinatura anual: R\$ 15,00

NOME _____

MILITAR Ativa Reserva Organização Militar (OM) _____

ENDEREÇO:

Rua _____	Complemento _____
Bairro _____	Cidade _____
UF _____	CEP <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

CIVIL
Profissão _____

Remeta cheque ou vale postal no valor da assinatura anual em nome de *A Defesa Nacional*, constando no verso sua finalidade.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Praça Duque de Caxias
Palácio Duque de Caxias, 25 – Ala Marçilio Dias – 3º andar
Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20221-260



EM REVISTAS
Enrevistas Publicidades Itda.

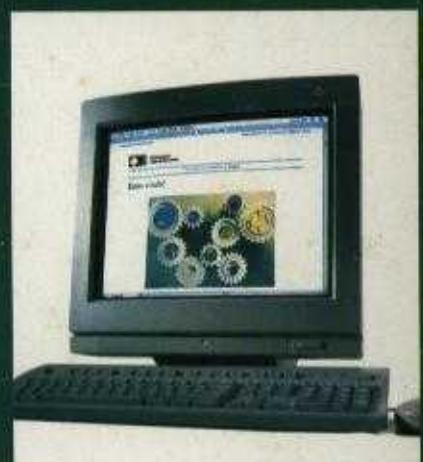
Rua Cachambi, 467 - Conj. 8 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20771-630
Tels.: (021) 201-9009 - Fax: (021) 581-7869

ão de ferro (é a maior produtora e exportadora do mundo); petróleo; ouro (é a maior produtora da América Latina);

anês, bauxita, alumina, alumínio, cobre, caolino, potássio, siderurgia, ferro-ligas, florestas, celulose, papel, pesquisas

gás, transporte ferroviário (carga e passageiros), portos e frota transoceânica. 53 anos de um grupo sólido de 45

esas entre subsidiárias e coligadas. Qualidade total com qualidade ambiental.



<http://www.cvrd.com.br>

mundo:





**NÃO É SÓ A MARINHA,
O EXÉRCITO E A AERONÁUTICA
QUE ESTÃO EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL.**

No Amazonas, a Petrobras faz o exclusivo abastecimento por barcaças. Levando combustível para as cidades mais distantes daquela região. E transportando óleo de suas unidades de pro-



PETROBRAS

dução para a refinaria de Manaus. Mas isso é só um exemplo para ilustrar o que todo mundo já sabe: a Petrobras garante o abastecimento em todo o território nacional!